



Universidade
Alberta

interpres ac dignissime factorum illustriū censor.



vir quide
lix. amp
nestate.
ora fort
loauplet
clauelia.

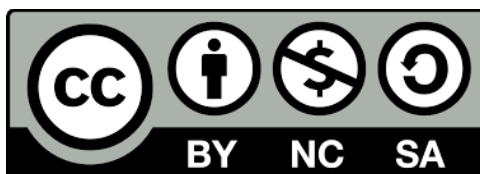
eximie pulcritudinis habuit vnicam spem honeste
supra prestantis formæ pulcritudine qua omnes vni

LITERATURA PORTUGUESA MEDIEVAL

MARIA LEONOR CARVALHÃO BUESCU

LITERATURA PORTUGUESA MEDIEVAL

5



Maria Leonor Carvalhão Buescu

**LITERATURA PORTUGUESA
MEDIEVAL**

Universidade Aberta



Literatura Portuguesa

LITERATURA PORTUGUESA
MEDIEVAL

Copyright © UNIVERSIDADE ABERTA, 1990
Palácio Ceia • Rua da Escola Politécnica, 147
1200 Lisboa

D.L. 33.129/89

I.S.B.N.: 972-674-032-0

Universidade Aberta

Literatura Portuguesa Medieval

- 9 Abreviaturas Usadas
- 11 **Introdução: O ensino da Literatura. Metodologia. Objectivos**
- 20 Bibliografia Geral e de Consulta
- 21 **Unidade 1: Idade média e literatura medieval. Algumas categorias e problemas**
- 23 Objectivos
- 24 **Tema 1.** Problemas e questões de definição e cronologia
- 26 **Tema 2.** A visão romântica e a cristalização do conceito de Idade Média: modelos e motivos
- 29 **Tema 3.** Questões de periodização da literatura medieval portuguesa. O programa e os textos
- 32 Epítome
- 33 Bibliografia Sugerida
- 35 **Unidade 2: A transmissão do saber. Livros, manuscritos, mediadores. O ensino: escolas monacais e paroquiais. A corte, universidades e mosteiros. Cultura cortês e cultura monástica. A língua portuguesa. A memória clássica**
- 37 Objectivos
- 38 **Tema 1.** A transmissão do saber. Livros, manuscritos, mediadores. O ensino: escolas monacais e paroquiais. Universidades e mosteiros. Alguns referentes
- 42 **Tema 2.** A memória clássica: paradigmas e modelos. Leitores e tradutores
- 48 **Tema 3.** A língua portuguesa: suporte da comunicação e instrumento criativo. A nobilitação do vulgar. A questão da língua
- 50 Epítome
- 50 Bibliografia Sugerida

51	Unidade 3: Poesia lírica: géneros, subgéneros, escolas. Modelos para uma hermenêutica
53	Objectivos
54	Tema 1. Problemática da leitura de textos medievais: o registo oral e o registo escrito. Idade Média e literatura
57	Tema 2. Poesia lírica medieval. Géneros e subgéneros. Temáticas e formas. Universos líricos. Propostas hermenêuticas
75	Tema 3. Sátira, crítica, reflexão: cantigas de escárneo e maldizer. Um «Mundo ao Revés» ou antecipações ao «Desconcerto do Mundo»
83	Epítome
83	Bibliografia Sugerida
85	Unidade 4: Historiografia e ficção. Historiografia e mito. Livros de Linhagens e Crónicas. A novelística e a narrativa exemplar na fixação de sistemas de valores e categorias
87	Objectivos
88	Tema 1. Livros de Linhagens e Crónicas. Fontes e conteúdos. Testemunhos e modelos de análise
96	Tema 2. A novelística medieval: <i>A Demanda do Santo Graal</i> e a modelação no plano ético-cavaleiresco
102	Tema 3. A narrativa exemplar na fixação de sistemas de valores e categorias. O registo simbólico. Milagres e exemplos. Hagiografias
108	Epítome
108	Bibliografia Sugerida
109	Unidade 5: A didáctica político-social. A literatura como instrumento da memória e da formação de elites. O surgimento de uma nova mentalidade, rumo ao humanismo renascentista. Dois polos para a conquista do poder: a guerra e a política

111	Objectivos
112	Tema 1. Os tratados técnico-didácticos e a sua polivalência nos finais da Idade Média. A pedagogia régia: o <i>Livro da Montaria</i> e a <i>Arte de Bem Cavalgar a toda a sela</i> . A «guerra em tempo de paz»
117	Tema 2. D. Duarte e os seus «conselhos». O <i>Leal Conselheiro</i> ; D. Pedro, Duque de Coimbra e o <i>Livro da Virtuosa Benfeytoria</i> : a moral e a política
128	Epítome
128	Bibliografia Sugerida
129	Unidade 6: Fernão Lopes e os historiadores da primeira fase da Expansão: Gomes Eanes de Azurara, Rui de Pina, Garcia de Resende. O ocaso do espírito medieval e o limiar do Renascimento
131	Objectivos
132	Tema 1. Cronista-mor do Reino: conjuntura e razão. O projecto eduardiano de «poer en caronyca as estorias dos reis». Literatura e história: conflito e complementaridade
137	Tema 2. A Cronística de Fernão Lopes. A <i>Crónica de D. Pedro</i> e as raízes de um mito. História de vencidos e história de vencedores: a <i>Crónica de D. Fernando</i> e a <i>Crónica de D. João I</i>
159	Tema 3. Gomes Eanes de Azurara: a História como exaltação. Aberturas para um Humanismo. Polémica e algumas certezas. Outro Cronista-mor: Rui de Pina
175	Tema 4. Garcia de Resende, uma personalidade versátil. A <i>Miscelânea</i> , consciência do tempo. O <i>Cancioneiro Geral</i> , num universo em mutação. Temas e formas
195	Epítome
195	Bibliografia Sugerida

197 **Antologia**

199 **I** Poesia lírica e poesia satírica (Unidade 3)
199 Emissões
208 Leituras complementares

215 **II** Prosa (Unidade 4)
216 Emissões
218 Leituras complementares

239 **III** Prosa (Unidade 5)
240 Leituras complementares

255 **IV** Prosa (Unidade 6)
256 Emissões
260 Leituras complementares

275 **V** Poesia (Unidade 6)
276 Emissões
280 Leituras complementares

299 **Glossário Básico**

315 **Bibliografia Complementar**

Abreviaturas Usadas

Por razões de conveniência:

- a) serão abreviados os títulos de algumas obras, quando referidos quer em nota, quer no próprio texto. Assim:

CV	=	<i>Cancioneiro da Vaticana</i>
CBN	=	<i>Cancioneiro da Biblioteca Nacional</i>
CA	=	<i>Cancioneiro da Ajuda</i>
CG	=	<i>Cancioneiro Geral</i>
CCB	=	<i>Cancioneiro Colocci-Brancuti</i>
<i>Crest.</i>	=	José Maria Nunes, <i>Crestomatia Arcaica</i>
PMH	=	<i>Portugaliae Monumenta Historica</i>

- b) serão igualmente abreviados os nomes das instituições mais frequentemente mencionadas, tais como:

ANTT	=	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
INIC	=	Instituto Nacional de Investigação Científica
ICALP	=	Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
BN	=	Biblioteca Nacional (de Lisboa)
UNL	=	Universidade Nova de Lisboa

Introdução

O ensino da Literatura. Metodologia. Objectivos

Podemos dizer que uma ruptura didáctica se operou nos últimos anos, gerando ou acentuando a chamada «crise do ensino da literatura».

Com o sentido de humor que tantas vezes matiza o seu discurso crítico, eis o que, a tal respeito, diz Jorge de Sena:

A literatura [...] é algo de somenos que nunca me interessou; salvo raras excepções que me espantam, sempre a achei uma forma de analfabetismo, exactamente como o ensino universitário: uma e outra não conferem cultura, mas ideias feitas, preconceitos, muita presunção vazia. [...] sempre me parece que não estão falando de coisa alguma ...¹

¹ *Da poesia portuguesa*, Ática, Lisboa, 1959, p. 14.

De facto, e antes das últimas reformas, poderia encontrar-se como lugar de crítica a excessiva carga programática do ensino secundário, em que a extensão comprometia a qualidade e a profundidade do estudo, assentando sobretudo em lamentáveis abusos de memorização. Tratava-se de um convite ao psitacismo e à superficialidade, sacrificando muitas vezes uma verdadeira relação com o texto a meras enumerações de títulos e nomes, e a panorâmicas nem sempre criteriosamente seleccionadas. Como reacção, porém, a qual, tendo começado por ser sadia, em breve se apresentou deformante, chegou-se a uma situação que, sem receio de exagerar, classificarei como de ruptura. A simples análise dos actuais programas dos graus de ensino que precedem o ensino universitário coloca-nos hoje perante uma realidade que, se é diferente, não podemos, em boa verdade, considerar melhor. Com efeito, assistiu-se (e não só no plano do ensino da literatura como no de outras matérias) ao menosprezo sistemático pelo exercício da memória. «Les invisibles cathédrales de la mémoire», segundo uma expressão poética, talvez, mas também altamente significativa, de Michel de Certeau, foram profundamente abaladas. Com esse descrédito sistemático (e o correspondente desdém) se esvaziou de conteúdos informativos todo o edifício escolar, desde o ensino primário até ao ensino complementar e pré-universitário, chamado 12.º ano. Para além dessa abolição sistemática de memorização, a partir do que eu chamaria a crise da memória, redundando, obviamente, na ausência de referentes e na ruptura das raízes culturais que são seu postulado, pretenderam alguns ferir de morte essa realidade cultural que poderia dar pelo nome de erudição se, paralelamente, não se houvesse instaurado também o medo dos nomes. Memória e erudição, através de mecanismos dialécticos de duvidosa legitimidade e fundamentação, terão sido, assim, arredados dos quadros programáticos dos vários graus de ensino. Arredada a memória, estão ausentes os referentes necessários; arredada a erudição encontramos um saber reducionista. Um breve relance sobre os programas dos sucessivos níveis de escolaridade, tornaria, ao que me parece, estas considerações numa evidência. Cabe, neste con-

texto, perguntar qual o lugar do estudo da literatura no quadro da Universidade e como objecto de investigação séria e totalizante, cuja natureza passa, naturalmente, por um enfoque crítico. Cabe também definir métodos e objectivos, tentar responder às perguntas «para quê» e «como» o ensino da literatura.

É que, esse ensino, pela própria especificidade do seu objecto, coloca à partida alternativas metodológicas e estas conduzem a opções das quais dependem o planeamento e os objectivos subjacentes à própria construção de um programa e ao seu modo de execução.

Com efeito, um simples relance sobre as teorias metodológicas mostra um complexo percurso desde o método biográfico e histórico, de amplo e quase exclusivo alcance desde o século XVIII e durante o romantismo, até aos métodos abstractizantes das escolas formalistas e pós-formalistas, passando pelas propostas psicanalítica, sociológica, estilística, até chegar à mitocrítica. Desde concepções redutivas e isolantes até à interdisciplinaridade ou à perspectiva puramente estética, a literatura e o seu ensino são objecto de debates mais ou menos polémicos, mais ou menos radicalizados. E de cada ângulo existem riscos, que vão desde a dissecação mortífera do objecto estético, até à sua utilização como um mero pretexto para a exercitação (por vezes narcisista) de um discurso sociológico, psicanalítico, político, linguístico, etc. Parece-me ser, aliás, esse o sentido da reflexão de Meschonnic:

L'analyse formelle poussée avec cet esprit de système non seulement dépasse le perçu mais situe la valeur uniquement dans la complexité structurelle, transposant au niveau syntagmatique (et y bloquant l'analyse) ce que Valéry faisait pour le tissu sonore du vers, sans guère se référer aux paradigmes lexicaux de l'oeuvre, de toute l'oeuvre [...]. Non que cette formalisation morphologique (parfois excessive) soit vicieuse, mais elle cède à la facilité [...]. Surtout, elle a le tort de s'arrêter elle-même, alors que l'acte de communication poétique inclut bien d'autres rapports, dans l'oeuvre ou entre l'oeuvre et tout ce qui n'est pas elle, y compris ceux que l'histoire a créés. Le texte semble prétexte à l'exercice d'une théorie [...]¹

¹ Henri Meschonnic, *Pour la Poétique* I, Gallimard, Paris, 1970, pp. 22-23.

Acreditamos que toda essa «aventura» crítica e todas as possibilidades metodológicas, nomeadamente as da grande família estruturalista, podem, em certos casos, ser redutíveis; se tivermos em conta que as bases teóricas sobre que assenta o biografismo podem, se aplicadas de modo impróprio, ser paralelas aos pressupostos do método psicanalítico, observaríamos que, em ambos os casos, se encarceraria a obra literária nos condicionalismos que teriam impellido sobre o seu autor, quer estes tenham sido de ordem puramente vicissitudinária (método biográfico), quer tenham sido de ordem traumática e de origem psicopatológica (método psicanalítico). Semelhantemente, a atitude crítica parece-me poder, eventualmente, ser confundida entre o velho método histórico e os métodos de crítica sociológica propostos por algumas correntes actuais.

Assim, do referido e algo extenso elenco metodológico, ou melhor, de técnicas metodológicas, cremos que é possível, no limite, encontrar duas formas de perspectivar a incidência analítica e crítica sobre o fenómeno literário.

Ou a obra literária é considerada como um objecto autónomo, independente de qualquer circunstancialidade e funcionando só por si e em si mesma; ou, pelo contrário, ela é um objecto sínomo, lugar de convergência do textual e do extra-textual: remetendo para Meschonnic, o acto comunicativo de nível poético inclui relações no interior da própria obra ou entre a obra e o universo do real.

O problema parece residir no facto de que cada olhar ou cada forma de olhar a obra literária tende a instaurar-se a si mesma com exclusividade sobranceira. E eis que todos os outros modos de olhar são arredados com desdém por aqueles que se crêem na posse da única fórmula viável.

Aliás, Henri Meschonnic¹ explica, judiciosa e lucidamente, o «desdém» estruturalista pela história e pela filologia, como formas de aplicação diacrónica. Segundo ele, a preferência dada às análises funcionais em detrimento das análises diacrónicas terá a sua origem na própria natureza da escrita moderna, radicalmente diferente da clássica: «Ce sont les caractères de l'oeuvre qui ont engendré une réflexion nouvelle.» Ou seja, interpretando a doutrina subjacente a este pensamento, as análises diacrónicas continuam a constituir uma viabilidade positiva enquanto aplicadas a um discurso clássico, entendendo como tal as formas de discurso anteriores aos Modernismos, englobando, portanto, o discurso medieval. O que define lapidarmente: «Autre poésie, autre poétique».²

Ora, esse olhar exclusivo não é senão a coacção do «moderno», do «actual», do «novo» e do «inédito», onde, no fundo, de moderno, actual, novo e inédito passa a existir, por vezes, só um tipo de discurso pautado por uma nova retórica, marcado de tecnicismo hermético e desajustado em relação à própria natureza do fenómeno. «Hoy, las modas traen formalismos, estructuralismos y sociologías», afirma Andrés Amóros.³

Não queremos com estas considerações significar que perante o fenómeno literário e assumindo atitude crítica, repudiemos ou rejeitemos quanto as novas correntes hajam trazido de positivo, no sentido de, finalmente, se introduzir nos estudos literários um conceito de rigor e precisão científicos que pareciam não poder ser-lhes aplicados.

Pelo contrário, pensamos que se deve à ou às críticas modernas a imposição de normas disciplinadoras que a crítica impressionista rejeitara. Pensamos, ainda, que a contribuição convergente das várias áreas das Ciências Humanas, segundo um conceito de inter ou pluridisciplinaridade é uma conquista científica e metodológica importante. Não pode, porém, essa pluridisciplinaridade ser confundida com aquilo a que metaforicamente poderíamos dar o nome de «colonização disciplinar» e não pode, sobretudo, renunciar à experiência de outros métodos. Pluridisciplinaridade, plurimetodologia, parecem ser o caminho para alcançar o objectivo final do trabalho crítico, o qual deve dirigir-se à integridade ou à totalidade da obra, sem excluir dela a presença de um autor que em dado minuto foi o seu criador; sem ignorar o discurso

¹ *Op. cit.*, pp. 16-17.

² *Ibidem.*

³ Andrés Amóros, *Literatura y Educación*, Catedra, Madrid, 1978, p. 47.

histórico-cultural envolvente dessa situação ou desse minuto criador; sem negar, enfim, as conexões de interdependência que emergem de uma leitura pluridimensional.

Mas se estudar (e ensinar) Literatura é, essencialmente, ler, o que é facto é que o suporte material do texto é o livro. A literatura escrita — e a cultura escrita — dotada por esse simples facto de durabilidade — tem no livro, manuscrito e impresso, a sua expressão totalizante. Desse modo e porque tem de ser diferente, didacticamente, como foi dito, a abordagem da literatura actual, por exemplo, e a da Literatura Clássica e Medieval, em que o livro em si mesmo é também signficante, considera-se da maior relevância o contacto dos alunos com as espécies bibliográficas que são os testemunhos mudos mas eloquentes da memória literária e os suportes da cultura e dos seus referentes. Nesse sentido, o contacto directo com o livro pode ser uma experiência polivalente, no sentido de despertar no aluno que é também cidadão, o respeito pelo livro em si mesmo e, nos graus mais avançados, criar um quadro «histórico» do progresso e da transformação técnica e material do livro.

Apela-se para o aproveitamento dos recursos de âmbito regional: visitas cuidadosamente preparadas às Bibliotecas Municipais, Arquivos e outros espaços onde o livro, o códice, o incunábulo, o manuscrito, até mesmo na sua forma mais simples de borrão notarial, possa, visto de perto, encurtar ou anular o distanciamento, em relação ao passado, de uma geração (ou gerações) dominada, muitas vezes, pelo imediatismo e a precaridade.

Após as reflexões antecedentes, cumpre perguntar, em suma, qual a primeira e primordial função da docência, presencial ou a distância, qual o ponto de partida que motivará, em consequência, o trabalho crítico. Se, como dissemos, a função primeira é a de ler, será essa a motivação e objectivo maiores, num movimento circular de implicações: a leitura, como objectivo, motiva-se a si própria; é motor e objecto. E a condução da leitura deve tender para a criação de apetências e, até, necessidades de leitura: leitura no seu sentido mais amplo e mais profundo, não, evidentemente, a leitura ingénua, desprevenida, tomada como um mero «entertainment», mas a leitura crítica que, por si mesma, se torna ou tende a tornar-se num acto criador. Leitura, em suma, que é tentativa de alcance da significação que decorre da análise do signficante literário e do seu significado, correspondendo ao nível da expressão e do conteúdo, através da enunciação crítica e do estímulo dos mecanismos de reacção da sensibilidade estética, por vezes ainda adormecida no aluno, sobretudo quando em fase de iniciação.

O ensino a distância, dispondo de meios e técnicas que lhe são próprios, afigura-se capaz de privilegiar a sensibilização estética, a capacidade de visualização contextual, em suma, a hermenêutica potenciada pela interpretação da voz, eventualmente, da expressão corporal e, principalmente, da associação visual de objectos, monumentos (no seu sentido mais amplo) como memórias captáveis e persistentes de um passado que é também raiz.

Deste modo se alcançará a grande superação da dialéctica professor/aluno no quadro do ensino a distância: o percurso conjunto e globalizante para, mediante técnicas que apontam para o rigor, a precisão, a disciplina e a interacção; longe do amadorismo da intuição natural, tantas vezes supervalorizada; sem prescindir do estudo e do exercício quotidiano da leitura, fazendo do texto suporte privilegiado — mas apenas um entre vários — de uma reconstrução totalizadora e harmoniosa da sua génese, alcançar-se-á, finalmente, uma autêntica e profunda relação com o texto total. Considera-se que esse percurso é já por si só, investigação, uma vez que acreditamos que, por definição, o ensino universitário é, deve ser, investigação, trabalho conjunto de pesquisa, reflexão e análise, num projecto comum que envolve e compromete o professor e o aluno, mediante técnicas e instrumentos adequados. Tecnicamente, identificar-se-á este processo como fazendo parte do método indutivo, da descoberta e do triunfo da consciência.

Em síntese, e após as reflexões antecedentes, podemos dizer que o trabalho docente que incide sobre um programa literário deve ser leitura, abordagem pluridimensional e análise que não renunciará, como meios, a nenhuma das técnicas de comentário crítico que possam levar à inteligência do texto em toda a sua coerência e globalidade.

É esse, aliás, o pressuposto doutrinário de Meschonnic, através do qual se pretende detectar uma proposta teórica através duma prática: «la théorie ne peut être issue que d'une pratique», tratar-se-á, portanto, de interrogar a teoria em função da prática, partindo da leitura para a construção teórica. É esse, precisamente, o desafio de uma leitura global, de uma crítica como um todo, incidindo sobre um objecto — a obra literária, que é, por sua vez, também um todo, «homogeneidade do dizer e do viver». Só assim se alcançará a definição do valor de uma obra, a qual parece ser o objectivo final da actividade crítica e da investigação em Literatura: definição só possível em função dos dados e elementos que provêm da teoria da literatura, da história, da biografia, da psicanálise, da sociologia, enfim, de todo o contexto cultural que serve de enquadramento à obra e ao seu processo de criação, como realidade aloccêntrica mas também como sistema de signos, superando o velho dualismo entre forma e conteúdo e descobrindo, enfim, a grande unidade da forma-sentido. Rejeita-se, pois, a ciência literária como um saber **sem referentes**: poesia sem inquietação, aventura sem entusiasmo humano, autor sem identidade, tempo nem espaço.

O texto literário, submetido a uma visão multimoda, como a que propomos, converter-se-á num lugar de memória, de crítica e de reflexão, em suma, no lugar privilegiado para o exercício da liberdade e a aventura da criatividade.

Não se poderá, pois, perder de vista que o objectivo último e englobante do ensino visa permitir o acesso e o domínio da Língua, Literatura e Cultura Portuguesas, que dão conta de uma certa visão e de um certo modo de estar no Mundo. A leitura, a produção e a análise de textos, a reflexão sobre o fenómeno literário enquanto tal, e enquanto representação de um percurso inscrito na própria História, serão meios e vias para o alcance dos objectivos propostos.

Instrumentos didácticos e sua utilização

O aluno do presente curso de Literatura Medieval dispõe de três modalidades de instrumentos didácticos:

- O Livro e a Antologia
- Cassettes audio
- Cassettes video

O livro está dividido em UNIDADES DIDÁCTICAS, cujo conteúdo se encontra distribuído por TEMAS devidamente sumariados. No final de cada UNIDADE encontrará o aluno uma EPÍTOME, em que se compendia a súmula dos assuntos tratados. Cada UNIDADE apresenta uma bibliografia sumária de apenas duas ou três espécies bibliográficas de entre as obras portuguesas e acessíveis. No final do volume, porém, dá-se uma listagem bibliográfica mais ampla, nomeadamente de obras de consulta geral.

Por último, encontrará o aluno, no final do livro, um glossário das palavras, termos e expressões que ocorrem nos textos, a fim de facilitar a sua leitura e interpretação.

As cassettes audio consistirão na apresentação de textos complementares da matéria tratada no livro. Cada texto será precedido de um breve comentário. O aluno deverá combinar, progredindo na matéria, a utilização da Antologia e a audição das cassettes. A **Antologia** contém os textos considerados indispensáveis ou necessários como complemento de leitura. Nela o aluno encontrará também, devidamente assinalados, os textos que serão objecto de tratamento audio e/ou video.

Dada a natureza dos textos, quer dos que constam do **Livro** quer da **Antologia**, optou-se por adoptar a lição mais fidedigna dos editores. Contudo, e tendo em vista sempre a especificidade do ensino a distância, simplificaram-se os textos apenas nos casos de emprego de $i=j$ ou de $u=v$. Cremos que para um leitor pouco versado na escrita medieval, uma forma como **seia =seja** poderia colocar problemas de inteligibilidade.

Na **Antologia**, sobretudo quando se trata de textos que se considerou deverem ser objecto de leitura extensa, para apreensão do sentido global, eles são apresentados em *leitura modernizada*, o que não deixará de ser assinalado.

As cassettes video serão uma outra forma de complemento das matérias do livro: a imagem adequada a cada UNIDADE DIDÁCTICA ou a cada TEMA, conciliando som (textos e música). Terá em vista globalizar e contextualizar os conhecimentos transmitidos, numa perspectiva cultural e estética.

Compete ao aluno encontrar os seus próprios ritmos de aprendizagem e rentabilizar os instrumentos e o material apresentados, no sentido de serem cumpridos os objectivos fundamentais enunciados.

Programa

Unidade 1

Idade Média e Literatura Medieval. Algumas categorias e problemas.

Unidade 2

A transmissão do Saber. Livros, manuscritos, mediadores. O ensino: escolas monacais e paroquiais. A Corte, Universidades e Mosteiros. Cultura cortês e cultura monástica. A Língua Portuguesa. A memória clássica.

Unidade 3

Poesia lírica: Géneros, subgéneros, escolas. Modelos para uma hermenêutica.

Unidade 4

Historiografia e ficção. Historiografia e mito: Livros de Linhagens e Crónicas. A novelística e a narrativa exemplar na fixação de sistemas de valores e categorias.

Unidade 5

A didáctica político-social: a literatura como instrumento da memória e da formação de elites. O surgimento de uma nova mentalidade, rumo ao Humanismo renascentista. Dois polos para a conquista do poder: a guerra e a política.

Unidade 6

Fernão Lopes e os Historiadores da primeira fase da Expansão: Gomes Eanes de Azurara, Rui de Pina, Garcia de Resende. O ocaso do espírito medieval e o limiar do Renascimento.

BIBLIOGRAFIA GERAL E DE CONSULTA

Dicionário de Literatura, dirigido por Jacinto do Prado Coelho, Figucirinhas, Porto, 1987.

REIS, Carlos, *Técnicas de Análise Textual*, Almedina, Coimbra, 1978.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, Porto, s/d.

SILVA, Vitor Manuel Aguiar e, *Teoria da Literatura*, Almedina, Coimbra, 1981.

UNIDADE 1

**Idade Média e literatura medieval.
Algumas categorias e problemas.**

OBJECTIVOS

Após a leitura reflexiva desta UNIDADE, o aluno deverá estar apto para:

- Relacionar o período histórico da Idade Média com as manifestações literárias que nele se enquadram, num processo de evolução e diversidade.
- Compreender as diversas «visões» que da Idade Média tiveram os renascentistas e românticos.

Tema 1. Problemas e questões de definição e cronologia.

Quando Cristovão Keller (Cellarius) publica, em 1688 a sua *Historia Medii Aevi*, pode, talvez considerar-se que o conceito de Idade Média aparece, pela primeira vez bem definido. E contudo, subscrevendo a lúcida reflexão de José Mattoso, o espaço geográfico e cronológico que essa designação e esse conceito abrangem, não pode, obviamente, ser considerado de modo simplista e tranqüilo. Eis o que diz aquele medievalista:

Quando se fala de «espírito medieval» ou de «Cristandade», utilizam-se geralmente elementos, textos e documentos produzidos por uma pequena minoria, a minoria clerical, cujos representantes mais categorizados viajaram de facto bastante, sobretudo durante os séculos XII e XIV, utilizaram a mesma língua — o latim — e tomaram como referência os mesmos textos — a Bíblia, as obras de Santo Agostinho e de S. Gregório Magno, depois os compêndios da escolástica, Aristóteles e as compilações canónicas, além do *Decretum* de Graciano e do Código de Justiniano.

Vistas as coisas mais de perto, no entanto, existe uma enorme diferença entre o que se passa na Catalunha e na Galiza, no Lácio e na Borgonha, no País de Gales e na Normandia, para só citar exemplos de regiões relativamente próximas umas das outras, e que, por sinal, se chegam a englobar nas mesmas generalizações.¹

¹ José Mattoso, *O essencial sobre a Cultura Medieval Portuguesa* (séculos XI a XIV), I.N.C.M., 1985. Pode ver-se também do mesmo autor, *Identificação de um País*, 2 vols., Estampa, Lisboa, 1985.

Com efeito, a definição do conceito de Idade Média foi-se desenvolvendo e construindo a partir da tomada de consciência renascentista da oposição entre Antigos e Modernos, oposição obsidiante, tendente a mostrar, numa atitude de certa rebeldia e afirmação da superioridade dos Modernos, isto é, de si próprios, protagonistas, actores e espectadores da grande viragem do século XVI. Desse ponto de vista, entre os Antigos, representantes da Cultura clássica greco-romana e mediterrânica, e os Modernos, abria-se logicamente um tempo intercalar, um «buraco negro», uma época indefinida — a Idade Média.

Ideia, aliás, talvez equívoca, se tivermos em conta, com Thorndike, que «não há nenhuma linha divisória entre cultura 'medieval' e cultura do 'Renascimento'».²

De resto, a oposição ou não-oposição entre Idade Média e Renascimento encontra-se brilhantemente comentada no seguinte passo de Erwin Panofsky:

[...] é somente no caso da existência de um intervalo entre um passado que teria sido submerso e um presente que o viria libertar dessa submersão que um termo como *media aetas* ou *medium aevum* poderia ter surgido. E, além de servir para definir e nomear o que acreditava ter deixado para trás, este presente conferiu um estilo e um título, poderá dizer-se, não apenas ao que pretendeu ter realizado [Renascimento], mas também, e talvez mais sur-

² D. B. Thorndike, «Renaissance or Renaissance», in *Journal of the History of Ideas*, IV, 1943, p. 70.

preendentemente, ao que pretendeu ter restaurado: o mundo antigo e até então não designado [...] por um nome colectivo, começou a ser conhecido como *antiquitas, sancta vetustas, sacra vetustas*, e até *sacrosancta vetustas*.¹

Ora, como veremos adiante, o período (macroperíodo) chamado Idade Média esteve longe de ter perdido a memória e até a admiração pela Antiguidade e os seus valores e modelos.

Em qualquer caso e, sobretudo, porque nos importa neste lugar, demarcarmos o espaço de desenvolvimento literário português, interessa-nos sublinhar o facto de que o termo ou expressão «medieval», Idade Média, Meia Idade, cristaliza, em termos conceptuais, num período muito mais restrito do que aquele que é coberto pela designação. Com efeito, do ponto de vista histórico, o limite *a quo* é, segundo uns, 313 (Édito de Milão) ou 357, segundo outros, (baptismo de Constantino) ou ainda 476 (deposição de Rómulo Augusto). Para Henri Pirenne² a Idade Média terá começado muito mais tarde, com a invasão muçulmana, o que remete para o século VIII (711). O seu limite *ad quem*, porém, é sempre marcado pela queda de Constantinopla, sob os turcos, em 1453.

Contudo, e sublinhemos que em ciências humanas as datas não podem ser tomadas senão como referências, não como absolutos, tais datas têm um valor relativo e interessa-nos identificar o que, em termos conceptuais, Idade Média significa.

Se, na sua auto-definição, os homens do Renascimento — Idade Moderna — na euforia de uma individuação colectiva, foram levados, em alguns casos, a subestimar o período que os precedera, caberá aos Românticos valorizar um tempo que para eles se afigurava paradigmático na conquista de uma originalidade, na criação de modelos próprios e essa Idade Média situa-se entre o século VIII (invasão árabe) e os séculos XII, XIII, considerados como momentos privilegiados na liberdade da fantasia, da imaginação, da legitimação dos verdadeiros e autóctones valores. É a Idade Média do gótico, do mágico, da interpretação não demarcada entre o natural e o sobrenatural, é essa que surge como objecto privilegiado na recuperação levada a cabo por Alexandreerculano, Almeida Garrett e, mais tarde por esse outro romântico de aparência positivista, Teófilo Braga.

A cultura medieval surge-nos, essencialmente como uma combinação de valores opostos e contraditórios — condição de certo modo sedutora para o espírito romântico, auto-educado na indisciplina do espírito como condição de criatividade poética e literária. As fronteiras por vezes reversíveis e a interpenetração entre a vida e a morte, a iluminação e a loucura, a salvação e a condenação, a omnipresença do simbólico e o seu peso no próprio quotidiano, constituem denominadores que para além da diversidade espaço-temporal a que já nos referimos, lhe conferem uma unidade ou — se quisermos — uma coerência específica, na qual o conceito de hierarquia que, aliás, se irá diluindo com a aproximação dos tempos modernos, tem uma função predominante:³

¹ Erwin Panofsky, *Renascimentos na Arte Ocidental*, Presença, Lisboa, 1981, pp. 26-27.

² Henri Pirenne (1862-1935) foi um notável historiador que dedicou muito do seu trabalho a problemas da história medieval, nomeadamente *Les Villes du Moyen Âge*, publicado em 1927.

³ A obra de Aaron Gourevich, *Les Catégories de la culture médiévale*, Gallimard, Paris, 1983, dá-nos uma visão globalizante do universo contraditório a que nos referimos.

Neste Portugal vivia um milhão de pessoas hierarquizadas em classes, subclasses, grupos e subgrupos. Havia a nobreza, o clero e o povo. Mas a nobreza não traduzia uma única classe social: ricos-homens, infanções, cavaleiros e escudeiros distinguiam-se com nitidez por códigos de comportamento, de direitos e de deveres bem diferenciados. Breve se diluíram os infanções, se obliterou o termo de cavaleiro como grau tércio da classe superior, se esqueceu o significado primitivo de rico-homem.

Nos fins do século XIV e no século XV, havia vassallos do rei, havia cavaleiros e havia escudeiros. A expressão «fidalgo» aparece nos textos e a linhagem, mais do que os feitos de armas ou os cargos recebidos, estava na base da autêntica nobreza. É que um novo perigo, o da infiltração da burguesia, ameaçava a integridade do sangue [...].¹

¹ A. H. Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Sá da Costa, Lisboa, 1981, pp. 3-4.

Tema 2. A visão romântica e a cristalização do conceito de Idade Média: modelos e motivos.

Em 1828, na carta a Duarte Lessa, servindo de prefácio à 1.ª edição (Londres) do *Romanceiro* (1.º volume), Almeida Garrett, institucionalmente considerado como o introdutor e talvez o maior representante do Romantismo português, remete efectivamente para a «Meia Idade» a criação do que chama «a nossa poesia primitiva e eminentemente nacional», «primeiro balbuciar da nossa língua». Estabelece aí, na sequência, aliás, de textos seus anteriores, uma nova e surpreendente dialéctica: a dialéctica entre o nacional e o alheio, isto é, entre o que a Idade Média criara em termos literários e culturais e o que os eruditos humanistas dos séculos de subserviência clássica haviam imposto. É a valorização do gótico, como cristalização do estilo medieval que, à sua maneira elegantemente irónica e quase familiar Garrett explicita:

estilo clássico
vs
estilo medieval

Fatigados do grego e do romano em arquitectura e pintura, começámos a olhar para as belezas de Westminster e da Batalha; e o apetite embotado da regular formosura dos Pantéons e Acrópolis, começou, por variar, a inclinar-se para as menos clássicas, porém não menos lindas nem menos elegantes formas da arquitectura e da escultura gótica.

geração
arcádica

Sucedeu exactamente o mesmo com a poesia: enfastiados dos Olímpos e Gnidos, saciados das Vénus e Apolos de nossos pais e avós, lembrámo-nos de ver com que maravilhoso enfeitavam suas ficções e seus quadros poéticos nossos bis e tresavós; achámos fadas e génios encantos e duendes — um estilo diferente, outra face de cousas, outro modo de ver, de sentir, de pintar, mais livre, mais excêntrico, mais de fantasia, mais irregular, porém em muitas cousas mais natural [...].

tentativa de
recuperação
de modelos
e motivos

A poesia romântica, a poesia primitiva, a nossa própria que não herdámos de Gregos nem Romanos, nem imitámos de ninguém, mas que nós, modernos, criámos, a abandonada poesia nacional das nações vivas ressuscitou bela e remoçada, com suas antigas galas, porém melhor talhadas, com suas feições primeiras [...]

Aliás, já em 1825, no seu poema *Dona Branca*, considerado o primeiro texto do Romantismo português que é, também, de algum modo, um verdadeiro manifesto da estética romântica, ele repudiara os modelos literários clássicos: «Gentil religião, teu culto abjuro», acrescentando mais explicitamente «Ouve, escuta o alaúde romântico, ouve as coplas do amigo trovador: à nossa terra vamos [...]»¹

¹ *Dona Branca*, C. I, I.

Neste passo pensamos encontrar os tópicos fundamentais da nova estética que o árcade reconvertido proclama.

- A oposição entre o **alheio** e o **nacional**, isto é, entre a mitologia clássica (Vénus, Jove, Baco, Apolo) e os motivos originais de uma cultura nada e criada numa Europa não necessariamente ou exclusivamente mediterrânica;
- A oposição — convencional — entre o paganismo e o cristianismo, cristalizações da oposição entre o clássico e o medieval: «Disse adeus às ficções do paganismo, / E cristão vate cristãos versos faço»²

² *Ibidem*.

Outro tópico de reflexão sobre este texto a vários títulos notável, remete-nos para a identificação de instrumentos musicais com os estilos e modos poéticos. Assim, se a **lira** fora, desde a antiga Grécia, o emblema da poesia lírica³, a **flauta** ou **avena** e a **tuba** emblematizam em Camões, por exemplo, respectivamente a poesia pastoril ou bucólica e a poesia épica:

Dai-me ãa fúria grande e sonora
E não de agreste *avena* ou *frauta* ruda
Mas de *tuba* canora e belicosa [...]

Os Lusíadas, I, 5

³ A lira e a sua tradição musical, quer na versão de três e de sete cordas, remonta, na mitologia grega, a Orfeu, seu inventor. Homero é, tradicionalmente, representado acompanhando o seu canto com os acordes da lira.

Ora, neste passo de *Dona Branca*, eis-nos perante um novo emblema de um novo estilo poético, o **alaúde**⁴ a que o autor chama romântico e que remete para uma Idade Média onde o poeta procura acalentar **sonhos**, «embalar saudades», e, em suma, «dar folga/às ânsias d'alma co' as ficções do engenho»⁵.

⁴ Instrumento musical de cordas muito utilizado na música europeia entre o século XI e XVI.

Dona Branca, C. I, II.

No mesmo poema, em que o poeta concilia brilhantemente as «ficções do engenho» com a doutrinação estética de que se tornou arauto e líder, encontramos um novo vector da recuperação estética dos valores medievais e uma referência explícita à sobrevivência, na tradição oral desses mesmos valores e modelos:

¹ Pequena quinta que foi da minha casa, na qual passei os primeiros anos da infância, e ouvia as histórias da boa Brígida, velha criada que tinha todo o jeito e traça de bruxa, e era cronista mor de feitiços e milagres. (Nota do Autor).

² A este texto nos referiremos ao longo do nosso estudo.

Oh! magas ilusões, oh! contos lindos,
Que às longas noites de comprido inverno
Nossos avós felizes entretínheis
Ao pé do amigo lar, ao crebro estalo
Da assaltante castanha, e apetitoso
Cheiro do grosso lombo que, volvendo,
Pinga e rechia sobre a brasa viva!...
Pimponices de andantes cavaleiros
Capazes de brigar c' o mundo em peso,
Malandrinices de Merlim barbudo,
Travessuras de lépidos duendes,
E vós, formosas moiras encantadas
Na noite de S. João ao pé da fonte
Áureas tranças com pentes d' oiro fino
Descuidadas penteando — enquanto o orvalho
Nas esparsas madeixas arrocia
E os lúcidos anéis de perlas touca ...
Oh! magas ilusões, porque não posso
Crer-vos eu co' a fé viva doutra idade,
Em que de boca aberta e sem respiro,
Sem pestanejo um só, de olhos e orelhas
No *Castelo* escutava a boa Brigída¹
Suas longas histórias recontando
D'almas brancas trepadas por figueiras,
D' espertas bruxas de unto besuntadas
Já pelas chaminés fazendo vísperes,
Já indo, às dúzias, em casquinha d' ovo
Á Índia de passeio numa noute ...
E ai! se o galo cantou, que à fatal hora
Encantos quebram, e o poder lh' acaba.

É, portanto, através de uma recuperação mais intuitiva e colhida nas fontes de uma tradição oral (ainda que por vezes recorrendo à Cronística, como acontece com o poema *Miragaia*, estreitamente aparentado com o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro)² que Almeida Garrett empreende a valorização do que, para ele, em termos literários, culturais e estéticos é nacional porque medieval.

A metodologia de Alexandre Herculano, outro grande nome da primeira geração do Romantismo português, é outra, ainda que, no fundo, os pressupostos sejam coincidentes com os de Garrett. Para ele, homem de arquivos e documentos, as fontes provêm do enorme acervo de manuscritos que lhe passaram pelas mãos e que, em grande parte, compilou e publicou pela primeira vez nos quatro livros dos *Portugaliae Monumenta Historica*. Aí colhe os motivos da maior parte das narrativas de *Lendas e Narrativas* bem como dos romances históricos em que tenta reconstruir sociológica e psicologicamente o universo medieval, as suas categorias e valores. O que nos diz, na «Nota da 1.^a edição» de *Eurico, o Presbítero* (1844) é, efectivamente, a condensação em outro tipo de discurso, da explicitação mais ampla e, talvez, mais poética que Garrett formulara nos textos aqui referenciados.

Diz ele:

O período visigótico deve ser para nós como os tempos homéricos da Península. Nos cantos do presbítero, tentei achar o pensamento e a cor que convém a semelhante assunto, e em que cumpre predominem o estilo e formas da Bíblia e do Semunda-Edda,¹ as tradições cristãs e as tradições góticas que, partindo do Oriente e do Norte, vieram encontrar-se e completar-se, em relação à poesia da vida humana, no extremo Ocidente da Europa.

¹ Compilador de uma coleção de antigos poemas islandeses.

Para um e outro, porém, e até para os representantes da chamada segunda geração romântica, a Idade Média é um tempo-espço de nostalgia ou, no dizer de Albin Beau, lugar de protesto da variedade contra a unidade, da individualidade nacional contra a organização totalitária e niveladora do Império Romano [...]. A Idade Média apresenta-se-lhe como a época em que a nação chegou à consciência e realização da sua autonomia.²

² Albin Beau, *A História na concepção de Alexandre Herculano* in «Estudos», Coimbra, 1964, vol. II, p. 169. Veja-se ainda Helena Buescu, *Lendas e Narrativas de Alexandre Herculano*, «Apresentação Crítica», Comunicação, Lisboa, 1987, pp. 27-30.

Tema 3. Questões de periodização da Literatura Medieval Portuguesa. O programa e os textos.

O conceito de Literatura Medieval surge com uma certa imprecisão e sem correspondência com o que se entende por Idade Média em termos históricos.

Se a designação aponta para o largo período da história europeia ocidental que vai desde o fim do Império Romano (século V) até à queda de Constantinopla e, em simultâneo, ao advento do Renascimento (século XV), em termos de Literatura e, no caso presente, da Literatura Portuguesa, temos de reflectir sobre o âmbito e a caracterização do que é a Literatura Medieval Portuguesa. Essa reflexão determina, obviamente, as opções programáticas e o âmbito cronológico deste Curso.

Historiadores e críticos propõem várias fronteiras e quase não é possível encontrar um consenso. Autores como Gil Vicente, Garcia de Resende, Bernardim Ribeiro e até Sá de Miranda, introdutor do **soneto**, a forma fixa que de algum modo sinaliza o advento do Renascimento, são autores que ostentam na sua obra a marca ou marcas medievalizantes. Algumas composições suas figuram no *Cancioneiro Geral*, considerado o canto do cisne da poesia medieval portuguesa.³

³ Sobre o *Cancioneiro Geral*, nos debruçaremos na Unidade 6.

Assim, passaremos um breve relance sobre algumas propostas de periodização da Literatura Medieval, e dos seus limites a **quo** e **ad quem**.

Remontando aos meados do século XIX e às primeiras tentativas de sistematização da História literária portuguesa, retemos a proposta de A. C. Borges de Figueiredo, no seu *Bosquejo Histórico* (1846). O autor considera dois períodos que denomina de «Nascimento» e «Progresso». O primeiro vai desde a fundação do reino até D. Dinis, ou seja, desde 1139 a 1279. O segundo vai desde

¹ *História da Literatura Portuguesa*, 1927.

D. Dinis até D. João II, isto é, desde 1279 a 1500. Verifica-se, pois, que as fronteiras consideradas remetem para um critério que é determinado pela factologia histórica e não por uma fenomenologia literária, ainda que, de facto, a data de 1500 possa apresentar-se carregada de significados culturais que a tornariam defensável. Na sua *História da Literatura Portuguesa* (1927), José Agostinho considera também dois períodos que, curiosamente, designa de «Época de Formação» e «Época de Consolidação», a primeira abrangendo a Dinastia Afonsina e a segunda correspondendo ao período desde 1385 (início da Dinastia Joanina ou de Avis) a 1521 (morte de D. Manuel). No mesmo ano porém, Fidelino de Figueiredo¹ apresenta uma proposta segundo a qual as fronteiras ou limites são assinalados por factos de incidência cultural e literária. De algum modo, substitui os referentes meramente históricos por referentes literários, necessariamente optativos. Assim, dá como limites cronológicos para a Época Medieval as datas de 1189 e de 1502. A primeira, aponta para a data provável de composição da que se considera a mais antiga cantiga galaico-portuguesa, da autoria de Paio Soares de Taveirós, a célebre **cantiga da garvaia**. A data de encerramento da Época Medieval, para Fidelino de Figueiredo, isto é, 1502, remete para a representação da primeira peça vicentina, o *Monólogo do Vaqueiro*. Claramente considera Gil Vicente um autor fora da Idade Média e inserido na grande efervescência cultural do Renascimento, nas cortes de D. Manuel e de D. João III.

Dentro da Época Medieval, distingue dois períodos:

- 1.º De 1189 a 1434, data da criação por D. Duarte, do cargo de cronista-mor do Reino, provido por Fernão Lopes.
- 2.º De 1434 a 1502, início como já vimos, da carreira literária de Gil Vicente.

A data charneira de 1502 é, de resto, considerada por outros críticos, nomeadamente por Aubrey Bell.

A chamada **cantiga da garvaia** tem posto vários problemas de datação, de classificação e até de autoria.

No mundo non m' ei parella,
mentre me por como me vay,
ca ja moiro por vos e ay!
mia sennor, branca e vermella
queredes que vus retraya,
quando vus eu vi en saya.
Mao dia me levantey,
que vus enton non vi fea!

E, mia señor, des aquella
i me foy a mi muy mal, ay!
e vus, filla de don Pay
Moniz, e ben vus semella
d'aver eu por vos guarvaya,
pois eu, mia señor, d' alfaya
nunca de vos ouve nẽ ey
valia d' ùa correa.

Inúmeros e prestigiosos críticos se ocuparam desta cantiga, cuja fixação do texto, proposta por Rodrigues Lapa, é a que apresentamos, mantendo as oscilações gráficas (*sennor, señor, etc.*) e substituindo apenas *u* e *i* respectivamente por *v* e *j* quando com valor consonântico (*uus = vus, ia = ja*)¹.

A presente cantiga existe apenas no *Cancioneiro da Ajuda*, no qual não se encontra mencionado o nome do autor. Sendo assim, a sua autoria foi atribuída a Martim Soares, mas estudos posteriores levaram à confirmação da opinião de Carolina Michaëlis que a atribuiu a Paio Soares de Taveirós. Reservada e de algum modo duvidosa a atribuição da autoria, dissidências têm também surgido quanto à inclusão em um dos géneros trovadorescos: segundo alguns, trata-se de uma cantiga de escárneo, visto que quebra a lei do sigilo amoroso, imposto pela cortesia trovadoresca e nomeia ou identifica a dama que é objecto da cantiga. Tratar-se-ia da famosa Ribeirinha (identificação também interrogativa e talvez romântica, sublinhada na formosa narrativa histórica do Conde de Sabugosa, in *Donas de Tempos Idos*), favorita do rei D. Sancho I. A ser assim, a expressão **branca e vermelha** seria um traço descritivo das características físicas dessa dama que a tradição retrata como agressivamente ruiva e branca. Outras críticas, porém, desvinculam-se desta interpretação: **branca e vermelha** referir-se-ia ao arminho e à púrpura, atavios característicos do traje cortesão. Por outro lado, causa alguma perplexidade a referência a elementos como **saia, alfaia, correa** e, finalmente **guarvaia**, termo de significado também pouco claro, mas talvez **manto sumptuoso**.

Unânicos são, pois, os críticos em considerar esta composição «misteriosa», «enigmática», «desconcertante». De entre eles (Carolina Michaëlis, A. C. Pires de Lima, Elza Paxeco, J. M. Piel, Leo Spitzer, Peixoto da Fonseca, Bertolucci, J. Hovrent, Rodrigues Lapa, Francisco Rico, Elsa Gonçalves, etc.), retemos duas leituras divergentes, síntese das várias propostas existentes.

Leitura A

O poeta declara a sua infelicidade por se lhe representar a amada, branca e rosada (ou ruiva) que entreviu despojada do manto e em intimidade de traje (saia). Sente-se infeliz

Leitura B

O poeta aponta para um ressentimento de que vai ressarcir-se com o sarcasmo: alude maliciosamente ao atrevimento da filha de Paio Moniz, que se exhibe desguarnecida do púdicio manto. Insinua o

¹ Pretende-se, assim, facilitar a leitura do texto a alunos que não dispõem de apoio presencial. O mesmo critério será aplicado na transcrição dos restantes textos.

porque sabe que o seu
sentimento está longe
de ser correspondido,
já que nunca recebeu
dela nenhum penhor
amoroso, nem mesmo no
valor de uma **correa!**

contraste entre a sua
posição actual na corte
e a modéstia das suas
origens.

Basicamente as duas interpretações apontam respectivamente para a inclusão entre as **cantigas de amor** (leitura A) e as **cantigas de escárneo** (leitura B).

Relativamente às questões apontadas de periodização, neste curso optámos pela posição de certo modo institucionalizada e considerámos o programa enquadrado entre os finais do século XII e do século XV. Não apresentamos uma divisão periodológica mas sim uma distribuição por UNIDADES DIDÁCTICAS segundo critérios de taxonomia (classificação de géneros) e do posicionamento na construção de um universo cultural que, no decurso de três séculos evidentemente e progressivamente se encaminha para a era moderna. O tempo funciona, portanto, não como sistema de encarceramento cronológico mas como categoria vivencial.

É que, efectivamente, pensamos que os fenómenos culturais e humanos decorrem no tempo, mas num tempo que é, de algum modo, uma categoria privada e privativa. Alguns fenómenos culturais coexistem no tempo mas representam avanços ou atrasos de que a cronologia por si só não poderá dar conta.

Simultaneidades ou descontinuidades podem não significar analogias ou dissemelhanças: a relação de simultaneidade não é necessariamente de analogia, como a descontinuidade pode não ser dissemelhança.

Epítome

O conceito e designação de Idade Média são objecto de reflexões que mostram, em suma, a ambiguidade e, sobretudo, no decurso de um milénio, as contradições, convergências e metamorfoses sociais, políticas e mentais que se verificaram. Por outro lado, a Literatura Medieval, nomeadamente a portuguesa, não coincide com os marcos cronológicos que, historicamente, balizam a Idade Média.

Se a expressão Idade Média implicava, de certo modo, um juízo de valor para os homens do Renascimento, ao verem nesse período como que um hiato

cultural, pelo contrário, os Românticos empreenderão uma recuperação das categorias, modelos e motivos medievais, tendo, entre nós, como corifeus, os dois maiores nomes da primeira geração romântica, Almeida Garrett e Alexandre Herculano.

A Literatura Medieval portuguesa foi, a partir de então, objecto de reflexão, no sentido de se estabelecer, dentro da época medieval, uma periodização capaz de dar conta de uma diacronia complexa, que vai desde os finais do século XII aos finais do século XV.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

MARQUES, António H. Oliveira, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Sá da Costa, Lisboa, 1981.

MARTINS, Mário, *Estudos de Cultura Medieval*, Verbo, Lisboa, 1969.

MATTOSO, José, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, Guimarães ed., Lisboa, 1982.

UNIDADE 2

**A transmissão do saber. Livros, manuscritos,
mediadores. O ensino: escolas monacais
e paroquiais. A Corte, universidades e mosteiros.
Cultura cortês e cultura monástica.
A língua portuguesa. A memória clássica.**

OBJECTIVOS

Após a leitura reflexiva desta UNIDADE, o aluno deverá estar apto para:

- Identificar os vários modos de transmissão do saber: transmissão através do canal oral e através do canal escrito.
- Entender como se efectuou a preservação de uma memória clássica, aparentemente não conciliável com as categorias medievais.
- Ter uma noção sobre os modelos pedagógicos, desde as escolas paroquiais e episcopais até à criação do Estudo Geral.
- Identificar os motivos sócio-culturais que privilegiaram o estudo e até a tradução de alguns autores clássicos. Aperceber-se do desenvolvimento que se opera no uso literário da Língua Portuguesa.

Tema 1. A transmissão do saber. Livros, manuscritos, mediadores. O ensino: escolas monacais e paroquiais. Universidades e Mosteiros. Alguns referentes.

A fixação e transmissão do saber foi, de todos os tempos, uma aspiração humana. Remetendo-nos para o período de que nos ocupamos, facilmente verificaremos que essa transmissão se faz, essencialmente, por dois modos:

- «in praesentia» (através do canal oral).
- «in absentia» (através do canal escrito).

O primeiro modo envolve vários modelos pedagógicos, isto é, a escolaridade propriamente dita, que atinge uma parte restrita da população, e a acção de mediadores, difusores da cultura, de natureza mais ou menos lúdica, que atingem as faixas não escolarizadas (nem sequer alfabetizadas) da população.¹ O seu espaço é público, o seu modelo é a itinerância. São os herdeiros de categorias recorrentes em todas as civilizações cuja cultura repousa exclusivamente ou, pelo menos fundamentalmente, na oralidade. Precedem e depois coexistem com a cultura escrita, produzindo, por vezes, um intercâmbio mutuamente determinante. Um produto literário pode emanar da cultura escrita e insinuar-se nos modelos de transmissão oral ou, pelo contrário, estes poderão cristalizar numa forma escrita, menos lábil, menos flutuante e, em suma, definitiva e permanente. Essa constante dialéctica oral/escrito irradia numa constelação interdependente e interpenetrante de conceitos: tradicional/ /popular/culto, etc.

A difusão cultural em espaços como feiras, romarias, ajuntamentos, *onions* (uniões ou reuniões públicas) de modo imediato sugere as categorias que paralelas aos *aedos* e *rapsodos* da antiga Grécia, respondem às designações algo ambíguas de **jogral**, **segrel** e **trovador**:

Os nossos Cancioneiros mostram-nos que a cultura poético-musical não era privativa de uma classe: ao lado de reis, de príncipes e de grandes senhores, surgem os modestos profissionais. Estes, como aqueles, «sabiam ler», e isto habilitava-os a entrar em competição com os primeiros nas disputas poéticas a que estes os atraíam com o intuito de pôr à prova a sua capacidade. A diferença entre uns e outros estava em que os primeiros faziam da sua arte um complemento de galantaria devida às damas (se se tratava de composições de amor), ou um instrumento da sua dicacidade (se se tratava de composições satíricas), sem mirarem a outro prémio que não fosse o da própria satisfação estética: eram os **trovadores**, no sentido estrito da palavra; os outros, compunham **palavra** e **som** ou repetiam composições alheias, para «guarecerem», isto é, para proverem às necessidades da existência: eram os **jograis**. Na Península, os jograis, músicos e poetas, que andavam de corte em corte alugando os seus serviços, tinham o nome de **segréis**, termo este a que parece inerente um certo envilecimento: **segrel** ou homem de **segre**, secular, mundano.²

¹ Tenha-se presente a seguinte observação do medievalista A. H. de Oliveira Marques: «Mas analfabetismo, no conceito moderno não significava necessariamente falta de cultura na Idade Média [...]. Os conhecimentos teóricos e práticos transmitiam-se sobretudo por via oral. Tradições populares, romances, provérbios e sermões tinham na formação dos indivíduos e das colectividades um papel tão importante como o livro dos nossos dias» in *Sociedade Medieval Portuguesa*, Sá da Costa, Lisboa, 1981, p. 174.

² A. J. da Costa Pimpão, *História da Literatura Portuguesa*, ed. Quadrante, Coimbra, 1947, 1.º vol., p. 85.

Mas a transmissão presencial do saber faz parte também da acção pedagógica e pastoral da Igreja. No âmbito das catedrais, a partir dos púlpitos, no decurso de simples romarias ou grandes peregrinações (de que o mais prestigioso paradigma é a de Santiago de Compostela), na produção dos hinos e cânticos, na construção de um sermão de índole edificante e muitas vezes utilizando *exempla* e até na representação de cenas religiosas, os modelos culturais transmitem-se, fixam-se e até se metamorfoseiam. No sermão medieval latino avulta, sem dúvida, a figura de Santo António de Lisboa, ainda que a sua actividade se tivesse desenvolvido sobretudo em Itália, onde morreu em 1231.¹

Mas é, no fundo, a escrita e o apoio de uma escolaridade que garantem a continuidade numa Europa que os sucessivos sobressaltos políticos e sociais não haviam logrado destruir culturalmente. Verificamos então que a teoria educacional, ainda que adaptada a uma Europa militar e feudal, atravessa e triunfa de um longo período de caótico colapso.

A presença romana, no quadro cultural da Europa permitiu que não tivesse havido uma total ruptura entre o Antigo e o Moderno. Por todo o espaço europeu romanizado, nomeadamente em Espanha, as cidades conservam uma fisionomia arquitectónica bem romana, com as suas termas, teatros, vilas e templos. Nesse cenário se conservava o espírito de Roma durante o Império e os primeiros séculos da Idade Média. Córdova, Braga, Toledo, são notáveis centros de cultura e nos mosteiros e catedrais opera-se, lentamente, a conciliação da antiga cultura pagã, dos seus valores e modelos, com os valores e modelos cristãos.

Assim, verifica-se que na Idade Média, entre os séculos IV e VIII, a Península Ibérica (Espanha) conhece um tipo de educação apoiada como na antiguidade, na escola do gramático e do retor, constituindo um ensino laico, e nas escolas monacais que transformam mas aproveitam a pedagogia romana, dotando-a, todavia, de uma especificidade ético-religiosa. O ensino laico é, também, por sua vez, adaptado ao novo contexto político-social, associando à pedagogia romana o treino militar, o código de honra e a catequização moral e religiosa: destinava-se a formar cavaleiros e dessa formação ou desse ideal formativo a literatura de cavalaria dá-nos numerosos e sugestivos modelos. A educação monástica por seu lado, destinava-se a formar monges, sujeitos a uma disciplina severa e a um programa estrito em que, uma vez mais, se conciliavam os textos sagrados e alguns clássicos não proscritos, nomeadamente Séneca, Cícero e Virgílio.

No tratado *Institutionum Disciplinae*, atribuído a Isidoro de Sevilha,² estabelece-se um verdadeiro programa que condicionou a educação na Península Ibérica a partir do século VII:

Logo na mais tenra idade, convém que a criança conheça as letras elementares e que a seguir brilhe no conhecimento das artes liberais, que aprenda o acento das sílabas e saiba o significado das palavras. É necessário que cante lentamente, aprendendo a arte de modular a voz [...]. Os seus movimentos serão

¹ Fernando de Bulhão, nasceu em Lisboa por volta de 1190, tendo professado cerca dos 20 anos na ordem de Santo Agostinho. Em 1220 fez-se frade franciscano, tomando o nome de António. A sua formação começou na escola da catedral de Lisboa, continuando em S. Vicente de Fora e mais tarde em Santa Cruz de Coimbra.

² Isidoro de Sevilha (560-626) foi não só um notável escritor eclesiástico como uma alta figura cultural que dominou o pensamento europeu da Idade Média. Entre os seus numerosos escritos salienta-se *Etymologiae*, espécie de enciclopédia

em 20 livros, versando o que ambicionava ser um saber totalizante. Nasceu em Cartagena e morreu em Sevilha.

harmoniosos e dignos, não rápidos, agitados ou desordenados [...]. Quando chega à adolescência [...] e já que um coração forte deve comandar um corpo vigoroso, que a preguiça, o prazer, a ociosidade ou a opulência não o amoleçam e que a riqueza dos pais não o conduza à indolência e ao luxo [...]. Uma das principais finalidades dos estudos daqueles que são dignos de os fazerem, é que o perfeito orador reclame como único bem toda a dialéctica, que encontre as suas armas não só nas oficinas de declamação dos retores, mas no campo das escrituras sagradas, que se ocupe da ciência jurídica, que entenda a filosofia, a medicina, a aritmética, a música, a geometria, a astrologia [...].

Trata-se, como vemos, de um programa cultural que pode considerar-se o «espelho do jovem nobre» e o prelúdio do que serão os **Estudos Maiores** no âmbito do Estudo Geral.

As escolas de jurisdição eclesiástica, chamadas **aulas**, funcionavam em diferentes instâncias, e, em função da possível sistematização, mencionaremos a Escola (Aula) episcopal de Santa Cruz de Coimbra, fundada em território portugalense pelo bispo D. Paterno. Nas Sés Catedrais de Lisboa e Braga e, após os concílios de Latrão (1173 e 1215), em quase todas as Sés, existiam essas escolas, directamente dependentes dos bispos, a quem incumbia «velar pela catequese dos seus diocesanos». ¹ Essas escolas ou aulas episcopais guardam, como vimos, o essencial da educação antiga (romana) e entram no âmbito das instituições portuguesas. Acarinhadas, desde a fundação do reino, por D. Afonso Henriques, surgem também as escolas monacais, conventuais ou claustrais, junto de igrejas e mosteiros de crúzios, bentos e bernardos, cujo número ultrapassa cento e cinquenta, ponto de partida da instrução monacal no âmbito da história portuguesa. Destinavam-se à formação dos noviços, a partir de uma idade tenra. De entre as mais importantes, mencione-se Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça.

A **Colegiada** de Guimarães e os **Colégios** de S. Paulo e S. Clemente ministravam um ensino de grau mais elevado, mantendo um mestre de Gramática e incluindo o estudo também da Lógica, da Medicina, Cânones e Teologia. O âmbito curricular aproximava-se e preparava a ambição de um Estudo Geral. Este, de facto, vai surgir, saído da iniciativa simultânea e conjunta do rei, mosteiros, cidades, associações, professores e estudantes, com a aprovação do Papa. Ao contrário das escolas monásticas, que preparavam para carreiras regrentes ou eclesiásticas, o Estudo Geral, mais tarde elevado ao estatuto de Universidade, ao incluir a disciplina de Teologia, preparava também para carreiras civis.

De facto, em Novembro de 1288, em Montemor-o-Novo, o Prior de Santa Cruz de Coimbra, o Abade de Alcobaça e outros priores e abades entravam em conciliábulo, do qual saiu, em 22 do mesmo mês, uma petição ao Papa, assinada também pelo rei, para a fundação do Estudo Geral. A Bula do Papa, de 12 de Agosto de 1290, tem o seu corolário no alvará régio de Outubro, criando o Estudo Geral, no bairro de Alfama, no qual se ministravam Gramática, Lógica, Física (Medicina), Direito Civil, Artes e Cânones.

¹ A. H. Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 173.

O Estudo Geral, futura Universidade, será objecto, por parte do seu fundador D. Dinis e dos seus sucessores, de grande empenho e desvelo. Em 1309 o rei promulga um diploma em que coloca os estudantes sob a sua protecção, estabelecendo sanções para aqueles que não respeitarem tais imunidades:

[...] a quantos esta carta virem faço saber que eu recebo em minha guarda e ã minha encomêda e so defendimêto todollos scollares que steverem no studo de Coimbra [...]¹

¹ A. G. da Rocha Madahil, *Livro Verde da Universidade de Coimbra*, p. 27.

Em 1357, D. Pedro promulgara por seu lado um diploma que parece ser o primeiro documento português relativo a livros didácticos, referenciando, aliás, um dos que, com mais persistência, circularam nas aulas de latim, dominando, com a sua filosofia simplista e pragmática, o panorama das leituras escolares: os *Dísticos de Catão* (*Disticha Catonis*). Não se trata de Marco Pórcio Catão, o moralista romano, intransigente inimigo de Cartago, nem de seu filho Liciniano Catão, jurista e autor da *Regula Catoniana*. Trata-se de Dionísio Catão, do século II d. C., autor de uma colectânea de sentenças morais em dísticos latinos, de feição gnómica e aforística. Essa colectânea anuncia no título, que se dirigia ao filho: «*Dionysii Catonis disticha de moribus ad filium*» (*Dísticos de Catão acerca dos bons costumes dirigidos a seu filho*). No entanto, título, autor, data, mesmo aproximada, são duvidosos. O que não oferece dúvidas é a influência que essa obra teve na formação humanística e universitária. O próprio e severo Erasmo a louvou e, em pleno século XVI, ela era ainda o **Manual** por excelência, de entre as chamadas **leituras menores**, via de acesso fácil e directo aos segredos da língua latina e, ao mesmo tempo, guia de senso comum, prudente e realista. A obra de Dionísio Catão, modesta e ingénua, paradoxalmente repositório de secular sabedoria, estruturada em ritmo e rima adaptados à memorização axiomática, foi divulgada pela imprensa, glosada, comentada, traduzida em francês, italiano, castelhano e inglês, publicada em Lisboa, por Germão Galharde, em 1521, *Castigos e exempros de Caton*, depois de um longo itinerário de manuscritos em circulação entre escolares portugueses. Podemos, pois, admitir que ele teria sido, senão o livro de cabeceira de D. Duarte, pelo menos uma das obras mais manuseadas da sua biblioteca, já que a sua sabedoria «bárbara», segundo o juízo de Ortega y Gasset, estava de certo modo de acordo com o pensamento prático de D. Duarte. É por isso que o alvará de D. Pedro a que já nos referimos, consente que ele seja **lido**, isto é, interpretado, mesmo fora do âmbito do Estudo Geral, ao contrário de outros, os **livros maiores**.

Em síntese, verificámos, pois, que no limiar da Idade Média, os mosteiros do Reino Franco e das Espanhas se tornaram assinaláveis centros culturais, em que se preservaram da conquista árabe as ruínas da cultura mediterrânica. Daí se compreende a preocupação prioritária dos concílios hispânicos quanto à organização das escolas paroquiais e episcopais a que já nos referimos. Em 527, o Concílio de Toledo havia decidido a constituição de internatos de clérigos, formados desde tenra idade na *domus ecclesiae*. O quarto Concílio de Toledo, em 633, torna o percurso escolar mais exigente. Aí são formados

homens como Frutuoso, Martinho e Leandro de Braga que, segundo as prescrições de Isidoro de Sevilha, deviam, antes de mais nada,

[...] conhecer satisfatoriamente a gramática para compreender, sem o auxílio da pontuação, onde termina um grupo de palavras, onde a frase fica em suspenso e onde finalmente, se completa o sentido.¹

¹ De Ecc. Officiis, II, 11.

Tema 2. A memória clássica: paradigmas e modelos.
Leitores e tradutores.

Ao examinarmos a programação curricular da escola medieval, verificamos que a ciência gramatical é, a partir de Isidoro, durante toda a Idade Média, apoiada sobretudo pelos manuais de Donato e Prisciano, donde derivará aliás o plano e a conceptualidade subjacente às obras gramaticais posteriores. Só depois de conhecidas as principais regras do latim, passando pelo simplificado discurso de Catão a que já nos referimos, o aluno passa a interpretar poetas e historiadores, como Virgílio, Estácio, Terêncio, Horácio, Ovídio, Tito Lívio, com incidência especial em Cícero e Séneca. Vemos então que a Gramática, a primeira disciplina do *Trivium*, é a ciência omnipresente. Segundo Isidoro, ela é o fundamento das belas letras, a mãe gloriosa da eloquência, a ama de todas as artes. Sem ela, a Dialéctica e a Retórica não teriam o seu instrumento nem a sua base.

Com efeito, desde os primórdios de uma reflexão linguística, remontando na tradição cultural do Ocidente, à reflexão grega, transmitida ao pensamento romano, a constituição da gramática visa dois objectivos dificilmente distinguíveis no seu início: a elucidação teórica do problema da origem, natureza e essência da língua e o estabelecimento de uma norma. Esses dois objectivos cristalizam na construção de duas perspectivas: a gramática «especulativa» (*gramatica speculativa*) e a gramática «preceitiva» isto é, normativa e pragmática.

A primeira fora, efectivamente, criação do espírito abstractizante dos Gregos: a gramática grega, não sendo ainda uma ciência histórica no verdadeiro sentido do termo, é já, contudo, uma gramática «científica», abrindo-se ao pensamento lógico e irá sobreviver, embora decadente, em Roma e em Bizâncio, conservando-se através de uma Idade Média monacal e eclesiástica, ao fazer parte, com a Lógica e a Retórica do *Trivium* medieval.

Ao meditar pela primeira vez sobre a natureza da linguagem, o problema essencial consistia na tentativa de se definirem as relações entre a realidade e o nome. Problema mais dificilmente resolúvel em termos lógicos, o da origem da linguagem: dádiva da Natureza ou criação convencional do homem? Tais problemas de fisionomia filosófica, abordados pelos filósofos sofistas, são

retomados por Platão em *Crátilo*, mas é à reflexão de Aristóteles que deve atribuir-se a verdadeira criação da ciência gramatical. É ele que declara que as palavras são **símbolos** ou **sinais** e não imagens exactas da realidade. São pois, «imitações», no sentido aristotélico de *mimesis*. Distingue as partes do discurso e as categorias gramaticais como categorias lógicas. Antecipações indubitavelmente brilhantes, são sistematizadas e reduzidas a esquemas regulares pelos Alexandrinos, ávidos de precisão e de rigor. Dionísio da Trácia (séculos II - I a.C.) tornou-se o modelo gramatical durante séculos, dominando toda a Idade Média. São os obreiros da ciência helenística da gramática que, pela etimologia e pela doutrina das partes do discurso, se vincula à teoria dos sofistas e visa a exegese dos poetas antigos, além de Dionísio da Trácia, Asclepiades de Mirleia e Filóxeno. Essa tradição helenística dá, pois, origem a um conjunto de cópias de textos antigos de leitura bastante rigorosa e apurada.

Em Roma, no tempo dos Gracos, o exemplo grego suscitara um estudo gramatical ocasional e fragmentário, o qual Varrão procurou reduzir a um esquematismo pragmático. A gramática, porém, como disciplina especial, devia surgir na primeira época imperial, quando gramáticos gregos, como Dionísio e Valério Probo vêm para Roma. O ensino da Retórica, estreitamente vinculado ao da gramática, é finalmente recolhido no grande *corpus* constituído pela obra de Quintiliano. As obras de Élio Donato, Sérvio e Prisciano são o repositório mais completo da erudição antiga.

Estamos no limiar da Idade Média. A divisão do Império Romano — oriental e ocidental — arrasta uma fragmentação cultural onde só a Igreja mantém uma civilização unitária que abrange os estados germânicos, o reino franco e os estados ibéricos. Os mosteiros tornam-se nessa altura os centros culturais onde se salvaram as ruínas da conquista árabe da Espanha.

Ora, a Igreja escolhera para seu uso a língua latina literária, e é assim que a gramática, sempre a par com a Retórica, se conservou, como vimos, no âmbito da escola cristã e, com ela, um resto da cultura enciclopédica antiga nas sete artes liberais que constituíam o *trivium* e o *quadrivium*. Contudo, mais do que uma das artes liberais, a gramática torna-se, durante a Idade Média monástica, a arte por excelência, aquela cuja importância sobreleva as demais, a tal ponto que alguns letrados consideram excessivo o relevo que lhe era dado pelos mestres.

Sempre associada à Retórica, como arte de bem falar e bem escrever, a Gramática visava primordialmente o ensino das principais regras do latim, depois do que o aluno era levado a interpretar poetas e historiadores: Virgílio, Estácio, Terêncio, Horácio, Ovídio. Este esquema didáctico permanecerá rigidamente muito além da Idade Média e prolongar-se-á pelo Renascimento. É, pois, evidente que a designação de uma disciplina especial dentro do *trivium* chamada «Gramática» se tornou, por antonomásia, sinónimo de **Gramática Latina**. Essa hegemonia total da cultura latina, e uma também quase total negligência pela cultura grega, manifesta-se duplamente, ao nível dos textos e autores utilizados. A tal ponto, que podemos dizer que em certa altura, por

¹ Cassiodoro, *Var.*, IX, 21, MGH, AA, XII, p. 286: «Formosíssimo fundamento das letras, mãe gloriosa da eloquência, a qual ensinou a falar sem vícios».

volta do século X, o humanismo pagão põe em risco a cultura cristã. Sêneca, Catão, Aviano, são os livros escolares utilizados desde a época romana e só paulatinamente vão sendo substituídos por textos cristãos. E não total ou definitivamente: quando o processo de substituição poderia estar concluído surgirá o Renascimento e, com ele, uma revalorização dos textos antigos.

Em suma: podemos dizer que a Gramática, prelúdio da iniciação literária, é o verdadeiro fundamento da erudição medieval: «Fundatum pulcherrimum litterarum mater gloriosa facundiae quae [...] novit [...] loqui sine vitio».¹

Durante a Idade Média, e concentrando a atenção no âmbito geográfico da Península Ibérica, encontramos escolas episcopais e monásticas em que o ensino da Gramática tem larga primazia. No concílio de Toledo, em 527, constituíra-se uma legislação que fundava internatos no seio da *Domus ecclesiae*. Aí se formaram, como já vimos, os espíritos mais cultos da Espanha cristã: Frutuoso e Martinho, bispos de Braga, e Leandro, irmão de Martinho, formados, sem dúvida, ao abrigo de leituras profanas, mas, em compensação, amplamente industriados no estudo da Gramática e da Retórica. Isidoro de Sevilha preconiza, a propósito: «melhores são os gramáticos do que os heréticos».

Contudo, ao verificar-se a continuidade de uma tradição gramatical de origem greco-latina, «congelada» pelo ensino monacal da Idade Média, e que virá desembocar enriquecida, no Renascimento, poderá perguntar-se que outros factores culturais deverão ter influído nesse enriquecimento subterrâneo e oculto. Qual a medida da influência árabe e, principalmente, judaica na criação de uma ciência gramatical moderna? Tal sector de averiguação ultrapassa, no entanto, os limites do nosso estudo, pelo que a solução continua em aberto.

Ora, é a tradição gramatical, conservada ao longo de uma Idade Média insuspeitadamente erudita, que passa ao Renascimento ligada ao conceito tipicamente renascentista da exaltação dos valores modernos: a fronteira entre Idade Média e Idade Moderna, sublinhamos é, pois, lábil e, muitas vezes convencional.

Os gramáticos do Renascimento serão, antes de mais nada, verdadeiros elos de ligação entre o legado grego e a ciência linguística moderna, garantindo a continuidade e utilizando as inovações decorrentes de um novo contexto, perante o qual estavam atentos, numa típica atitude presencialista.

Mais precocemente em Itália que nas restantes zonas do espaço românico, embora vinculadas ainda ao pensamento medieval, surgem as primeiras reflexões sobre a língua vulgar com a obra de Dantè *De vulgari eloquentia*, reflexões, aliás, retomadas episodicamente no *Convívio*, na *Divina Comédia* e na *Vita Nuova*. Apresenta uma tentativa de classificação das línguas, que divide em três ramos: grego, germânico-eslavo e romance, este subdividido em francês, *langue d'oc* e italiano. Alude também ao mito da Torre de Babel como explicação da diversificação linguística, o qual raramente deixará de ser retomado pelos gramáticos dos períodos renascentista e barroco.

Ora, tais reflexões, pela primeira vez referidas a uma língua romance, apresentam uma enorme importância, na medida em que colocam as línguas vulgares a um nível até então reservado ao latim. Efectivamente, na Idade Média, estas eram consideradas apenas como instrumento de evangelização da massa iletrada, e não como objecto de reflexão e de estudo. Verifica-se, pois, que, a partir de uma tradição gramatical ligada à tradição latino-humanística da Idade Média, os homens do Renascimento, seus herdeiros e continuadores, construirão um esquema gramatical que vão aplicar às línguas modernas, como primeiro estágio da nobilitação destas.

O conhecimento e estudo da Gramática relaciona-se de perto com o problema da tradução, como factor de enriquecimento, constituindo tema de debate e campo de exercitação desde a Idade Média. Podemos dizer, com efeito, que já então a cultura latinizante é atestada nomeadamente através de numerosos códices alcobacenses.¹

O exame dos códices alcobacenses, por exemplo, mostra uma surpreendente riqueza de manuscritos de carácter linguístico-gramatical, muitos deles originários dos *scriptoria* alcobacenses, ainda que alguns tenham proveniência estrangeira. Assinalemos, entre os mais significativos, as várias cópias da *Grammatica Ebrardi*, o códice intitulado *Notabilia seu annotationes in Grammaticam* e o espantoso códice *Vocabularium Latinum tribus partibus distributum* da autoria de Frei Afonso do Louriçal. Mencione-se ainda a *Anonymi Glosa in Isaiam*, dotada de uma listagem importante de verbos latinos traduzidos em português. Alguns exemplos apenas de uma série de instrumentos didácticos no domínio linguístico, que demonstram uma preocupação claramente evidenciada, em termos teóricos, por D. Duarte em *Leal Conselheiro*, ao indicar, uma a uma, as regras para bem «trelladar» do latim (Cf. cap. XC). Aliás, anotações e uma quase-doutrina em torno da problemática da tradução do latim em vulgar são uma vez mais abordadas pelo rei-escritor no *Livro dos Conselhos*, proveniente da Cartuxa de Évora.

No esforço de conciliação da cultura antiga com um sistema novo em que se misturam os elementos cristãos com traços de marcada origem árabe e hebraica, os intelectuais da Idade Média hispânica conseguem de facto esse feito espectacular que durante muito tempo muitos atribuíram ao Renascimento. Na verdade, o Renascimento encontrou já feita a conciliação: durante a Idade Média, quase não há obra mística e moral que não mencione e até cite os autores latinos que nunca deixaram de circular, ainda que, por vezes, sob reserva. Cícero, Séneca, às vezes Virgílio e Boécio (mais raramente Horácio, cujo risonho epicurismo o tornava mais dificilmente consentâneo com o pensamento cristão de tendência estóica) aparecem ao lado de Santo Agostinho, São Bernardo ou São Tomás. É que, precisamente, as obras (filosófico-morais) de Cícero e de Séneca se prestavam, aos olhos dos pensadores da Idade Média como esplendidamente adequadas à fundamentação do estoicismo moral que determinava um dos mais importantes parâmetros da reflexão cristã.²

¹ A designação *códice* aplica-se na Idade Média aos volumes manuscritos constituídos por folhas de pergaminho, papel ou papiro, cosidos e encadernados à maneira de livro. Os mais belos códices portugueses provêm de Santa Cruz de Coimbra, Lorvão, Alcobaça e S. Mamede, destacando-se pela beleza das iluminuras e capitais o *Apocalipse de Lorvão*, *Livro das Aves*, *Cancioneiro da Ajuda*, *Crónica Geral de Espanha*, *Livro de Horas de D. Duarte*, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, etc.

² Cf. a reflexão de M. Gonçalves Cerejeira: «Latinos e Gregos conservaram sobre a alma medieval um secreto prestígio. Aristóteles reinou despoticamente no terreno da filosofia; Cícero no campo moral era citado, como um Padre da Igreja. Os poetas Virgílio, Ovídio e Lucano foram lidos com fervor». *O Renascimento em Portugal*, II, Coimbra, 1975, p. 31.

Detenhamo-nos um pouco mais sobre a admirável figura de Cícero e verificaremos que a sua presença se assinala, ao longo da Idade Média portuguesa, sobretudo segundo dois vectores, ambos determinantes da cultura medieval: a Moral e a Retórica, esta, como vimos, em estreita ligação com a Gramática, omnipresente e tutelar. Longo seria, ainda que certamente significativo, inventariar todos os lugares da escrita medieval em que se encontra Cícero como autoridade moral. Familiarmente, ele aparece chamado quer por Marco Túlio, Túlio, Cícêrão e até, pitorescamente, como que numa tentativa para o integrar no sistema social vigente, por Dom Cícêrão, nessa obra curiosíssima o *Boosco delleytoso* que, impressa em Lisboa, em 1515, é, certamente mais antiga, apontando para princípios do século XV ou até finais do século anterior, segundo a opinião de Leite de Vasconcellos. No *Boosco* referem-se *Dom Pratom*, *Dom Virgilio*, *Dom Cicerom*, *Dom Quintiliano*, *Dom Seneca* e ainda *Oracio*, como autoridades de peso e credibilidade equivalentes a São Bernardo ou São Tomás, no incitamento à vida retirada e ao abandono das tribulações mundanas.

Outros códices de feição místico-religiosa, nomeadamente o *Virgeu de Conso-laçon* e o *Castello Perigoso* (1368) reflectem limpidamente a presença de Cícero, como lugar de exemplificação moral. Transcrevemos o seguinte passo que é, na realidade, uma «trelladação» (tradução) de um passo bem conhecido da obra ciceroniana:

Foram dous filosofos pagãos que muito se amavam. [...] ùu dos amigos avia nome Damon e o outro Pitias. O emperador de Roma mandava matar ùu, o qual demandou espaço pera ordenar seus feitos [...]. E aquele seu amigo o fiou de boa mente [...].

É óbvio que, neste passo, se recupera como **valor cristão** a fidelidade na amizade dos «dous filosofos pagãos».

Contudo, é na corte dos Príncipes de Avis que o itinerário e a presença ciceroniana se torna constante e, até, determinante.

Assim, Vasco Fernandes de Lucena, representante do rei D. Duarte no Concílio de Basileia, em 1435, traduziu, provavelmente a pedido do Infante D. Pedro, o diálogo de *Senectute (Acerca da Velhice)*, que deixou manuscrito e terá sido destruído no terramoto de 1755. Esse diálogo, aliás, que de certo modo formava um *corpus* ético-filosófico com *De Amicitia (Acerca da Amizade)* e *De Officiis (Acerca dos Deveres)* foi, mais tarde, traduzido e publicado por Damião de Góis: *Catão Maior* ou *Livro da Velhice*.

De Officiis é traduzido pelo Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, que dedica a obra a seu irmão, o rei D. Duarte, o qual, por sua vez no *Leal Conselheiro* (Cf. Prefácio) informa explicitamente: «fiz tralladar [...] algũs cappitulos doutros livros», entre os quais, exactamente, o *De Officiis* ou *Livro dos Deveres*.

Para além da tradução do erudito Infante D. Pedro do *De Officiis*, no seu *Livro da Virtuosa Benefyturia*, mais próximo do *De Beneficiis* de Séneca pela argu-

mentação e a intenção marcadamente sócio-política, por várias vezes Cícero é também citado como referente moral e mestre da arte retórica. Numa delas, o que nos parece significativo, é mencionado o «sonho de Scipião africano», que contém, como se sabe, uma profunda doutrina política, prevendo a imortalidade dos que «fazem bem à Pátria».

Na biblioteca de D. Duarte, à qual remonta o fundo mais antigo da Biblioteca Nacional, existia no «Título dos livros de linoagem do claro rey dom Duarte» o *Marco tulio o qual tirou em lingoagem o Ifante dom Pedro*, outro *Marco Tulio* (além de *Julio Cesar*).¹

E, para além das «tralladações» feitas ou encomendadas pelo rei, é certo que a lição moral de Cícero está presente em muito da reflexão eduardiana. No *Leal Conselheiro*, ainda que remetendo para uma experiência vivida (é, aliás, esse um dos factores de originalidade do autor, na pesquisa quase masoquista dos mistérios do eu), ao capítulo «Do Amor» subjaz uma leitura pessoal do diálogo ciceroniano, nomeadamente na taxonomia da **Amizade**:

Do amor, que é nome geeral, me parece que nacam quatro maneiras d'amar homens e molheres, por que das outras ao presente nom faço mençom: benquerença — primeyra; desejo de bem fazer — segunda; amores — terceira; amizade — quarta. Das quaes mostrarei brevemente algũas deferenças, pera cada ãu de si e dos outros conhecer de qual delas ama ou é amado, e como em cada ãa nos devemos aver [...]

Amizade é desvairada de todas estas e participa com elas, porque sempre quer bem a seu amigo e nunca o contrairo e assi deseja de lho fazer com toda cousa por guarda da sua consciencia, acrecentamento da honra, saúde, proveito e boo prazer; e praz-lhe muito seer de seu amigo perfeitamente amado e aver com el sempre boa e razoada conversaçom [...]

O desejo de seer amado ainda nom concorda com amigos, porque sempre pensom que o som, ca doutra guisa nom se terriam em tal conta, dos quaes se diz que som «outro eu»,² e algũas semelhantes rezões nos livros já ditos; e afeiçom nom desejam assi rijo e continuamente como namorados, nem a tal fim, por que o amigo quando compre de se partir, ainda que dele sinta suidade, seguramente e bem ò soporta, mas sempre é presente, em tanto que no livro que dela [amizade] fez Tulio diz que nem a morte os parte.

Mediante o exposto, podemos então dizer, como afirma João Morais Barbosa, que «D. Duarte lia muito, tinha uma verdadeira sede de saber, e gostava de levar o muito que aprendia ao conhecimento dos outros.»³ Acrescentaremos que lia os autores clássicos, a par dos teólogos e autores cristãos, numa leitura de síntese e conciliação.

No «Prollogo» do *IV Nobiliário*, D. Pedro, Conde de Barcelos, por seu lado, efectua semelhante conciliação: ainda que cite Moisés, na «vedra lei» e Aristóteles (*Ética a Nicómaco*) estabelece os limites e deveres da afeiçom, num discurso em que se pressente, uma vez mais, a dialéctica ciceroniana em torno da **amizade**:

¹ *Livro dos Conselhos de El-rei D. Duarte, Livro da Cartuxa*, Estampa, Lisboa, 1982.

² O «alter ego» ciceroniano.

³ D. Duarte, *Leal Conselheiro*, I.N.C.M., Lisboa, «Introdução», p. 11.

¹ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Portugaliae Monumenta Histórica*, p. 230.

E os amigos verdadeiros devem-se guardar em sas palavras de dizer cousa per que seus amigos nom venham a fama ou a mal, ca per i se desataria a amizade. E nom se devem mover a crer de ligeiro as cousas que lhes deles digam de mal e devem-se guardar segredos e nom devem retraer as obras que se fizeram¹.

É também na fundamentação das afeições que Cícero é citado por Fernão Lopes, no «Prólogo» da *Crónica de D. João I*:

E assi parece que o sentiu Túlio, quando veio a dizer: Nós não somos nados a nós mesmos, porque ãa parte de nós tem a terra e outra os parentes.

Cícero e alguns dos seus pares da Cultura Clássica, atravessam, pois, triunfantemente a Idade Média, para entrar no Renascimento e frutificar plenamente no Humanismo moderno.

Tema 3. A Língua Portuguesa: suporte da comunicação e instrumento criativo. A nobilitação do vulgar. A questão da Língua.

A problemática da Língua Portuguesa no plano técnico-histórico cabe no âmbito de outras cadeiras deste Curso. Aqui, por conseguinte, abordaremos a questão em termos culturais, em função da criação literária que o desenvolvimento e o amadurecimento expressivo da língua vão permitir.

A questão da Língua Portuguesa como veículo de comunicação e instrumento de criação literária não pode dissociar-se da análise da problemática relativa ao uso, presença, permanência e substituição do latim, imposto como língua de cultura durante os séculos de Romanização e após a conquista romana (século I).

É sabido que o latim falado (*sermo quotidianus, vulgaris*) ou latim vulgar, como parte do aparelho da política imperial de Roma, se sobrepôs, fundindo-se, coexistindo, metamorfoseando-se, aos falares hispânicos, numa Península Ibérica retalhada de etnias e de povos. Dessa metamorfose surge o «romance» (falar ao «modo romano») do qual vão surgir as várias línguas românicas que constituirão o complicado mapa linguístico da(s) Espanha(s), caldeando os elementos góticos ou germânicos (século IV) e os elementos árabes, a partir da invasão, em 711.

Quando, em 1947, o erudito Stern identifica as *jaryas* como genuínos documentos da língua moçárabe, falada nas regiões de aculturação árabe, podemos encontrar aí as raízes não só de um falar que será designado por galaico-português ou galego-português, como também os próprios modelos literários da lírica que se desenvolverá a partir da faixa ocidental peninsular e se estenderá, como convenção literária, a todo o espaço ibérico.

Sobre essa problemática transcreve-se uma síntese, em que se explica, de algum modo o carácter conservador e arcaizante do galego-português e também a sua autonomia em relação aos diferentes falares e línguas hispânicas:

A área galego-portuguesa do noroeste é uma das subdivisões mais bem definidas da Península Ibérica [...]. As divisões étnicas e políticas agudizaram a semi-independência da região.¹

Entretanto, a unidade linguística galego-portuguesa vai-se fragmentando, porque, enquanto com o advento da dinastia de Avis, delimitadas as fronteiras continentais de Portugal, o país se encaminha para um determinado e determinante percurso histórico, a Galiza, a norte do rio Minho passa a gravitar política e administrativamente na órbita castelhana. Os Reis Católicos impõem como língua oficial na Galiza o castelhano e o galego, no seu próprio terreno, entra em decadência, ainda que arraigadamente vivaz e teimosamente sobrevivente. A unidade galego-portuguesa quebrara-se deixando, no entanto, como testemunho não só a lírica trovadoresca, cultivada, nomeadamente com o brilho que se sabe na corte de Afonso X, o Sábio, rei de Leão e Castela, como longos textos em prosa que atestam não ser o galego-português uma pura convenção poética mas um instrumento com capacidade expressiva para os vários géneros e modelos literários.

Não obstante, a memória latina continua viva e, se não se verifica (a não ser no interior das comunidades eclesíásticas) o seu uso como língua coloquial, o que é facto é que, no contexto literário e cultural, o latim é um factor de criatividade que não pode ser esquecido. Trata-se do que alguns chamam a literatura médio-latinista cujo desenvolvimento, ininterrupto, vai desembocar, brilhantemente, na produção latino-humanística do Renascimento. Factor de unidade cultural na Europa do Ocidente, correspondendo a uma ambição jamais conseguida: a comunicação universal numa língua universal (*lingua universalis*). O latim, de modo algum garantia a circulação e o entendimento internacional da obra, ainda que vedando-a aos «não-latinos», isto é, aos que ignoravam o latim. Língua litúrgica e canónica, realiza, de certo modo, a identificação de *confessio* e *natio*.² Com efeito, na área da **Romania**, a língua confessional funciona como língua escrita e língua de cultura supranacional, dentro da respectiva zona de jurisdição espiritual. Será, por outro lado, o **modelo** não só da escrita como dos sistemas literários das línguas vulgares. Já vimos que na Idade Média peninsular e ocidental a *latinitas*, definida por Varrão,³ segundo os princípios da *natura, analogia, consuetudo e auctoritas* (natureza, analogia, costume e autoridade), se mantivera «congelada» nos núcleos culturais das instituições monásticas e o latim havia sido a língua escolhida para uso litúrgico, evangelizador e proselitista. Desenvolveu-se então segundo três parâmetros: como língua de cultura, como instrumento de proselitismo e culto religioso e ainda como língua utilitária, transmitida de «outiva» e servindo o discurso jurídico, legislativo e administrativo. Mas a consciência românica vai-se também constituindo como factor de identidade, e o vulgar, o vernáculo ou, em suma, a língua do discurso familiar e quotidiano, desenvolve-se e caminha para a nobilitação que axiomáticamente

¹ William Entwistle, *The Spanish Language*, Londres, 1973, pp. 330-331 (tradução nossa).

² *Cuius regio huius religio*.

³ Marco Terêncio Varrão (116-27 a. C.), erudito romano de vastos conhecimentos, autor de várias obras entre as quais o tratado filológico *De Lingua Latina* em cinco livros, amigo de Cícero e, com ele, um dos mentores do pensamento linguístico e filológico durante a Idade Média e para além dela. São tributários da sua obra, nomeadamente, Santo Agostinho e São Jerónimo.

Dante proclama para a língua toscana: *nobilior est vulgaris* (a língua vulgar é mais nobre). A produção literária nos seus modelos religiosos ou profanos, líricos ou narrativos, notariais e legislativos **pode** ser vertida numa língua que é já sentida como instrumento excelente e credível. Tudo se encaminha para justificar o diploma de D. Dinis, de Maio de 1289, segundo o qual os documentos emanados da chancelaria régia serão redigidos em (galego-)português. A ortografia tende para uma normalização e, laboratorialmente, se ensaiam e se estabelecem as soluções para os problemas gráficos específicos da língua portuguesa.¹

¹ Ver L. F. Lindley Cintra, «Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires Galiciens-Portugais de la seconde moitié du XIII^e siècle», in *Revue de Linguistique Romane*, XXVII, 1963.

Ilustrada, flexível e apta, a Língua Portuguesa atinge os finais da Idade Média na pena sóbria de D. Duarte, no estilo elástico e vivaz de Fernão Lopes e já monumental e majestoso em Azurara, a maturidade para a aventura da modernidade.

Epítome

Durante a Idade Média, a transmissão do saber, por um lado e a preservação de valores estéticos, éticos e culturais, passam pelo intenso labor dos *scriptoria*, centros de produção do livro manuscrito, no âmbito das instituições monacais. O ensino directo, por seu lado, é bem mais amplo e diversificado do que muitas vezes se pensou, e culmina, em Portugal, com a criação, por D. Dinis, do Estudo Geral (1290). A Corte é, por outro lado, um lugar de desenvolvimento de uma cultura laica, de que são testemunho os grandes Cancioneiros galaico-portugueses. A cultura escrita envolve também uma problemática que tem que ver com a dignificação da Língua Portuguesa e com a recuperação da memória clássica, mediante a transmissão e tradução de alguns dos grandes mentores da cultura antiga: Cícero e Séneca, entre outros, em conciliação com o pensamento e a apologética cristã. Nessa tarefa se envolvem quer os representantes da cultura eclesiástica, quer os «pedagogos» laicos e palacianos de uma sociedade em mutação, já em pleno século XV: D. João I, D. Duarte e D. Pedro, Duque de Coimbra.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

LE GOFF, Jacques, *Os Intelectuais da Idade Média*, Estúdios Cor, Lisboa, 1973.

TEYSSIER, Paul, *História da Língua Portuguesa*, Sá da Costa, Lisboa, 1983.

Nota: a Bibliografia indicada para a UNIDADE 1 tem também incidência no domínio desta UNIDADE.

UNIDADE 3

**Poesia lírica: gêneros, subgêneros,
escolas. Modelos para uma hermenêutica.**

OBJECTIVOS

Após a leitura reflexiva desta UNIDADE, o aluno deverá estar apto para:

- Aperceber-se da especificidade do lirismo medieval e da sua ligação à vocalidade.
- Acompanhar o desenvolvimento da literatura escrita e dos seus suportes materiais, numa época anterior ao aparecimento da Imprensa.
- Identificar os géneros, subgéneros e formas, a partir dos exemplos apresentados.
- Reflectir sobre os vários modelos de análise e hermenêutica apresentados, com vista a um contacto pessoal e original com outros textos.

Tema 1. Problemática da leitura de textos medievais:
o registo oral e o registo escrito. Idade Média
e Literatura.

Se, como já referimos, o período histórico designado por Idade Média abrange cerca de um milénio (desde o século V ao século XV), não é possível, obviamente, considerar esse milénio como enquadramento caracterizado para o que pode chamar-se Literatura Medieval. De facto, só por meados do século XII podemos identificar um sistema (ou sistemas) literário românico(s) que se vai edificando e autonomizando em relação ao sistema neolatino, que sobrevivera durante os séculos anteriores. Ultrapassa os limites da nossa reflexão e do nosso programa analisar as condições e cenários dessa sobrevivência, em que os Mosteiros desempenharam importante função. A memória da cultura greco-latina subsiste, «congelada» pelo ensino e a prática monacal durante a Idade Média e irá desembocar, enriquecida, no Renascimento. Factores de enriquecimento que podemos buscar, sobretudo na Península Ibérica, a Hispânia, no convívio árabe e na presença judaica. Assim, podemos entrever que uma longa elaboração precedeu o aparecimento dos textos que formam o objecto de estudo da Literatura Medieval e foram vertidos na escrita e preservados, às vezes fragmentariamente e precariamente, no corpo de manuscritos existentes.

Ora, a reflexão sobre esses textos, nomeadamente os textos poéticos que constituem o lirismo medieval, coloca desde logo problemas estéticos de ordem diferente. Por um lado, se sabemos que todo o discurso antigo só chega até nós através de um registo escrito, por outro lado também sabemos que a poesia estava dependente e estreitamente ligada com o que Paul Zumthor¹ chama vocalidade, isto é, a música e a voz. Musicólogos mostraram até que a notação musical deve ter precedido a notação meramente textual. Isso significa, portanto, que o primeiro princípio estético a ter em conta é o **princípio musical**, estreitamente conectado com os jogos de palavras que são, muitas vezes, outros tantos índices **vocais** do texto, mecanismos de repetição, refrão, distribuição das unidades discursivas, etc.

Aliás, as próprias designações de **cantiga**, **cantar**, **cancioneiro**, remetem claramente para um suporte musical que, em alguns casos (como o *Cancioneiro* de Martin Codax) foi possível recuperar parcialmente. A *actio*, contudo, ou seja, o comentário gestual e o modelo de declamação musical é algo que nunca poderemos conhecer mas apenas reconstituir. A poesia e a literatura medieval guardarão sempre o seu próprio segredo.

O segundo princípio estético a ter em conta, que paradoxalmente completa mas também exclui o princípio musical, é a **estética da imagem**.

Estamos em presença do manuscrito, a única forma de registo duradouro de textos antigos. E a escrita aparece como a possibilidade de permanência e

¹*La poésie et la voix dans la civilisation médiévale*, PUF, Paris, 1984.

durabilidade, permitindo transcender espaço e tempo, «falar com os **ausentes** (espaço) e também com os que estão **por vir** (tempo)», segundo a concisa e lapidar expressão de Afonso X, o rei-trovador de Leão e Castela, avô de D. Dinis, chamado o **Sábio**, autor das Cantigas de Santa Maria.

A escrita é, portanto, **memória** mas apenas *memoria verborum* (memória de palavras), potenciando a indestrutibilidade do discurso. Se o discurso oral se inscreve numa dimensão de tempo (tempo momentâneo, imediato e irrecuperável) a escrita possibilita a mediatez do acto comunicativo. Mas paradoxalmente, sendo memória ela permite o esquecimento: pode esquecer-se o que está escrito porque é sempre possível recuperá-lo.

É nessa óptica que devemos entender o sentido da lapidar reflexão de D. João I no seu *Livro da Montaria* («Prólogo»):

[...] e depois que o homẽ assi foi criado razoavil e sabedor e deshi vierom os homẽes de geeraçom em geeraçom e começaram a provar as cousas e os conhecimentos d'ellas e virom que aqueles que algũas cousas sabem, tanto que morriam elles, os outros que depois delles vinham perdiam os saberes, por se perceberem de se os saberes nom perderem, catarom as figuras das letras e nomearom-nas e fezerom em como se per ellas nom perdessem os saberes: e entom começaram a escrever livros [...]¹

¹ Sobre a obra de D. João I e do seu *Livro da Montaria* se falará mais adiante.

O texto transcrito remete, pois, para a recuperação dos saberes do passado e a sua transmissão para o futuro: «começaram a escrever livros».

Podemos, no entanto, perguntar: até que ponto essa recuperação é total e globalizante?

No caso concreto da Literatura Medieval o seu suporte é a escrita manual, sobre pergaminho ou papel. A imprensa, a grande revolução tecnológica do mundo moderno, factor de transformação do homem, vem ainda longe. Entretanto, laboriosamente, os copistas, escrivães e tabeliães, no interior dos *scriptoria*, verdadeiros laboratórios da língua, seguindo o seu próprio gosto e inspiração caligráfica, vão registando a **memória do tempo**. É que a caligrafia na Idade Média pode ser também poesia, no sentido e na medida em que o livro é por si próprio **arte, poesia, expressão**, suporte de um conteúdo: poesia, no sentido formalista de que, no signo, **tudo** significa e de que até a forma gráfica contribui para a fixação do sentido e é também imagem.

O livro manuscrito na Idade Média é produzido laboriosamente nos *scriptoria*, pelos copistas, iluminadores e rubricadores. Eis uma imagem romanesca:

O *copista* foi o precursor da imprensa. Antes de Guttemberg a imprensa era ele, por que era ele que fazia pelo trabalho manual, pela caligrafia, o que hoje se faz pelo trabalho mecânico, pelos prelos. É enorme a diferença entre estas duas ordens de trabalhos. Aquele mal podia chegar a poucos; este chega e ainda sobra depois de chegar para todos. Era o remo a par do vapor; era o coche de posta a par do caminho de ferro. Mas ainda assim, que imensos, que grandiosos não foram os serviços por ele prestados à civilização universal — ao princípio, desafiado, livre e festejado, nos tempos em que a Grécia e

Roma foram senhoras, depois, enforcado nas solidões dos conventos, quando a barbária dos povos germanos, passando por cima da civilização romana, cobriu a Europa com as trevas da idade média; e mais tarde, outra vez livre, outra vez desafrontado e festejado, quando o alvorecer da época do renascimento das letras produziu aquela sede de estudo e de saber, para fartar a qual eram poucos os sem número de copistas, que então pulularam na Europa! Mal sabia Teodorico, aquele célebre abade de Ouche, que tanto contribuiu, no século IV, para o engrandecimento da caligrafia, o imenso valor que tinham as suas palavras, quando dizia aos seus monges: — «Escrevei, escrevei; que cada letra, que traçais neste mundo, é a remissão de um pecado no outro». A não ser o copista, aquele autómato-máquina, aquele paciente e ignorado verme que ia roendo despercebidamente na obra do obscurantismo, a civilização do mundo fora por ventura impossível. Foi ele a espada de dois gumes, com que ela se defendeu da barbaridade, que esmagou o império dos Césares, até ao dia em que Guttemberg a armou com a força onipotente da imprensa.

Nesse dia o copista morreu. A sua missão estava cumprida. Abandonando a defesa da civilização, entregava o campo a pelejador mais potente do que ele. A caligrafia sustentara até aí brilhantemente o seu posto, e a mortalha, com que foi sepultada, era esplêndida e magnífica. A arte do copista tocara o apogeu da perfeição. A letra era um verdadeiro primor calígrafo; e a iluminura tarjava os livros e adonairava as iniciais dos capítulos e, até, dos parágrafos, com magníficas miniaturas, admiráveis, algumas, pela correção do desenho e todas pela finura das tintas, pela delicadeza dos traços e pelo imaginoso da invenção. Nesta época, a caligrafia estava tão empossada na perfeição que dela já saía o óptimo, o bom e o mau. E não nos estranhem o asserto. A arte é só exclusivamente perfeita no dia em que toca a perfectibilidade. Entretanto que se trabalha por chegar a esta, o mau é impossível, porque o fervor não dá lugar ao descuido; mas logo que ela se alcança, apenas nos apossamos dela, mal o conseguimento substitui o gozo ao trabalho, o óptimo, o bom e o mau aparecem logo de mistura. Esta variedade não significa decadência; demonstra a posse segura e incontestada.¹

¹ Arnaldo Gama, *A Última Dona de S. Nicolau*, cap. III.

E embora possamos distinguir entre o manuscrito de luxo, ricamente iluminado, pertença de reis, nobres e altos prelados ou instituições, de outras formas mais modestas de manuscritos (de uso pedagógico, jurídico, tabeliônico, etc.), o que é facto é que o manuscrito se oferece sempre como uma totalidade. A ela, contudo, escapa algo inerente à produção e transmissão do discurso medieval: a oralidade, a vocalidade, a acção, no sentido de gesto, postura, apresentação, em suma, expressão corporal. Só o conteúdo literário revela e contém o testemunho, ainda que indirecto (pela opacidade da escrita) da voz humana e do exercício vocal.

Mas o manuscrito iluminado e rubricado, além de *memoria verborum* é também memória das coisas: *memoria rerum*. Ele dá conta, de um modo totalizante, de uma civilização muitas vezes sofisticada, sempre laboriosa que fez da voz e da letra os instrumentos da arte e da cultura.

Um texto português do século XVI que, pela sua própria natureza evoca a

atmosfera social e doméstica das franjas remanescentes da época medieval, para a qual remete, dá-nos uma imagem a vários títulos belíssima e sugestiva do contador — ou antes — da contadora de histórias. Trata-se de um passo do romance chamado *Livro das Saudades*, mais conhecido por *Menina e Moça*, expressão inicial do discurso romanesco. O seu autor é Bernardim Ribeiro.¹

A Menina encontra no bosque, onde passeia solitária, a Dona do tempo antigo. Ambas se envolvem no diálogo que facilmente desliza para o plano confidencial. E eis como a Dona evoca a sua própria juventude e os modos de transmissão, de outiva, de saberes e imaginários:

Quando eu era da vossa idade, e estava em casa de meu pae, nos longos serões das espaçosas noutes de inverno, antre as outras mulheres de casa, d'ellas fiando, e outras devando, muitas vezes, pera enganarmos o trabalho, ordenavamos que alguma de nós contasse histórias, que não leixassem parecer o serão longo; e uma mulher de casa, já velha, que vira muito e ouvira muitas cousas, por mais ancian, dizia sempre, que a ella pertencia aquel officio. E, então, contava histórias de Cavaleiros andantes». (Cap. III)

Nesses longos serões, pois, se comunicava **oralmente** e é por isso que a Dona vai, por sua vez, veicular «uma história muito falada nesta terra por aqui darredor que muito há que aconteceu». E acrescenta: «Lembra-me que era eu menina e **ouvía** já então contar **a meu pai** por história ...» (Cap. II).

¹ Bernardim Ribeiro (1482-1552) viveu nas cortes de D. Manuel e D. João III. A sua biografia, algo misteriosa, tem sido objecto de interpretações, algumas fantásticas mas muitas vezes fascinantes. Entre história e lenda, a peça de Almeida Garrett *Um Auto de Gil Vicente*, é disso exemplo. Foi poeta e prosador, entre Idade Média e Renascimento, original e não vinculado a escolas e cânones: o seu romance *Menina e Moça* (ou *Livro das Saudades*), para além dos problemas de género, autoria e crítica textual, é indubitavelmente uma das coisas mais bonitas e intemporais que a prosa portuguesa produziu.

Tema 2. Poesia lírica medieval. Géneros e subgéneros. Temáticas e formas. Universos líricos. Propostas hermenêuticas.

A vocalidade intervém, pois, como factor inerente à produção literária medieval e as formas poéticas vigentes testemunham essa presença funcional e operante. O texto remete para a presença do **canto**.

Vejamos os seguintes exemplos:

Quer' eu en maneyra de proença
fazer agora hun cantar d'amor
e querrey muyt' i loar mha senhor,
a que prez nem fremusura non fal,
nen bondade, e mays vos direy en:
tanto a fez Deus conprida de ben
que mays que todas las do mundo val.

Ca mha senhor quisso Deus fazer tal
quando a fez, que a fez sabedor
de todo bẽ e de mui grã valor
e cõ tod' est[o] é mui comunal,
aly hu deue; er deu-lhi bõ sen
e des y nõ lhi fez pouco de ben,
quando nõ quis que lh' outra foss' igual.

Ca en mha senhor nõca Deus pos mal,
mays pos hi prez e beldad' e loor
e falar mui bẽ e rijr melhor
que outra molher; des y é leal
muyt', e por esto nõ sey oj' eu quẽ
possa compridamẽte no seu bẽ
falar, ca nõ á, tra lo seu ben, al.

(D. Dinis)¹

¹ CV 123, CBN 485, L. de Vasconcelos, *Lições de Filologia Portuguesa*, 2.^a ed., p. 110, Nunes, *Cantigas d'Amor*, LXIX.

Ou ainda:

Sedia la fremosa seu sirgo torcendo,
sa vox mansselinha fremoso dizendo
cantigas d'amigo.

Sedia la fremosa seu sirgo lavrãdo,
sa vox mãsselinha fremoso cantando
cantigas d'amigo.

- Par Deus de Cruz, dona, sey eu que avedes
amor mui coytado, que tã bẽ dizedes
cantigas d'amigo.

Par Deus de Cruz, dona, sey [eu] que ãdades
d'amor mui coytada, que tan ben cantades
cantigas d'amigo.

- Auuytor comestes, que adevy[n]hades.

(Estevão Coelho)²

² CV 321, CBN 683, Nunes, *Cantigas d'Amigo*, CLV, *Crest*, pp.388-389.

Ou ainda:

³ CV 150, CNB 512, L. de Vasconcelos, *Textos Arcaicos*, 3.^a ed., p. 31, Nunes, *Cantigas d'Amigo*, III, *Crest*, pp. 338-339.

O texto pertence ao gênero pastorela que, desde J. J. Nunes até aos especialistas mais modernos, levanta

³Vy oj'eu cantar d'amor
en hũ fremoso virgeu,
hunha fremosa pastor
que ao parecer seu
jamays nõca lhi par vi;
e por en dixi-lh' assy;
«Senhor, por vosso vou eu.»

Tornou sanhuda enton,
quando m' est' oyu dizer,
e diss': «Ide-vos, varõ!
Quẽ vos foy aqui trager
pera m' irdes destorvar,
du dig' aqeste cantar,
que fez quẽ sey bẽ querer?»

«Poys que me mãdades hir»,
dixi lh' eu, «Senhor, hir-m' ey;
mays ja vos ei de servir
sempr', [e] por voss' andarei;
ca voss' amor me forçou
assy que por vosso vou,
cuju senpr' eu ja serey.»

Dix' ela: «Nõ vos ten prol
esso que dizedes, nen
mi praz de o oyr sol,
ant' ey noj' e pesar en,
ca meu coraçõ nõ é,
nẽ sera, par bõa fe,
se nõ no [que] quero ben.»

«Nẽ o meu», dixi lh' eu ja,
senhor, nõ sse partira
de vos, por cujo s' el ten».
«O meu», diss' ela, «sera
hu foy sempr' e hu esta,
e de vos nõ curo ren.»

(D. Dinis)

Destas composições, duas são da autoria de D. Dinis e todas referem a presença do canto. Trata-se de um dos maiores trovadores do período galaico-português — o período dionisiaco, segundo uma curiosa mas certamente subjectiva e metafórica classificação proposta por Carolina Michaëllis:

- o alvorejar — até 1188: período pré-histórico
- a madrugada — até 1245: período proto-histórico
- o meio-dia — até 1280: idade áurea, alfonsina
- a tarde — até 1300: período dionisiaco
- o crepúsculo — até 1350: tempo dos epígonos
- a noite — de 1350 em diante

Álvaro Júlio da Costa Pimpão, porém, propõe uma classificação periodológica mais simples, embora baseada naquela e considera:¹

problemas. Cantiga de amor? Cantiga de amigo? Esboço de acção dramática? A pastorela é sempre, porém, uma poesia diurna, primaveril, em que a natureza é cenário ou co-protagonista. Veja-se Elsa Gonçalves, *A Lírica Galego-Portuguesa*, «Apresentação Crítica», Comunicação, Lisboa, 1983, pp. 25-26 e Luciana Stegagno Picchio, *A Lição do Texto. Filologia e Literatura*, Ed. 70, Lisboa, 1979, pp. 29-56.

¹ Cf. *História da Literatura Portuguesa*, ed. cit., p. 136.

1. Período pré-alfonsino
2. Período alfonsino
3. Período dionisiaco
4. Período pós-dionisiaco

Segundo a mesma fonte, a classificação está centrada sobre duas figuras cimeiras da poesia galaico-portuguesa: Afonso X de Leão e Castela, chamado o Sábio e D. Dinis, rei de Portugal, seu neto. Ambos os estudiosos, contudo, consideram o período dionisiaco como um momento indiciador de uma certa decadência do género. D. Dinis, porém, mantém uma inspiração que o faz autor de algumas das mais belas composições dos Cancioneiros, conciliando o palacianismo e a cortesia de origem occitânica (isto é, da região da Langue d'Oc, a Provença), com a subtil memória da origem rural das cantigas de amigo. É por isso e não só que se torna um dos mais nobres vultos da cultura portuguesa do século XIII. A fundação dos Estudos Gerais, a promoção de traduções, adaptações e glosas, a notável actividade da sua Chancelaria na dignificação da língua portuguesa e ainda uma acção política de poderoso alcance, fazem dele uma figura cimeira da Idade Média Portuguesa:

A poesia do Rei Trovador constitui o ponto de chegada e de afinamento das duas tradições: a tradição cortês, de matriz provençal, e a tradição autóctone, de tipo 'popular'. O seu cancionero individual é, não só o mais numeroso (cento e trinta e sete cantigas) [...], mas também o mais provençalizante, o mais requintado e inventivo dos cancioneros de amor galego-portugueses.¹

¹ Elsa Gonçalves, *Op. cit.* p. 58.

Poeta com imagem poética:

D. DINIZ

Na noite escreve um seu Cantar de Amigo
O plantador de naus a haver,
E ouve um silêncio múrmuro consigo:
É o rumor dos pinhais que, como um trigo
De Império, ondulam sem se poder ver.

Arroio, esse cantar jovem e puro,
Busca o oceano por achar;
E a fala dos pinhais, marulho obscuro,
E o som presente d'esse mar futuro,
E a voz da terra anciando pelo mar.²

² Fernando Pessoa, *Mensagem*.

³ O conceito de **intertextualidade** foi elaborado em 1969 por Julia Kristeva (*Séméiotiké, Recherches pour une sémanalyse*) sobre a natureza «transformacional» do romance moderno. O conceito ampliou-se (Roland

Construído sobre intertextualidades,³ eis outra imagem poética do Poeta:

PINHAL DO REI

Catedral verde e sussurrante, aonde
a luz se ameiga e se esconde
e aonde ecoando a cantar
se alonga e se prolonga a longa voz do mar,

ditoso o Lavrador que a seu contento
por suas mãos semeou este jardim;
ditoso o Poeta que lançou ao vento
esta canção sem fim ...

Ai flores, ai flores do Pinhal florido,
que vêdes no mar?
Ai flores, ai flores do Pinhal florido,
Rei Dom Denis, bom poeta e mau marido,
lá vem as velidas bailar e cantar.

Encantado jardim da minha infância,
aonde a minh' alma aprendeu
a música do Longe e o ritmo da distância
que a tua voz marítima lhe deu;
místico órgão cujo além se esfuma
no além do Oceano, e aonde a maresia
ameiga e dissolve em bruma
e em penumbras de nave, a luz do dia.
Por estes fundos claustros gemem
os ais do Velho do Restelo ...
Mas tu debruças-te no mar e, ao vê-lo,
teus velhos troncos de saudosos fremem ...

Ai flores, ai flores do Pinhal louvado,
que vêdes no mar?
Ai flores, ai flores do Pinhal louvado,
são as caravelas, teu corpo cortado,
é lo verde pino no mar a boiar.

Pinhal de heróicas árvores tão belas,
foi do teu corpo e da tua alma também
que nasceram as nossas caravelas
ansiosas de todo o Além;
fôste tu que lhes deste a tua carne em flor
e sôbre os mares andaste navegando,
rodeando a Terra e olhando os novos astros,
oh gótico Pinhal navegador,
em naus erguida levando
tua alma em flor na ponta alta dos mastros! ...

Ai flores, ai flores do Pinhal florido,
que vêdes no mar?
Ai flores, ai flores do Pinhal florido,
que grande saudade, que longo gemido
ondeia nos ramos, suspira no ar.

Na sussurrante e verde catedral
ouço rezar a alma de Portugal:
ela aí vem, dorida, e nos seus olhos,

Barthes, Michel Riffaterre) e aplica-se não somente ao universo da narrativa, visando explicitar as relações de qualquer texto, ou fragmento com outros textos anteriormente lidos, sob a forma de citações, paródias, alusões, etc. No caso presente, Lopes Vieira sinaliza fortemente, no seu poema, a intertextualidade com uma das mais famosas cantigas de D. Dinis: «Ay flores, ay flores do verde pino».

sonâmbulos de surda ansiedade
no rôxo da tardinha,
abre a flor da Saudade;
ela aí vem, sòzinha,
dorida do naufrágio e dos escolhos,
viúva de seus bens
e pálida de amor,
arribada de todos os aléns
de êste mundo de dor;
ela aí vem sòzinha,
e reza a ladainha
na sussurrante catedral aonde
tôda se espalha e esconde
e aonde ecoando a cantar
se alonga e se prolonga a longa voz do mar ...¹

¹ Afonso Lopes Vieira, *Ilhas de Bruma*.

Mas voltemos à primeira composição transcrita. Trata-se de uma **cantiga de amor**, isto é uma das variantes da cantiga galaico-portuguesa, concorrendo com a **cantiga de amigo**.

A distinção entre estas duas variedades remonta à própria consciência dos poetas: eles **sabiam**, ao compor, se compunham uma cantiga de **amigo** ou de **amor**. Mais, optavam por uma dessas variedades e, mais ainda, tinham, como veremos, uma noção mais ou menos nítida da diferente origem dessas formas de expressão poética.

Parece também significativo que se tenha chegado a uma definição das variedades possíveis, revestidas pela poesia trovadoresca (género e «maneiras») e que essa definição faça parte da *Arte de Trovar* (que é uma verdadeira *Poética*, ainda que fragmentária e rudimentar) de que se encontra uma cópia apenas ao *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, precedendo-o e cuja redacção deve remontar ao século XIV.

Diz-se na *Arte de Trovar*

Capitulo III

E porque algũas cantigas hy ha en que falan eles e elas outrosy, por en he bem de entenderdes se son d amor se d amigo, porque sabede que, se elles falam na prima cobra e elas na outra, [he d]amor por que se move a rrazon dela, como nos ante di[s]semos e se elas falam na primeira cobra he outrossy damigo; e se ambos falam en hũa cobra outrossy he segundo qual deles fala na cobra [estância] primeiro.

A informação é, portanto, bem clara: se falam **eles** é de **amor**, se falam **elas** é de **amigo**. Em ambos os casos a designação comum é a de **cantiga**. Verifica-se, portanto, que as cantigas se distinguem pelo **sujeito da enunciação** ou, por outras palavras, a partir da **voz** que assume o discurso lírico ou seja, o **trovador** ou a **donzela**. O capítulo transcrito da *Arte de Trovar*, porém, vai mais longe, ao

referir a possibilidade de falarem **ambos** na cantiga, estabelecendo-se, portanto, um **diálogo** ou **tenção**, que aponta, obviamente, para a marca do género dramático. Nesse caso, diz-nos a *Arte de Trovar*, é de amor ou de amigo segundo qual deles fala primeiro.

A cantiga de amor transcrita, da autoria, pois, de D. Dinis, insere-se ainda numa classificação que a coloca entre as mais elaboradas e afastadas dos esquemas popularizantes: é uma **cantiga de mestria** porque carece de refrão, uma das modalidades repetitivas mais operatórias na poesia dos *Cancioneiros*.

O sujeito da enunciação (o trovador) começa por declarar a sua opção de fazer cantar d'amor à «maneyra de provençal». Conhece, pois, e declara-o, que **há** uma maneira de provençal, que **agora** vai utilizar. Este lexema 'agora' indica que existe uma opção e que, anteriormente, ele utilizara já **outra** «maneyra» de compor. O início da cantiga remete, portanto, para uma noção muito clara, da parte do poeta, da **origem provençal**, occitânica, desta modalidade poética. Não devemos esquecer, efectivamente, a formação e herança cultural de D. Dinis que fez dele um dos mais brilhantes protagonistas e da sua corte um dos mais brilhantes centros da cultura hispânica medieval.

Transcreve-se a elucidativa síntese de Elsa Gonçalves:¹

¹Op. cit. p. 58.

O filho de Afonso III e de Beatriz de Castela reúne, na sua pessoa e no ambiente literário de que ele é o principal animador, a herança de três centros de civilização cortês (a corte do Norte de França, a de Leão e Castela e a de Aragão) marcados pela presença de *troubadours* e pela influência da sua brilhante poesia. Por isso não surpreende que, excluindo o Rei Sábio, seu avô materno, D. Dinis seja o único entre os trovadores galego-portugueses a referir-se explicitamente aos modelos occitânicos, exibindo o conhecimento que deles tem, declarando-se seu imitador [...], elogiando a sua arte e formulando juízos acerca das convenções poéticas que caracterizam a *cansó*.

Nesta cantiga da qual devem relevar-se, certamente, os valores estético-literários mas também os dados de informação contextual que contém, podemos encontrar, de seguida, um «manifesto» ou declaração daquilo que o poeta entende que é uma cantiga de amor à maneira provençal: um louvor absoluto à senhora, louvor absoluto porque absolutas são as razões do seu merecimento em todos os planos definidos logo a partir da 1.ª estância: no plano da beleza física («fremusura»), no plano da perfeição moral (bondade) e no plano da dignidade social («prez»). O seu louvor é também sem restrições porque ela se eleva acima de «todas las do mundo».

Podemos, então, identificar como chave temática desta cantiga o ideal de **perfeição** que é definido através de um contraponto entre a senhora («mha senhor») e «todas las do mundo». Seguindo a ordem das três estâncias que constituem a cantiga, faremos o levantamento de todos os elementos em presença para a definição dessa perfeição. O esquema apresentado a seguir mostra que esses elementos se encontram marcados com sinal positivo (+) na esfera da senhora e com sinal negativo (-) na esfera de «todas las do mundo».

O último verso clarifica essa oposição através dos advérbios *nõ* (não) e *al* (outra coisa): «outra coisa não há na senhora, além de perfeições». Vejamos:

PERFEIÇÃO			
Mha senhor			todas las do mundo
	+	prez	-
	+	fremusura	-
	+	bondade	-
	+	conprida de ben	-
	+	grã valor	-
	+	mui comunal	-
	+	bon sen	-
	+	falar ben	-
	+	riir melhor	-
	+	leal	-
Nõ al			Al

Ela constitui, pois, um universo oposto e à parte, num nível superior às demais, «todas las do mundo». Essa oposição estabelece-se, então, claramente:

Todas *versus* mha senhor

Do ponto de vista formal, esta cantiga de mestria não apresenta, porém, como característica a *atafinda* que confere a designação de *ateúdas* algumas composições, segundo o Livro IV da *Arte de Trovar* no seu

Capítulo IIIº

Outrossy fezerom os trobadores algunas cantigas a que disinaron atehudas e estas poden seer tam ben de meestria, come de rrefran. E chamaron lhe atheudas, porque conven que a prestomeyra [última] palavra da cobra non acabe rrazon per sy, mays tem a prima palavra da outra cobra que ven apos ela de entendimento e para todo sen [sentido completo].

A **cantiga de *atafinda*** ou ***ateúda*** caracteriza-se, pois, por não ter cláusula de frase (ponto final) no fim de cada estrofe ou copla (cobra). Geralmente estas

cantigas terminam por uma estrofe mais curta, que «fecha» a frase, o que não acontece neste caso. A cantiga deste tipo é geralmente formada por três coplas, de versos decassílabos agudos, segundo o esquema rimático *abbacca*.

A referência à influência provençal, explícita na cantiga transcrita, surge ainda de modo diverso em outra, também da autoria de D. Dinis. Trata-se, verdadeiramente podemos dizer, de um texto de crítica literária «avant-la-lettre», em que o poeta se serve de um esquema de oposição entre o Eu e os Proençais. Ele mostra, através de uma progressão de argumentos, conciliados com um **código temporal** que dá conta de uma progressão no tempo, que os Proençais, ou seja, os trovadores occitânicos, observam uma convenção imposta e contraditória da autenticidade ou da espontaneidade sentimental.

Vejamos o texto:

Proençaes soen mui ben trobar
e dizen eles que é cõ amor;
mays os que trobam no tẽpo da frol
e non en outro, sey eu ben que non
am tam gram coyta no seu coraçõ
qual m' eu per mha senhor vejo levar.

Pero que trobã e sabẽ loar
sas senhores o mays e o melhor
que eles podẽ, soõ sabedor
que os que trobã quand' a frol sazõ
á, e no ante, se Deus mi perdon,
nõ an tal coyta qual eu ey sen par.

Ca os que trobã e que ss' alegrar
Vã eno tẽpo que ten a color
a frol consigu e tãto que se for
aquele tẽpo, logu' ã trobar razã
no an, nẽ viven [en] qual perdiçõ
oj' eu vivo, que poys m' á de matar.¹

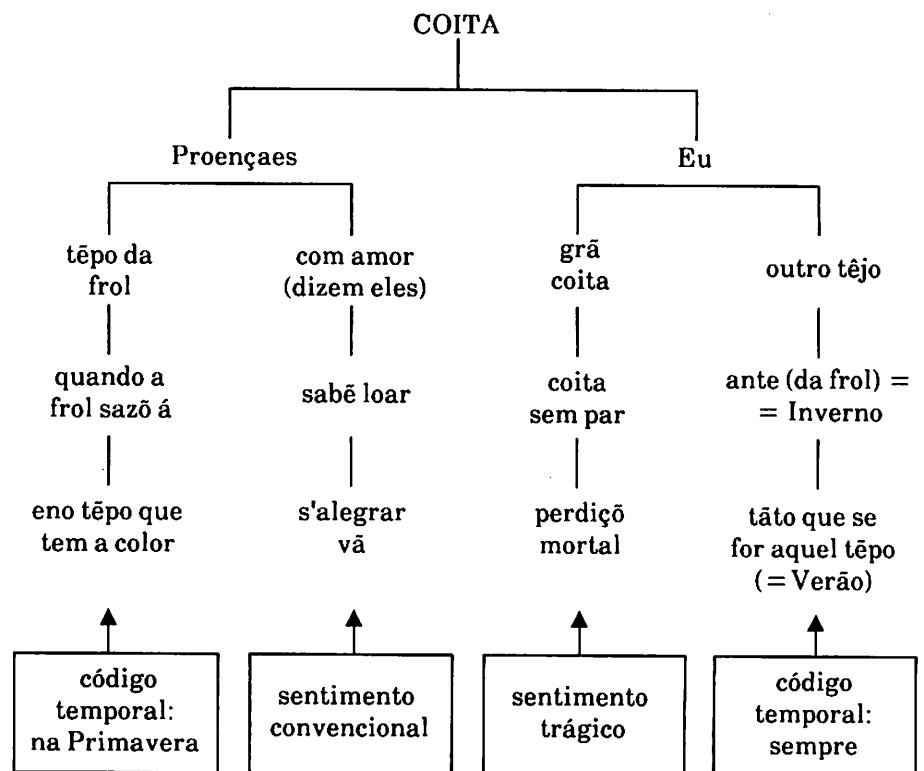
¹ CV 127, CBN 489, Leite de Vasconcelos, *Textos Arcaicos*; Nunes, *Cantigas d'Amor*, LXXIII.

Crítica literária ou demarcação de um sincretismo implícito no conjunto da sua obra, o poeta coloca desde logo o problema de uma perfeição técnica: «soem **mui ben** trobar». Mui ben, designa, de facto, a mestria formal, a inserção num código estético que se explicitava no uso trovadoresco de situar na primavera («tẽpo de frol») a época, ou **estação alta** da produção ou da apresentação pública da arte de trovar.

Mas logo, o poeta mostra também que essa contenção da inspiração é a marca da ausência da paixão. Não se trata, pois, para ele, de paixão, mas de puro jogo literário, ou pura ciência («sabẽ loar»). Esses que durante o inverno («os que trobã quando a frol sazõ á, e no ante») e, depois durante o verão («tãto que se for aquele tẽpo») não encontram motivo de inspiração, não têm no seu «coraçõ» a mesma «coita» que em todas as estações desperta o seu cantar. Esses,

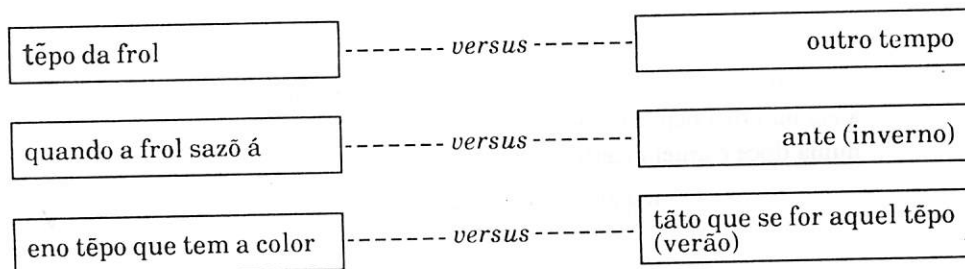
vão-se alegrar, encontram na beleza e nas cores da natureza o seu motivo. Ele, pelo contrário, sente-se em perdição, espera pela morte, e não escolhe o tempo para morrer de amor.

Trata-se, pois, de estabelecer uma oposição entre a veemência sentimental e a convenção poética, oposição que, se tomarmos como palavra-chave ou elemento de conexão a coita (paixão amorosa, talvez mal-aventurada), se constrói segundo o seguinte esquema

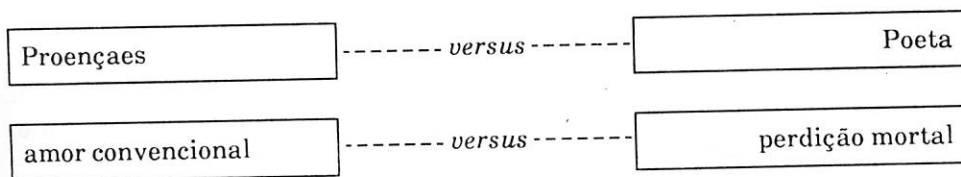


Nota-se, por conseguinte, a progressão temporal: inverno—primavera—verão e a progressão sentimental: grã-coita—coita sen par—perdição mortal.

Oposição ou contradição explicitamente apontada:



e que se decifra no espaço discursivo da cantiga:



D. Dinis, no entanto, como já dissemos, escreveu também **cantigas de amigo**. E nessas, se bem analisarmos, o grau ficcional é ainda maior. Se é ficção — ou convenção — a vassalagem amorosa expressa nas cantigas de amor (ou na maioria delas), nas cantigas de amigo o «enfengimento» alcança o próprio sujeito da enunciação. O poeta **reveste** uma identidade **outra** e exprime, também noutra linguagem, os sentimentos supostos da amiga. O trovador assume então uma personalidade que constrói e elabora ficcionalmente. Diferentemente das cantigas de amor, em que o sentimento (com alguns desvios, ultrapassando os rigores da cortesia e do sigilo) é, de certa maneira, monocórdico, as cantigas de amigo dão conta de um universo sentimental matizado, reflectindo vivências contraditórias e aparentemente «reais». De facto, como sublinha Rodrigues Lapa, só aparentemente são singelas. A diversidade situacional da cantiga de amigo contrasta, pois, com o imobilismo hierático e cortês da cantiga de amor; na cantiga de amigo, pelo contrário, a diversidade permite e implica a cobertura de todas — ou quase todas as possibilidades situacionais.

Rodrigues Lapa, que continua a ser o medievalista que de modo mais globalizante abordou a literatura medieval portuguesa no seu conjunto, reconstituiu, por um exercício de certo modo lúdico, o (ou um dos) hipotético romance de uma donzela, fazendo uma montagem de algumas das cantigas existentes.¹

¹ Rodrigues Lapa, *op. cit.*

Eis o resultado dessa montagem:

Encontrando-se na fonte, no monte, ou, mais certamente, junto à ermida, onde foram em romaria fazer oração. Como o autêntico amor português, o deles tem um carácter fulminante e fatal:

Amiga, des que meu amigo vi,
el por mi morr' e eu ando des i
namorada.

Des que o vi, primeiro lhi falei
el por mi morre e eu d' el fiquei
namorada.

Esse amor, porém, é um amor tímido: ele não lho ousa declarar abertamente, a ela não fica bem tomar a dianteira. E assim andam os dois algum tempo, numa doce e cruel incerteza:

O meu amigo non pod' aver ben
de mi, amigas, vedes porque non:
el non mi o diz, assi Deus mi perdon,
nen lho digu' eu, e assi nos aven:
el, con pavor, non mi o ous' ãmentar,
eu, amigas, non o posso rogar.

Um dia, porém, o namorado vence a timidez, explode o seu afecto. E, naturalmente, manda-lhe pedir um encontro a sós. Começa o enleio da donzela, inexperiente em coisas de amor:

Vedes, amiga, meu amigo ven
e enviou-me dizer e rogar
que lh' aguis' eu de comigo falar,
e de tal preito non sei end' eu ren;
e pesa-mi que m' enviou dizer
qui lhi faça o que non sei fazer.

Ca eu nunca con nulh' ome falei
tanto me non valha Nostro Senhor,
des que naci, nen ar foi sabedor
de tal fala, nen a fiz, nen a sei;
e pesa-mi que m' enviou dizer
qui lhi faça o que non sei fazer.

E começa também aquele jogo de garridice e travessura, que acaba por entontecer o namorado. É o prelúdio do grande amor. Agora, à menina não restam já dúvidas sobre a sinceridade do amigo. E o seu amor desentranha-se numa alegria comunicativa e ufana:

Ai, meu amigo, meu, per bõa fé,
e non doutra, per bõa fé, mais meu,
rogu' eu a Deus, que mi vos oje deu,
que vos faça tan ledo seer migo
quan leda fui oj' eu, quando vos vi,
ca nunca foi tan leda, pois naci.

Os primeiros arrufos vêm toldar aquele céu de felicidade: umas vezes por culpa dela, que lhe não foi falar à hora aprazada, outras e quase sempre por culpa dele, que partiu sem o seu consentimento («sen seu grado»), ou não veio à entrevista, ou não esteve na despedida ou na chegada:

Amigo, quando me levou
mia madr', a meu pesar, daqui,
non soubestes novas de mi;

e por maravilha tenho
por non saberdes quando vou,
nen saberdes quando venho.

Mas, embora enganada, a donzela ama o seu traidor e afronta a vigilância da mãe, para ir esperá-lo à ermida do soveral:

Non mi digades madre, mal, e irei
veê-l' o sen verdade, que namorei,
na ermida do soveral,
u m' el fez muitas vezes coitada 'star ...
na ermida do soveral.

Se el non ven i, madre, sei que farei:
el será sen verdad' e eu mörreirei
na ermida do soveral,
u m'el fez muitas vezes coitada 'star ...
na ermida do soveral.

O namorado ausenta-se, vai para cas del-rei. A amiga dirige-lhe, na véspera da partida, um saudoso adeus:

Amigo, queredes-vos ir?
e ben sei eu que mi averrá:
en mentre morardes alá,
a quantos end' eu vir viir
a todos eu preguntarei
como vos vai en cas del-rei.

E, como ele tarda, longe dela, a pobre namorada consome-se de saudades e de ciúmes, receando que outra o retenha:

Eu nunca dôrmio nada,
cuidand' en meu amigo;
el, que tan muito tarda,
se outr' amor á sigo
erga-lo meu? Queria
morrer oj' este dia!

Enfim, tem novas de que o seu amigo chega. Radiante, corre para lá das portas da vila, esperar o namorado:

— Ai, fremosinha, se ben ajades,
longi da vila quen asperades?
— Vin atender meu amigo.

E então recomeçam os seus amores, com a sabida e saborosa intermitência do riso e das lágrimas.

A donzela quer ter o amigo ao seu lado, furtando-se por vezes à guarda da mãe para o ver. Mais uma razão para ele se não ausentar sem seu mandado. Mas os homens são voláteis. Um dia, o amigo escapou-se-lhe de novo.

Quando voltou, houve uma cena de lágrimas. Os dois choravam: ele pela violência da reprimenda, ela com dó de o ver chorar:

Pero que eu meu amigo roguei
que se non fosse, sol non se leixou
por mi de s' ir e, quand' aqui chegou,
por quant' el viu que me lh' eu assanhei,
chorou tan muit' e tan de coraçõn
que chorei eu con doo d'el enton.

Não tardou a reconciliação. Um dia, o amigo entrou por casa da mãe; falou com ela; e, ao despedir-se, pôs os olhos cheio de alegria na namorada. Estavam cumpridos os seus votos: iam pertencer um ao outro. A donzela sente prazer inefável:

Vi-vos, madre, con meu amig' aqui
oje falar e ouv' en gran prazer,
porque o vi de cabo vós erguer
led' e tenho que mi faz Deus ben i,
ca, pois que s'el ledo partiu daquen,
non pode seer senon por meu ben [...]

El pôs os seus olhos nos meus enton,
quando vistes que xi vos espediu,
e tornou contra vós led' e riiu,
e por end' ei prazer no coraçõn,
ca, pois que s'el partiu daquen,
non pode seer senon por meu ben.

Um pouco mais, e terminava na igreja o romance da namorada.

Mas outras situações, porventura menos ortodoxas, se poderiam buscar nesse repositório da «comédia humana» do universo feminino que são os *Cancioneiros*: a jovem sequestrada e maltratada por se encontrar furtivamente com o amigo; a donzela que, com ou sem razão, sofre uma cena de ciúmes por parte do amigo; a mãe que, ainda jovem, procura ter amores que lhe são roubados pela filha; a mãe que, cúmplice dos amores da filha, lhe aconselha, em nome da sua sabedoria e experiência, os expedientes da sedução; e até os temas da insónia e do sonho, temas que, consagrados mais tarde como pertencendo à tipologia psicológica e sentimental do Romantismo, já encontram representação na poesia galaico-portuguesa. Em suma, o universo no feminino, onde, mães, filhas, amigas, irmãs, protagonizam, em efeito de espelho, a vida amorosa.¹

¹ Os alunos encontrarão na Antologia estes e outros exemplos.

Debruçámo-nos e analisámos duas cantigas de amor, ambas da autoria de D. Dinis. Referimo-nos também à coexistência e simultaneidade do subgénero designado por cantiga de amigo, de ressonância popular e ligado à «voz feminina». Importa sublinhar, porém, que embora frequentemente a construção das cantigas de amigo se aproxime da das cantigas de amor, aquelas que

podemos considerar mais próximas da forma primitiva se constroem segundo o esquema designado por **paralelismo**. O paralelismo associado ao refrão condiciona esquemas e desencadeia mecanismos de repetição que permitem a amplificação de um texto que tem por base uma ideia ou um motivo linear e muito simples. Observe-se a transcrição de uma cantiga (D. Afonso Sanches, filho de D. Dinis), no decurso da qual destacamos os versos que constituem, afinal, o núcleo de eclosão da própria cantiga:

Dizia la fremosinha:

«ay, Deus val!

Com' estou d'amor ferida

ay, Deus val!»

Dizia la bẽ talhada:

«ay, Deus val!

Com' estou d'amor cuytada!

ay, Deus val!»

Com' estou d'amor ferida!

«ay, Deus val!

Nõ vẽ o que bẽ queria!

ay, Deus val!»

Com' estou d'amor cuytada!

«ay, Deus val!

Nõ vẽ o que muyt' amava!

ay, Deus val!»¹

¹ CV 368, CBN 729.

Esta, no seu conteúdo essencial, excluídas as várias formas de repetição ficará, pois, reduzida aos seguintes versos: «Dizia la fremosinha: [...]» «Com' estou d'amor ferida! [...]» «Nõ vẽ o que bẽ queria!»

De facto, apenas três frases são geratrizes da amplificação desencadeada pelo paralelismo e pelo refrão, neste caso duplicado («ay, Deus val!») e descontínuo em relação ao dístico que constitui a unidade estrófica («Dizia la fremosinha // Com' estou d'amor ferida»). A cantiga tem, portanto, como tema: «Dizia la fremosinha // Com' estou d'amor ferida // Nõ vẽ o que bẽ queria!»

Trata-se, neste e noutros casos semelhantes, do chamado paralelismo perfeito. Note-se ainda a rima em **i** (fremosinha, ferida) nas estrofes ímpares e em **a** (talhada, cuytada) nas estrofes pares. Notemos também, nesta cantiga, a «presença» discursiva de um «narrador» que introduz a fala da donzela «Dizia la fremosinha», «Dizia la bẽ talhada». A propósito desta cantiga, António José Saraiva considera-a um exemplo de verdadeiro «monólogo dramático»:

O primeiro verso não pertence ao monólogo da «fremosinha» (que aliás nem monólogo chega a ser, mas quase um suspiro, que o refrão prolonga em eco); o primeiro verso é narrativo: explica quem é que se está lamentando: é como que a didascália ou uma curta explicação de **libretto**.²

² «A poesia dos Cancioneiros não é lírica mas dramática», Helder Godinho, in *Em torno da Idade Média*, U.N.L., Fac. de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1989, p. 197.

¹ Cf. por exemplo Gil Vicente, *Quem tem farelos e Farsa de Inês Pereira*; D. Francisco Manuel de Melo, *O Fidalgo Aprendiz*, etc.

Vejamos, no entanto, por agora, detidamente, uma das mais belas cantigas de amigo dos nossos cancioneiros. O seu autor foi Nuno Fernandes Torneol, que viveu na primeira metade do século XIII. Segundo uma cantiga de escárneo, retrata-se como cavaleiro ao serviço de um rico-homem que lhe paga com «mentiras», tema que aliás remete para a extensa produção satírica e dramática que apresenta a figura do fidalgo miserável e avaro que quer aparentar estado, tendo, por exemplo, serviçais a quem não paga.¹

Foi autor de treze cantigas de amor e oito de amigo, de estrutura paralelística.

Levad' amigo, que dormides as manhanas frias:
todalas aves do mundo d'amor dizian,
leda mh and' eu.

Levad', amigo, que dormide' las frias manhanas:
todalas aves do mudo d'amor cãtavã,
leda mh and' eu.

Todalas aves do mudo d'amor diziã,
do meu amor e do vosso(o) en mêt' avyã,
leda mh and' eu.

Todalas aves do mudo d'amor cãtavã;
do meu amor e do vosso[o] y enmêtavã,
leda mh and' eu.

Do meu amor e do vosso enmêt' avyã,
vos lhi tolhestes os ramos en que sijam,
leda mh and' eu.

Do meu amor e do voss[o] y enmentavã;
vos lhi tolhestes os ramos en que posavã,
leda mh and' eu.

Vos lhi tolhestes os ramos en que sijam,
e lhis secastes as fontes en que beviã,
leda mh and' eu.

Vos lhi tolhestes os ramos en que pousavã,
e lhis secastes as fôtes hu sse banhavã,
leda mh and' eu.²

² CV 242, CBN 604, Nunes, *Cantigas d'Amigo*, LXXV, *Crest.*, pp. 368-369.

Dentro das variedades temáticas, trata-se de uma **alva, alba** ou **alvorada** (como prefere Aubrey Bell), isto é, de uma composição que alude ao amanhecer. Tem origem provençal e não foi das mais cultivadas pelos trovadores portugueses, facto que torna ainda mais notável este poema de Nuno Fernandes Torneol.

A donzela, sujeito da enunciação, começa por exortar o amigo a erguer-se, pois é manhã. O advento da manhã é sinalizado pelo canto das aves, solidárias

com o amor de ambos, com a alegria da donzela, expressa no refrão «leda [alegre] mh and' eu». Trata-se, segundo pensamos, da primeira **descrição** da primavera, celebrada pelo canto universal das aves «Todalas aves ...». É, portanto, uma atmosfera de plenitude amorosa, em sintonia com a própria natureza, reforçada pelo refrão, que as primeiras quatro estâncias transmitem ou parecem transmitir. Dizemos «parecem» porque não deixa de ser perturbador desse sentido de euforia a presença dos verbos no passado; «dizian», «cãtavã», «en mêt'avyã», «enmêtavã», em contraste com o presente no refrão: «leda mh' and' eu». Perturbador e de certo modo enigmático. Julgamos, porém, que o enigma se desfaz na segunda metade da cantiga, isto é, nas últimas quatro estrofes, tecnicamente encadeadas, pelo paralelismo, com as primeiras quatro, mas contrastando com elas no tom em que o discurso se vai desenvolver. O passado é agora elucidado: as aves já não cantam, já não comemoram («en mêt'avyã») aquele amor absoluto. E surge, portanto, um tom verdadeiramente acusatório. Foi o amigo o causador do silêncio das aves, do emudecimento da natureza. Foi ele que cortou os ramos, secou as fontes onde pousavam, bebiam e se banhavam «todalas aves do mundo». Trata-se, portanto, de uma acusação de traição. As aves, metonímia da natureza total, que a traição do amigo silencia, identificam-se com o próprio sentimento não partilhado da donzela.

Quebra-se, portanto, a harmonia original entre o sentimento da donzela e a natureza solidária. A euforia degrada-se e transforma-se num sentimento de desilusão e, até, de ressentimento.

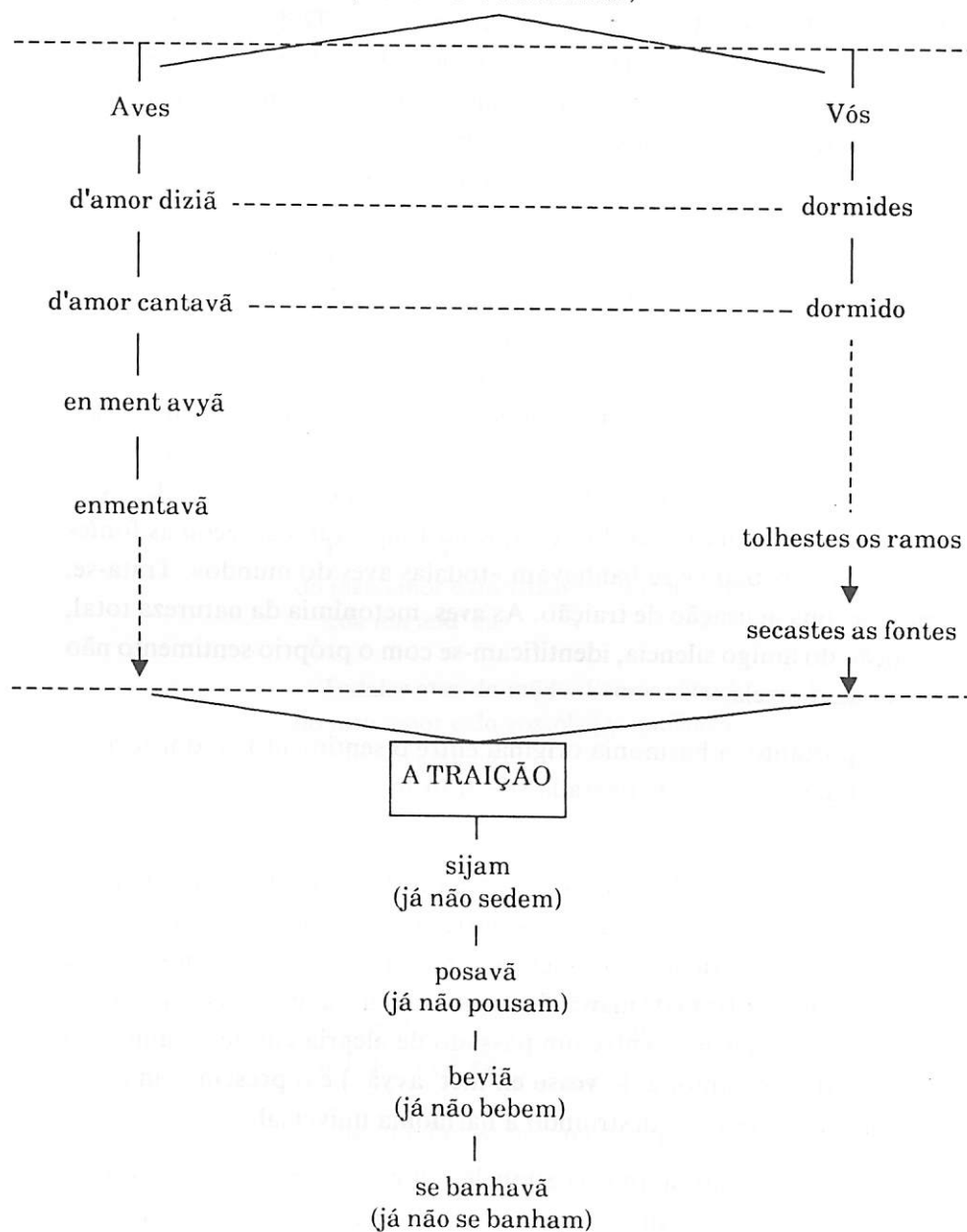
A presença do refrão, porém, torna-se agora insólita: é evidente que a amiga não está, ou já não está, alegre; este desajuste entre o sentido das estrofes e o refrão levou alguns críticos a considerarem-no humorístico. Por nossa parte pensamos que não se trata de marca de humor mas antes de um eco que torna mais dramática a oposição entre um passado de alegria em que o amor era partilhado («do **meu** amor e do **vosso** en mêt'avyã») e o presente em que o amigo traiçou esse amor destruindo a harmonia universal.

O sujeito da enunciação (a amiga) estabelece uma disjunção entre o sujeito Aves e o sujeito Vós, a partir de uma conjunção inicial (o amor partilhado).

A acção do segundo (Vós) vai provocar uma negativização no universo do primeiro (Aves).

O AMOR PARTILHADO

(meu amor / vosso amor)



Poderíamos ainda sublinhar, em outro nível de análise, o sentido da **árvore** e das **águas**, como elementos cuja carga simbólica, bem conhecida, remete para a vida, a criação, a fecundidade, e cuja destruição dissolve a própria unidade e plenitude do universo.

Tema 3. Sátira, crítica, reflexão: cantigas de escárneo e maldizer. Um «Mundo ao Revés» ou antecipações ao «Desconcerto do Mundo».

Além dos géneros já estudados na presente UNIDADE, e para cuja definição remetemos para a *Arte de Trovar*, mais dois géneros, segundo essa doutrina, surgem no âmbito dos *Cancioneiros*: a **cantiga de escárneo** e a **cantiga de maldizer**, que pitorescamente Mário Martins apelida de **cantigas de má-língua**.

Eis o que nos diz a *Arte de Trovar*:

Capitollo vº

Cantigas d escarneo som aquelas que os trobadores fazem querendo dizer mal d algue[m] en elas e dizen lho per palavras cubertas, que ajam dous entendymentos pera lhe lo non entenderen ... ligeiramente; e estas palavras chamam os clerigos *hequivocatio*. E estas cantigas se poden fazer outrosy de meestria ou de rrefran. E, pero que alguuns dizen que [h]a hy algũas cantigas de juguete d erteyro, estas non son mais ca d escarnho nen han outro entendimento; pero er dizen que outras ha hy de risabelha; estas ou seeran d escarnho ou de mal dizer e chaman lhes asy porque riy[en] ende a vezes os homens, mays non som cousas en que sabedoria nen outro ben aja.

Capitollo viº

Cantigas de mal dizer son aquela[s] que fazem os trobadores mais descubertamente; en elas entran palavras que queren dizer mal e non aver[an] outro entendimento senon aquel que queren dizer chaãmen[te] e outrossy as todos fazem dizer mais.

Tais definições, porém, têm levado a alguma controvérsia, já que, segundo Elsa Gonçalves e contrariamente ao que é veiculado por alguns manuais,

[...] o elemento individualizante é estilístico, não temático, visto que a distinção está, afinal, confiada a um recurso retórico utilizado na cantiga de escárneo e não na cantiga de mal dizer: o equívoco. ¹

¹ *Op. cit.*, pp. 23-24.

Por outro lado, julgamos que a poesia englobada numa designação muito — demasiado — ampla de poesia satírica não se esgota naqueles dois tipos mas vai muito além da sátira ou da crítica pessoal, política e social que faz parte da taxonomia geralmente utilizada. Trata-se, sim, de uma poesia não necessariamente erótica ou amorosa, mas que se assume como um espaço discursivo para a reflexão abstractizante, a generalização, ainda que usando, como recurso retórico privilegiado a **ironia**.

A ironia consiste na figura em que se exprime o contrário do que as palavras naturalmente significam. Subscrevemos a definição que consta do *Dictionnaire de Poétique et de Rhétorique*:¹

¹ Henri Morier, *Ibidem.*, PUF, Paris, 1981.

A ironia é a expressão de uma alma que, apaixonada pela ordem e pela justiça, se sente irritada com a inversão de uma relação que considera natural, normal, inteligente, moral. Experimentando o desejo de estigmatizar essa inversão, descreve uma situação diametralmente oposta à situação real, e assim repõe as coisas no seu lugar, recuperando a ordem e a justiça.

Sendo assim, podemos concluir que na mensagem deste tipo de poesia, fundamentalmente ambígua, coexiste — conflitualmente — uma dualidade (e até pluralidade) de significados no mesmo significante.

Vista de certo modo, a ironia é o registo de uma visão desencantada do mundo, mundo que se revela como o universo da inversão dos valores, da contradição e do conflito.

Trata-se, em alguns casos, do que podemos considerar a «arqueologia conceptual» de *tópoi* que vão desenvolver-se e, infinitamente metamorfoseados, permanecer no centro da meditação poética nos séculos seguintes.

Desconcerto do Mundo Mundo ao Revés

O primeiro *tópos* que referiremos, designá-lo-emos pelo prestigioso título de «Desconcerto do Mundo», aludindo à famosa esparsa de Luís de Camões.

² Cf. *Auto da Feira, Farsa dos Almoçreves, Auto da Lusitânia*, etc.

Se, nos fragmentos de paralelísticas² e nas cantigas, romances e vilancetes que semeiam a obra de Gil Vicente³ se manifesta claramente o que chamaríamos um reflexo «directo» da poesia medieval, podemos, por certo, detectar um reflexo «indirecto» na tradição satírica do «Desconcerto» que, em última análise, remonta à poesia trovadoresca, passando depois pela crítica austera de Sá de Miranda e culminando nas célebres redondilhas de Luís de Camões. Eis, a título de breve exemplificação:

³ Cf. *Auto da Barca do Purgatório, Breve Sumário da História de Deus, Nau de Amores*, etc.

Vej' eu as jentes andar revolvendo
mudando aginh' os corações
do que poen antre sy a jurações;
e já m' eu aquesto vou aprendendo
e ora cedo mays aprenderey:
a quen poser preyto mentir-lho-ey,
e assy jurey melhor guarecendo!⁴

⁴ Pero Mafaldo, CA 435, CB 320 (Cf. Antologia)

[...]
Assi vão tempos perdidos:
que os maus são levantados
e os bons são destruídos⁵

⁵ Sá de Miranda, *Écloga Montano*.

Os bons vi sempre passar
no mundo graves tormentos;
e, para mais m' espantar,
os maus vi sempre nadar
em mar de contentamentos
Cuidando alcançar assi
o bem tam mal ordenado,
fui mau mas fui castigado.
Assi que só pera mi anda o mundo concertado [...].¹

¹ Luís de Camões, «Esparsa do Autor ao desconcerto do mundo» in *Rimas*.

Desenha-se assim um verdadeiro «Mundo ao Revés», um dos tópicos de maior produtividade durante a Idade Média, plasticamente representado na pintura inquietante de Bosch. Encontramo-lo também em numerosos lugares na obra de Gil Vicente, nomeadamente na *Tragicomedia da Serra da Estrela* na figura do Frade que define os seus ideais ao invés dos pressupostos do código social em que se insere: «Eu desejo habitar / nãa ermida a meu prazer, / onde pudesse folgar /» etc.

Com efeito, o tópico do «Mundo ao Revés», que pode ou não ser objecto de tratamento burlesco, insere-se num tipo de discurso simultaneamente conservador e renovador. Diz Yves-Marie Bercé: «Le mythe de l'inversion apparaît comme un fantasme de menace social [...]».²

A inversão aparece, pois, como garante de simetria e, ao mesmo tempo, como prova «visível» e «vivencial» da verdade do inverosímil, materializada nas evidências da própria existência. Não se trata, no entanto, de perversão mas de verdadeira e legítima «inversão». Se Curtius considerara este *tópos* derivado dos *impossibilia*, verificaríamos que, a partir daí, o impossível se torna possível, ou melhor, o inverosímil torna-se possível, levando a essa aspiração utópica surpreendentemente formulada pelo anónimo:³

porque me nom vou alhur esterrar,
se poderia melhor mund' achar.

É também, de certo modo um universo (micro-universo) ao revés, semelhante à «ermida de prazer» do Frade vicentino, que encontramos na cantiga de Airas Nunes, em que os mosteiros de «frades regrados», em «Cistel» que a Regra de S. Bento obrigava à permanência claustral, à pobreza, à oração, à castidade, surgem como exemplo, afinal de uma Regra ao Invés:

Porque no mundo mengou a verdade,
punhey hun dia de a hyr buscar
e hu por ela fui [a] preguntar
disseron todos: alhur la buscade,
ca de tal guisa se foy a perder
que non podemos em novas aver,
nen já non anda na irmãidade.

² *Idem*, «La fascination du Monde Renversé dans les troubles du XVI^e siècle» in *L'image du Monde Renversé et ses représentations littéraires et para-littéraires de la fin du XVI^e siècle au milieu du XVII^e*, Vrin, Paris, 1979, pp.9-15.

³ Talvez Airas Peres Vuitorrom ou Martin Moxa, CA 305.

Nos moesteyros dos frades regrados
a demandey e disseron-m'a assy:
«non busquedes vós a verdad' aqui,
ca muytos anos avemos passados
que non morou nosco, per bõa ffé,
[nen sabemos ond' ela agora esté]
e d' al avemos mayores coidados.»

E en Cistel, hu verdade soya
senpre morar, disseron-me que non
morava hy, avia gran sazon,
nen frade d'y já a non conhocia,
nen o abbade outro ssy estar
sol non queria que foss'y pousar,
e anda já fora d[a] abadia.

En Santyago see[n] d'albergado,
en mha pousada chegaron rromeus;
preguntay-os e disseron: «par Deus,
muyto levade'-lo caminh' errado,
ca, se verdade quiserdes achar,
outro caminho conven a buscar,
ca non saben d'ela mandado.¹

¹ Airas Nunes, CV 455.

Tema da Mudança

Mas outro *tópos* pode ser identificado como a «raiz arqueológica» medieval do pensamento moderno: o *tópos* da «Mudança», que largamente inspirará o pensamento poético dos séculos posteriores, assediando uma reflexão constante sobre a instabilidade das coisas e dos seres e a irreversibilidade do tempo.

Trata-se de uma reflexão que, a partir do Renascimento se torna insistente e se pode considerar herança remota do pensamento antigo. Mais tarde, Sá de Miranda retomará o tema, seguindo a traça dos poetas italianos, no seu célebre soneto «Ó cousas todas vãs, todas mudaves, qual é o coração que em vós confia». Diogo Bernardes, Luís de Camões, Rodrigues Lobo, são alguns dos poetas que meditaram — melancolicamente e por vezes com ressaibos de revolta — sobre a irreversibilidade e a mudança, conceitos ambigualmente contraditórios mas profundamente imbrincados.

Diz Camões:

Todas as cousas vejo demudadas
Porque o tempo ligeiro não consente
Que estejam de firmeza acompanhadas.

E Bernardim Ribeiro, o melancólico autor do *Livro das Saudades* dirá, em prosa: «Mas parece que das desaventuras há mudança pera outras desaventuras, que do bem não a havia pera outro bem».

Ora, este tipo de reflexão encontra-se já, não só no *Cancioneiro Geral* mas nos poetas dos Cancioneiros trovadorescos, como amargo pensamento. Exclama por exemplo, Joham Ayras de Santiago:

Todalas cousas eu vejo partir
do mund' en como soyam seer,
e vej' as gentes partir de fazer
ben que soyam — tal tempo nos vê! [...]

Tempo e Mundo, são duas das categorias que Gil Vicente retomará, por exemplo, em *Breve Sumário da História de Deus*. Podemos, pois, afirmar que os fundamentos da «razoamento» sobre o Tempo e o Mundo estão já presentes na poesia dos Cancioneiros, em espécies que escapam à taxonomia simplificada que geralmente lhes é atribuída.

A reflexão, a meditação, o comentário, coexistem, no entanto, com o **olhar**, centrado no objecto particular, permitindo o «castigo» e, à distância, permitindo, até reconstruir cenários conflituais que a história (história de vencedores) muitas vezes escamoteia aos olhos da posteridade. Podemos, então, considerar esta poesia como «reconstrutiva» de um certo número de situações polémicas e conflituais que a história atenuou, filtrou ou esqueceu.

Rodrigues Lapa,¹ entre outros estudiosos, como Peixoto da Fonseca e, sobretudo Mário Martins,² distinguiram «ciclos» de temas satíricos que dão conta, efectivamente, de questões que, à margem da História, a poesia trovadoresca e jogralesca fez chegar até nós. Desses ciclos, e dado os aspectos dramáticos que chegou a assumir, seleccionaremos a cantiga seguinte de Diego Pezelho:

Meu senhor arcebispo, and' eu escomūgado,
por que fiz lealdade; enganou-mh o pecado!
soltade-m' ay, senhor!
e jurarey, mandado,
que sea traedor.

Se traizõ ffezesse, nūca vo'-la diria,
mais, pois fiz lealdade, vel por Sancta Maria,
soltade-m' ay, señor!
e jurarey, mandado,
que sea traedor.

Per mha mala vêtura tivi huū castelo en Sousa
e dey-o a sseu don', e tenho que fiz grã cousa:
soltade-m', ay, senhor!
e jurarey, mandado,
que sea traedor.

Per meus negros pecados tive huū castelo forte,
e dey-o a sseu don[o], e ey medo da morte:
soltade-m', ay senhor!
e jurarey, mandado,
que seja traedor.³

¹ Cf. Bibliografia.

² *A Sátira na Literatura Medieval Portuguesa (séculos XIII e XIV)*. Biblioteca Breve. Lisboa, 1977.

³ CV 1124, CBN 1494.

¹ O *sirventês* neste caso político segundo as designações adoptadas para a poesia provençal não difere normalmente da *cansó* assim como da *cantiga*, no que diz respeito à forma, mas sim no que diz respeito ao conteúdo. Pensam alguns que a designação provém de estas composições imitarem servilmente a forma das composições líricas. Outros pensam que significa que eram feitas *por* ou *para* quem servia um senhor.

A cantiga, ou melhor o *sirventês*¹ de que nos ocupamos é da autoria do jogral Diego Pezelho, do qual nada se sabe, a não ser, a partir do tema tratado, que deve ter sido contemporâneo de D. Sancho II e D. Afonso III, e a cantiga composta entre 1245 e 1247. Refere-se concretamente à grave crise política que culminou em 1246 e que teve repercussão importante na poesia satírica da época, dando origem ao que Rodrigues Lapa chama o «ciclo da entrega dos Castelos».

A Crónica Breve do Arquivo Nacional dá-nos a versão oficial e bastante omissa da época acerca do problema: justifica a deposição de D. Sancho, informando que se casou «per seu conselho», fez «algũas cousas» em prejuízo do reino e da coroa e que os prelados, fidalgos e concelhos suplicaram ao Papa o seu afastamento.

Isto é o que nos diz o cronista contemporâneo dos factos. A crítica histórica moderna, no entanto, apresenta-os diferentemente.

D. Sancho II (1209-1248) filho mais velho de D. Afonso II e de D. Urraca, era, por direito de sucessão já estabelecido, herdeiro do trono de Portugal. Não obstante, Afonso II confirmou esse direito especificando no seu testamento de Novembro de 1221 que D. Sancho era, de facto, seu herdeiro e só por morte deste, se lhe seguissem, na ordem da sucessão, os outros filhos. Determinava ainda que, se à sua morte, o príncipe não tivesse ainda idade de governar o fariam em seu nome os ricos-homens que assumiriam a tutela do jovem Rei, o que sucedeu em 1222, tendo D. Sancho apenas 13 anos. Os ricos-homens, tutores do Rei, o chanceler Gonçalo Mendes, o mordomo-mor Pedro Anes e o Deão de Lisboa, Mestre Vicente, conduziram D. Sancho a apressar as negociações com a Santa Sé no sentido de reconciliar o poder real com o poder eclesiástico, visto se arrastar um conflito que levava à excomunhão de Afonso II, morto sem absolvição e à interdição do Reino. Reunida uma assembleia em Coimbra, estabeleceu-se uma concordata contendo dez artigos que, ao que parece, se inclinavam favoravelmente para a parte eclesiástica do litígio. Não só: em adicional, o Rei comprometia-se a pagar pesada indemnização ao Arcebispo de Braga a troco do levantamento da excomunhão a título póstumo de Afonso II e de todos os nobres excomungados. Transitariamente sanado o conflito, ocupou-se o Rei em resolver os problemas relativos às heranças e usufrutos de suas irmãs, as infantas D. Teresa e D. Sancha. Militarmente re-empreeu a reconquista com a campanha do Alentejo em que se estreou como guerreiro, atingindo as fronteiras algarvias. As suas virtudes militares não eram porém acompanhadas da sabedoria administrativa e mostrou-se porventura incapaz de fazer frente à arrogância dos nobres. Estes encontraram-se em breve envolvidos em novos litígios em que reaparecem os prelados e as ordens monásticas. A tentativa do Rei de restringir os abusos do clero e das ordens monásticas provocou intensa reacção. O Bispo do Porto, Martinho Rodrigues apresentou queixa ao Papa contra o Rei, o que levou o Papa, ao tempo Honório III, a admoestá-lo.

O Bispo de Lisboa, D. Soeiro e mais tarde o novo Bispo do Porto levaram o Papa a lançar o interdito sobre o Reino, a fim de obrigar D. Sancho a respeitar as imunidades e direitos da Igreja (1238). Em 1243 mais uma vez são apresentadas queixas, desta vez ao Papa Inocêncio IV.

Entretanto, o Infante D. Afonso, futuro Afonso III, partira para França em 1227, permanecendo na corte de Luís IX. Desposou em 1238 a condessa de Bolonha Matilde e atingiu a dignidade de conde-soberano. Ora, no Concílio de Lião, em 1245, o Papa Inocêncio IV, em consequência da intervenção dos Arcebispos de Braga, do Porto e de Coimbra, corroborados por alguns nobres e outros prelados, emitiu uma bula exortando os barões, concelhos, vilas e lugares, a obedecerem ao Príncipe D. Afonso.

Este chegou a Lisboa nos princípios de 1246, como **visitador, curador e defensor** do Reino. Após encarniçada luta, a sorte das armas mostrou-se favorável ao Conde, e D. Sancho retirou-se para Toledo onde morreu dois anos mais tarde, sem descendência, pelo que D. Afonso foi aclamado Rei de Portugal.

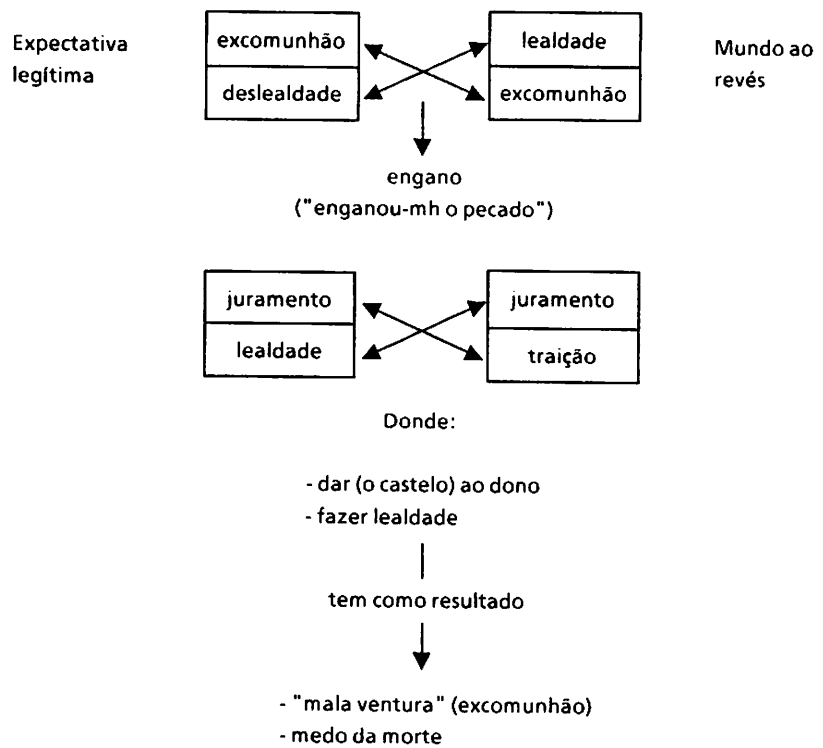
A florescência do «ciclo da entrega dos Castelos» situa-se provavelmente no momento em que o visitador, curador e defensor exige a vassalagem dos alcaides.

Ora, a composição de Diego Pezelho, talvez a mais subtil, a que nos referimos, assenta, num **jogo dual** que por si só se identifica com o carácter paradoxal duma situação em que a **ilegitimidade é legitimidade**. A ironia consiste na apresentação invertida da ilegitimidade como legitimidade e vice-versa.

Vejamos:

Em situação normal, a **excomunhão** seria determinada pela **deslealdade**; o que acontece, porém, situa-se num plano invertido: a **excomunhão** resulta do acto de **lealdade** do alcaide que se recusa a entregar o castelo ao que considerava ser o usurpador. Assim, a lógica da situação inverte-se, como se inverte o juramento: «jurarei, mandado, que sea traedor».

Todo o esquema da cantiga se cifra numa sucessão de inversões que conduzem ao absurdo do «juramento»:



É, portanto, a lealdade que será o objecto de punição: uma vez mais, pois, o «Mundo ao Revés» ou o absurdo da «virtude punida».

Para além de graves questões políticas, como a que referimos, o quotidiano está presente na sátira trovadoresca, com um desfile de mentirosos, cobardes, oportunistas, lisonjeadores, enfim, no dizer de Mário Martins, «Casos e acasos da vida corrente».¹ O aluno encontrará alguns exemplos mais amplos desse quotidiano inesperadamente tornado vivo pela vivacidade expressiva e irreverente de trovadores e jograis.

¹ *Op. cit.*

Epítome

O lirismo medieval, guardando bem nítidas as marcas da oralidade, é, para chegar até nós, confiado à escrita. Não obstante, o canto está, sem dúvida subjacente e confere a essa poesia especificidades formais que não podem ser esquecidas nas propostas hermenêuticas que são apresentadas. Esse lirismo apresenta, por outro lado, uma complexa variedade tipológica de que se dá conta, e cria um universo ficcional cujos referentes, no entanto, não devem perder-se de vista: o código convencional, cortesão e trovadoresco, e o código amoroso e sentimental que dele depende. O universo feminino e a «comédia humana», para além da realidade histórico-social cuja análise não é aqui o nosso objectivo, surgem construídos com inesperada sofisticação e profundidade na exploração dos mistérios do *eu*.

A vertente reflexiva e crítica da poesia galaico-portuguesa é, por outro lado, a antecipação de uma visão amarga do mundo e da sociedade, em singular coincidência com os poetas que no século XVI verificam e verberam o cânoneano «desconcerto do mundo».

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

GONÇALVES, Elsa; RAMOS, Maria Ana, *A Lírica Galego-Portuguesa*, Ed. Comunicação, Lisboa, 1983.

LAPA, Manuel Rodrigues, *Lições de Literatura Portuguesa, (Época Medieval)*, Coimbra, 1981.

UNIDADE 4

**Historiografia e ficção. Historiografia e mito.
Livros de linhagens e crónicas. A novelística
e a narrativa exemplar na fixação
de sistemas de valores e categorias.**

OBJECTIVOS

Após a leitura reflexiva desta UNIDADE, o aluno deverá estar apto para:

- Compreender, dentro da especificidade da Historiografia medieval, o seu papel como lugar literário.
- Identificar a interferência dos vários modelos historiográficos e da novelística, no plano do conteúdo, no plano de codificação de valores e no plano da literariedade.
- Aperceber-se da exemplaridade da prosa medieval.

Tema 1. Livros de Linhagens e Crónicas. Fontes e conteúdos. Testemunhos e modelos de análise.

A Historiografia medieval é um universo complexo em que interfere o factor político e social, muitas vezes deslizando para o campo da literatura de função distractiva, alimentando e alimentando-se de um imaginário colectivo.

É costume designar pelo título de *Cronicões* os primeiros relatos historiográficos, alguns deles meros registos cronológicos e magros relatos dos reinados dos diferentes monarcas, de feição analítica.¹ O seu objectivo primordial encontra-se, de resto, claramente enunciado no prólogo da chamada *Crónica Breve do Arquivo Nacional*:

[...] a qual rrenembrancha serve a proll porque muytas vezes mostram perante el-rey nossenhor e perante os seus juizes algũas doações e outras escripturas que fazem em prejuizo dos direitos e coussas da coroa dos regnos, fazendo taaes cartas de doações e escripturas mençom que forom outorgadas per hum rey o quall segundo a data dessa escriptura já era finado e pera tirar duvidas aproveitam muyto estas eras [...].²

É pois, claro o pragmatismo desses textos, que visam regular e validar direitos, doações e possessões. Também se torna evidente que pretendem definir a sucessão dos reis e garantir, assim, a legitimidade dessa sucessão.

A mesma *Crónica Breve*, aliás, informa-nos do âmbito restrito mas bem definido do seu conteúdo:

[...] em ellas (estas eras) faz mençom quando cada hum rey começou a rregnar e quando sse finou e onde jaz sepultado.³

Desse modo, o reinado de Afonso Henriques, por exemplo, regista-se em poucas linhas. Mas nelas, a informação considerada necessária e pertinente para os objectivos em causa está presente: de quem foi filho; com quem foi casado; que filhos teve em matrimónio; onde e quando morreu e onde foi sepultado, mencionando, no final, apenas mais um dado que, certamente contribuiria para a valorização da figura do rei:

E asy foy sua vida noventa e hum annos. E jaz sepultado no seu moesteiro de Sancta Cruz da dicta cidade de Coimbra, que elle fundou e acabou aa sua custa.⁴

Dadas as características enunciadas e dedutíveis dos textos apresentados, é evidente que o nível que podemos considerar de literariedade está ausente. Trata-se de um primeiro balbuciar da prosa que, num passo acelerado, em breve assumirá aspectos que a aproximam ou até integram num nível literário, isto é, do qual decorrem funções estéticas, emotivas, expressivas e não apenas a balbuciente denotação destas primeiras tentativas.

¹ A literatura analística tem como referente o género *Anais (Annales)*, isto é, registos anuais dos nomes de magistrados (Roma Antiga) ou reis. Distinguem-se da História por se cingirem a uma cronologia, raramente se estendendo ao relato, narrativa ou descrição. Os *Anais* remetem, de resto, para factos passados.

² *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, I, 22.

³ *Ibidem*.

⁴ *Ibidem*. A chamada *Crónica Breve do Arquivo Nacional* foi publicada pela primeira vez por Alexandre Herculano, na parte *Scriptores* dos seus *Portugaliae Monumenta Historica*. Mais tarde, em 1948, Alfredo Pimenta publica-a também (*Fontes Medievais da Histó-*

É o caso, por exemplo da chamada *Crónica da Conquista do Algarve*, extracto de um texto mais amplo, conhecido por *Crónica de Portugal de 1419*, de que se foram recuperando partes, até reconstituir a chamada *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, publicada na totalidade apenas em 1952. Para Lindley Cintra, essa crónica era o elo perdido entre a história dos monarcas portugueses, que faz parte da *Crónica Geral de Espanha de 1344* e os historiadores dos séculos XV (Rui de Pina) e XVI (Duarte Galvão). Segundo ainda Lindley Cintra,¹ essa *Crónica*² resulta de uma refundição da *Cronica General de España*, elaborada por ordem de Afonso X de Leão e Castela, em finais do século XIII. Essa refundição, porém, levou longe e trouxe a interferência de outros textos e a derivação a partir de outras fontes, tornando-se, portanto, um texto «novo». As suas relações textuais e conceptuais com o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, filho bastardo de D. Dinis e Conde de Barcelos, levaram a considerar ambos os textos como de iniciativa daquele infante, notável figura da cultura portuguesa da época.

Tanto a *Crónica de 1344* como o *Livro de Linhagens*, nas suas duas versões (IIIº e IVº Livros)³ são repositório de uma tradição mítico-lendária que remete para fontes escritas europeias, nomeadamente para os ciclos novelescos de origem bretã, e até para o registo de tradições orais que por vezes transparecem nos ritmos octossilábicos da fraseologia.

Nestes textos encontramos já uma notável vivacidade narrativa e uma capacidade descritiva que denota um grau elevado no domínio da língua escrita, com recurso a uma retórica já elaborada, em que a metáfora, a hipérbole e a comparação aparecem utilizadas com desenvoltura.

O plano de concepção da *Crónica Geral* e do *Livro de Linhagens* apresenta-se como uma tentativa de história panorâmica, no sentido cronológico e no sentido geográfico. Pretende-se construir, por assim dizer, uma «história geral da Humanidade» em diacronia, desde Adão e abrangendo, no espaço, o mundo conhecido.⁴ Esse plano encontra-se expressivamente detalhado numa parte do «Prólogo» do *Livro de Linhagens* a que nos vimos referindo: «Fallaremos primeiro do linhagem dos homeens e dos rreys de Jerusalem des Adam ataa naçença de Jesu Christo [...]». Mencionará depois os «rreys de Syria», «el-rey Faraoo e Nabucodonosor»; «os rreys da Troia» e de Roma; os «rreys da Gram Bretanha, que ora se chama Ingraterra»; os «rreys que ouve em Persia [...] no Egipto e em Roma»; os Godos, «como entraram em Espanha [...] e como ao depois foi perduda per rrey Rodrigo».

A partir daqui, tudo vai concentrar-se mais na história-lenda peninsular, referindo os «rreys de Navarra e os d'Aragon e os de França, e d'omde decenderom os rreys de Portugall».

As linhagens dos reis e das famílias fidalgas, os seus feitos e serviços como fundamento de honra e de nobreza, constituirão a matéria desta longa obra, cuja intenção ou intenções são claramente expressas no mesmo «Prólogo».

Com efeito, a intenção global é logo manifestada de início:

ria de Portugal, vol. I), com o título de *Memória da Torre do Tombo*. Refere-se aos reis de Portugal, desde o Conde D. Henrique, pai de D. Afonso Henriques, até D. Dinis.

¹ Luís F. Lindley Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 3 vols., reed. INCM, Lisboa, 1951, 1954 e 1961.

² Não pode perder-se de vista que a designação *Espanha* não tem sentido político na época, mas refere-se à Península Ibérica no seu conjunto.

³ Foram publicados em 1980 por J. Piel e J. Mattoso o *Livro de Linhagens do Deão* e o *Livro Velho de Linhagens*; por J. Mattoso, o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. da Academia de Ciências.

⁴ A percepção do tempo, como a percepção do espaço, apresenta, pois, uma linearidade para nós perturbadora, mas carregada de potencialidades estéticas e simbólicas.

Eu, comde Dom Pedro, filho do muy nobre rrey Dom Denis [...] compuge este livro por gaanhar seu (de Deus) amor e por meter amor e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha.

Esta intenção global é clara e especifica-se, num escopo político: ao mostrar o parentesco e a identidade dos «nobres da Espanha», tomando, conforme diz, como lei moral, o dever de ajuda e solidariedade entre parentes, o autor tem provavelmente em vista mostrar a não legitimidade ou não pertinência da guerra entre cristãos. Mas essa intenção global discrimina-se em sete outras razões ou «cousas» que o autor enumera e que podemos sintetizar em quatro ordens de razões:

- Razão político-religiosa — suscitar entre os fidalgos de Espanha (Península Ibérica) a consciência da solidariedade e do dever de mútua ajuda, contra o inimigo sarraceno.
- Razão económica — esclarecer direitos relativamente a patrimónios, heranças, distribuição de terras, foros, etc.
- Razão social — determinar o grau de parentesco entre as famílias, a fim de evitar casamentos consanguíneos: «pera saberem como podem casar sem pecado».
- Razão ética — fomentar o sentimento de honra familiar segundo os códigos de comportamento.

Para além do contexto sócio-cultural que testemunha, porém, o *Livro de Linhagens* é claramente um texto literário. As narrativas inseridas nos vários «Títulos» constituem peças que, sem dificuldade se incluem no género literário narrativo. Algumas dessas narrativas, como episódios independentes, de diversas origens e provenientes de várias fontes, mostram-nos (o que julgamos importante) a identidade cultural europeia, que reivindica, na área galego-portuguesa, temas e motivos que são comuns na Europa e que, em todo o espaço europeu, se recriam e se re-inventam. Mostram-nos também temas e motivos originais e desse modo encontramos aquilo que a busca de uma identidade sempre pretendeu: a unidade na diversidade.

Muitas dessas narrativas e episódios foram seleccionados pelo medievalista J. Mattoso¹ e são apresentados segundo critérios classificativos, entre outros, «Textos Épicos», «Temas de Romances», «Narrativas de Fundo Mítico», «Tradições Familiares», «Os Deveres dos Vassalos e dos Cavaleiros», etc.

Essa classificação dá conta de alguns tópicos que nos interessa sublinhar:

- Lenda, mito, tradição, ficção, são conceitos interpenetrantes e muitas vezes inextricáveis no interior desses textos.
- A função social (sociológica) já enunciada no «Prólogo», como vimos, surge exemplarmente no conteúdo de muitas dessas narrativas.
- O fantástico e o real confundem-se e constituem categorias dificilmente distinguíveis.

¹ *Narrativas dos Livros de Linhagens*, INCM, Lisboa, 1983.

Fixar-nos-emos na narrativa «Dona Marinha» que é, antes de mais nada, a narrativa de um mito de fundação, isto é, a origem ou fundação de uma **família** e de um **nome**. E se, aos nossos olhos, a história se incompatibiliza com a ficção e esta com a realidade, a verdade é que a Idade Média vive nessa conciliação para nós impossível. O racional, a categorização positiva do pensamento lógico, não funciona nos mesmos termos em que concebemos hoje a produção histórica e literária. Se hoje, a literatura fantástica, por exemplo, constitui um domínio demarcado na ficção literária, a Idade Média torna fantástica a realidade ou torna a realidade fanática.

Debrucemo-nos, então, sobre a lenda de «Dona Marinha», enquanto estrutura narrativa:

O primeiro [do linhagem dõde veen os Marinhos] foi ùu cavaleiro bõo que houve nome dõm Froiam e era caçador e monteiro. E, andando ùu dia em seu cavalo, per riba do mar, a seu monte, achou ùa molher marinha jazer dormindo na ribeira. E iam cõm ele tres escudeiros seus, e ela, quando os sentio, quise-se acolher ao mar, e eles forõm tanto em pos ela, ataa que a filharom, ante que se acolhesse ao mar. E, depois que a filhou aqueles que a tomarom, feze-a poer em ùa besta e levou-a pera sa casa.

E ela era mui fermosa, e el feze-a bautizar, que lhe nõm caia tanto nome nẽm ùu como Marinha, porque saira do mar, e assi lhe pos nome e chamarom-lhe dona Marinha e houve dela seus filhos, dos quaes houve ùu que houve nome Joham Froiaz Marinho.

E esta dona Marinha nom falava nemigalha. Dom Froiaz amava-a muito e nunca lhe tantas cousas pode fazer que a podesse fazer falar. E ùu dia mandou fazer mui gram fugeira em seu paaço e ela vinha de fora e trazia aquele seu filho cosigo, que amava tanto como seu coraçom, e dom Froiam foi filhar aquele filho, seu e dela, e fez que o queria enviar ao fogo, e ela, cõm raiva do filho, esforçou de braadar e com o braado deitou pela boca ùua peça de carne e dali adiante falou. E dom Froiam recebeo-a por molher e casou com ela.¹

O texto presente revela um carácter eminentemente narrativo e introduz-nos *ex abrupto*, isto é, sem preâmbulo, na acção, apresentando-nos o personagem, D. Froiam. A estrutura do relato permite uma divisão em três sequências principais, correspondentes a três momentos diferentes da acção:

- D. Froiam encontra, durante uma caçada, a Mulher Marinha dormindo na praia; auxiliado pelos escudeiros que o acompanhavam, consegue capturá-la e levá-la para sua casa. A figura de D. Froiam é inicialmente caracterizada: «foi ùu cavaleiro bõo [...] e era caçador e monteiro».
- De posse dela, D. Froiam fá-la baptizar e tem dela os seus filhos, entre os quais Joham Froiaz Marinho; esta sequência corresponde, pois, a um lapso de tempo relativamente longo. Encontra-se aqui uma caracterização da mulher, «muy fermosa [...] que saira do mar [e que] nom falava nemigalha». Esta caracterização contém todos os elementos necessários à sequência seguinte e ao desenvolvimento da acção.

¹ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. J. Mattoso, Lisboa, 1980, *Narrativas dos Livros de Linhagens*, selecção, introdução e comentários de J. Mattoso, INCM, Lisboa, 1983, pp. 72-73.

- A terceira sequência (desde «E ù dia [...]» até ao fim) é constituída pelo ardil de D. Froiam, destinado a conseguir que Dona Marinha falasse. O resultado inesperado desse ardil coincide com o clímax e o desenlace, seguido de breve epílogo: «E dom Froiam recebeu-a por mulher e casou com ela».

O tema tratado nesta lenda apresenta origens etnográficas obscuras. A existência de homens e mulheres marinhos acompanha geralmente as tradições etnográficas de povos litorais e tem possivelmente parentesco com Afrodite, nascida do mar, e as Sereias da mitologia grega — génios malfazejos, representando a sedução e os perigos do mar e, de certo modo, o apelo da morte.

Mas o parentesco com Melusina, a fada metade mulher, metade serpente, parece também evidenciar-se e partilhar com ela os enigmas de origem e significado que desafiam a análise de historiadores e literatos.

A Ondina, por seu lado, personagem malfazeja das mitologias germânica e escandinava, surge numa adaptação de Grimm como um ser diabólico; a *Pequena Sereia* da versão de Andersen é, por seu lado, comovente e trágica. A imaginação literária encontrou no tema matéria versátil para construções romanescas, como a de Friederich de La Motte-Fouqué, que publicou em 1811 um romance, *Undine*, em que uma ondina — de aparência humana mas privada de alma — a poderia adquirir mercê do seu amor por um mortal; a mesma lenda inspirou também a *Ondine* de Giraudoux (1939).

Se, no entanto, as ondinas nórdicas, tal como as sereias meridionais, atraíam o cavaleiro ou o pescador que passava perto das suas águas (lembramos os versos de sabor popular de Garrett, *A Barca Bela*, em que se alude à sedução da sereia), levando-os para o seu palácio de cristal, a Mulher Marinha do nosso texto aparece, pelo contrário, como um ser inofensivo e tímido: ela foge e, «quando os sentio, quise-se acolher ao mar». Não é ela, com efeito, que rapta o cavaleiro, mas é raptada e levada, independentemente da sua vontade, para a casa de D. Froiam onde vive, certamente, submissa.

Há, pois, segundo parece, uma perda do carácter mágico da Mulher Marinha em relação às Ondinas suas congéneres e à poderosa Melusina do romance de Jean d'Arras, fundadora de estirpes e de castelos: ela é, simplesmente, uma mulher — «marinha» — mas não divina ou sobrenatural. Parece, pois, ter havido senão uma intenção, pelo menos uma necessidade de reduzir a personagem mítica a dimensões meramente humanas.

A privação de alma — característica das ondinas — aparece concretizada no nosso texto, ao que nos parece, pela ausência da faculdade de falar — atributo humano, índice do pensamento e da actividade do espírito. No caso da lenda do *Nobiliário* não é, contudo, o amor pelo homem que humaniza a Mulher Marinha: é o amor pelo filho, purificado talvez, através do valor simbólico do fogo.

Nesse aspecto, encontramos, mais uma vez, um ponto de contacto com a

Melusina da lenda francesa, intensamente dedicada aos filhos, que vinha amamentar durante a noite, depois de, metamorfoseada, ter desaparecido nos ares.

Contudo, o rude concretismo da versão portuguesa revela-se no final, como uma tentativa para dar uma interpretação «natural», ou melhor, «anti-sobrenatural» ao facto de a Mulher finalmente falar: «com o braado deitou pela boca ãua peça de carne e dali adiante falou».

Podemos crer, pois, que, na sua rudeza, o texto apresenta curiosamente, como que um desafio e uma negativa ao maravilhoso, uma tentativa para referir toda a acção a limites estritamente «humanos e naturais» — logo uma aproximação do real. O mito original sofreu, assim, uma transformação no sentido do racional e do humano.

A lenda, como vimos, de acção relativamente longa e complexa, cabe num relato curto, através de uma linguagem rápida e despojada, sem lugar para uma retórica que retardaria o desenrolar da acção.

Com efeito, a adjectivação está aqui reduzida na máxima medida: os únicos adjectivos empregados são «mui fermosa e mui gram». O primeiro qualifica a Mulher Marinha, o segundo a fogueira que D. Froiam mandou acender.

Ambos são indispensáveis ao significado global: o primeiro justifica o amor de D. Froiam, o segundo acentua a impressão de terror que o cavaleiro desejava despertar na mulher. Ambos, por conseguinte, apresentam um carácter estritamente **funcional** e não **ornamental** ou **retórico**.

Igualmente, os domínios semânticos em que se inserem os substantivos e os verbos são exclusivamente de plano concreto: «cavalo, mar, monte, ribeira, escudeiros», etc.; «dormindo, jazer, sentio, filharom», etc. O único verbo exprimindo um sentimento é «amar» (duas vezes) e o único substantivo é «raiva» (paixão, angústia).

Tal intenso concretismo manifesta-se ainda no aspecto verbal, alternando o **perfeito punctual** (foi, achou, quise, filhou, etc.) com o «imperfeito perman-sivo» ou **durativo** («era, falava, amava») para exprimir estados ou qualidades permanentes relacionadas com o desenrolar da acção.

Finalmente, no plano sintáctico encontramos uma relativamente abundante subordinação, conducente à densidade e à celeridade do relato. «E iam com ele»; «quando os sentio»; «ataa que a filharom»; «ante que se acolhesse ao mar»; «depois que a filhou». Observa-se, no entanto, que esses mesmos nexos sintácticos apresentam predominantemente relações de **tempo**, por consequência de tipo concreto. Nota-se contudo ainda uma certa permanência da sintaxe paratáctica (coordenativa), dando à linguagem um tom primitivo, aliás de saboroso efeito: «e ela vinha de fora [...] dom Froiam foi filhar aquele filho», cuja expressão subordinativa poderia ser: «e como ela viesse de fora [...] e dom Froiam [...]».

O concretismo e objectividade da linguagem concorda, pois, de forma absoluta e expressiva, com o conteúdo analisado, dando-nos um texto que, dentro dos parâmetros literários aponta para uma estrutura narrativa solidamente construída, ainda que retoricamente despojada.

A lenda de «Dona Marinha» é, no entanto, apenas uma de entre as narrativas de conteúdo mítico-lendário ou mítico-simbólico. A «Dama Pé de Cabra» e o «Cavalo Pardalo»¹ alcançaram uma vasta circulação pelo facto de terem sido utilizadas, ampliadas, recriadas (através de um processo de *amplificatio*) ainda que com notável fidelidade ao texto medieval, por Alexandre Herculano: quanto à primeira, trata-se de um dos contos das suas *Lendas e Narrativas*, inicialmente publicado em *O Panorama*, entre Setembro e Outubro de 1843 e mais tarde incorporado no tomo II dessa obra. É curioso aliás, notar que, nessa primeira versão, apresentava como sub-título «Conto de junto ao Lar», remetendo para a imagem expressiva de uma transmissão oral na base dos textos que, recriados literariamente pelos Românticos, provinham de uma memória colectiva e de uma transmissão de outiva. Aliás, o próprio Herculano esclarece:

Este conto, no género fantástico, é tirado substancialmente do título 9 do *Livro de Linhagens*, chamado vulgarmente *do Conde D. Pedro*.²

Ao incluir o conto no volume das *Lendas e Narrativas*, Herculano atribui-lhe, porém um novo sub-título, «Rimance de um Jogral (século XI)», sugerindo um modelo de transmissão alternativo, não já exclusivamente familiar, à lareira, mas socializado pelo mediador cultural por excelência: o jogral.³

Tanto este conto como «Dona Marinha» são versões dos chamados «contos melusinianos», designação que remete para a lenda da Fada Melusina, origem da família francesa de Lusignan, cujo significado sintetiza José Mattoso:

A velha lenda da Dama Pé de Cabra constitui uma versão de um conto muito conhecido em toda a Europa e que foi igualmente adaptado à origem de várias famílias, entre as quais à mais célebre, a de Lusignan, que teria nascido de Melusina, a feiticeira aquática. No *Livro de Linhagens* existe outra versão do mesmo conto, o de D. Marinha, proveniente de outra região da Península, a Galiza.

O elemento comum de todos estes contos é a origem sobrenatural da mulher, que vem da floresta ou das águas, quer dizer dos espaços da natureza onde dominavam as forças que o homem não podia controlar e onde ele julgava que se teriam refugiado as potências extraterrenas, meio demoníacas, depois das conquistas do cristianismo. Potências que, apesar de consideradas adversas, ameaçadoras, pelos clérigos, se podiam apaziguar ou tornar benéficas por meio de acções mágicas [...].⁴

«Contos melusinianos» podemos, pois, considerar as duas narrativas a que nos referimos, «Dona Marinha» e a «Dama Pé de Cabra». Ambas participam do carácter misterioso quanto ao seu aparecimento e derivam, provavelmente das divindades agrestes que habitavam árvores, rochedos, lugares selvagens,

¹ Cf. J. Mattoso, *op. cit.*, pp. 69-71.

² *O Panorama*, vol. II, 2.^a série, n.º 95.

³ Sobre a complexa e elaborada estrutura narrativa do conto de Herculano, veja-se Helena Buescu, *Lendas e Narrativas de Alexandre Herculano*, Comunicação, Lisboa, 1987.

⁴ *Op. cit.* p. 66. Para os alunos interessados neste tipo de questões, remetemos para o magnífico estudo de Luís Krus, «A morte das fadas: a lenda genealógica da Dama do Pé de Cabra», in *Ler História*, n.º 6, 1985, pp. 3-34.

lagos, fontes ou orlas marítimas. Antes do poema genealógico de Jean d'Arras, em 1393, dedicado ao Conde de Lusignan, essa personagem mítica e mágica pertencia já a um imaginário que corria mundo, mas a quem só então é atribuído o nome de Melusina, nome de duvidosa etimologia. Posteriormente, esse nome e o designativo «melusiniano» passam a designar o feminino inquietante de mulher fundadora, pactuante com as forças da natureza e às vezes do mal. A mulher melusiniana corresponde, no entanto, a uma certa sinalética que permite reconhecê-la:

- Atrai o cavaleiro, caçador, que a encontra num lugar desabitado, solitário e muitas vezes inóspito.
- Apresenta um sinal físico não humano de carácter permanente ou ocorrendo mediante metamorfose.
- Impõe ao esposo um interdito que ele não deverá transgredir.
- Foge, geralmente por uma alta janela, desaparecendo nos ares. Em alternativa adquire a plenitude da sua humanidade.

Uma leitura dos dois contos a que nos referimos mostra a presença destes elementos caracterizadores do que podemos chamar o **efeito melusina**.

O fantástico, ou o fabuloso como já vimos, não exclui, dentro das categorias mentais da Idade Média, o real. É por isso que os **factos notáveis**, como lugares privilegiados da memória colectiva, pouco a pouco ressurgem sob a forma do imaginário colectivo, suporte da própria identidade. Assim, eles aparecem largamente ao longo do *Livro de Linhagens* ou dos *Livros de Linhagens* se considerarmos o IVº Livro como refundição do IIIº, ambos da iniciativa do Conde de Barcelos. A guerra, uma das funções mais constantes e «formativas» da mentalidade medieval constitui, assim, o motivo e o motor de um dos mais belos textos da prosa medieval portuguesa: a narração-descrição da *Batalha do Salado*.¹

Do ponto de vista estritamente literário que, neste Curso, se releva, sublinharemos, como elementos que marcam a qualidade literária do texto, que o aluno poderá encontrar na Antologia:²

- Ritmo acelerado e cumulativo da narração, de certo modo mimético em relação ao conteúdo, com recurso à anáfora expressiva:

Ali se renovou a lide muy doorida de cruzeza e de sanha, ali s' esmalhavam fortes lorigas e britavam e especeavam e talhavam escudos, capilinas, bacinetes.
- Intensificação sinonímica com valor expressivo: **cruzeza e sanha, esmalhavam, britavam, especeavam, talhavam**.
- Recursos retóricos que vão da hipérbole à interrogação retórica, de tom patético, e à comparação: «Quem poderia contar quanto mal sofrerom e

¹ Sobre os problemas histórico-sociológicos e políticos do facto em si, veja-se o artigo de Bernardo Vasconcelos e Sousa, «O sangue, a Cruz e a Coroa — a Memória do Salado em Portugal» in *Penélope, Fazer e Desfazer História*, n.º 2, 1989, pp. 27-48.

² Servimo-nos da versão que consta do IIIº *Livro de Linhagens, Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, I, pp. 185-190.

ouverom aquela ora os cristãos?»; «andavam per a lide como leões bravos».

- Utilização da contrastividade e da dissemelhança: «Ali se mudou a aventura, que estava de choro e de lagrimas e de gram lastima e amargura a toda a cristandade e tornou-se toda lidice e em todo o goyvo».
- Interferência do sobrenatural na condução do destino de batalha:

[...] chegou o cavaleiro que foy em busca da **vera cruz**, com seus tres criados bem armados, eles e seus cavalos, e tragia a **vera cruz** antre seus braços em grande asta, e os tres cavaleiros ant' el e hu viiam a mayor espessura dos mouros ali entrava com a **vera cruz** [...] entendiam que andavam cobertos de graça da **vera cruz** [...] como fidalgos que estavam muy mazelados de muyto mal que passarom e andavam per a lide como leões bravos.

- Recurso à função profética:

Aqui se cumpriu o que disse o priol Dom Alvaro de Pereira a el-rei Dom Afonso, que el, pela santa vera cruz e pelos nobres fidalgos, avia de vencer primeiro.

Ao abordarmos a prosa histórica medieval não podemos, pois, falar de **História** apenas, mas de História que é também Literatura com tudo quanto ela envolve de criatividade, desenvolvimento de universos diferentes mas correlatos com o universo prosaico da realidade imediata que é seu referente.

Tema 2. A novelística medieval: *A Demanda do Santo Graal* e a modelação no plano ético-cavaleiresco.

A novelística medieval é um terreno difícil de exploração, abundante em problemas no que se refere a fontes, origens, variantes, recepção, transformação e, até, significação. As novelas medievais, de conteúdo cavaleiresco preencham e de certo modo **executam** o imaginário da Idade Média, dando conta de sincretismos muitas vezes inextricáveis. Não obstante, elas transformam-se em verdadeiros **códigos** de conduta, tendendo à explicitação de modelos de comportamento e à construção de paradigmas de virtude que cristalizam nos seus heróis.

De entre os textos portugueses, fixar-nos-emos naquele cujas implicações literárias nos parecem mais relevantes: *A Demanda do Santo Graal*.

Trata-se de uma longa narrativa inserida no chamado «ciclo bretão», ou «arturiano» isto é, da **matéria da Bretanha**. A trajectória dos temas, motivos e variantes da *Demanda*, tem sido objecto, nos últimos anos, de larga investiga-

ção. A obra de Rodrigues Lapa¹ se, no momento da sua redacção, isto é, na década de 40 atribuía a esse texto uma determinada filiação, encontra-se hoje ultrapassada no que diz respeito à genealogia dos textos, sobretudo após os estudos de Fanni Bogdanov, Loomis e Jean Marx.² A versão portuguesa, em suma, diferente em muitos aspectos da versão francesa *Queste del Saint Graal*, é, porém, idêntica à versão castelhana, *Demanda del Sancto Grial* e ambas derivariam de um original francês, hoje perdido. O texto português ou, mais precisamente a tradução portuguesa, constitui o texto mais antigo da prosa literária medieval portuguesa e o seu manuscrito provém, certamente, da pena monástica do *scriptorium* alcobacense, cuja actividade foi, como sabemos, notável no século XIII. A influência modeladora da mentalidade e dos valores medievais é extensa e alguns desses aspectos, detectáveis na literatura posterior, encontram-se referenciados ou sugeridos na obra já citada de Rodrigues Lapa, que considera a matéria da Bretanha um dos capítulos mais complicados de toda a literatura medieval.³

Interessa-nos neste lugar, porém, deixar que o próprio texto responda às principais questões que levanta. Quem foi Artur? O que é o Graal? O que é a Demanda?

Quanto à primeira questão, não trataremos de Artur como figura histórica, já que a mais antiga referência, escassa e linear, a seu respeito, remonta ao monge Nennius,⁴ na *Historia Britonum*, redigida em latim, entre os séculos VIII e IX, aí sendo apresentado apenas como um chefe militar, de perfil já amplificado e a caminho de uma mitificação de que a literatura europeia se vai apropriar na *Historia Regum Britonum*, de Geoffrey of Monmouth, que, aliás, se reflecte no *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro a que já nos referimos:

Morreu Uterpandragom e reinou seu filho rei Artur de Bretanha e foi booo rei e leal e conquereo todolos seus emiigos e passou por muitas aventuras e fez muitas bondades, que todolos tempos do mundo falarom d'elo. Este rei Artur fez ùu dia em Chegerliom, sa çidade, cortes. E estas cortes foram mui boas e mui altas. A estas cortes veerom doze cavaleiros messegeiros que lhe enviava Lucius Liber[...] ⁵

Contudo, o que nos interessa principalmente é a própria definição que Artur, protagonista e motivador da Demanda nos dá. Ao abandonar para sempre o Reino de Logres e o seu último e fiel companheiro Giflet, embarcando na barca de «Morgaim, a encantador», rumo a Avalon, o Rei Artur diz a Giflet:

Ai Giflet! Longo tempo me serviste e me tevestes companha. Mas ora chegou já o termo em que vos convem já de mi partir. E bem vos podedes louvar que vos sodes o companheiro da Tavola Redonda que mais longamente me teve companha. [...] e pois fordes de mim partido, se vos perguntarem novas de mim, responde-de-lhis que rei Artur vco per ventura e per ventura se partio e ele soo foi Rei Aventuroso.

Rei Aventuroso é, pois, a definição — auto-definição — que cabe ao Rei Artur, quase sempre paradoxalmente ausente da Demanda. De facto, todos os

¹ Ver «Bibliografia».

² Trata-se de bibliografia especializada para o aluno interessado: Bogdanov, Fanni, *The Romance of the Grail*, New York, 1966; Loomis, R., *The Development of Arthurian Romance*, New York, 1964; Marx, Jean, *La Légende Arthurienne et le Graal*, Paris, 1952.

³ O percurso e a genealogia da literatura arturiana bem como a história do arturismo em Portugal encontra-se descrito na tese de doutoramento de Ivo Castro, *Livro de José de Arimateia* (Estudo e Edição do Cód. ANTT 643), Fac. de Letras de Lisboa, Lisboa, 1984 (texto dactilografado). Mais dois trabalhos, abordam a difícil — mas apaixonante — questão da literatura arturiana em Portugal: Amélia Pereira Hutchinson, *European Relations of Portuguese Arthurian Literature*, University of Manchester, Manchester, 1984 (texto dactilografado); Maria Gabriela Buescu, *Perceval e Galaaz, Estudo Comparativo de Perceval ou Li contes dou Graal e da Demanda do Graal*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1987 (texto dactilografado).

⁴ Nennius, foi um clérigo e historiador bretão que viveu entre os séculos VIII e IX e exaltou a figura do rei Artur, servindo de base à obra de Geoffrey of Monmouth, origem da vasta literatura arturiana (matéria da Bretanha).

⁵ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. cit.

¹ Cruzamento ou inversão da ordem.

seus «bões cavaleiros», e são cento e cinquenta, partem à aventura, em busca do Graal, e ele, Rei Aventuroso, fica. O curto excerto que citámos dá conta, desde logo de um tom que claramente se insere numa função poética, despojada mas habilmente utilizando os recursos de uma súbtil retórica que vai desde a interpelação inicial «Ai, Giflet!» até à repetição expressiva do semantema-chave (ventura, aventureso), em que o **quiasmo**¹ desenvolve um efeito singular: «veo per ventura e per ventura se partio».

Estes aspectos do discurso testemunham, sem dúvida, um já notável domínio da língua literária.

O que é o Graal, o que é a Demanda são questões sobre que os críticos e investigadores se debruçam infatigavelmente. Mas o próprio texto responde, pela voz do ermitão («homem bõo») que aconselha Boorz (um dos três cavaleiros achadores do Graal, companheiro de Persival e de Galaaz, o «melhor cavaleiro do mundo») e lhe «devisou» que era a Demanda do Santo Graal:

Eu vos direi, disse elle, o que é a demanda do Santo Graal. Buscar tanto quer seer como buscar as maravilhas da Santa Igreja e as cousas abscondidas e as maravilhas e as grandes puridades que nosso Senhor nom quis outorgar que homem as achasse que jouvesse em pecado mortal. A demanda do Santo Graal é que, pois el espartio os cavalleiros dos maos assi como o grão da palha; e quando elle partir os luxuriosos dos bões cavalleiros, em tam mostrará a estes homões bões e a estes bem aventureados as maravilhas que andam buscando do Santo Graal. Em tam os avondará do bem do Santo Graal e da sua santa graça e do beento manjar onde os profetas e os homões bões desta terra, que sabiam ja que das cousas que aviam de vir, fallarom chaamente, — quando escondudamente desta beenta demanda, que é chamada graça do Santo Graal, serám avondados os bões cavalleiros que em esta demanda andaram que verdadeiramente se menfestarem e se doerem de seus pecados e limpamente se guardaram em tam gram feito como este, que é serviço de nosso Senhor; e parecidamente, os que em pecado i andarem averrá-lhes como diz o Evangelho que aveeo ao homem que foe sem panos de voda aas vodas do rico homem. Ca diz que era i rico homem e fazia suas vodas mui grandes. E teve olho pello paaço u siam aas mesas e vio antre outros ùu homem que nom andava guisado de panos de voda; e mandou-o filhar e atar as mãos e os pees e deita-lo em ùu carcer. Esto diz a Escripura que vos eu digo por vos e por vossos companheiros: Assi como aquel rico homem convidou os ùus e os outros para a sua festa e para seu manjar, assi convidou nosso Senhor todo-los companheiros da Tavola Redonda por veerem as maravilhas do Santo Graal e por gostarem daquelle doce manjar onde foram servidos em dia de Pinticoste, se elles entrarem em esta demanda assi guisados como devem e como aquelles que entram em serviço de Deos.²

² *A Demanda do Santo Graal*, ed. de Joseph-Maria Piel. Concluída por Irene Freire Antunes, INCM, Lisboa, 1988, cap. CLXVI, p. 111.

³ «La Matière de Bretagne et l'Amadis de Gaule» in *Bulletin des Études Portugaises*, Institut Français, Lisboa, 1937.

É, pois, óbvio que, ainda que claramente vinculada ao pensamento e à espiritualidade céltica, a Demanda, na sua forma acabada, atinge o século XIII já cristianizada, e os seus mistérios identificados com os mistérios cristãos, remetendo até, para os textos bíblicos. Philéas Lebesgue³ é muito claro nessa reflexão:

Il est possible que les créateurs de la légende arthurienne aient trouvé, dans la mythologie des Celtes, un certain nombre d'éléments déjà symboliquement assemblés, et qu'ils auraient utilisés comme support de leur doctrine. Il est d'ailleurs évident que, sur les points essentiels, le mythe arthurien rejoint la pensée druidique.

Esses elementos, em singular sincretismo, estão, porém, de tal modo fundidos ou encastoados na conceptualidade cristã, que já não é possível destrinchá-los.

No fundo, facilmente se reconhecerá que a significação, «seneficança», linear da Demanda é muito dramática porque muito humana: o trânsito da alma humana em busca da Perfeição e da Graça constitui a interpretação mais simples da gesta dos cavaleiros cristãos de Artur. Mas de entre os cento e cinquenta, cujas aventuras através da Foresta Gasta são relatadas uma a uma, encontrando-se, desencontrando-se e reconhecendo-se por «sinaes» e «armas», só três terão acesso aos supremos mistérios, serão capazes de retirar o Graal do misterioso tabernáculo de Corberic e de levá-lo para a cidade de Sarraz, onde, durante um ano, lhe prestarão adoração. São esses três Boorz, Persival e Galaaz. Boorz, o cavaleiro que pecou mas capaz de redimir-se; Persival, o cavaleiro sujeito à queda e à tentação, mas capaz de superá-las; finalmente, Galaaz, o sem mácula, o bom cavaleiro, desejado desde nove gerações, nascido em pecado, filho de Lançalot.

Galaaz, no entanto, apesar de predestinado, testemunhando e transportando todos os sinais dessa predestinação, não deixa de realizar o trânsito reservado aos demais cavaleiros. Se os outros buscavam um **aperfeiçoamento** (às vezes sem resultado, já que na Demanda também entraram «maaos cavaleiros») ele dirige-se para uma sublimação, através da ascese: usa uma estampanha junto à pele, por baixo da armadura, flagelando a carne. O seu perfil, em Sarraz, entregue ao êxtase e à contemplação mística na adoração do Graal é bem diferente do de Galaaz, novel cavaleiro, em Camaalot, na corte do rei Artur. Ardido, capaz de realizar as proezas em que os outros falharam, ele arrancara a espada do «padram» e na cavalgada durante a Demanda, derrubará todos os seus adversários. Ao chegar à corte, porém, a predestinação já se tornara evidente:

Mas tanto vos digo que nom ouve no paaço que podesse entender por u Galaaz entrara, ca en sua vinda nom abríram a porta nem ouvirom abrir nem freesta. [...] E Galaaz tanto que foi no meo do paaço, disse assi que todos ouvirom: «Paz seja com vosco!» E o homem bõo pos os panos que trazia sobre um alfambar e foi a rei Artur e disse-lhe: «Rei Artur, eu te trago o cavalleiro desejado [...]».¹

¹ *Ibidem*, p. 10.

De todos os outros cavaleiros que, um a um, vão sucumbindo ou vão falhando, avulta, no entanto, a tão humana e comovente figura de Lançalot. O mais formoso e o melhor cavaleiro do mundo — até à chegada de Galaaz, seu filho — o favorito da rainha Genebra, traidor daquele de quem fora o mais fiel companheiro (o Rei Artur), incapaz de resistir à fraqueza da paixão, torna-se adúltero e sofre o remorso do seu pecado e da fidelidade traída. Do sono

pesado do pecador nascem imagens terríveis que o enchem de terror e que constituem uma «visão» do inferno:

Aquella visam que a Lançarot aveo em tam foi tal: Semelhava-lhe que chegava a ùu rio, o mais feo e o mais espantoso que nunca vira e que nom poderia homem entrar em elle que nom fosse morto. E elle catava o rio e nom ousava i entrar, ca o via cheo de coobras e vermões que nom ha homem que i quisesse beber que logo nom fosse morto, assi era [a] agoa enpeçonhenta delles. E elle stava catando o rio e sinava-se da maravilha que via [...]

Depos esta visom vio outra mui maravilhosa. Ca lhe semelhava que via ante si Morgaim, irmã de rei Artur, mui fea e mui spantosa, assim que bem lhe semelhava que entam saira do inferno. E nom trazia vestido rem do mundo fora ùa pelle de ùu lobo que a cobria mui mal. Ella gemia tam doridamente como se fosse chagada. E Lançarot, que bem a conhecia por Morgaim, catou-a e vio(a) que andavam em sua conpanha mais de mil diaboos, e cada ùu deitava a mão em ella pella teer melhor. E dizia ùu ao outro: «Vamo-nos quanto podermos!» Pero nom na poderam tanto coitar que ella ùa vez chagasse a Lançarot e que o nom filhasse pellas mãos. E dava-o [a] aquelles que a guardavam e dizia-lhes: «Tende-o bem, ca este é dos nossos cavalleiros». Assi como Morgaim o mandava assi o faziam elles, e filharam-no e iam-se com elle mui toste e levavam-no a ùu valle mui fundo e mui scuro e mui negro u nom avia rem de lume senam pouco. E em aquelle valle avia tantos choros e muitas lagrimas que nom podia i homem ouvir cousa que ali deitassem. Tornava-se e ouvia mais de cem mil vozes que todas diziam: «Ai ai cativos, ai cativos, por que merecemos nos veer esta grande mizquindade e esta grande catividade e tam grande door que passa toda-las doores!»¹

¹ *Op. cit.*, cap. CC e CCI, pp. 138-139.

A visão infernal, enquadra-se, de resto, num conjunto de lugares literários de grande produtividade, e julgamos ser este o primeiro da literatura portuguesa, anterior, portanto, à *Visão de Túndalo*.

Sobre as paisagens infernais e a morfologia infernal, remete-se para Pierre Brunel.² Como apontamento suplementar, ainda que não represente um levantamento exaustivo, e, na intenção de tornar intervenientes textos da tradição literária portuguesa, mencione-se a descrição do vale profundo, cortado duma «funda rribeyra» em que se situa o inferno no «Fyngimento d'Amores feyto per Dyogo Brandam»,³ descrito como lugar onde soavam «muy discordes clamores» e «bradavam fortemente serpentes muy espantosas», em que o tumulto, a disformidade, o fogo e o frio imoderados caracterizam os «abismos infernais». Note-se que, neste texto, há, notoriamente, uma influência, ainda que provavelmente indirecta, de Dante. Módulos de significação semelhante estruturam a arquitectura e o cenário do inferno no poema de Carlos de Oliveira, «Descida aos Infernos».⁴

Num apontamento, lembremos, porém, que o inferno vicentino (*Auto da Barca do Inferno*, *Auto da Barca do Purgatório* e *Auto da Barca da Glória*) parece não implicar uma **descida** mas uma **travessia**, em direcção à «infernall comarca», a *Ilha Perdida*.⁵ De modo semelhante, o rei Artur é transportado para a ilha de Avalon, situada, muito provavelmente a Oeste.

² *L'évocation des morts et la descente aux enfers. Homère, Virgile, Dante, Claudel*, S.E.E.S., Paris, 1974, pp. 82-89.

³ In *Cancioneiro Geral*, III, 44-52.

⁴ In *Trabalho Poético*, Sá da Costa, Lisboa, vol. I.

⁵ Cf. Gil Vicente, *Copilaçam*, INCM, Lisboa, 1983. «Fid.: Esta barca onde vai ora / qu'assim está apercebida? Dia.: Vai pera a Ilha Perdida [...]».

Se, porém, neste texto os elementos que assinalam o diabólico são a fealdade, os gemidos, a nudez¹ e, finalmente o fogo,² em outro lugar o diabólico e o infernal podem também surgir disfarçados, na beleza e no luxo, como sinais satânicos que finalmente se desvendam. É o que acontece no episódio em que Persival encontra a «donzela do tendilhom».

Persival catou a donzella que lhe semelhou tam fremosa que nunca vio donzella que sua beldade chegasse aa beldade que en ella vio. Estonce começou-se-lhe a demudar o coraçam feramente, que todo seu custume passou; ca seu custume era atal que nunca ja mais catava donzella por causa de amor nem com vontade de sua carne. Mas ora era assi coitado d'amor que nom desejava rem do mundo tanto que vio esta donzella, [e] e semelhava-lhe que fora em bõo dia nado se podesse seu amor aver. E ella lhe disse: «Senhor, que conselho me dades vos sobre aquello que vos disse?» E el respondeo assim como lh'o demo ensinava a conprir seu desejo e prazer: «Donzella, nom sei que vos diga, mas se quiserdes fazer o que vos eu direi, eu vos conselharei em guisa que vos vos tenhades por mui bem pagada». «Senhor», disse ella, «nom ha cousa no mundo que por vos nom faça, salvante minha onra». E el nom respondeo a aquello mas demandava d'amores e disse que se quisesse seer sua amiga que a filharia por molher e que a faria seer rainha de terra mui rica e boa. E ella disse que o nom faria. Empero tanto apresiou com ella que lhe veo a outorgar todo o que mandasse, com tanto que fezesse o que lhe prometera. E el estando en esto falando, aque-vos vem de contra o ceo ù tam gram sãõ como se fosse firida de torvam, e fez ùa tam gram volta como se movesse a terra, assi que Persival tremeo todo com pavor. E ergueo-se espantado e ouvio ùa voz que dizia: «Ai, Persival, como aqui ha tam mao conselho! Deixas toda lidice por toda tristeza donde te vinrà todo pesar e toda maa ventuira». E semelhou-lhe que aquella voz fora tam grande que deviria seer ouvida por todo o mundo, e caio esmoricado en terra e jouve assi ù gram pedaço. E depois acordou e catou arredor de si e vio a donzella rir [non] por que o vira que ouvera medo, e quando a viu [rir], maravilhou-se e logo entendeo que era Demo que lhe aparecera em semelhança de donzella pollo enganar e o meter em pecado mortal. Em tom ergueo a mão e sinou-se e disse: «Ai, Padre Jesu Christo verdadeiro, nom me leixes enganar nem entrar na perduravil morte, e se este é Demo que me quer colher de teu serviço e partir de ta companhia, mostra-m[o] [...]».

Tanto que el esto disse, vio que a donzella se tornou em forma de Demo tam feo e atam espantoso, que nom ha no mundo homem tam ardido que o visse que nom ouvesse a aver gram medo. Onde aveo a Persival que ouve tam gram medo que nom soube que fezesse, fora que disse: «Ai, Jesu Christo, padre, verdadeiro senhor, sei comigo». Em tom vio o tendilhom e quanto i avia voar pello ar e depos elle ùa escorid[am] como si todo-los [diabos] do inferno fossem, e foi tam espantado desto que vio que se nom soube conselho aver. E catou derredor de si e nom vio al senom sas armas e seu cavalo, assi se como todo o deante fosse sono.³

Ambiguamente, porém, a beleza, a «fermusura do corpo», se é sinal diabólico é, em outros casos — no de Galaaz, sobretudo — sinal de graça e predestinação: ele é tão bom, quanto formoso e, ao contemplá-lo, por ser belo, certa-

¹ «Viia ante si Morgaim, irmã do rei Artur, mui fea e mui espantosa [...] e nom trazia vestida rem do mundo fora ùa pele de ùu lobo [...]».

² «E em meo daquele fogo estava ùa cadeira em que siia a rainha Genevra, suas mãas ante seu peito e siia escabelada e havia a lingua tirada fora da boca, e ardia-lhe tam claramente como se fosse ùa grossa candea [...]».

³ *Ibidem*, cap. CCXLVIII e CCXLIX, pp. 179-180.

mente ele será bom. Eis alguns testemunhos dos primeiros capítulos quando Lançalot é chamado à abadia onde fora criado o filho para lhe dar as armas de cavaleiro:

- a abadessa com quatro donas, adusse consigo Galaaz e tão fremosa cousa era, que maravilha era.
- Filho Galaaz, disse Lançalot, estranhamente vos fez Deus fremosa creatura.
- E ele disse: Se me Deus feze fermoso, dar-me-a bondade [...].
- E Nosso Senhor [...] vos faça tam bõo cavaleiro como sodes fremoso.
- O corpo havia bem talhado e o continente era mansso.¹

¹ *Ibidem*, cap. VI, p. 4.

O texto da *Demanda do Santo Graal* repousa sobre um único manuscrito, existente em Viena a que se atribui a data de cópia de meados do século XV. Foi pela primeira vez editado em finais do século passado por Karl von Reinhardt-toettner, mas essa edição foi interrompida, não tendo chegado a ser publicado o texto integral. Este surge só em 1944, em três volumes, no Rio de Janeiro, por Augusto Magne. Essa edição, porém, além de inacessível por largamente esgotada, apresentava aspectos de «censura» e reescrita que lhe retiraram uma parte da fidedignidade textual. Teve, porém o mérito de ser, durante décadas, o único texto impresso do manuscrito de Viena. Em 1988, finalmente, o texto notável da *Demanda* surge quase em simultâneo no Rio de Janeiro, ao cuidado de Heitor Megale, e em Lisboa, na edição da Imprensa Nacional-Casa da Moeda (de que nos servimos), devido à leitura de Joseph-Maria Piel, concluída por Irene Freire Nunes.

Tema 3. A narrativa exemplar na fixação de sistemas de valores e categorias. O registo simbólico. Milagres e exemplos. Hagiografias.

Se, como vimos, a poesia dos Cancioneiros, ainda que guardando traços de uma ruralidade original, parece ser um fenómeno caracterizadamente palaciano e cortês, outro espaço medieval se tornou privilegiado na produção literária. Referimo-nos, já, aliás, à proveniência conventual do manuscrito da *Demanda*, a que diz respeito o TEMA anterior.

Contudo, para além da novelística, de genealogia obscura e complicada, produziram-se nos Mosteiros (de que os mais laboriosos foram, como já temos dito, Santa Cruz de Coimbra, Alcobaça e Lorvão) textos que podemos considerar dotados de qualidade literária, ainda que carregada de uma funcionalidade específica e declarada. Esses textos constituem códigos de uma moral estrita, dentro dos modelos da religiosidade da época e instauram-se como veículos e repositórios de um sistema de valores e de um conjunto de categorias

culturais, por vezes contraditórias mas definidoras da mentalidade e até da sensibilidade medieval, dos modelos de acesso e convivência com o Sagrado.

Trata-se de uma certa forma de pedagogia que, sendo religiosa e cristã, se assume também como social.

Valores como a pobreza, a castidade, a obediência, o respeito pela hierarquia, a abstinência e a temperança aparecem veiculados quer em forma da prédica e da exortação quer através de *exempla*, sob a forma de pequenas histórias ou contos exemplares da mais diversa origem. O símbolo e a alegoria são também, por vezes, outro registo dessa função pedagógica.

Todo esse sistema de valores deriva, em grande parte, da expansão da espiritualidade cisterciense. Com efeito, dos vários movimentos espirituais e sobretudo na época sobre a qual nos debruçamos, é Cister que constitui, acaso, o maior foco de irradiação espiritual. A ordem de Cister, sendo a renovação ou restituição da de S. Bento à sua antiga severidade, levada a cabo por S. Bernardo, acompanha de perto a formação da nacionalidade portuguesa. Curioso é notarmos que, segundo uma tradição que a crítica moderna exclui, o próprio S. Bernardo dirigira a Afonso Henriques uma carta de exortação e promessa. Em 1148, por iniciativa do Rei, instalam-se na abadia de Alcobaça os monges de Claraval, ainda que já anteriormente se registasse, por exemplo, em S. João de Tarouca, a presença de Cistercienses.¹

A *Regra de São Bento* aparece em várias versões e aí se programa uma vida claustral baseada na disciplina, na austeridade, no colectivo quotidiano, sendo a principal ocupação a oração (cerca de sete horas diárias) sem excluir, antes exigindo, o trabalho manual, o pastoreio, a prática da agricultura. No trabalho manual inseria-se a obrigação de se fazerem «treslados» e assim nascem os mais fecundos *scriptoria* da Idade Média, centros de irradiação de cultura. Os monges deviam também dedicar-se ao estudo de livros sagrados, e patrísticos e de edificação religiosa. Ora, esta última categoria, de fronteiras lábeis e oscilantes origina, em muitos casos, como veremos, a construção de símbolos e alegorias que são outras tantas chaves para a apologia dos valores em causa.

Numerosos textos que não hesitaremos em colocar no âmbito do texto literário dão conta dessa infatigável actividade de escrita: *A Regra de São Bento*, a que já nos referimos, a *Vida de Santo Aleixo*, *Santa Maria Egípcíaca*,² *Conto de Amaro*, *História do Cavaleiro Túndalo*, *Boosco Delleytoso sollitario*, *Vida e Millagres de Santa Isabel*, *Vergel de Consolaçam*, *Evangelhos*, *Vidas e Paixões dos Apóstolos*, *Castello Perigoso*, *Corte Imperial*, *Orto do Esposo*, etc.

Alguns destes textos aparecem impressos nas primeiras décadas do século XVI mas remetem para uma escrita anterior. É o caso, por exemplo do *Boosco Delleytoso sollitario*, em que alguns viram uma influência petrarquista, nomeadamente da obra *De vita sollitaria*. Impressa em 1515, a sua escrita remonta ao século XIV e apresenta um pecador que é conduzido por um Anjo a um palácio magnífico. A Escritura, personificada por uma figura feminina, é

¹ Sobre a história religiosa da Idade Média veja-se J. Mattoso, *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, INCM, Lisboa, 1982.

² Veja-se sobre este texto Nuno Júdice «A Lenda de Santa Maria Egípcíaca», in *Em torno da Idade Média*, UNL, Lisboa, 1989, pp. 173 e segs.

¹ A alegoria é uma figura maior da retórica e apresenta-se simultaneamente como uma condensação e uma explicitação. Um dado abstracto e complexo apresenta-se personificado ou representado por um dado tangível, desenvolvendo um sistema coerente de metáforas, tornando uma realidade cognitiva numa aparente realidade sensorial.

coadjuvada por Doutores da Igreja (São Tomás e Santo Agostinho) e também por dois doutrinadores morais que a Idade Média sempre acolheu: Séneca e Cícero. A mulher empreende a conversão do pecador que, repeso dos seus erros, se retira para o ermo, de certo modo recuperando os valores do eremitismo ascético, cujo principal e excelente objectivo espiritual passava pela solidão.

Trata-se, como é óbvio, de uma **alegoria**¹ e, num outro plano de reflexão torna-se imperioso um paralelismo conceptual com o *Auto da Alma* de Gil Vicente, em que a Mulher, Santa Madre Igreja, empreende a doutrinação da alma pecadora apoiada nos seus «pilares», Santo Agostinho, São Tomás, Santo Anselmo e Santo Ambrósio. A *Corte Imperial*, por seu lado, apresenta-se como uma construção alegórica da mesma natureza em que Jesus Cristo, Imperador, se rodeia da «corte» dos eleitos. A majestade e os elementos que constituem a sinalização dessa majestade constituem enigmas hermenêuticos que remetem para fontes diversas da espiritualidade medieval. A *Corte Imperial* é de autor desconhecido, mas críticos houve que se tentaram em atribuí-la à autoria de D. João I, o que efectivamente é improvável. Não obstante, encontrava-se na livraria de D. Duarte, segundo informação que consta do Livro dos *Conselhos de El-Rei D. Duarte*, que adiante referiremos.

Damos, como exemplo, o seguinte excerto, em que é evidente a pujança da simbolização, o domínio e riqueza do vocabulário, a par de um certo número de palavras-chave que sinalizam a «geografia» paradisíaca e a «morfologia» da glória divina — a música, a abundância de frutos e de águas, o bom odor, as cores brilhantes, os metais e pedras preciosas:

Reaes cortes fez o celestial emperador por grande proveito e honra de todo o senhorio. Estas cortes foram feitas em hũu canpo muy grande e muy fremoso, todo comprido de verdura e de flores de muitas e desvairadas collores e de preçioso odor. E todo o campo era çercado em redor de muytas arvores muy fremosas e davam fruytus muy doces e muy saborosos e de muytas guisas. E a redor do canpo corriam auguas muy limpas que sayam de muy claras fontes que em aquelle canpo naçiam. Todo o campo era cuberto por çima de hũm muy rico pano de sirgo de hũa collar de muy fino azur com estrelas d'ouro cantas em elle cabyam. E a redor do canpo avya muytos panos ricamente lavrados com muytas e desvairadas estorias e com lavores muy fremosos [...].

Mas, para além da capacidade de alegorização patente nos textos referenciados e recorrente em outros como o extraordinário *Orto do Esposo* de que falaremos adiante, outros modelos de doutrinação moral se encontram na densa floresta — mal conhecida — da prosa medieval portuguesa: o **exemplum** e o **milagre**.

O **exemplum** surge como uma narrativa curta de significado muito directo: o castigo (que geralmente é a morte, suprema punição ou, até, a apropriação do pecador pelo demónio) ou a recompensa (que, paradoxalmente, surge também por vezes com a figura de morte, mas da morte salvadora e porta da vida eterna). É que, retomando a síntese de António José Saraiva,² o cerne da vida

² *História da Cultura em Portugal*, Jornal do Fôro, Lisboa, 1950.

moral da Idade Média reside na oposição fundamental entre a vida terrena e a vida eterna, a dor e o gozo prometido aos eleitos: tudo se passa em função da aspiração suprema da alma cristã, cristalizando na morte heróica ou na morte beatífica do mártir ou do asceta. Corpo e alma coexistem no fundo, mediante um conflito só resolúvel pelo sacrifício supremo (a morte) ou pela mutilação ou ainda pela flagelação. Daremos um curto exemplo em que é evidente, de facto, por um lado, a apologia da castidade como valor absoluto; por outro, uma barbaridade extremista de comportamento presente, por exemplo, na prática do rapto que só à luz dessa época em que se absolutizavam valores e conceitos se pode entender. Vejamos um excerto do *Castello Perigoso*:

Foi em outro tempo ãa monja devota, fremosa de corpo e de coração e antre outras fremosuras que avia tiinha mui fremosos olhos. O senhor da terra a vio e quise-a aver per amores, mas nom pode, e mandou-a roubar per sua gente. E ela, quando os vio, teme-os muito e preguntou-os por que a amava seu senhor mais que as outras e eles responderom: «Senhora, per vossos fremosos olhos». E ela os fez logo tirar e enviou-lhos e mandou-lhe dizer que já avia o que desejava, que daquelo fizesse sua vontade. E ela amou mais perder a fremosura do corpo que da alma.¹

O *Orto do Esposo* é um texto extremamente curioso, de autor desconhecido mas certamente português. Participa da feição alegorizante a que já nos referimos, mas apresenta também relações com os **Bestiários** da Idade Média que, em toda a Europa alimentaram e se alimentaram do maravilhoso e do fantástico, e encontraram no animal (e também nas plantas) «um possível ilimitado», no dizer de Focillon.

Não nos ocupa neste lugar determinar as origens do simbolismo animalístico e repudiamos a definição de Bestiário como sendo uma obra pseudo-científica, moralizante, sobre animais reais e fabulosos. Uns e outros povoam, de facto não só os Bestiários como a própria literatura novelesca, com os seus monstros, como a «beesta ladrador» que aparece, desaparece e reaparece no texto da *Demanda do Santo Graal*. Os animais surgem pois, quer com uma função simbólica, quer como guardiães, guias, transportadores, dotados de força mágica.²

É que, segundo Mário Martins,³ «o gosto de interpretar as criaturas que enchem o mundo como símbolos das realidades sobrenaturais» faz parte dos quadros mentais do homem da Idade Média. E, acrescenta o medievalista,

[...] nisso consistia a superioridade enorme da Idade Média, a capacidade de contemplar as criaturas que povoam a terra e descobrir nelas uma imagem do mundo invisível.⁴

O *Livro das Aves*, manuscrito belíssimo e iluminado existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e proveniente de Lorvão, é disso exemplo e foi objecto da reflexão do mesmo medievalista em vários lugares da sua fascinante obra ensaística. Trata-se, porém, ao menos parcialmente, de uma tradução (no

¹ Excerto de *Castello Perigoso*, segundo leitura de José Joaquim Nunes, *Flori-légio da Literatura Portuguesa Arcaica*, Lisboa, 1932. p. 80.

Numa breve anotação, não deixaremos de remeter a propósito, para a cena cruel da mutilação colectiva das monjas do Mosteiro da Virgem Dolorosa, narrada por Alexandre Herculano no seu romance *Eurico, o Presbítero*, cap. XII.

² Lembremos o «Cavalo Pardalo» a que já nos referimos.

² *Estudos de Cultura Medieval*, Verbo, Lisboa, 1969, p. 47.

³ *Ibidem*, p. 49

sentido medieval, antes adaptação) do Bestiário conhecido abribuído (com imprecisão) a Hugo de S. Vítor.

O *Orto do Esposo*, porém, é uma obra portuguesa, em que o anónimo autor, solicitado por sua irmã, se propõe fazer um livro sobre as « cousas maravilhosas do mundo » e as « propriedades das animalias ». A interpretação místico-simbólica dos animais, não só fabulosos (sereias, basiliscos) como reais (boi montês, cabra, veado) estende-se de igual modo às plantas: « Das ervas do orto da Santa Escritura ».¹

¹ Veja-se Mário Martins, « Simbologia mística dos nossos Bestiários », in *Estudos de Literatura Medieval*, Braga, 1956, pp. 376 e segs. O *Orto do Esposo*, cuja escrita remonta ao século XIV, foi publicado no Brasil, em 1956, pelo romanista Bertil Maler.

Continua, porém, a servir-se, esta obra, do modelo do exemplum e do milagre.

Vejamos um exemplum:

Hũu homẽ rico husava muyto ã beber ãnas tavernas ã tal guisa que gastou o que avia. E depois meteu-se a servir os que beviã ãnas tavernas, por tal que bevesse cõ elles. E dessey per tempo avorrecerõ-no e lançarõ-no de ssey. E elle estando desesperado, veeo a elle o diabo ã semelhança d'ũu homẽ velho e disse-lhe: — Vay tu aa taverna e eu te darey dinheyros que te avõdem, por tal que des aazo aos outros que bevã mais. E elle assi o fez. E fazia muytas pelleyas ãna taverna e muitas bevedices, de que se seguiam muitos pecados e muitos maaos feytos. E elle fez hi hũu feito tal per que o mãdarõ ãforçar [...].

Quanto ao **milagre**, ele é, naturalmente, um exemplo de como as virtudes alcançam o poder de fazer milagres. O narrador refere-se ao martírio de Santa Doroteia, desafiada por « hũu escolastico letrado » que, escarnecendo lhe disse: « Tu, esposa de Christo, envia-me do parayso do teu esposo rosas e pomas »:

E ella, quando veo ao luguar onde avia de seer degolada, fez oraçõ a Deus. E, acabada a oraçom a Deus, logo apareceu ante ella hũu menino que tragia ã hũu pano de linho muy alvo tres maçãas muy nobres e tres rosas muy fremosas. E disse-lhe a Santa virgem: — Rogo-te que leves esto a Theofilo e di-lhe. Ex aquelo que pidiste a Dorothea que te enviasses do parayso do seu esposo. E a Santa virgem foy degolada e acabou seu marteyro. E Theofilo estava recontando o prometimẽto que lhe fizera a Santa virgem, escarnecendo della. E aque o menino chegou ante elle cõ o pano de linho alvo [...] e disse-lhe: — Iirmão, ex aqui aquello que te prometeu a virgẽ muy santa Dorothea, que te enviia do parayso do seu esposo. E entõ Theofilo tomou as pomas e as rosas e braadou muy grande voz, dizendo: — Verdadeiro Deus he Jhesu Christo! [...]

Obra heteróclita, como se vê, e participando de vários modos de discurso, o *Orto do Esposo* é, obviamente, tributário da **hagiografia**, isto é da narrativa das vidas de santos, um dos géneros de literatura religiosa de maior sobrevivência, cristalizando, como se sabe, na versão impressa em 1513 do *Flos Sanctorum*. Milagres são também motivo na obra *Vida e Paixões dos Apostolos*, impressa em 1513 com o título *Livro e Legenda que fala de todolos feitos e paixões dos Martires*.² Segundo o exemplar estudo crítico que precede a edição moderna, a genealogia do texto é complicada e remete para relações intertextuais que

² Ed. crítica e estudo por Isabel Vilares Cepeda, 2 vols., INIC, Lisboa, 1982 e 1989.

remontam à *General Estoria* de Afonso X de Leão e de Castela e as vidas dos Apóstolos provêm de diversas e dispersas narrativas apócrifas, que circularam e alimentaram a piedade medieval:

De como guareceo Santiago o rico homem enfermo.

Capitolo 76.º

Uu alto homem havia em Borgonha que havia nome Ruberte. E disse Sam Calisto que esto foe em seu tempo. E filhou aquel cavaleiro ùa tam grande enfermidade que se nom podia mover nem podia andar. E el cuidou mui de coração que se fizesse trazer a Santiago. E nom durou muito que logo sa molher o fez guisar mui bem e poer sobre dous pelafrens. E entraram seu caminho assi, e com muitos sergentes e com quanto haviam mester.

E, quando chegaram a Santiago, feze-se el levar ao espital dos pobres e ali albergou, a par da igreja. E ali vio em visom que Santiago vinha a el e que lhe estendia as pernas e que recebia saude. E pela manhã feze-se levar à igreja e deitou-se em oraçom. E rogou a Deus e a Santiago que lhe desse saude e assi jouve ali tres noites e tres dias. E, a terceira noite, veo a el Santiago e filhou-o pela mão. E, quando aquel alto homem o vio, preguntou-lhe quem era. E el disse-lhe:

— Eu som Santiago, o apóstolo.

E erguê-o entom e el foe tam bem são como nunca melhor foe.

Quando aquel grande homem foe são e o apóstolo se partio del, el contou, pela manhã, a quantos o ouvir quizerom o gram milagre e o gram bem que lhe Deus fez por Santiago. E, depois que esto foe, ficou el em na igreja treze dias, fazendo oraçom e sas vigílias e jajúndo e esmolando e fazendo serviço ao bem aventurado apóstolo, que rogue a Deus pola sa bondade que nos dê a saude que durará sem fim. Amen.¹

¹ *Vida e Paixões dos Apóstolos*, INIC, Lisboa, 1982, pp. 336-337.

Dos exemplos literários seleccionados para ilustração deste tema, verificamos pois que a Idade Média cristã utilizou a alegoria, o maravilhoso e o fantástico como virtualidades expressivas, ultrapassando a literalidade (sentido literal) para desencadear a epifania de uma verdade global.

Parece, por isso, relevante lembrar, uma vez mais, quanto a criação literária dos séculos mais tardios ficou a dever a esta literatura versátil e alegorizante: para além dos românticos, a que já nos temos referido, Eça de Queiroz, comovidamente, regressa a um universo que é, para ele, o espaço para uma poesia implícita. O Modernismo selecciona, re-interpreta e re-utiliza muitos destes textos, nomeadamente os «contos melusinianos», sem esquecer Jorge de Sena e o seu *Físico Prodigioso*.

Epítome

Nesta UNIDADE procurou-se dar conta das variedades qualitativas de uma produção literária em prosa que vai dos primeiros esboços historiográficos até às monumentais construções diegéticas, cujo paradigma é *A Demanda do Santo Graal*. A interpenetração do real e do fictício, do pedagógico, do anagógico, e do lúdico, fazem da prosa medieval entre os séculos XIII e XV um universo fascinante e, por vezes, um inextrincável labirinto.

Entre o maravilhoso e o fantástico, desenvolve-se uma prosa que elege sobretudo o modelo narrativo, como forma privilegiada do discurso. O sincretismo de sistemas, o desvanecimento progressivo de um certo número de valores e o perfilar de uma mentalidade em que sobressaem os conceitos cristãos, encontram no milagre, no exemplum, na alegoria e no símbolo os modelos para a fixação de sistemas e categorias.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

LAPA, Manuel Rodrigues, *Lições de Literatura Portuguesa, (Época Medieval)*, Coimbra, 1981.

MARTINS, Mário, *Alegorias, Símbolos e Exemplos Morais da Literatura Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1975.

MATTOSO, José, *Narrativas dos Livros de Linhagens*, INCM, Lisboa, 1983.

UNIDADE 5

A didáctica político-social. A literatura como instrumento da memória e da formação de elites. O surgimento de uma nova mentalidade, rumo ao humanismo renascentista. Dois polos para a conquista do poder: a guerra e a política.

OBJECTIVOS

Após a leitura reflexiva desta UNIDADE, o aluno deverá estar apto para:

- Compreender a complexa evolução dos modelos e funções da literatura chamada didáctica, representados nos autores tratados.
- Aperceber-se do aprofundamento de análise e reflexão sobre os fenómenos em que essa literatura se empenha no estabelecimento de novos sistemas de valores.
- Entender como, para além da herança ou prolongamento do passado recente, cada vez mais o pensamento, a escrita e o discurso se vão tornando tributários da Antiguidade em conciliação com a lição escolástica e cristã.

Tema 1. Os tratados técnico-didáticos e a sua polivalência nos finais da Idade Média. A pedagogia régia: O *Livro da Montaria* e a *Arte de Bem Cavalgar a toda a Sela*. A «guerra em tempo de paz».

¹ *Libro de Monteria composto polo Señor Rey Don Joam de Portugal e dos Algarves, e Señor de Ceuta, trasladado de un original de mam escrito en pergaminho*, (1625).

Quando D. João I, na sequência de outros tratados técnicos, que surgem durante a Idade Média, escreve o seu *Livro da Montaria*,¹ talvez em data posterior a 1415, ele transcende, logo a partir do «Prólogo», o didactismo, estrito e estreito que o título e os antecedentes fariam supor.

Sabemos que durante a Idade Média, em toda a Europa, surgiram numerosos tratados de caça (cinegética), chamados de **falcoaria**, **cetraria**, **altanaria**. Em Portugal podemos referenciar um tratado perdido escrito pelo falcoeiro real de D. Dinis, João Martins Perdigão. Outros se lhe seguiram, mas merece menção especial a obra de Pêro Menino, falcoeiro de D. Fernando, autor do *Livro de Falcoaria*, escrito certamente antes de 1383 e ao qual, com probabilidade, D. João I se refere explicitamente no seu «Prólogo»: «Fizerom [...] livros de Phisica, e de Celorgia e de Alveytaria e de Falcoaria».

O próprio autor adverte que não se trata apenas de um livro «tomado e ajuntado com acordo de muytos bõos monteyros», mas de um discurso de onde os leitores «filham as entenções de muytas guisas, ca segundo os entenderes de cada huñ assi filham as entenções». É, pois, evidente que para além dos aspectos meramente técnicos o autor concebe **outras** «entenções» e a leitura do «Prólogo» que se segue a esta pequena introdução logo dá conta de uma nova reflexão sobre um tema novo e da inserção desta obra num universo sócio-psicológico: o valor memorativo da escrita, a ordem racional do pensamento humano e a transcendência da invenção das letras, garantia de «se não perderem os saberes», receptáculo da aprendizagem, meio de transmissão do saber acumulado de «geraçom em geraçom». Trata-se, diríamos mesmo, de um esboço da teoria da origem da escrita, um dos capítulos mais delicados e controversos da **Gramatologia**.²

² Trata-se de um conceito estabelecido e utilizado por J. Derrida na sua obra *De la Grammatologie*, Minuit, Paris, 1967; diz respeito à função sócio-genética da escrita, ao seu lugar numa perspectiva epistemológica, entre a natureza e o artifício que se produz como alteridade (em relação à oralidade) e memória.

Assim, entre as intenções expressas pelo autor, está a apologia da actividade física como desporto na acepção moderna do termo. Não se trata já e apenas do adestramento militar, um dos mais importantes vectores da educação nobre na Idade Média, com vista ao exercício da guerra. Trata-se, sim, de uma actividade gratuita, ou antes, de objectivos personalizados, podemos dizer que centrados na **pessoa** enquanto indivíduo dotado da dualidade corpo/espírito. Segundo o autor, o espírito, a que chama «o entender», cansa; compete ao corpo encontrar os meios para o «recrear» e «correger»: «diremos logo que cousa he entender, e deshi diremos como cansa». Para ele, entre os modos de defesa psicológica (em termos de notável modernidade), está a prática do

desporto: «mostra porque foram alevantados todollos jogos». A actividade lúdica é, pois, o meio de preservar a saúde do espírito e, entre as actividades lúdicas («jogos»), acima de todos está o «jogo da montaria».

E porquê?

Porque, continua demonstrando o autor, a montaria é mais do que cavalgar, esse outro jogo tão querido da nobreza, ao qual D. Duarte dedicará também um tratado, como veremos. A montaria, isto é, a caça a cavalo, com armas longas, de animais corpulentos, chamada «caça maior», passa-se ao **ar livre**. Ao mesmo tempo, desporto de reis e de nobres, requer a elegância e o júbilo das festas em palácio. E assim reforma e «correge» o «entender», como faculdade global, através dos «cinco sentidos» que começa por definir.

A apologia entusiástica da montaria proporciona, a nosso ver, um dos mais curiosos textos descritivos da prosa portuguesa do primeiro quartel do século XV. Descrição que é verdadeira *ecfrásis*, isto é, quadro pluridimensional, numa linguagem límpida, veloz e ritmada pelo próprio entusiasmo do escritor:¹

Nos vos dissemos que o entendimento cansava em veer muytas cousas que lhe fossem maas de departir, e que sua folgança era veer cousas ligeiras de passar com prazer: ora veede se o veer que he o mais principal sentido, porque o entender filha com este mais prazer, veede se quando for anojado, se o pode perder em veer muytos cavaleiros e escudeiros muy bem encavalgados de bõos cavallos e outrosi vestidos como cumpre pera tal mister, que nom parece menos bem trazerse nas roupas que comprem pera o monte que panos douro pera dançar em sala, ca muy fermosa vista he quando homem vee quem se bem traz [...] veer homem como vam os moços poer os cães quando muytos som, nom duvidedes que nom he muy fermosa vista, ja em veer quando o usso sahe por algũa travessa do monte e os sabujos veem todos juntos e de quando em quando o vam filhando, por certo muy enfermo seria o entender que com tal vista nom perdesse algum cansaço [...].²

A montaria, é, pois, gozo para a vista, nos preparativos, começo, prosseguimento e, finalmente, no seu epílogo, organizando-se todo o texto como uma descrição tripartida.

Já quando o usso sahe por algũa armada, entom he tam fermosa cousa de veer que aquelles homees que o veem nom podem seer tam pouco monteiros que nom sejam em tal folgança [...] ca em dizer a verdade esta vista he tam saborosa em veer, que comparada he com a vista da gloria de Deus.

Audaciosa hipérbole, ao comparar a «glória» do Monteiro, quando captura a presa, com a «glória» do eleito.

Mas o «entender» cansa também «pello» ouvir. A *ecfrásis* do dia do Monteiro continua referindo o prazer, isto é:

¹ Todas as citações desta Unidade serão feitas com base na ed. de Lello e Irmão Ed., Porto, 1981, *Obras dos Príncipes de Avis*.

² Note-se neste excerto, como marca do discurso oralizante, expressões como «nos vos dissemos», «ora veede», etc.

[...] as muy saborosas cousas de ouvir que em este joguo som feitas [...] quando os monteiros tanger rastro, e depois em ouvir quando os cães vam a achar a vozes, e acham, e ja quando todos correm ensembra: esto nom he de osmar, ca podemos dizer muy bem que Guilherme de Machado nom fez tam fermosa concordança de melodia [...]

Nova hipérbole e comparação naturalista: a montaria proporciona, aos ouvidos do Monteiro, uma sinfonia («concordança») em que o «tanger das bozinas, e o fallar dos moços» são «tam pertencentes pera correger o entender [...] como o ruybarbo pera correger o figado [...]».

O tocar e o gostar são outras tantas vias de «corregimento» do espírito, ao pegar no ferro bem talhado, ao perder o fastio, «nada achando que lhe mal saiba» e quanto ao cheirar:

[...] quando homem vai por algũs prados e por sô algũas arvores que cheirem bem, algũa cousa de bem podem fazer ao entender de folgança por este sentido.

O que ressalta, segundo cremos, deste texto, é a mostra de uma nova atitude sensorialista perante o corpo e a natureza. Está-se, de certo modo, já longe do universo místico e da pesquisa de uma ascese penitencial em que o sofrimento seria o principal valor. Nesta obra, refere-se, com júbilo, a busca do **prazer** e da **folgança** e, o que é mais, **através dos sentidos** e não o puro gozo espiritual que era a suprema aspiração da alma cristã. O valor beneditino da pobreza aparece, também, o que é significativo, como referente logo no início do *Livro da Montaria*:

Por ende nos Dom Johane [...] querendo seguir hum dito de Sam Bernardo, que falla porque quis Deus nacer em proveza [...] e porque elle aver todo o bem quis tomar este pera si [...] e este bem assi desprezado dos homẽes era a proveza.¹

¹ *Op. cit.*, «Prólogo».

Contudo, ainda que chamando-lhe um **bem**, na ordem espiritual, o autor tornou claro que a ordem humana admite e preza o luxo no vestir, sem que, nem por momentos, seja tentado a considerá-lo condenável, antes esboça o que poderia ser chamado uma «teoria» do bom gosto no trajar:

E porque este bem trazer am filhado os homẽes deste rreino de muytas maneiras, ca dizem algũs por bem trazer, trazerse muy ricamente e outros trazerse muy louçãaos: [...] pero nom he todo hum, ca posto que o homem se traza louçãao, nom se traz por isso bem, e posto que se traze bem, nom he por isso louçãao.²

² *Ibidem*, cap. III, ed. cit.

A abstinência e a moderação no comer e no beber deixam também de ter apenas função penitencial e ascética para serem considerados como factores higiénicos e dietéticos, segundo conceitos bem modernos:

[...] ca muyto cumpre aos homões de armas averem bõo folego: e porem se devem muyto guardar os homões que do feito das armas am de usar que nom façam taes cousas, per que possam leixar de averem bõo folego, ca as mais principais cousas que ao homem tolhem de aver bõo folego assi he por os muy grandes viços de comer, e do beber sem rezom [...] porem todo o homem que algũa cousa queira valer deve usar sua vida em tal maneira e temperança, que quando os trabalhos vierem dos feitos das armas os possam bem sofrer.¹

¹ *Ibidem*, cap. II.

Abstinência, temperança, pobreza, não são já — apenas — valores espirituais, para serem também valores corporais e humanos.

E, neste sentido, torna-se evidente a coerência ou coincidência entre o pensamento de D. João e o de seu filho D. Duarte, no *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela que fez El-Rey Dom Eduarte de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta*.

Também aí o autor dá conta do conceito de que o corpo, tal como o espírito, merece e exige o cuidado de si próprio. Trata-se então, uma vez mais, e na esteira de seu pai e antecessor, de uma obra que, sendo um tratado técnico, apresenta igualmente aspectos sociais e psicológicos, instituindo uma ordem de valores laicos que há que prezar e desenvolver, «honra, proveito e boo prazer», sem que entrem em conflito ou excluam a «prática das virtudes».

E porem dou conselho aos senhores e a outra gente manceba a que estas manhas convenham, que consiirem que seus corpos som assi como suas herdades, as quaaes, se nom forem bem aproveitadas e lavradas, darom de sua natureza spinhos e cardos e outras ervas de pouco vallor; e com trabalho e rompimento e aproveitamento dellas dam taaes fruitos de que principalmente em esta vida avemos nossa governança. E nossos corpos, se em tempo de mocidade e mancebia som leixados em ouciosidade, nom se despoendo a boas sciencias ou boas manhas corporaaes ou mesteres, segundo a cada hũus perteencem, som tornados assy sem proveito que mereciam de ser dados de sesmaria a outros, que como servos os fizessem servir e fazer algũa cousa proveitosa [...].²

² *Livro da Ensinança*, 4.^a Parte, cap. XV.

Este conceito integralizador da pessoa humana corpo/espírito, não deixa de nos remeter para o conceito antigo da natureza do homem, que, entre tantos outros, Salústio notavelmente sintetiza: «Toda a nossa força reside no espírito e no corpo: usufruímos do comando do espírito e do serviço do corpo».³

³ *Da Conjuração de Catilina*, I, 1.

Há, pois, um pensamento concordante: o corpo é parte do homem e é a parte actuante, associada por D. Duarte à própria terra, num registo que vai, talvez, além da mera comparação retórica, mas que remete para o símbolo cristão do homem, criado do barro da terra.⁴

⁴ Cf. *Genesis*.

Com efeito, na obra destes dois pensadores, encontra-se patente quer o registo de uma aproximação dos clássicos que são citados ao longo do discurso (Júlio César, Vegécio, Cícero) quer uma fidelidade ortodoxa em relação ao pensa-

¹ «A Bíblia no 'Livro da Montaria'» in *A Bíblia na Literatura Medieval Portuguesa*, Biblioteca Breve, Lisboa, 1979, pp. 61-64.

mento cristão e aos textos sagrados, nomeadamente a *Bíblia*, a cuja presença, no *Livro da Montaria*, Mário Martins, aliás, se refere.¹

Trata-se, por consequência, de uma literatura que podemos considerar pluri-dimensional. Directamente são, de facto, dois tratados técnico-didácticos em que se aborda, por exemplo, «Em como os monteiros am de fazer por averem os cãaes que sejam fermosos e bõos»; «Que fala do ensinamento dos sabujos, também dos de correr, como de treela, como dos de achar»; «Como devem conhecer os monteiros qual he melhor lugar pera poer as vozarias e armadas pera filhar o porco» (*Livro da Montaria*); «do corregimento da sela»; do corregimento das strebeiras e das correas»; «da maneira de travar aas mãos de cavallo» (*Livro da Ensinança*).

Não obstante, ambos os tratados se inserem numa pragmática social, psicológica e até moral, ocupando-se dos deveres e obrigações, da fortaleza de ânimo, do medo e modo de o vencer, da serenidade, da vontade, da «folgança» e do «prazer».

O tempo determina esta pedagogia. Menos explícita na obra de D. João I, ela surge com certa severidade nas palavras de D. Duarte que verbera a frivolidade dos seus fidalgos, desocupados dessa escola de virtudes militares e cívicas em que, durante séculos, se tinham criado: a guerra. Não esqueçamos, com efeito, que entre 1385 (Aljubarrota e fim da Guerra da Independência) e 1415 (tomada de Ceuta e início da conquista de Marrocos) as armas haviam sido depositas, salvo em ocasiões esporádicas e em torneios e justas. O país não estava em guerra e o rei temia que a falta do seu manejo tornasse os portugueses desafectos e desajeitados no seu uso. D. Duarte é, pois, muito claro na sua censura ao luxo palaciano, à vida descuidada e fácil que se vivia então na corte, a seu juízo:

Destas manhas suso scriptas que a cavalo se costumam fazer, screvy assy largamente por algũu costume e grande afeiçom que dellas ouve. E esso medês das manhas outras de força, ligeirice e braçaria que os cavalleiros e scudeiros em esta terra muyto avantejadamente sabiam e husavam de fazer, *de que agora os vejo minguidos* [...] Todo esto entendo que lhes vem per myngoia de voontade que dellas ham; por que tanto costumarom a falla das mulheres e poserom todas suas tençoões com gram desejo em se trabalharem de bem trazer, calçar, jugar a peela, cantarem e dançarem, por lhes seguirem as voontades que mostram principalmente destas manhas, que de todas outras leixarom a mayor parte.²

² *Livro da Ensinança*, 4.ª Parte, cap. XV.

Assim, cabe perguntar em que medida aqui está *literatura*, qual o padrão estético pelo qual pode aferir-se este tipo de discurso que se assume, quer nos aspectos técnicos, quer psicológicos, éticos e sociais, como um discurso didáctico. Este problema tem que ver, efectivamente, com o problema dos géneros literários e com a sua labilidade. Numa obra recente, Jean-Marie Schaeffer³ chama a atenção para o facto de que a transformação genérica (quanto ao género) de um texto no decurso da história da sua recepção aponta para uma

³ *Qu'est-ce qu'un genre littéraire*. Seuil, Paris, 1987.

variação que tem que ver não só com a pluri-significação do texto literário mas também com o modo como o mesmo texto é recebido em diferentes épocas.

Sendo assim, e aceitando a razão desta reflexão, podemos então admitir que, num contexto determinado (a época da elaboração das obras), tendo em vista a intencionalidade explícita dessa mesma escrita, se estaria perante textos em que a literariedade constituiria uma instância ténue e desvanecida, isto é, secundária. Se, pelo contrário, a abordagem que fazemos é descontextualizada, fora e para além do contexto original, verificaremos desde logo a presença de marcas de literariedade que constituem traços de expressividade, emotividade, recurso a uma retórica suficientemente elaborada e, em suma, qualidade criadora de imagens e de representações.

A essa qualidade se refere L. F. Lindley Cintra, considerando que ela distingue o *Livro da Montaria* de todos os outros tratados anteriores do mesmo género:

Estes capítulos (os oito que se seguem imediatamente ao prólogo) constituem uma espécie de «louvor e defesa da montaria», bem estruturado e quase sempre redigido não só com vivacidade e energia, mas também com emprego abundante de uma série de artifícios literários (paralelismos frásicos, interrogações e exclamações retóricas, comparações, metáforas, etc.) que manifestam a existência no autor de preocupações artísticas.¹

¹ *Dicionário de Literatura*, Figueirinhas, Porto, 1987, s.v.

Tema 2. D. Duarte e os seus «conselhos»: o *Leal Conselheiro*; D. Pedro, Duque de Coimbra e o *Livro da Virtuosa Benfeytoria*: a moral e a política.

Contraditórias e várias têm sido as imagens de D. Duarte construídas por historiadores e literatos e, contudo, poucos como ele deixaram um tão límpido auto-retrato e, como testemunho, o *Livro da Ensino*, o *Leal Conselheiro* e, até o *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*. Com efeito, Oliveira Martins traça dele o seguinte esboço, ainda infante e com 22 anos de idade:

[...] o rei, que não queria nem podia atender senão aos preparativos militares da campanha, entregou a expedição dos negócios da Justiça e Fazenda ao infante D. Duarte [...]. Escrupulosamente, e com a pontualidade inglesa da mãe, D. Duarte, a quem faltava a energia e a audácia do pai, renascidas no irmão Henrique, tomou tanto a peito o encargo, com o seu virtuoso sentimento do dever, exagerado pela verdura dos anos, e tanto se esfalfou, que adoeceu. Levantava-se cedo, ouvia missa, ia à Relação e ao despacho, até ao meio dia, hora de jantar. À mesa dava audiência, recolhendo-se depois para uma sesta brevíssima, suprimida quase sempre, porque às duas horas estavam com ele os vedores da Fazenda e os do Conselho, com quem trabalhava até às nove da noite. Quando o largavam, ceava, ficando com os oficiais de sua casa até às onze horas. Ao monte e à caça raras vezes ia: descurava os exercícios do

corpo, entregue aos trabalhos sedentários. [...] De constituição débil, acrescentando necessariamente à fadiga própria do trabalho o cansaço de espírito proveniente da sua virtude escrupulosa [...] o pobre infante cedeu ao peso da tarefa e caiu enfermo de uma anemia, ou de uma dispepsia [...] e que ele próprio denomina humor merencório.¹

¹ Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Guimarães Ed., Lisboa, 1973, pp. 37-38.

Prossegue a mesma fonte numa paráfrase-síntese do cap. XIX do *Leal Conselheiro*, para terminar:

Nunca houve na terra bondade maior do que a de D. Duarte. Escrupuloso, metódico, pontual no cumprimento dos seus deveres, sem assomos de vaidade, nem violências de orgulho, sem maior grandeza de ânimo, mas com um dom de resignação superior, o príncipe, por sorte infeliz, é um exemplo de quanto as qualidades passivas, nem sempre [são] excelentes para dar serenidade à consciência dos reis [...]²

² *Ibidem*, p. 39.

Trata-se, pois, de uma imagem construída sobre o próprio texto de D. Duarte, cuja leitura, porém, pode ser outra. De resto, numa carta jovial em que exprime a opinião que lhe é pedida, pelo próprio Oliveira Martins, Eça de Queirós apercebera-se do nível de ficção que pode ocorrer e pergunta: «Como sabes? Ouviste, estavas lá?». Rodrigues Lapa,³ por exemplo, é de outra opinião e considera viciados «os juízos correntes sobre D. Duarte», e «essa ideia preconcebida falseou as páginas, aliás belíssimas, que Oliveira Martins lhe dedicou». Para o crítico, «uma leitura atenta das suas obras e das afirmações nelas contidas desmente em absoluto essa opinião», segundo a qual D. Duarte seria «um ser débil, efeminado, um intelectual todo embrenhado em livros». Sintetiza, pois, a sua visão do Rei: «D. Duarte afirma-se na sua obra um mestre de energia, mestre que sabe aliar a prática à teoria».⁴

³ D. Duarte e os prosadores da Casa de Avis, *Textos Literários*, Lisboa, 1957, «Prefácio», p. IX.

⁴ *Ibidem*, p. XI.

No desenvolvimento do TEMA anterior, houve ocasião para mostrar quanto D. Duarte prezava as artes ou «manhas» da montaria e da cavalaria, das quais se viu privado pelas graves obrigações do governo e pela doença de que sofreu mais de três anos, como ele próprio testemunha, num exercício notável de auto-análise, em um dos mais célebres capítulos do *Leal Conselheiro*: «Da maneira que fui doente do humor manencorico, e del guareci» (cap. XIX).

O *Leal Conselheiro* constitui uma obra a muitos títulos meritória e que, só por si, daria um lugar especial ao seu autor no panorama das letras portuguesas do século XV. É constituída por cento e três capítulos, precedidos de um «Prólogo», versando assuntos que à primeira vista carecem de coesão ou estrutura interna: «Do entender e memoria»; «Da declaração das vontades»; «Da vã gloria»; «Da enveja»; «Da sanha»; «Do hodyo»; «Da tristeza»; «Do nojo, pesar, desprazer, avorrecimento e suydade»; «Do pecado da occiosidade»; «Que cousas perteencem aos Rex e a outros senhores para seerem prudentes»; «Do contentamento»; «Da maneira pera bem tornar algũa leitura em nossa lnyguagem», etc.

A coesão, porém, ou, se quisermos, a lógica interna está declarada no início, no «Prólogo» em que se dirige à Rainha, D. Leonor, a quem dedica a obra,

longa compilação de reflexões, escritos vários, apontamentos pessoais, exercícios, em suma, que no decorrer dos anos «ajuntara» e que, alguns encontram uma primeira versão no *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*¹ cujo manuscrito, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo é, provavelmente, da mão do próprio rei.²

É, pois, no «prólogo-dedicatória» que o autor manifesta a coerência da sua intenção: «[...] vós me requerestes que juntamente vos mandasse screver algũas cousas que avia scritas per booo regimento de nossas conciencias e vontades». Essa intenção justificará o título; o método de compilação justificará a diversidade temática e o carácter ensaístico («avant-la-lettre») que apresenta, mas testemunhará também o lugar da experiência e da reflexão pessoais de que dá conta, em contínuo esforço para conciliar essa reflexão com uma ortodoxia, dentro do pensamento católico. A esse respeito, diz João Morais Barbosa:³

A temática predominante é de natureza moral: estamos diante de um «ABC de lealdade». Será possível, então, elaborar um estudo sistemático sobre, digamos, algo como «a ética do Leal Conselheiro»? Cremos que não. O único factor de coesão, nesse plano, é a doutrina da Igreja [...].

A propósito escreve Rodrigues Lapa:

A ortodoxia tem em D. Duarte, que nisso se parece com sua mãe, acentos de puritanismo quase feroz. Considerava como pecados de boca cantar cantigas profanas e, no próprio canto divino, mais estudar em quebrantar a voz que devotamente cantar (cap. 70). Entre os pecados de obra incluía o mimosear os jograis e o dançar com «maa tençom» (cap. 71). Como é que na severidade de um ambiente destes podia florescer uma literatura de imaginação, uma poesia lírica?⁴

João Morais Barbosa discorda das afirmações do ilustre medievalista no que diz respeito ao puritanismo de D. Duarte, e cremos que será também de discordar do radicalismo com que é afirmada a total ausência de «literatura de imaginação» e até de «poesia lírica».

O *Leal Conselheiro* é, certamente, uma obra severa, uma obra de «bons conselhos», em que, todavia se encontra um extremo bom senso e até uma tolerância que não é corrente nos doutrinadores morais da época. Dessa tolerância, nascida da profunda observação do espírito numa subtil análise das variáveis do sentimento humano e, em suma, do jogo por vezes arriscado entre estrutura e conjuntura. Essa análise apresenta-se, tendo como campo de observação no terreno, poderíamos dizer, não só o universo dos que o rodeavam na corte, nos serviços, na política, na milícia, mas o seu próprio universo psicológico que, penetrantemente, ele se mostra capaz de desmontar e analisar.

Voltemos, porém, ao «prólogo-dedicatória», à «Muito prezada e amada Rainha», a cujo pedido esta obra responde:

¹ Ed. diplomática de João José Alves Dias, Introd. de A. H. de Oliveira Marques, Estampa, Lisboa, 1982.

² Cf. *op. cit.*, p. XIII.

³ D. Duarte, *Leal Conselheiro*, INCM, Lisboa, 1982, «Introdução», p. 10 e p. 12.

⁴ *Op. cit.*

Podê-lo-ees, se vos praz, chamar «Leal Conselheiro», porque ainda que me nom atreva certificar que dá em todo boos conselhos, sei que lealmente é todo scrito, quanto meu pequeno saber, embargado em todo geeral regimento de justiça, conselhos e todas outras proveenças de meus reinos e senhorio, pôde percalçar, pera poer tal obra assi brevemente em scrito; porque algũas cousas se podem bem razoar, que nom som taaes pera escrever.

E filhai-o por ùu ABC de lealdade, ca é feito principalmente pera senhores e gente de suas casas, que na teórica de taes feitos, em respeito dos sabedores, por moços devemos seer contados, pera os quaes ABC é sua própria ensinança. E mais por o A se podem entender os poderes e as paixões que cada ùu de nos á; e por o B o grande bem que percalçom os seguidores das virtudes e bondades; e por o C dos males e pecados nosso corregimento. Por que destas tres partes mesturadamente e nom assi per ordem é meu proposito de mais trautar, com devida protestaçom leixando todo ao corregimento daqueles a que pertencer, ca sobr'elo mais screvo por que sinto e vejo [...] que per studo de livros nem ensino de letrados.

Fixemo-nos agora, numa breve análise, num dos capítulos que, segundo a taxonomia do autor se insere na letra C do seu leal ABC, isto é, «dos males e pecados nosso corregimento». Trata-se de um excerto do cap. XXVI, «Do pecado da occiosidade» (ed. cit.):

[...] no movimento e maaõ assessego assy erramos per occiosidade como no sobejo repousar. Ca todo está em bem executar as cousas que devemos fazer. Tanto erramos por este pecado, quando em casa grandes feitos devemos obrar, se despendemos nosso tempo em montes, caças, festas, jogos e falas sem proveito, como em jazer ou dormir.

E bem penso que os senhores per este desassessego caem em occiosidade mais que per outra parte; e aquesto fazemos per duas guysas. Hũa per afeiçom que avemos a estas folganças suso dictas, outra por a pena e trabalho do sprito, que sofrer nom podemos. E por lhes fugir, por occupaçom destas cousas, despendemos os tempos assy mal e desordenadamente, que com dereita razom nos podem por ello muyto culpar.

E se disserem que a priguiça mostra folgança, e porem nom deve concordar seer chamado aos que taes cousas de trabalho despendem seus tempos aalem do que convem, a esto respondo que ùa priguiça é de trabalhar do corpo, e outra do spirito.

E assy como aquel que mal e tarde se despõe aas obras corporaes que deve fazer, erra por esta occiosidade ou pryguiça, desta guisa que he culpado o que faz semelhante nas obras do entender, posto que do corpo trabalhe, ca nom erra por trabalhar corporalmente, mas por nom fazer nem executar per obra do entender o que deve. Ca este pecado está em leixamento e nom em cometer.

Neste passo, o autor tenta definir a dupla face da **occiosidade**, que, para ele, tanto pode manifestar-se no **movimento** como no **repousar**, desde que não sejam realizadas as «cousas que devem fazer». Trata-se, pois, de um conceito dimensionado segundo um princípio ético.

A primeira forma da ociosidade, por conseguinte, pode esconder-se sob a aparência dinâmica de caçadas, festas, jogos desportivos; mas é repreensível no mesmo grau que o «jazer e dormir» excessivos e inoportunos. Podemos, por conseguinte, encontrar a subtil recriminação da frivolidade cortesã.

A excessiva prática de tais actividades é, pois, causada quer pelo gosto que inclina cada um para a sua prática, quer pela necessidade de se furtar a outras ocupações mais graves e mais úteis.

Daí advém, pois, a segunda divisão apresentada por D. Duarte para a ociosidade: a que se manifesta «jazendo e dormindo» não é senão preguiça do corpo; a que se manifesta pela prática de actividades inúteis e excessivas, «além do que convém» é, por seu lado, preguiça do espírito. Uma e outra conduzem ao pecado de «leixamento», isto é, de «omissão» de deveres ou obrigações.

Manifestamente aqui, como em toda a obra em que se insere o texto, a intenção de D. Duarte é **transformar** o(s) destinatário(s) da sua exortação ou do seu conselho: «os senhores», isto é, os fidalgos que o Rei desejava ver mais envolvidos no bem fazer público. Tenta, pois, despertar naqueles a quem dirige a sua obra uma repulsa pelo vício da ociosidade, tal como a define. Como noutros capítulos de orientação e intuito semelhante (da saudade, do amor, etc.) ele parte da análise das causas e manifestações para deduzir as consequências morais e sociais que devem levar à prática de uma boa conduta: «por alguns desta pequena leitura se poderem prestar acrescentando em suas bondades com leixamento de muitos erros», dissera ele na «Dedicatória» a que já nos referimos.

Com efeito, esclarecendo que os homens podem ser levados a procurar no movimento uma desculpa e um refúgio para outras ocupações que implicariam uma actividade espiritual, D. Duarte considera com rigor que tal atitude constitui um «pecado de leixamento». De algum modo, legitima, talvez, a sua própria actividade de intelectual e de escritor.

O pragmatismo moral que decorre das suas considerações envolve um notável escrúpulo e rectidão de critério, uma atitude directa que expõe sem rodeios nem eufemismos: «a esto respondo que hũa prigiça he de trabalhar do corpo e outra do spirito».

O texto desenvolve-se em três fases principais, que se apresentam como uma estrutura cartesiana «avant-la-lettre»:

- enunciado da questão;
- definição da tipologia da ociosidade repreensível;
- análise da «prigiça do entender», como forma de «pecado por leixamento».

O tom didáctico do texto conduz a um prosaísmo grave e reflexivo, em que não há lugar para a divagação ou a formosura do estilo. De resto, tal carácter havia

sido anunciado por D. Duarte na parte final do primeiro capítulo, em que confessa que o «mui bõo e fermoso razoar, no por mim scrito [faz] grande abatimento», e corresponde também a uma intenção expressa: «mais quero aproveitar aos que o virem ca encobrir esta minguada maneira de escrever».

É de notar, porém, que essa «minguada maneira de escrever» consiste num estilo que, por despojado e sóbrio, não deixa de ser correcto e vernáculo, demonstrando já um hábil manejo da sintaxe («E se disserem que ... a esto respondo que ...») e um uso seguro e esclarecido de um vocabulário já notavelmente moderno.

O texto desenvolve-se em dois planos, propostos desde o enunciado: «movimento, caças, festas, jogos, falas, desassesego, folganças», correspondem ao plano da «priguiça do spirito»; «sobejo repousar, jazer, dormir», correspondem ao plano da «priguiça do corpo». Entre estes dois planos, há, por conseguinte, um certo desequilíbrio, isto é, uma assimetria de importância. Com efeito, o autor preocupa-se e portanto demora-se mais em analisar as circunstâncias em que, para fugir à «pena e trabalho do spirito, despendemos os tempos assy mal e desordenadamente».

O conteúdo e a forma da exposição apresentam, pois, um carácter didáctico de que deriva o tom de prosaísmo grave e reflectido que é uma das características do estilo eduardiano.

Rei de espírito moldado segundo uma tendência já denunciadamente moderna, «príncipe burocrata», no dizer de Rodrigues Lapa, D. Duarte considera-se responsável pelos que lhe são sujeitos, nomeadamente por aqueles que, na escala social, lhe são contíguos, isto é, os fidalgos. Por esse motivo se dirige principalmente aos «homões da corte», donde os outros «possam aver bõo exemplo, ensino e aviso».

A rectidão e simplicidade deste Rei erudito fazem-lhe, porém, reear que as suas palavras de conselho possam não corresponder aos seus próprios actos, pelo que, humildemente, afirma que o facto de escrever tais avisos lhe servirá a si mesmo, de certo modo, de freio para que se desvie dos vícios que verbera. Assim é que no texto presente o encontramos incluindo-se a si próprio no grupo — virtual é certo — daqueles que podem cair na ociosidade do espírito: «penso que os senhores per este desassesego caem em occiosidade [...]; e aquesto fazemos per duas guysas [...]». É, pois, evidente que as suas reflexões pressupõem uma análise demorada e reflexiva do seu semelhante, numa forma de extrospecção, e uma análise não menos objectiva de si próprio — a introspecção — permitindo-lhe incluir-se entre os demais.

A sinceridade, a reflexão, a serenidade de julgamento, a rectidão de critério, são qualidades que, presentes em toda a obra de D. Duarte, constituem as constantes do seu carácter, jamais desmentidas na sua breve e dramática vida.

[...] el-rey Dom Duarte fez hũu livro de Regimento pera os que costumarem andar a cavallo e compos per sy outro aderençado a rainha Dona Lianor, sua

molher, a que entitulou *O Leal Conselheiro*, abastado de muitas e singulares doutrinas, specialmente para os bões da alma (Rui de Pina).

Ao contrapor a personalidade do Infante D. Pedro à de seu irmão D. Henrique, Oliveira Martins, embalado no entusiasmo de uma reconstituição histórica, afirma:

Dom Pedro era inteiramente outro homem: contemplativo, cavalheiresco, benigno, prudente, sábio. Era louro. Tinha nas veias o sangue da mãe, e no rosto assinalada a ascendência.¹

¹Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 103.

Imagem quase romanesca, da qual discordam muitos críticos, assim introduz Oliveira Martins o capítulo em que relata as viagens europeias do Infante, iniciadas provavelmente logo a seguir à expedição de 1418 a Ceuta, viagens essas que lhe conferiram o popular cognome de «Infante das Sete Partidas». A aventura europeia de D. Pedro, parece ser, de algum modo, o contraponto das viagens transcontinentais dos seus contemporâneos. Subliminarmente, o imaginário colectivo fez cristalizar no segundo filho de D. João I a identidade europeia da nação. As «Sete Partidas do Mundo» situam-se, pois, na Europa, e entram, legendariamente, no domínio da literatura de cordel: *Livro do Infante D. Pedro de Portugal, o qual andou as sette partidas do mundo, feito por Gomes de Santo Estevam, um dos doze que foram na sua companhia*, publicado em Lisboa, em 1544, a primeira de várias edições posteriores.

O Infante demora-se no seu itinerário, que atingiu os limites orientais da Europa (Hungria, Moldávia, Valáquia), Inglaterra e França. A sua passagem ao Mediterrâneo, Constantinopla e Terra Santa, é, porém, posta em dúvida por alguns críticos.²

A sua ausência de cerca de dez anos não deixou de motivar, na pena de seu irmão D. Duarte, uma reflexão específica sobre a saudade dos familiares ausentes, nos quais se incluía a Infanta, D. Isabel, casada com o Duque de Borgonha e mãe de Carlos, o Temerário:

O iffante dom Pedro, meu sobre todos prezado e amado irmãoo, posto que fosse no reyno d'Ungria com pequena teençom de tornar a esta terra, bem pensso que sempre conheceo seer assy presente em meu coração como fosse naquel logar onde eu era. E a ducqueza de Bregonha, mynha muyto prezada e amada irmãa, nunca tam perfeitamente sentyio mynha boa voontade como des que foy destes reynos partida.³

² Costa Pimpão considera a ida à Palestina como pura fábula, afirmando que D. Pedro não saiu da Europa, *op. cit.*, p. 221.

³ Cap. RIIII [XL], ed. cit.

Deu ainda azo, essa viagem do Infante, a algumas das mais belas páginas de aconselhamento saídas da pena do autor de *O Leal Conselheiro*: «E quando meu irmãoo, o iffante dom Pedro, desta terra se partio [...], lhe fiz este conselho ajuso scripto [...]».⁴

⁴ Cap. XXIII e XXIV, ed. cit.

De regresso ao reino, D. Pedro retoma uma actividade literária, mais uma vez na esteira de seu pai e irmão: traduz, compila, adapta, manda traduzir, manda compilar. Frei João Verba, seu confessor, é, provavelmente, co-autor de

muitas das suas páginas. Mas nelas encontramos também a traça de uma vivência e visão próprias, de uma reflexão pessoal — tal como D. Duarte declarou e praticou — ainda que qualitativamente diferente, porque resultante de diversa experiência. A modalidade do seu discurso é também outra, talvez devedora da feição exemplar e aforística da tradição anterior, salpicando-o de ditos, *exempla* e até milagres, jamais presentes na prosa severa e doutrinária de D. Duarte.

As suas obras principais são:

1. *Livro (Trauctado) da Virtuosa Benfeiturya*, dedicado a D. Duarte:

Muy alto príncipe de grande poderio, e muyto honrrado e prezado Senhor Iffante, Eduarte, primogenito herdeiro dos Reynos de Portugal e do Algarve (ed. cit.).

2. *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram o qual tornou em linguagem o Iffante Dom Pedro, Duque de Coimbra*, igualmente dedicado a D. Duarte.

Já anteriormente nos referimos à presença tutelar de alguns dos autores clássicos, com privilégio para Cícero e Séneca. Importa, por isso, debruçarmos-nos particularmente sobre o que, no *Livro da Virtuosa Benfeiturya* nos parecem ser as especificidades da obra, ponto de convergência não só da moral de Séneca, mas dos autores medievais que a piedade e a didáctica cristã constantemente traziam à colação.

A primeira versão do *Livro da Virtuosa Benfeiturya* fora provavelmente concluída pelo Infante antes da data de 1418, apontada como plausível para a sua viagem às «sete partidas». Intitulara-a, nessa altura *Dos Benefícios*, título que era, de certo modo, subsidiário e vinculativo à obra de Séneca *De Beneficiis*. Refundido entre essa data e 1433, surge então como *Livro* ou *Trauctado*, com a intervenção de Frei João Verba, que o acrescentou e «corregeu». Tem sido considerado por alguns críticos como um tratado de feição sócio-política, já que um dos vectores da sua reflexão incide sobre as obrigações, direitos, deveres e benefícios que têm que ver com a inserção dos nobres na sociedade do tempo, e com o uso legítimo da autoridade e da razão. A função social deste livro acentua-se com a justificação de uma etiqueta de corte em que uma semiótica gestual e postural ritualiza as relações hierárquicas entre os nobres. Deste modo, tem-se a noção de que o comportamento na corte é objecto de uma codificação vinculada a um significado social e eventualmente sócio-político.

Assim, se um dos benefícios (o segundo) é o que «podemos chamar dereytura» ou seja, direito, rectidão, justiça, vemos que, para o autor, a «dereytura» se divide «em tres partes»:

1. «Convenhavel proporçom antre o príncipe e o seu senhorio».
2. «Aproveytar aos que vivem bem em o corpo comũu fazendo ajuda pera o melhorar».

3. «Castigar os maaos, speçialmente os que sse chamam pubricos defenssores e som scondidos sayoões [oficial de justiça] e geerais roubadores da terra».¹

¹ *Livro da Virtuosa Benfeiturya*, L° II, cap. XXII, ed. cit.

Desta «lógica política», que algo deve a Platão e Aristóteles, citados ao longo da obra, ao lado de São Tomás, Santo Agostinho, e também, obviamente, de Cícero, Séneca, Flávio Vegécio e muitos outros autores, decorre o conceito de que «especiais benfeitores» são os «regedores», isto é, aqueles que têm o ofício de governar. Decorre ainda que lhes deve ser outorgada «hũa vertude moral, que em latim he chamada ouservancia e nos em linguagem a podemos dizer afeyçom humildosa». Repare-se, neste passo, na apetência de rigor linguístico de que o autor dá conta ao tentar «traduzir» ou dar sinónimos convenientes, distinguindo o decalque latino «ouservancia» (*observantia*) do sintagma que lhe parece «menos latinado», segundo expressão que D. Duarte utiliza quando, no seu *Leal Conselheiro*, dá as suas regras para «ben trelladar do latim».

Para o autor, por consequência, a «afeyçom humildosa» não é mais do que mostra de gratidão, pelas «benffeyturias» que a comunidade fica devendo ao príncipe. E aí, na verdade, encontramos bem explícito o código semiótico dessa gratidão expressa em «quatro auctos»:

E por sabermos geeral conclusom, notemos que som quatro auctos, de que pode usar todo agradecedor. O primeiro se chama em latim rreverencia. E nós podemos entender [...] que esto he ledo sentimento da voontade, en que sse conhece por obligada e dentro em sy tem afeyçom ou sobjeçom ao bemfeytor. E poe(m)-sse afeyçom, porque he usada antre as persoas yguaaes [...]. E a sogeyçom pertence aos que vivem em pequeno estado, quando fallam em rrespeyto dos que som mayores. O ij acto he chamado louvor. E aqeste he demonstrança da bondade d'outrem, feyta per palavra. O iij acto he honrra, a qual se faz per geytosas contenenças do corpo [...]. E os servidores em aqeste mesmo aucto teem usança comũ, beyjando as mãaos e poendo os geolhos em terra. [...] o quarto aucto chamado gloria que he nobre e comuõ conbecimento que muytos teem da bondade d'algũu.²

² L° III, cap. XII, ed. cit.

Assim, verifica-se, claramente, que o autor tem em vista uma sociedade estratificada, fortemente hierarquizada, em que o gesto e a postura assumem o valor de **sinais** dessa hierarquia.

Mas o *Livro da Virtuosa Benfeiturya* é também, de certo modo, uma réplica ou talvez um complemento menos abstratizante do *Leal Conselheiro*. É também «conselheiro» e é também «leal». Valores morais que constituíram (vimos alguns) na obra de D. Duarte, tópicos de análise, legitimação e exortação, reaparecem na obra de seu irmão D. Pedro, sob uma forma mais popularizante, mais legível, e até menos selectiva. É o caso, por exemplo, do amor entre irmãos, ou do amor entre esposos, ou, ainda entre pais e filhos.

Com efeito, se existe uma concordância conceptual entre os dois autores, a forma de tratamento é que é completamente diferente, aproximando-se D. Pedro de um discurso mais oralizante, utilizando, nomeadamente, como recurso, o *exemplum*:

Conta-se [...] que aconteceu em sorte a dous irmãos ãa grande lagoa avon-dosa de muytos pescados. E porquanto a cousa mayor he mais desejada, moveo per tal modo a cobiiça [de] riqueza os seus corações, que em o tempo da pescaria, quebrantando a natural benquerença, cometiam pejeas mortaes, seendo por aazo dos peixes cruelmente spargido o sangue dos homêes. E chegando per devinal providencia aaquele logar Gregório Cesariense, soube porque se fazia tam maleciosa desnatureza. E disse aos irmãos aquestas palavras: — Nom queiraes, meus filhos, dar as vossas almas razoaves por animalias mudas, nom quebrantees a natural benquerença com desordenada cobiiça [...]. E chegando aa ribeira, maldisse as augas, per cujo aazo os irmãos se acendiam em sanha e quebrantavam seu verdadeiro amor. E fazendo oraçom a Deos, mandou que nunca mais ali parecessem peixes. E o lago, em que primeiramente andavam muitos navios, secou-se de todo; e o logar da pescaria se tornou lavradio.¹

¹ L^o II, cap. XXV, d. cit.

Este curto excerto, aliás, parece-nos contrariar o juízo frequentemente formulado em relação à escrita de D. Pedro: «Pelo que respeita ao estilo, é evidente que a exposição [...], engorgitada de autores, de sentenças e de preceitos, [...] é muito pouco favorável a uma análise estética do conteúdo».² Rodrigues Lapa, por seu turno, afirma que «a leitura do livro não se faz sem alguma dificuldade», embora acrescente que ela é «amenizada por algumas historietas e exemplos sugestivos».³

² Costa Pimpão, *op. cit.*, p. 220.

³ *Op. cit.*, p. 268.

Por nosso lado, consideramos que o conceito de «análise estética» é, neste caso, apresentado dentro de um quadro demasiado reducionista.

A recepção de cada texto, a fortuna de cada obra têm de ser consideradas como índices ou indicadores qualitativos que escapam à avaliação descontextualizada de valores literários, somente válidos dentro de padrões determinados. O pequeno *exemplum* apresentado dá conta de um código que, dentro de uma estética da recepção, foi, certamente, operativo e eficaz.

Por outro lado, a obra de D. Pedro apresenta-se como repositório de saberes, conceitos e valores que constroem o universo mental do seu tempo, tempo de mudança, prelúdio da grande revolução humanística que se avizinha.

D. Pedro, Duque de Coimbra, teve, como se sabe, um fim trágico em Alfarrobeira, vítima de intrigas políticas movidas por interesses poderosos. Tutor e depois genro de seu sobrinho, D. Afonso V, foi Regente do reino durante a menoridade daquele e pode, então, dizer-se que não recebeu os galardões, a reverência, o louvor e a glória que, no seu *Livro*, considera serem devidos pela comunidade aos seus «regedores».

Os dois filhos mais velhos de D. João I, por muito diversamente que a História os retrate, têm, como se viu, em comum, um sentido muito apurado do dever e da responsabilidade que incumbe aos príncipes, na pedagogia de uma sociedade no crepúsculo da Idade Média. O amor da virtude, segundo o magistério dos Antigos e dos Autores Cristãos, os valores da fidelidade, da amizade, da razão e do direito, fazem da obra destes dois Príncipes da Inclita Geração,

pilares e referentes para a definição do seu lugar das letras portuguesas da primeira metade do século XV.

O retrato de ambos, controverso na pena de historiadores e de críticos, contraditório e por vezes até polémico, encontra, segundo cremos, uma interpretação psicológica e até simbólica em Fernando Pessoa:

D. DUARTE

Rei de Portugal

Meu dever fez-me, como Deus ao mundo.
A regra de ser Rei almou meu ser,
Em dia e letra escrupuloso e fundo.

Firme em minha tristeza, tal vive:
Cumprí contra o Destino o meu dever.
Inutilmente? Não, porque o cumpri.

(Mensagem)

D. PEDRO

Regente de Portugal

Claro em pensar, e claro no sentir,
E claro no querer;
Indiferente ao que há em conseguir
Que seja só obter;
Dúplice dono, sem me dividir,
De dever e de ser —

Não me podia a Sorte dar guarida
Por não ser eu dos seus.
Assim vivi, assim morri, a vida,
Calmo sob mudos céus,
Fiel à palavra dada e à ideia tida.
Tudo mais é com Deus!

(Mensagem)

Epítome

A coerência pragmática e a intenção social de uma pedagogia da nobreza, aparece como principal referente na obra dos três Príncipes de Avis, D. João I, D. Duarte e D. Pedro, Duque de Coimbra. *O Livro da Montaria* e a *Arte de Bem Cavalgar toda a Sela* são tratados que se incluem na categoria das numerosas obras técnicas que surgem por toda a Europa, nomeadamente sobre cinegética e equitação. Contudo, estes dois livros vão além da mera «ensynança» técnica e apropriam-se do universo mental e conceptual da época. *O Leal Conselheiro* e o *Livro da Virtuosa Benfeiturya* constituem um segundo vector da produção didáctica de Avis, constituindo tratados com forte incidência nos valores morais, sociais e políticos. A poderosa presença de saberes livrescos, desde a chamada aos clássicos até aos autores cristãos da Idade Média é, por seu lado, índice de um considerável alargamento do universo cultural e conceptual da época.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

LAPA, Manuel Rodrigues, *Lições de Literatura Portuguesa, (Época Medieval)*, Coimbra, 1981.

MARTINS, Mário, *Estudos de Cultura Medieval*, Verbo, Lisboa, 1969.

Estudos de Cultura Medieval, vol. III, Brotéria, Lisboa, 1983.

Nota: As duas últimas espécies apresentam vários estudos (embora parcelares) de muito interesse sobre a matéria tratada nesta UNIDADE.

UNIDADE 6

Fernão Lopes e os historiadores da primeira fase da Expansão: Gomes Eanes de Azurara, Rui de Pina, Garcia de Resende. O ocaso do espírito medieval e o limiar do Renascimento.

OBJECTIVOS

Após a leitura reflexiva desta UNIDADE, o aluno deverá estar apto para:

- Situar, na obra de Fernão Lopes os valores literários contextualizados na sua visão histórica e na sua prática de escrita.
- Estabelecer e compreender a emergência de um *novo* discurso para um *novo* contexto, na obra de Gomes Eanes de Azurara.
- Encontrar as relações e correlações entre a obra dos restantes historiadores na construção de imagens e representações.
- Identificar na poesia dos finais do século XV os sinais da emergência de novos padrões estéticos e literários, em função do Renascimento que se aproxima.

Tema 1. Cronista-mor do Reino: conjuntura e razão. O projecto eduardiano de «poer em caronyca as estorias dos reis». Literatura e história: conflito e complementaridade.

Em 1434, ainda infante, D. Duarte cria o cargo de Cronista-mor do Reino e entrega-o a Fernão Lopes, já então «guardador» da Torre do Tombo. Não será, pois, deslocado considerar a íntima relação dos dois officios, a de responsável pelo maior arquivo do reino, com acesso à mais preciosa e importante documentação e, por outro lado, a de organizador do que D. Duarte projectou como a história dos reis de Portugal. A coincidência das duas funções prolonga-se nos sucessores mais próximos e mais remotos de Fernão Lopes, desde Gomes Eanes de Azurara a Alexandre Herculano, passando por Rui de Pina, Damião de Goes, etc.

Nos meados do século XIV o grande Arquivo Nacional existia já, e tinha a sua sede própria numa torre do Castelo de S. Jorge, em Lisboa. Aí se guardavam, nomeadamente, os documentos dimanados da chancelaria real. Após o terramoto de 1755, do qual se salvou importante espólio, a Torre do Tombo foi transferida para o então mosteiro de S. Bento da Saúde, junto do actual edificio da Assembleia da República, onde ocupa cerca de 14 km de prateleiras e se guardam tesouros da memória nacional. Um novo edificio se prepara, porém, na zona da Cidade Universitária, e na vizinhança da Biblioteca Nacional, para receber o material secularmente acumulado na Torre do Tombo.

Fernão Lopes, «guardador das escrituras», já por volta de 1418-1419 foi pois incumbido por D. Duarte de «poer em caronyca as estorias dos reis que antiguamente em Portugal foram». Incumbência, como claramente se revela, que responde a uma intenção estrutural, é certo, mas também conjuntural, de alicerçar e construir os pilares de uma memória colectiva e de uma consciência identificadora. Memória e identidade, factores indissociáveis e necessários na laboriosa afirmação do Estado e da Nação.

Fernão Lopes é, portanto, o primeiro Cronista-mor e dele dirá o seu sucessor no cargo, Gomes Eanes de Azurara (ou Zurara):¹

¹ Embora ocorram as duas formas, Zurara e Azurara, preferiremos a segunda.

² *Crónica da Tomada de Ceuta*, «Prolloquo», ed. de Francisco Maria Esteves Pereira, Academia das Ciências, Lisboa, 1916.

Qual foy o primeiro movimento d'aquella demanda que era antre o rregno de Castella e o nosso de Portugal e desy todollos aqueccimentos que se dello seguiram, assaz tenho que fica declarado em hũ livro que dello he escripto, o qual foy posto em ordenança per hũa notavel pessoa que chamavam Fernam Lopez, homem de comunal çiença e grande autoridade que foy escriptvã do puridade do iffante Dom Fernando, ao qual el-rey Duarte em sendo iffante cometeo encarrego de apanhar os avisamentos que pertenciam a todos aquelles feytos e os ajuntar e ordenar segundo pertença aa grandeza d'elles e autoridade dos príncipes e d'outras notavees pessoas que os fezerom.²

Refere-se, por conseguinte, à *Crónica d'el-Rei D. João I*, uma das que, incontestadamente, são atribuídas a Fernão Lopes, sendo as restantes a *Crónica d'el-Rei D. Pedro* e a *Crónica d'el-Rei D. Fernando*,¹ constituindo, por conseguinte, uma sequência cronológica que abrange os dois últimos reinados da Dinastia Afonsina, até à morte de D. Fernando, e os acontecimentos que conduziram D. João I, filho bastardo de D. Pedro, ao trono de Portugal, dando origem à Dinastia de Avis.

Estas são, pois, as Crónicas que, indubitavelmente provêm da pena de Fernão Lopes. Algumas referências semeadas por sua mão, ao longo da obra, fizeram, no entanto, pensar que teria sido autor de outras crónicas posteriormente perdidas ou destruídas, opinião reforçada, aliás, mais tarde, pelo testemunho de Damião de Goes que acusa Rui de Pina de se ter apropriado do trabalho do primeiro Cronista-mor, afirmando «ter Fernão Lopes escritas e acabadas todas as crónicas do reino, começando do Conde D. Henrique até a de el-Rei D. Duarte».² Tem sido também objecto de dúvidas por parte dos críticos a atribuição da autoria da *Crónica do Condestabre*, centrada sobre a figura de Nun'Álvares Pereira, protagonista e adjuvante de acontecimentos em sincronia e sintonia com uma parte das Crónicas de D. Fernando e de D. João I. Um certo número de capítulos é, mesmo, coincidente. Contudo, está excluída a atribuição da autoria da *Crónica do Condestabre* a Fernão Lopes: para Hernâni Cidade,³ a diferença notória na construção da história e da organização do discurso excluem essa possibilidade. Costa Pimpão vai mesmo mais longe: Para ele, «a atitude diferente perante os mesmos factos é um argumento muito mais importante do que o da superioridade estilística»⁴ e a análise comparativa dos passos correlatos nas duas Crónicas leva-o a admitir que a *Crónica do Condestabre*, anterior à redacção da *Crónica de D. João I*, serviu de fonte a Fernão Lopes que fez desse texto uma «utilização maciça e frequentemente literal».⁵

Indubitavelmente da sua autoria são, pois, as Crónicas dos três reis que mencionámos, com relevo para a *Crónica de D. João I*, relatando os acontecimentos de transcendente importância que, ocorridos na infância do cronista (provavelmente nascido em 1380), foram por ele reconstruídos e recriados, mediante o que poderemos considerar uma investigação histórica «avant-la-lettre», a fim de dar conta do «gramde desvairo que o mui virtuoso rei da boa memoria Dom Joham, cujo regimento e reinado se segue, ouve com ho nobre e poderoso rei Dom Joham de Castella».⁶

Sucedendo no cargo de Cronista-mor a Fernão Lopes, já então «velho e flaco», Gomes Eanes de Azurara inicia a escrita da *Cronica da Tomada da Cidade de Cepta*⁷ (concluída em 1540), que é, no fundo, como veio a ser considerada, a continuação da *Crónica de D. João I*, já que os acontecimentos da primeira conquista portuguesa do Norte de África se situam nesse reinado e a eles D. João se dedicou inteiramente, encarregando por isso seu filho, o então Infante D. Duarte, da administração do Reino. Compõe também o *Livro dos Feitos do Infante D. Henrique*, provavelmente desaparecido, por

¹ A partir de agora mencionar-se-ão as Crónicas com os títulos de *Crónica de D. Pedro*, *Crónica de D. Fernando* e *Crónica de D. João I*.

² *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, 1566-1567, Lisboa.

³ *Lições de Cultura e Literatura Portuguesa*, 1.ª Vol., 5.ª ed., Lisboa, 1968.

⁴ *Op. cit.*, p. 269.

⁵ *Ibidem*.

⁶ *Crónica de D. João I*, Parte Primeira, «Prolloquo».

⁷ Que se designará, simplesmente, por *Crónica da Tomada de Ceuta*.

¹ Ed. de A. J. Dias Dinis, Lisboa, 1949.

encargo do rei D. Afonso V. Escreveu igualmente a *Cronica dos feitos de Guinee*¹ e outro texto ainda, *Cronica do descobrimento e conquista da Guine*, textos que, segundo Costa Pimpão, são diferenciados e de certo modo independentes. Aquele último terá sido, segundo alguns críticos, resultante da incorporação do *Livro dos feitos do Infante D. Henrique*, tese admitida por Duarte Leite, entre outros. Escreveu também a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, capitão de Ceuta, e a *Crónica de D. Duarte de Meneses*, capitão de Alcácer-Seguer, onde o cronista passou cerca de um ano (1467-1468) a fim de mais fielmente relatar os sucessos de que se ocupava, mergulhando no cenário e na atmosfera humana e civil da cidade.

A crítica tem sido, de modo geral, severa para com este cronista, sobretudo se colocado em paralelo com o seu antecessor. De acordo com Rodrigues Lapa, por exemplo, ele surge como o oportunista, submisso a um mecenato que o conduz a uma lisonja sem limites: «honrava os grandes, lançando para cima dos pequenos alguma feia coisa que se tivesse praticado»; «O plebeu engrandecido lisonjeava agora os poderosos, esquecido da sua antiga condição»; «Choveram sobre Zurara benesses e honrarias»; «Novos benefícios se seguiram, naturalmente, à publicação da *Crónica da Guiné*», etc. Em suma, para aquele crítico, «Zurara [...] é o exemplo do intelectual que esquece e traiçoa a sua raça de plebeu, no convívio dos grandes e na subtil corrupção do ambiente da corte».²

² *Op. cit.*, pp. 307-308.

A visão de Costa Pimpão, por seu lado, não vai tão longe. E, se recusa ao Cronista de África a genialidade que atribui ao seu antecessor, reconhece-lhe, pelo contrário, humildade e um entusiasmo diverso do servilismo que induzem as considerações de Rodrigues Lapa: «Zurara foi criado e educado por D. Afonso V, o que é reconhecido pelo cronista, em mais de um lugar, e com toda a humildade».³

³ *Op. cit.*, p. 294.

Não nos compete, evidentemente, instaurar processos de ética, mas importamos estabelecer os parâmetros que marcam o registo da obra de Azurara: trata-se, efectivamente, de um historiador pertencendo a uma geração diferente da de Fernão Lopes. Mais ainda, os acontecimentos que constituem o seu universo referencial, se representam uma viragem no plano do referente, não representam inflexão menor no que diz respeito ao plano da escrita e nos modelos culturais subjacentes. Assim, a reflexão de Rodrigues Lapa⁴ sobre a cultura «em segunda mão» que teria sido a de Gomes Eanes de Azurara não nos parece, de todo em todo justificada: a cultura e a erudição invadem o registo histórico e constituem um factor importante de literariedade. De certo modo na esteira dos clássicos, o tom oratório, o retrato grandiloquente, o discurso como representação retórica entram emblematicamente na historiografia que se abeira do Renascimento.

⁴ *Ibidem.*

Nessa fronteira indecisa se situa uma figura também ambígua e também maltratada pela crítica, desde os seus quase contemporâneos. Escreveu as *Crónicas de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II*. São-lhe atribuídas com

segurança apenas as duas últimas. Desde Damião de Goes, que lhe atribui a apropriação das Crónicas já elaboradas por Fernão Lopes, até Alexandre Herculano e aos críticos do nosso século que o acusam declaradamente de «furto» literário, a figura de Rui de Pina foi uma figura controversa. Entre as suas próprias declarações como «inventor de hum tam santo officio e tam proveitoso» (o de historiador) e as referências da abordagem desses reinados pelo próprio Fernão Lopes, gera-se controvérsia. Alguns há que, analisando com pormenor o estilo da sua escrita, reconhecem, nomeadamente na *Crónica de D. Dinis* as marcas de Fernão Lopes. O que, porém se relevará neste passo é que, se lhe juntarmos a *Crónica de D. Afonso Henriques*, da autoria de Duarte Galvão, se completa o projecto eduardiano, da organização da história dos reis de Portugal. Por outro lado, também, não deixaremos de relevar o factor de anacronismo que constitui a apropriação dos termos «plágio», «plagiário» para qualificar uma matéria diferida no tempo, em que mal se tinham definido os contornos do que viria a ser propriedade intelectual. Como guarda do Tombo e Cronista-mor, Rui de Pina serviu-se, muito provavelmente de apontamentos não ordenados deixados por Fernão Lopes que, sem dúvida terá escrito ou pelo menos esboçado mais do que as três Crónicas que lhe são atribuídas. Esse é, de resto, o parecer que subscrevemos de Rodrigues Lapa.

Quanto a Garcia de Resende, cronista de D. João II, poeta, prosador, compilador, músico, desenhador, figura versátil e multiforme, dele nos ocuparemos no último TEMA desta Unidade.

Na abordagem da dimensão literária da obra de Fernão Lopes, como figura maior, e dos demais cronistas seus sucessores, não poderá perder-se de vista que História e Literatura se inscrevem em esferas secantes. O universo histórico, o plano do referente, repousa, virtualmente, numa construção discursiva. Enquanto discurso, insere-se na vertente do literário que, num Curso de Literatura é, certamente, o objecto principal. Mas, por outro lado, transcendendo o registo literário, dizendo respeito a acontecimentos inscritos na esfera do extra-textual, impõe-se uma reflexão sobre a natureza específica do texto histórico enquanto objecto literário, invadido pelos domínios do imaginário, trazendo para o presente como matéria diferida das representações de dramas individuais, movimentos colectivos, transfigurados pela deriva literária.

Se a história quantitativa de certo modo exorcizou o espectro da literatura, que invadia os terrenos «exclusivos» do real, a verdade é que a História pode ser sempre Literatura, ainda que esta possa não ser sempre prática histórica.

Efectivamente, para Georges Duby,¹ embora o discurso histórico tenha a sua especificidade, «a história é, acima de tudo, uma arte essencialmente literária». O mesmo conceito é, de resto, defendido pelo próprio Roland Barthes e por Émile Benveniste, ao redor dos anos 60, ao postularem o parentesco estrutural da narrativa histórica com a narrativa épica, o drama e o próprio discurso lírico, em suma, a ficção. Para eles, só o «desígnio do escritor» será diferente num e noutro caso. De qualquer modo, verifica-se a inevitabilidade de apropriação pela Literatura de construções discursivas em que os valores literários

¹*Dialogues*, Flammarion, Paris, 1980, p. 50.

se apresentam, independentemente dos efeitos, por vezes demolidores, de uma crítica científica, no sentido estrito do termo.

Deverá também ter-se em conta que, se a manipulação de factos, a construção, às vezes heróica, o efeito apologético e panegirista, o privilégio das grandes figuras, como protagonistas de factos notáveis, podem ser objecto de rejeição, rectificação e correcção por parte da crítica histórica, não o serão, certamente, por parte da crítica literária.

Por outro lado, porém, como cada escritor — neste caso cada cronista ou historiador — é senhor de uma personalidade indivisa e coerente, necessariamente não poderemos empobrecer a sua imagem tratando da obra de Fernão Lopes (de Azurara ou de Rui de Pina) segundo vectores independentes, isto é, como historiador e como artista literário. Pelo contrário, esses dois vectores, completando-se, iluminam-se um ao outro e conferem à obra a sua dimensão total e englobante.

A história-memória que é, no fundo, a funcionalidade mais específica e intencional da Cronística, é, contudo, selectiva. Nessa selecção que é, afinal, efeito de um voluntarismo por parte do escritor, se inscrevem os valores literários que permitem que o universo criado no interior do texto seja, enfim, um universo cujas relações com o referente estão sujeitas à liberdade de criação do escritor enquanto tal.

Construção ficcional, efeito de espelho, recuperação do tempo e da memória, anamnese, infixação dos marcos miliários de um percurso individual ou colectivo, a prática histórica invade a Literatura e é por esta invadida numa incessante troca de registos, numa incansável recriação de universos sucessivos e metamorfoses do humano.

Texto literário contextualizado, em fuga ao imanentismo analítico, será para nós a perspectiva segundo a qual abordaremos Fernão Lopes e os historiadores da primeira fase da Expansão: Gomes Eanes de Azurara, Rui de Pina, Garcia de Resende.

Tema 2. A Cronística de Fernão Lopes: A *Crónica de D. Pedro* e as raízes de um mito. História de Vencidos e História de Vencedores: a *Crónica de D. Fernando* e a *Crónica de D. João I*.

O tópico da veracidade para caracterizar a História de Fernão Lopes e a fundamentação documental da sua prática histórica é um registo de certo modo marginal em relação à proposta deste Curso e remetemos quer para as notas bibliográficas quer para as bibliografias apresentadas. Não deixa, porém, de ser um tópico assumidamente hegemónico que o autor relewa e faz reverter em credibilidade. De facto, ele próprio insiste, em função da veracidade, em privilegiar o plano do referente em relação ao plano da escrita que, por isso mesmo não deseja «afremosentar». Diz ele no «Prollogo» da *Crónica de D. João I*:

Se outros per ventuira em esta cronica buscam fremosura e novidade de pallavras e nom a çertidom das estorias, desprazer-lhe-ha de nosso rrazoado, muito ligeiro a elles d'ouvir e nom sem gram trabalho a nos de hordenar.¹

¹ *Crónica de D. João I*, «Prollogo», Parte Primeira.

A busca da «verdade» (não da verosimilhança) constitui, portanto, a sua prioridade declarada, ao antepor, como ele próprio diz, «a simprez verdade, que a afremosemtada falssidade».

Não deixará, pois, de surpreender a incompatibilização — ainda que aparente — entre a «nua verdade» e a «fremosura e afeitamento das pallavras», isto é, a incompatibilidade entre o universo do referente e o universo ficcional, identificado com o fenómeno literário. Aliás, essa compatibilização ou conciliação parece-nos ocorrer após a lição dos Humanistas para quem *docere et delectare* (ensinar e deleitar) constituíam o duplo e nobre objectivo da escrita. Aí também — e lembremos a insistência de Luís de Camões, por exemplo, — a **verdade** entrava como tópico omnipresente no relato poético:

Ouvi: que não vereis com vãs façanhas
Fantásticas, fingidas, mentirosas,
Louvar os vossos [...]
As verdadeiras vossas são tamanhas
Que excedem as sonhadas, fabulosas [...]²

² *Os Lusíadas*, I, 11.

Ora, o pressuposto da nossa análise é a captação das representações literárias como imagens reflectidas e, até, imagens construídas, porventura em função de um conjunto de concepções que explicam e determinam uma certa intencionalidade produtiva. Nesse sentido, recupera-se a pertinente análise de Luís

¹ *A Conceção do Poder em Fernão Lopes*, Lisboa, 1983, p. 23.

de Sousa Rebelo no seu ensaio sobre a concepção do poder em Fernão Lopes.¹

Partindo da última crónica, [de D. João I] vê-se que o autor toma como fio condutor da sua narrativa uma linha de sucessão genealógica dos governantes do reino, o que o obriga a remontar à data da acessão de D. Pedro ao trono. Filho ilegítimo deste, D. João, Mestre de Avis, estava longe de poder vir a ser considerado como pretendente à coroa de Portugal porque, no caso de motivo inibitório para o exercício do cargo, ou por falecimento de D. Fernando e de sua filha D. Beatriz, os candidatos imediatos na ordem de sucessão seriam os infantes D. João e D. Dinis, filhos de D. Pedro e Dona Inês de Castro.

Tratando-se, pois, de legitimar o que o sentimento nacional identificava como bom para o interesse comum, isto é, o acesso ao trono pelo Mestre de Avis, Fernão Lopes torna-se intérprete de um sentir colectivo e torna-se, de algum modo, precursor e criador de significados de que a literatura e o pensamento português se apropriarão. Luís de Sousa Rebelo, efectivamente, remete para o registo messiânico presente nas crónicas de Fernão Lopes e no conceito de carisma de poder em correlação com o advento do Mestre de Avis ao trono de Portugal.²

² Remetemos de novo para *op. cit.*, pp. 20-22.

Literariamente, como diz Sousa Rebelo,

[...] vamos encontrar nas metáforas do «evangelho português» e da «Sétima Idade» que constituem os pólos da alegoria, uma rica concreção de sentidos e uma densa alusividade intertextual.

Mais ainda, Fernão Lopes soube escolher, como recurso maior da retórica, a utilização do **sonho** (que analisaremos) como prolepse e como registo profético de uma «promessa» que a geração de Aljubarrota cumpriria:

Nos [...] per comparação, fazemos aqui a septima hidade, na quall se levantou outro mundo novo e nova geeraçom de gentes [...]. E assim como o Filho de Deos chamou os seus Apostollos, dizendo que os faria pescadores dos homens, assi muitos d'estes pescarom tamtos pera ssi [...]. Assi que esta hidade que dizemos que se começou nos feitos do Meestre, [...] ha agora sessenta annos que dura; e durara ataa fim dos segres ou quamto Deos quiser, que as todas criou.³

³ *Crónica de D. João I*, Parte Primeira, cap. CLXIII.

O tom deste curto passo aponta, parece-nos, para uma gravidade quase mística o que, de algum modo, consideramos insólito na escrita de Fernão Lopes. Por outro lado, torna óbvia a subjacência — sob a forma de alusão relativamente explícita — de um corpo doutrinário que traduzia um conjunto de reflexões sobre o sentido da história, em função do Fim dos Tempos: «fim dos segres ou quamdo Deos quiser». É, no fundo e de uma maneira sumária, a estrutura do pensamento milenarista, vertente de um pensamento filosófico, de preocupações escatológicas que, durante a Idade Média e sobretudo no século XII respondeu, à sua maneira, à angústia colectiva que sucessivas crises

e catástrofes suscitavam.¹ De raiz hebraica, com fundamentação nos profetas bíblicos e assimilado pelo Cristianismo, a partir do pensamento apocalíptico joanino, a ideia milenarista encontra-se com a doutrina de Santo Agostinho para quem a História Humana decorreria em sete idades ou períodos, sendo a Encarnação (Primeiro Advento de Cristo) o clímax da História ascensional da Humanidade, isto é, a sexta idade que iria desde a Encarnação até à vinda do Anticristo. Nela se inscreve o tempo presente. A sétima, para além da História, marcaria o Fim dos Tempos e a estabilidade definitiva.

Fernão Lopes, citando Eusébio e Beda, remete para a doutrina da qual se servirá tomando-a como instrumento demonstrativo das suas próprias concepções. E não deixa de ser significativo que, na *Crónica de D. João I* exponha, ainda que linearmente, o conteúdo e alcance dessa doutrina:

[...] Eusebio [...] e Beda e outros algũs assiinarom no mundo seis hidades.

A primeira foi des Adam ataa Noe [...].

A segunda foi des Noe ataa Abraão [...].

A terceira foi de Abraão ataa David [...].

A quarta des David ataa o trespassamento de Babilonia [...].

A quinta foi [...] ataa viinda do Sallvador [...].

A sexta em que ora amdamos [...].

[...] algũs disserom [...] que a follgamça das spirituaaes almas [...] seria a septima hidade.²

Ora este corpo doutrinário, altamente complexo, muitas vezes contraditório, que se vai desenvolver como uma heterodoxia, a partir da doutrina de Joaquim de Flora,³ e vai levar, séculos mais tarde, o Padre António Vieira aos Tribunais do Santo Ofício, não pode ser interpretado na *Crónica de D. João I* senão como uma alegoria («como quem jogueta», nas palavras do autor), em que a crise de 1383-85 teria correspondido à vinda catastrófica do Anticristo e em que o advento do Mestre de Avis prefiguraria o Segundo Advento de Cristo, a supressão da guerra e a instauração definitiva duma existência pacífica, edificada sobre a perfeição finalmente atingida. Alegoria ou metáfora que, no entanto, estava já contida ou prenunciada na *Crónica de D. Pedro*, no sonho e na profecia que se explicita quando o rei toma nos braços o seu filho «Johane» de sete anos, o arma cavaleiro, o beija e antevisiona nele o salvador do reino. Vejamos como se estrutura o episódio: estando D. Pedro na Chamusca, veio ao seu encontro o Mestre da Ordem de Cristo, D. Nuno Freire, que recebera do Rei o encargo de criar o filho que houvera «d'huuma dona», «a que chamarom Dom Joham». Com efeito, morrera o Mestre de Avis, Dom Martim do Avelal, e Nuno Freire requeria agora o cargo para o seu pupilo:

[...] e el Rei foi mui ledo do requerimento e muito mais ledo de lho outorgar. Entom, tomou o moço o meestre [Dom Nuno Freire] nos braços, e teemdo o

¹Sobre este problema complexo pode consultar-se a obra *Na Senda do Milénio*, Presença, Lisboa, 1982.

² *Crónica de D. João I*, Parte Primeira, cap. CXLXII.

³ Joaquim de Flora, monge calabrês do século XII propõe uma concepção trinitária segundo a qual a História Humana decorreria em três eras: a do Pai, expressa pelo *Antigo Testamento*, a do Filho, cujo livro é o *Novo Testamento* e, finalmente, a do Espírito Santo, a que corresponde o *Evangelium Aeternum*, era ou idade que corresponde à Sétima de Santo Agostinho. Todo este corpo doutrinário que agitou populações por toda a Europa, durante a Idade Média terá, como uma das suas cristalizações conceptuais, a ideia do Quinto Império.

¹ *Crónica de D. Pedro*, cap. XLIII.

em elles, lhe cimgeo el Rei a espada e ho armou cavalleiro e beijou ho na boca lamçando lhe a beençom [...].¹

Sucedendo, porém, que D. Pedro tem dois filhos, ambos chamados João, sendo um deles o filho de Inês de Castro, duvida sobre qual se cumprirá a promessa:

² *Ibidem*.

Ca a mim disserom que eu tenho huum filho Joanne, que ade montar muito alto [...]. E porque nom sei qual destes Johanes hade seer, [...] escolha Deos huum delles.²

Relata então o sonho de que a *Crónica de D. João I* será a realização:

³ *Ibidem*.

[...] eu sonhava huuma noite o mais estranho sonho que vos vistes: a mim parecia em dormindo, que eu viia todo Portugal arder em fogo, de guisa que todo o reino parecia huuma fugueira; e estamdo assi espantado veendo tal cousa viinha este meu filho Johanne com huuma vara na mão, e com ella apagava aquelle fogo todo.³

⁴ *Daniel*, II, 31-45.

É, pois, como visão que o *sonho* figura já no *Antigo Testamento*, entre outros lugares, no sonho de Daniel,⁴ em estreita ligação com o profetismo milenarista.

No que diz respeito ao sonho de D. Pedro, trata-se, indubitavelmente de um sonho de carácter mântico (divinatório e profético). Não obstante, outros aspectos dentro da retórica narrativa nos parecem de sublinhar:

- A presença e o apelo ao Sagrado como garantia da função profética: «e escolha Deos huum delles pera esto, qual sua mercee for».
- A metáfora (ou até alegoria) constituída pelo **fogo** que devasta Portugal inteiro, «de guisa que todo o reino parecia huuma fugueira»: prefiguração da guerra catastrófica que assolaria o país, após a morte de D. Fernando.
- O símbolo da **vara** (justiça, equidade) que João («este meu filho») trazia na mão, com a qual «apagava aquelle fogo tódo».

⁵ Sobre o modelo do *Sonho de Cipião* na literatura portuguesa pode ver-se Maria Leonor Carvalhão Buescu, «Aqui se lhe apresenta que subia», in *Ensaio de Literatura Portuguesa*, Presença, Lisboa, 1985, pp. 52-66.

⁶ Ambrósio Macróbio, (séc. IV-V), autor das *Saturnais* (*Saturnales*), grande compilação literária, acompanhada de comentários. Essa compilação preservou muitos passos de obras clássicas perdidas, de que a mais significativa é o *Sonho de Cipião*, de Cícero.

⁷ É forçoso não esquecermos o que já temos dito em torno da presença de Cícero, nomeadamente do *Sonho de Cipião*, como discurso nobi-

Desde a Antiguidade greco-romana, o **sonho**, instrumento de conhecimento, é utilizado como artifício literário ou manobra narrativa (prolepse) que remete e antecipa, dentro de uma lógica própria, os acontecimentos futuros. Cícero e Virgílio (temos já tido ocasião de referir a sua presença e influência na literatura medieval) oferecem modelos recorrentes que a literatura portuguesa medieval e clássica re-utilizará;⁵ segundo uma das categorias propostas por Macróbio,⁶ isto é, como *visio* (visão, antevisão de valor profético).

O registo profético, como armadura ideológica no longo processo de legitimação da subida ao trono do Mestre de Avis, reaparecerá, explicitamente, na *Crónica de D. João I*, curiosamente tributário e vinculado à doutrina veiculada por Macróbio.⁷

Na *Crónica de D. João I*, Parte Primeira, Fernão Lopes refere a chegada a Lisboa de Frei Joham da Barroca, «hoomem bom», que vivia emparedado em

Jerusalém, ao qual «veo em rrevellaçom que sse vehesse ao porto de Jaffa, e que alli acharia hũa naao prestes que viinha pera Portugal aa çidade de Lixboa, e que emtrasse em ella e aportaria alli» (cap. XXIII). O que de certo modo é surpreendente, sobretudo porque contrasta com o ritmo usual na narrativa de Fernão Lopes, célere, económico e vivaz, é, à maneira de antelóquio, a exposição doutrinária do valor das revelações. Assim, diz o cronista:

Aimda que breve e mais simplesmente este capitulo podesse seer comtado; porem satisfazendo a nosso desejo e dalgũus a que per ventuira pode prazer dello; sem mais nomear autores, dizemos que os modos das rrevelações som quatro, convem a saber: dous corporaes e dous spirituaaes.

[...] as rrevelações outrossi em sonhos som per çimquo modos, convem a saber: sonho, visom, oraçom, nom sonho, fantasma; e estes dous modos postumeiros algũas vezes veem per imchimento do estamago; outras per mingua de viamda; outras por amor dalgũua pessoa [...]; outras vezes per gram temor; outras per aazo de profumdo pemssamento dhumor menemcolico; e aas vezes per emgano de Sathanas que sse transfigura em Angio de Luz; de guisa que a estes dous modos postumeiros, nehũu pode dar interpretaçom que çerta seja.

Oraçõ he, quando a algũu homem de boa vida aparece o Senhor Deos, ou algũu Angio e lhe diz as cousas que ha de fazer [...]. Visom he quando homem, aquello que vio em sonhos, vee depois claramente per vista [...]. Sonho he quãdo homem vee algũa cousa, a quall per si nom pode declarar nem saber e ha mester quem lho interprete [...]. Ora se per algũu destes modos sobreditos, ou per outro que aqui nõ poemos, aconeteço a viinda de frei Joham, a que depois chamarom da Barroca, disto nom avemos mais conhecimento [...].¹

Ora, será com Frei João da Barroca que o Mestre irá «fallar», quando intentava partir para Inglaterra e será o iluminado «homem boom» que lhe diz que «see nom partisse, ca a Deos prazia de ell seer rregedor desta terra e senhor della».

Trata-se, pois, de um passo que, claramente, estabelece a articulação operatória entre o Sagrado e o Profano, sacralizando o Poder, tornando-o directamente derivado de uma vontade divina que se manifestara na predestinação patente no sonho de D. Pedro e se manifesta agora através de uma promessa revelada pelo «homem boom»: «a Deos prazia de ell seer regegor desta terra e senhor della». Investido de legitimidade por vontade divina, o destino político de D. João não poderá senão ser o de se tornar instrumento dessa mesma vontade, a cada passo reconfirmada: no capítulo XLVII, depois de vencida a batalha de Aljubarrota, a qual «prougue a Deus e aa sua preciosa Madre de [...] seer veencida e os portugueses livres de sseus imygos», enquanto na cidade de Lisboa se faziam votos e procissões, «assy como millagre, nom sabeendo per que guysa, a aquellas horas que a batalha foy feita, nacerom na cidade huumas graciosas novas [...] dizeendo que el-Rey de Portugal vencera a batalha»:

líssimo de filosofia política. O texto figurava, o que é significativo, na Biblioteca de D. Duarte.

¹ *Crónica de D. João I, Parte Primeira, cap. XXIII.*

As gentes ouvindo tam prazivees novas, movydos per aficado desejo por saber a çertidom desto, alçavom-sse de sseus officios, e andando trigoosos pella cidade em magotes, perguuntavom huuns aos outros quem fora o que dissera aqueello. E delles respondiam que as dissera hum homem vestido em roupa vermelha que pousava em cas de foaão, nomeando logo quem era; e hiam-sse a pressa a cas daquella pessoa, e nom achavom novas de tal homem. Outros tornavom a dizer: *Mas em cas de foaão pousa*; e desy hiam-se la; e tampouco o achavom em hum logar come no outro.¹

¹ *Crónica de D. João I*, Parte Primeira, cap. XLVII.

Mensageiro misterioso, nunca identificado, corresponderá, porventura, à definição apresentada no capítulo XXIII que mencionámos: «Visom he quamdo homem, aquello que vio em sonhos, vee depois claramente per vista»?

O registo profético, a legitimação pelo Sagrado, parecem, efectivamente, tornar interligadas as crónicas que formam o tríptico construído por Fernão Lopes, em torno da figura do fundador da Dinastia de Avis:

1. D. João, criança de sete anos, cuja predestinação é afirmada pelo sonho de D. Pedro e confirmada pela sua interpretação: «E eu comtei esto a alguuns que razom tem dentemder em taaes cousas, e disseromme que nom podia seer salvo que alguuns grandes feitos lhe aviam de sahir damtre as mãos».²

² *Crónica de D. Pedro*, cap. XLIII.

2. D. João perseguido e preso por seu irmão, o Rei D. Fernando, prefigurando como que uma «travessia do deserto», ou, se quisermos, a preparação para a realização da missão que lhe seria cometida.³

³ *Crónica de D. Fernando*.

3. D. João, apoiado pela nação mas, sobretudo, tornado instrumento do divino na construção e confirmação da identidade nacional.⁴

⁴ *Crónica de D. João I*.

A *Crónica de D. Pedro*, texto algo insólito, no conjunto da trilogia de Fernão Lopes, aparece, contudo, carregada de significados e valores outros em relação às duas crónicas seguintes, isto é, a de *D. Fernando* e a de *D. João I*. Com efeito, a matéria diferida, o distanciamento temporal do cronista em relação à factologia (fragmentada e, de certo modo, inorgânica ou descontínua), reflecte-se na própria organização discursiva, na utilização de formas de indeterminação temporal, que sublinham e acentuam o carácter remoto dos acontecimentos, como se o Autor os recolhesse «de ouvido», já pertencendo ao domínio de uma tradição cristalizada pela memória colectiva. É o que se verifica, por exemplo no retrato de D. Pedro.

De acordo com a sua prática e na esteira da historiografia antiga, Fernão Lopes começa por retratar o Rei, protagonista e figura central ou titular desta crónica. Como metodologia, ele próprio assume essa técnica que, de resto, será um dos registos descritivos hegemónicos da sua narratividade: o retrato. De facto, afirma ele no «Prolloquo» da *Crónica de D. João I*, Parte Segunda:

E porque em começo de cada hum reynado costumamos de poer parte das bomdades de cada hum rey, nom desvyando da hordem primeira tal modo quisermos teer com este. Mas veo-nos aa memoria o dito de Favoryno fillosofo que nos pos tam gram medo que nom ousamos de o fazer; o qual diz que mais torpe cousa he pouco e levemente louvar alguma pessoa que largamente della maldizer [...] («Prolloquo»).

É, pois, sua prática iniciar o discurso histórico com um retrato que consiste em «poer parte das bomdades». Assim, eis, como retrata o pai do futuro D. João I:

Este Rei Dom Pedro era muito gago; e foi sempre grande caçador, e monteiro em seendo Iffante e depois que foi Rei, tragendo gram casa de caçadores e moços de monte e d'aves e caaens de todas maneiras que pera taes jogos eram perteeçentes. El era muito viandeiro, sem seer comedor mais que outro homem que suas salas eram de praça [...]. Elle foi gram criador de fidalgos de linhagem [...]. Este Rei acreçentou muito nas comtias dos fidallgos [...]; e elRei Dom Pedro era em dar mui ledo, em tanto que muitas vezes dizia que lh'afroxassem a çinta [...] por mais espaçosamente poder dar: dizendo que o dia que o Rei nom dava, nom devia seer avudo por Rey. Era ainda de boom desembargo [...]. Amava muito de fazer justiça com derecho [...]. Foi muito manteedor de suas leis e grande executor das sentenças julgadas [...] ca nom achamos em quanto reinou, que a nenhuum perdoasse morte d'alguma pessoa [...] nem lha mudasse em tal pena per que podesse escapar a vida.¹

¹ *Crónica de D. Pedro*, cap. I.

Retrato, com efeito, que é, sobretudo, esquema e enunciado de tópicos que, ao longo da crónica vão completar a imagem, de certo modo diluída do Rei: a gaguês; o gosto pela caça e pela montaria; a popularidade que o faz fazer «suas salas na praça»; a generosidade em dar e acrescentar títulos e «comtias»; o amor da «justiça com derecho»; a inflexibilidade na aplicação de uma justiça onde não há perdão, mas, pelo contrário, crueldade.

São estes tópicos que vão desenvolver-se a partir deste primeiro capítulo que é, no fundo, como que um sumário de toda a crónica e dão origem a algumas das suas páginas mais expressivas. O tópico da inflexibilidade no exercício da justiça, raiando os limites de bárbara crueldade, vai explicitar-se em vários capítulos: «Como elRei mandou degollar dous seus criados porque roubaram huum Judeu e o matarom» (cap. VI); «Como elRei mandou capar huum seu escudeiro porque dormio com huuma molher casada» (cap. VII); etc. Tópico que culmina no capítulo XXXI, «Como Diego Lopez Pacheco escapou de seer preso, e forom entregues os outros e logo mortos cruellmente», em que se narra a morte e tormento dos matadores de Inês de Castro, merecendo de Fernão Lopes o seguinte comentário: «Muito perdeo elRei de sua boa fama [...]».²

² *Op. cit.*, cap. XXXI.

Vejam, pois, um dos primeiros exercícios dimensionados em função do colectivo:

Hora leixemos os jogos e festas que elRei hordenava por desemfadamento, nas quaaes de dia e de noite, andava dançamdo per mui gramde espaço; mas veede se era bem saboroso jogo. Viinha elRei em batees d'Almada pera Lixboa, e saiam no a receber os çidadãaos e todollos dos mesteres com danças e trebelhos, segumdo estomçe husavom; e el saía dos batees, e metia sse na dança com elles, e assi hia ataa o paaço. Paraae mentes se foi boom sabor: jazia elRei em Lixboa huuma noite na cama e nom lhi viinha sono pera dormir, e fez levamtar os moços e quantos dormiam no paaço, e mandou chamar Joham Mateus e Lourenço Pallos que trouvessem as trombas da

prata, e fez açemder tochas, e meteo sse pella villa em damça com os outros: as gentes que dormiam, sahiam aas janellas, veer que festa era aquella, ou por que se fazia; e quando virom daquela guisa elRei, tomarom prazer de o veer assi ledto, e amdou elRei assi gram parte da noite, e tornou sse ao paaço em damça; e pedio vinho e fruita, e lançou sse a dormir.¹

¹ *Crónica de D. Pedro*, cap. XIV.

Parece óbvio ser este passo o desenvolvimento e ilustração do tópico que, no capítulo I apresentou o Rei como «viandeiro», fazendo «suas salas» na «praça», tópico que certamente entrara já na memória colectiva e caracterizou o seu reinado: a insónia, a folia em plena rua, o sentir popular, a confraternização das gentes que «tomarom prazer de o veer assi ledto». Neste passo, de resto, contrariamente ao que sucede numa parte dos quarenta e quatro capítulos que constituem esta crónica, encontramos já alguns traços que caracterizam a prática literária de Fernão Lopes, nomeadamente, as marcas de oralidade (herança da novelística medieval):

- «Hora leixemos os jogos e festas»
- «[...] Veede se era bem saboroso jogo [...]»
- «Paraae [reparai] mentes se foi boom sabor [...]»

Certas expressões evocam mesmo o modo de representação do colectivo que individualiza o estilo de Fernão Lopes e faz dele um «encenador» de multidões:

- «as gentes que dormiam, sahiam aas janelas, veer que festa era aquella, ou por que se fazia [...]»²
- «as gentes que esto ouviam sahiam aa rrua veer que cousa era [...]»³

² *Crónica de D. Pedr.*

³ *Crónica de D. João I.*

⁴ Remete-se para Maria Leonor Machado de Sousa, *Inês de Castro. Um tema português na Europa*, Edições 70, Lisboa, 1987, onde são estudadas as derivas do *mito* de Inês de Castro, através de complementaridades, sincretismos e re-interpretações, fazendo desse tema um caso singular da «exportação» temática portuguesa.

⁵ Cristóvão Rodrigues Acenheiro (n. 1474), autor das «Chronicas dos Senhores Reis de Portugal por Christovão Rodrigues Acenheiro», publicadas pela primeira vez pela Academia das Ciências em 1824, no tomo V da *Colleção de Inéditos da História de Portugal*.

⁶ *Op. cit.*, p. 37.

O nome do rei D. Pedro, porém, associa-se inevitavelmente ao de Inês de Castro e aos acontecimentos que fizeram, desses amores, o que podemos considerar um dos **significantes** literários que, uma vez apropriados por outros espaços culturais e discursivos se tornaram produtivos e foram «feitos novos», no panorama literário europeu e, até, universal.⁴

Não cabe neste lugar analisar o valor histórico e documental das referências que na crónica de que nos ocupamos incidem sobre o famoso episódio, mais largamente tratado por outros historiadores, nomeadamente por Cristóvão Rodrigues Acenheiro⁵ que, na interpretação da estudiosa do tema inesiano «revela maior simpatia por Inês que os seus antecessores»,⁶ e que, de acordo com a averiguação feita acrescenta alguns tópicos ao tema, nomeadamente a súplica de Inês a D. Afonso IV. Interessa-nos sobretudo, neste lugar, acentuar, uma vez mais, quanto a ordenação da *Crónica de D. Pedro* de Fernão Lopes corresponde a uma intenção nuclear: legitimar a pretensão e acesso ao trono pelo Mestre de Avis, deixando em dúvida a legitimidade de nascimento dos Infantes D. João e D. Dinis, filhos de Inês de Castro. Neste aspecto, aliás, como em outros passos verifica-se uma concordância intencional entre esta crónica, (capítulos XXVII a XXIX que remetem para a longa e laboriosa

argumentação de João das Regras para retirar da liça, na disputa pelo trono, os filhos de Inês de Castro) e a *Crónica de D. João I*. A sua contribuição ou a sua adesão ao mito em desenvolvimento surge, sobretudo, no último capítulo da crónica, com a referência e descrição de «Como foi trelladada Dona Enes pera o moesteiro d'Alcobaça, e da morte d'elRei Dom Pedro»:

Por que semelhante amor, qual elRei Dom Pedro ouve a Dona Enes, raramente he achado em alguuma pessoa, porem disserom os antiigos que nenhuum he tam verdadeiramente achado, como aquel cuja morte nom tira da memoria o grande espaço do tempo. [...] E sendo nembrado de homrrar seus ossos, pois lhe ja mais fazer nom podia, mandou fazer huum muimento de alva pedra, todo mui sotillmente obrado, poemdo emlevada sobre a campãa de çima a imagem della com coroa na cabeça, como se fora Rainha [...].¹

¹ *Op. cit.*, cap. XLIV.

O impressionante percurso em cortejo, desde Coimbra até Alcobaça, mostra também já alguma coisa da arte «cenográfica» de Fernão Lopes: o transporte do féretro, acompanhado de cavaleiros e «gramdes fidalgos e muita outra gente, e donas e domzellas, e muita creelezia»; as alas de povo, ladeando o caminho, com círios acesos pelo espaço de «dezassete legoas», a solenidade religiosa, tudo isso constitui uma amostra da reconstituição das grandes cenas de multidão que vão fazer das outras crónicas lugares ímpares na representação do colectivo.

Na construção da trilogia cronística de D. Pedro, D. Fernando e D. João I, tudo converge, como já vimos, para fazer da última o painel central do grande tríptico. Do ponto de vista da prática literária, parece, efectivamente que é na *Crónica de D. João I* que Fernão Lopes exerce toda a sua capacidade narrativa e descritiva; de retratista e de cenógrafo; de «repórter», em diferido, uma vez que um distanciamento cronológico existia já, embora colmatado pela recolha de depoimentos, tradições e consulta documental. O entusiasmo do cronista dos vencedores desdobra-se naquela crónica num «crescendo», que, como já vimos, culmina na consagração da «Sétima Idade», identificada, «como quem jogueta, per comparaçom», com o tempo «que, sse começou nos feitos do Meestre».²

² *Crónica de D. João I*, Parte Primeira, cap. CXLVII.

O retrato do Mestre, depois D. João I, aparece, pois, enquanto tal, no «Prolloguo» da Parte Segunda da respectiva crónica, sob a forma de encómio ou panegírico, terminando até com uma exclamação que lembra o modo por que Azurara louvará o Infante D. Henrique. Diz Fernão Lopes, no final desse «Prolloguo» relativamente longo:

Oo muy nobre principe, frol e excelemçia dos reis que em Portugall reinarom, bem scpreverom os que diserom que todallas humanaaes virtudes floresçerom em ty, per espeçiall graça, de guisa que por a pouquidade do nosso emgenho nom fomos ousado de fallar em ellas [...].³

³ *Crónica de D. João I*, Parte Segunda, «Prolloguo».

O retrato de D. João aparece como um retrato «aberto», cumulativamente construído a partir das sequências que sucessivamente o vão apresentando,

não só na crónica que traz o seu nome, mas também na de D. Fernando, em que aparece já como protagonista nos últimos tempos do reinado daquele monarca, que precederam e determinaram a crise dinástica que o levou ao trono.

A representação da imagem desse príncipe tem levado alguns críticos a afirmarem que ela corresponde a «um homem medíocre, inferior talvez ao destino para que o empurrou o velho e arteiro Álvaro Pais». Acrescenta ainda o crítico que

Fernão Lopes fá-lo protagonista de cenas pouco grandiosas, e dá-lhe até por vezes atitudes um pouco ridículas. O seu temperamento é singular: com os poderosos, um rafeiro de mansidão.¹

¹ Rodrigues Lapa, *Lições de Literatura Portuguesa, (Época Medieval)*, p. 295.

Atendo-nos, como compete neste Curso, ao testemunho literário de Fernão Lopes, cremos, pelo contrário, com Costa Pimpão² que a crónica (ou as crónicas que, como vimos, convergem num só sentido) são uma apologia. Apologia que, sendo individual, na figura de D. João, corresponde a uma apologética nacional porque colectiva.

² Cf. *op. cit.*.

Na *Crónica de D. Fernando*, o Mestre de Avis aparece já como alguém que, por honra e ambição (legítima, certamente, a seu cuidar), se expõe ao que admite ser uma armadilha da Rainha, quando esta o convida para «comer com ella»:

[...] e o meestre foi mui suspeito d'este convite, cuidando que o queriam matar com peçonha, e bem o leixare por aquella hora, sse sse podera scusar d'ello.³

³ *Crónica de D. Fernando*, cap. CXLVI.

As hesitações em partir para Inglaterra ou ficar no reino, as manobras políticas, coadjuvado por Álvaro Pais, destinadas a concitar a adesão popular e o apoio dos povos, mostram-no, na pena de Fernão Lopes, como um político hábil e prudente, corajoso, embora não aventureiro, pautando as suas acções por uma calculada e cautelosa prudência.

De entre todos os retratos, porém, passando pelo de D. Fernando, mulhengo e frívolo, censurado pelos próprios vassallos por passar meses seguidos fora da corte, em caçadas e montarias, avulta, com admirável relevo, de sombras e esplendores, a figura de Leonor Teles.

Se Fernão Lopes foi, certamente, o panegirista de D. João, historiador-biógrafo dos vencedores, sumarizados na figura de D. João, também os vencidos (e a grande vencida é de algum modo Leonor Teles) protagonizam episódios dramáticos, cuja legibilidade literária transcende, de facto, a narrativa histórica, tornando-a drama humano, individual ou colectivo.

Leonor Teles ergue-se, estatuariamente, como paradigma da mulher fatal, astuciosa e hábil, arrogante e politicamente ambiciosa, dominadora e apaixonada: virtualmente, uma vencedora. Capaz de alternar o comportamento cativante e o jogo da sedução com a mais gélida crueldade humana e o maior voluntarismo político; senhora de um auto-domínio incomparável e de uma inteligência calculista, eis como ela aparece, sob os traços do retratista-historiador, na plenitude de uma personalidade que não deixa de despertar sentimentos contraditórios de admiração e de terror, possível protagonista de uma tragédia de corte: Lady Macbeth à portuguesa ...

A sua figura move-se nas duas maiores crónicas do tríptico de Fernão Lopes, numa dinâmica dramática e, até, romanesca.

Na *Crónica de D. Fernando*, ela conquista, mediante o seu poder de sedução, o coração do rei que a história e a tradição retratam como «rei fraco», de vontade débil, que ela facilmente domina não deixando, porém, de o atraí-lo com o seu favorito, o Conde João Fernandes Andeiro. A beleza e o encanto da sua feminilidade são as suas primeiras armas e, no fundo, a justificação da fraqueza do Rei, segundo o juízo do grande lírico e amador, Luís de Camões:

Mas quem pode livrar-se, porventura,
Dos laços que Amor arma brandamente
Entre as rosas e a neve humana pura,
O ouro e o alabastro transparente?
Quem, de hũa peregrina fermosura,
De um vulto de Medusa, propriamente,
Que o coração converte que tem preso,
Em pedra não, mas em desejo aceso?

Quem viu um olhar seguro, um gesto brando,
Hũa suave e angélica excelência,
Que em si está sempre as almas transformando,
Que tivesse contra ela resistência?
Desculpado, por certo, está Fernando,
Pera quem tem de amor experiência;
Mas antes, tendo livre a fantasia,
Por muito mais culpado o julgaria¹

¹ *Os Lusíadas*, III, 142-143.

O seu ascendente sobre o Rei leva-a a entrar no perigoso jogo político da conquista do poder, sobrepondo, até, as suas próprias decisões às determinações de D. Fernando. Assim, por exemplo, quando este mandara prender o irmão bastardo, D. João, Mestre de Avis, é ela que decide libertá-lo por iniciativa e vontade próprias e tendo, evidentemente, em vista, interesses particulares e escusos.

O referido capítulo da *Crónica de D. Fernando* é um verdadeiro instantâneo do universo da intriga palaciana na qual se move com desenvoltura a Rainha:

Como o meestre foi solto e comeo aquell dia com a rrainha, e das rrazões que com ella ouve

Teendo ho meestre hordenado pera fugir da guisa que avees ouvido a hũu dia certo, chegou a elle Vaasco Martiiz, ante d'aquell dia que a fugida avia de seer, e disse a ell e a Gonçallo Vaasquez: «Senhor, eu vos trago mui boas novas». «Quegendas?» disserom elles. «A rrainha minha senhora, disse ell, vem de manhã ouvir missa aa See, e manda-vos soltar e que vaades ouvir missa com ella». E elles foram muito ledos com esto e disserom que lh'o tiinham em grande mercee. Em outro dia veo a rrainha ouvir missa aa See, e estando aa missa chegou Vaasco Martiiz com elles ambos honde a rrainha estava, e elles beijarom-lhe as mãos e fallarom aos outros senhores que hi estavom e ao conde Joham Fernandez com elles. E depois que sahirom de missa, tomou o conde Joham Fernandez a rrainha pollo braço e o meestre a iffante dona Beatriz sua filha e veherom assi até a porta da See; entom entrou a rrainha em-nas andes em que fora, porque andava prenhe, e o conde hia a par das andes fallando com ella, e o meestre levava a iffante de rredea. E quando chegarom aa porta do paaço, quisera-sse o meestre e Gonçallo Vaasquez espedir d'ella pera sse hirem pera as pousadas; e ella lhe disse que sse nom fossem, mas que vehessem comer com ella; e o meestre foi mui sospeitoso d'este convite, cuidando que o queriam matar com peçonha, e bem o leixara por aquella hora, sse sse podera scusar d'ello. Entom se assentarom a comer na camara da rrainha, e ella siia aa sua mesa, e o meestre em cabeceira d'outra mesa, e o conde Joham Fernandez junto com elle, e Gonçallo Vaasquez a fundo d'elles ambos; e o meestre comia com grande medo, rreceando o que ja dissemos. Acabado o jantar, trouverom a fruita; e a rrainha começou de fallar nas joyas que tiinha e quanto lhe custarom, gabando-as muito; e o conde alçou-sse da mesa ficando os outros asseentados, e chegou-sse a par da cama honde a rrainha estava aa mesa, e ella tirou hũu anell que tiinha no dedo, d'hũu rrubi que dizia que era de gram preço, e tendeo a mão com elle e disse ao conde, em guisa que o ouvirom todos: «Johane, toma este anell». «Nom tomarei» disse ell. «Porque?» disse ella. «Senhora, disse ell, porque ei medo que digam d'ambos». «Toma tu o que te eu dou, disse ella, e diga cada hũu o que quiser»; e elle tomou-ho e pose-o no dedo; e ao meestre e aos outros que hi estavom nom lhes pareceo bem esta cousa, e teverom aquellas por mui maas rrazões.¹

¹ *Crónica de D. Fernando*, cap. CXLVI.

Numa perspectiva de espaço, este texto ilustra uma das características da dinâmica narrativa do autor: desenrolam-se sucessivamente «cenas» (no sentido dramático do termo) em sucessivos espaços, criando cenários, diálogos, e, até didascálias (indicação de gestos, posturas, expressões). A Rainha envia, como mensageiro, Vasco Martins, anunciando a D. João a sua libertação, por sua iniciativa, e, ao mesmo tempo uma ordem-convite para que a acompanhe à missa na Sé, no dia seguinte. Há, portanto, desde logo, um código espacial e um código temporal, que abrangem o tempo decorrido entre o anúncio da libertação e o encontro na Sé.

O cenário humano amplifica-se também: Vasco Martins e o Mestre, que, chegando junto da Rainha lhe beijaram a mão, estabelecendo-se, assim, uma atmosfera sociológica que remete para um trato aristocrático de cortesia. Em volta da Rainha: «outros senhores» e o «conde Joham Fernandes».

Do ponto de vista da criação ou recriação, a escrita narrativa surge como algo de elaborado, capaz de dimensionar um quadro codificado em que se «sugere» mais do que se «diz»: a supremacia da figura da Rainha, implícita na reverência com que é saudada e na comitiva dos que a rodeiam numa ocasião socialmente privilegiada: a assistência à missa da Sé. Por outro lado, subtilmente, a presença do Conde, diferenciado dos «outros senhores», constitui uma alusão antecipativa no que diz respeito ao relacionamento com a Rainha, o qual vem, efectivamente explicitar-se, ao longo do capítulo. No entanto, Fernão Lopes é hábil na deambulação dos seus actores, dentro e fora do palácio, ao longo de ruas e becos da cidade, como se verá, nomeadamente nas cenas de rua e de multidão que se vão seguir à morte do Conde João Fernandes, na *Crónica de D. João I*, Parte Primeira. Assim, os protagonistas da cena da porta da Sé, missa dita, dirigem-se, com a solenidade requerida pelo seu estatuto social: a Rainha, conduzida pelo Conde, é transportada numas «andes», «porque andava prenhe», a Infanta, sua filha, futura Rainha de Castela, é conduzida pelo Mestre e cavalga, levando-a este, cortêsmente «de rédea». Com mão de mestre, Fernão Lopes «pinta» uma cena de rua, pacífica e aristocrática, na qual se entrevêm os rituais da cortesia medieval. Trata-se de um espaço intercalar, entre a porta da Sé e a camara da Rainha, onde esta oferece de jantar à sua comitiva.

Uma vez mais a representação de uma cena em que o realismo contribui para a autonomização do discurso literário em relação ao discurso histórico: a colocação dos convivas à mesa, a última iguaria, os assuntos procurados pela Rainha para estabelecer uma conversa frívola e despreocupada, dão conta do seu talento convivial. Como narrador omnisciente, porém, ele também sabe o que se passava no íntimo do Mestre que «comia com grande medo».

A sugestão da posição do Conde perante a Rainha, já anunciada na primeira parte do texto, vai agora explicitar-se: este levanta-se do lugar que lhe fora assinalado («ficando os outros asseentados») e aproxima-se daquela. A dádiva do anel remete agora para a revelação pública de uma relação amorosa que a Rainha nem sequer pretende disfarçar. Pelo contrário, quase provocantemente, ela insiste, comentando a seguir: «diga cada hũu o que quiser». Provação arrogante, reveladora de uma personalidade forte e destemida perante o que os outros — o mundo — possam dizer e que ela sintetiza, no mesmo capítulo, dirigindo-se ao Mestre de Avis: «Irmãao amigo, disse ella, bem sabees que aos mall-dizentes nunca lhes mingua que digam».

Na crónica seguinte porém, Leonor Teles entra em desgraça: morto o Conde João Fernandes, às mãos do Mestre, numa das cenas mais dramáticas da escrita de Fernão Lopes, ela, num golpe de duplicidade, presta-se ao juízo de Deus e afirma, negando assim qualquer relação adúltera ou sequer ambígua com o Conde:

Oo Samta Maria vall! como me matarom em elle hũu mui boom servidor, e morre martir, ca o matarom mui sem porque; mas eu prometo a Deos que me vaa de manhã a sam Framçisco e que mamde fazer hi hũua gram fugueira e eu farei taaes sallvas quaaes numca molher fez por estas cousas.¹

¹ *Crónica de D. João I*, cap. X.

As mãos da suspeita de adultério sobre o fogo constituía prova de inocência, segundo prática medieval. Por isso, o autor acrescenta, num tom que a ironia matiza: «O que ella tiinha mui pouco em voontade de fazer».

Assim, a figura ambígua de Leonor Teles vai-se dimensionando e criando contornos ao longo das duas crónicas em que se movimenta e de que é, de algum modo protagonista: a sua hipocrisia calculista está finalmente desmascarada pelo cronista. Ela é, agora, a vencida e, de facto, o capítulo em que se relata a sua partida de Lisboa, depois de confirmado o apoio colectivo e popular a D. João, não deixa de ser mais um episódio dramático e crepuscular do empalidecer da sua estrela política:

*Como a Rainha partio de Lixboa pera Alamquer,
e que maneira teve em sua partida.*

Movuda tall discordia no poboo como dissemos, e trabalhadosse os seguidores della por levar adeamte sua oppeniom, foi a Rainha posta em grãdes pensamentos com mestura de temor. Ca ella nom era çerta da maneira que o Meestre queria teer cõ ella; doutra parte temiasse dos moradores da çidade que sabia que deziã della muito mall, tam bem homẽes como molheres; assi que nom sabia que geito tevesse por seguramça de sua vida e homrra; e cuidamdo sobresto muitas e desvairadas cousas, emtemdeo que a melhor e mais segura que por o presentem podia fazer, era partirsse daquella çidade, e hirsse pera outro logar mais seguro. Emtom hordenou de sse hir daquell logar pera huã sua villa oito legoas da çidade a que chamam Allamquer.

E partio a Rainha gramde manhã, seemdo ja espaço do dia amdado, com Donas e Domzellas quamtas avia em sua casa, e todollos seus com ella [...]

A Rainha chegou a Alverca com trigoso amdar e alli comeo; e dalli partio e foi dormir a Allamquer; e quando entrou pella porta da villa disse Gomçallo Meemdez: *Minha sobrinha, agora emtemdo eu que vos estaaes segura, ca nom em Lixboa.*

A Rainha nom rrespomdeo a estas pallavras, nem disse cousa alguã; mas nom minguava dos de sua companhia quem pollo caminho, oolhamdo por de tras dissesse comtra Lixboa: que maaõ fogo a queimasse, e que aimda a visse estroida e arada toda a bois. Alli esteve a Rainha per dias, pousando os seus fora e demtro na villa, a quall sse nom vellava nem tiinha outra guarda senom as portas abertas de dia e de noite.

Apaixonada, corajosa e violenta no ódio como no amor e na ambição, um último apontamento, transmitido pelo cronista: «pollo caminho, oolhamdo por de tras [dizia] comtra Lixboa: que maaõ fogo a queimasse, e que aimda a visse estroida e arada toda a bois».

Síntese de uma personalidade complexa e controversa, é, porém ainda Fernão Lopes que a traça, num capítulo notável em que, seguindo uma prática frequente na sua escrita, usa da figura da abertura de capítulo, de tipo sentencioso, recorrendo mesmo ao exemplo dos «amtiigos»:

*Que maneira tiinha a Rainha dona Lionor com ho Meestre
e com alguũs outros a que nom tiinha boom desejo.*

Se os antiigos que louvarom as nobres molheres, viverom no tempo da Rainha dona Lionor, muito errarõ em seu escprever, se a nom poserom no comto das mui famosas. Porque sse o dom da fremosura de todos muito preçado, fez a algũuas gaanhar perpetuall nome, deste ouve ella tam gram parte, acompanhado de prazivell graça, que aquella que o mais desejar podesse, seeria assaz de comtemta, do que a natureza a ella proveeo; desi com esto sajeza de costumes e gramde avisoamento; e de nehũua cousa que a prudemte molher perteemça, era ignoramte.

Foi molher mui emteira e de coraçom cavalleiroso, buscador de maravilhosas artes, por firmeza de seu estado. Des que ella rreinou, apremderom as molheres teer novos geitos com seus maridos, e as mostramças dhuũa cousa por outra mais perfeitamente do que sse acha nos amçiaãos tempos, que outra Rainha de Portugall fezesse.

Ella avia çertos fundamentos pera quem tiinha maa voomtade, numca lho poder conhecer; e omde emtemdia fazer gram dãpno, aazava mortaaes empeeçimentos cõ mostramça de todo o comtrairo. Assi que pero ella tevesse ao Meestre huũ tam mortall odio por a morte do Comde Joham Fernamdez, em guisa que de nehuũ mall lhe podera emtom vñir tam gram parte, que a ella fora abastada viimgamça; pero com todo isso ella pode tamto com seu gramde coraçõ a mui poucos ligeiro de fazer, que nẽhuũs signaaes de mall quememça mostrava ao Meestre de fora, como sse lhe nũca ouvesse feito nehuũ desprazer.

Mas esses poucos dias que lhe depois fallou, estando ella na çidade, sẽpre suas fallas e rrepostas eram comtra elle boas e sem mostramça de maaoo desejo. Ella aos dous dias depois da morte do Comde Joham Fernamdez quitou a Fernam Lopez escudeiro dao Meestre, a sseu rrogo delle, çem dobras que lhe demãdavom que pagasse por LouremçEanes seu sogro que fora Almozarife delRei dõ Affonso. E nom soomente ao Mestre mas aimda a alguũs outros, que ella por tall rrazom maa voomtade tiinha, nẽhũua cousa dava a emtemder de rramcor que tevesse comtra elles.

Mas suas fallas e desembargos, todo era feito ledamente e com boom geesto, ataa que visse tempo aazado, de sse poder viimgar segumdo seu desejo.¹

¹ *Crónica de D. João I,*
cap. XV.

Segundo a maior parte dos críticos, é, porém, na pintura das multidões, na interpretação do sentir colectivo e dos diversos modos que reveste a emoção humana, que Fernão Lopes atinge a excelência da sua escrita. Transforma-se então o discurso histórico em discurso poético, no sentido mais amplo que Jakobson lhe atribuiu. A escrita de Fernão Lopes autonomiza-se em relação ao discurso histórico, torna-se entretenimento e roça a função que cabe à literatura de ficção, diferente e distante da realidade prosaica que é, apenas, o seu longínquo referente.

Do «grande plano» em que a figura humana ocupa todo o espaço de visibilidade, ele passa para o plano panorâmico, para a movimentação do colectivo. Aí, também, cremos poder detectar uma progressão no apuramento de uma retórica capaz de dar conta ou fazer a cobertura panorâmica da multidão. Já observámos, na *Crónica de D. Pedro*, a cena comovente da solidariedade emocional do rei e do povo que, altas horas vem à janela e desce à rua para dançar e cantar com ele. Esboço apenas, no entanto, de uma capacidade quase ímpar em que se joga o espaço-percurso, o espaço-cenário e a figuração cénica. Essa capacidade atinge já notável força na *Crónica de D. Fernando*, quando, quer em Santarém, quer em Lisboa «foi alçado pendom» por D. Beatriz, rainha de Castela:

Como foi alçado pendom em Lixboa por a rrainha de Castella, e d' o que sobr' ello aveho

El-rrei de Castella, como soube que el-rrei dom Fernando era finado, escreveu logo ell e a rrainha sua molher aa rrainha dona Lionor sa madre que fizesse tomar voz por ella, como nos trautos era contheudo; a quall logo ella mandou filhar a todollos condes e meestres e rricos-homões que de presente eram quando este rrecado chegou; e elles fizeram-no assi. E nom soamente escreverom el-rrei e a rrainha de Castella aa rrainha dona Lionor que fizesse tomar esta voz mas ainda mandarom seu rrecado per ho arcediagoo de Sea e per outros a muitos alcaides dos logares de Portugall que tomassem voz por ella, pois era sua rainha e senhora; e taaes hi ouve que o fizeram logo, outros escreverom primeiro aa rrainha, ante que lhe enviassem a rreposta. A rrainha, vistas suas cartas, mandava que tomassem voz por sua filha e que trouvessem hũu pendom cada hũus em seu logar com os direitos signaaes de Portugall, que eram os direitos da rrainha dona Beatriz, cavallgando todos pella villa com aquell pendom, dizendo: «Arrayall, arrayall, por a rrainha dona Beatriz de Portugall nossa senhora», segundo se costuma de fazer quando rrei morre, por seu filho herdeiro que leixa [...]

Hora aveo que hũu dos principaaes logares em que a rrainha mandou alçar pendom e tomar voz por sua filha foi a cidade de Lixboa; e foi hordenado pella rrainha e fidallgos que hi estavom que hũu dia certo cavallgassem todos e o trouvessem pella villa. Os da cidade, quanto esto ouvirom, nom lhes foi mais saberem que aviam d'apregoar arrayall por a rrainha de Castella sua senhora ca ouvirem que os aviam todos de lançar em cativo de mouros, e foi gram murmuro e torvaçom antr'elles, dizendo hũus contra os outros: «Agora se vende Portugall doado, que tantas cabeças e sangue custou a ganhar quando foi filhado aos mouros»; e era em todos grande torvaçom e nom sabiam que fazer. Em esto cavallgarom hũu dia muitos de bestas e derom o pendom a dom Hanrrique Manuell de Vilhena conde de Sea, que tiinha o castello de Sintra. Este conde dom Henrrique era filho de dom Joham Manuell e tio d'el-rrei dom Fernando, ca era irmão de dona Costança sua madre, e tio da rrainha dona Beatriz molher d'el-rrei de Castella. E começaram d'hir com elle mui passo e chegarom até a porta da See e deteverom-sse em aquella praça porque sse rrecearom d'os da cidade que ouvirom dizer que sse alvoraçavom por esta rrazom; e enquanto mandarom saber aa rrua Nova que era o que as gentes deziã, disse dom Henrrique Manuell aos outros:

«Fallaae, senhores, fallae». Entom começaram todos a dizer: «Arrayall, arrayall, por a rrainha dona Beatriz de Portugall nossa senhora»; porém taaes cavalleiros e escudeiros hiam hi que deziã isto a que nom prazia d'ello. O conde dom Alvaro Perez de Castro, quando esto ouvio, deu hũu tossido e disse: «Arreall, arreall, cujo for o rregno leva-llo-á»: e esto dezia elle pollo iffante dom Joham e dom Denis seus sobrinhos que andavam em Castella, que ell entendia que poderiam rregnar. Esta enteençom tiinham muitos, dizendo hũus aos outros que o iffante dom Joham queriam aver por seu rrei e senhor, porque o rregno de Portugall sempre fosse rregno sobre ssi apartado, o que era per força de sse ajuntar com o rregno de Castella e seer todo hũu se o a rrainha dona Beatriz herdasse e isso meesmo seu marido. Os que foram saber que era o que deziã os da cidade por ho levar d'aquell pendom disserom que viam tanto alvoroço nas gentes que lhe conselhavam que nom fossem mais por deante, ca lhes parecia, se llá fossem, que nunca de llá viinriam elles nem o pendom; entom se tornãrom todos pera d'hu partirom e nom sse fez porém mais sobr'esto.¹

¹ *Crónica de D. Fernando*, ed. cit., cap. CLXXV.

Trata-se de um texto que podemos considerar exemplar ou paradigmático como modelo de manifestação discursiva marcada pela **heterogeneidade** ou, se quisermos, correspondente à «teoria polifónica» do discurso, enunciada por Ducrot em 1984.²

² Ducrot, O., *Le dire et le dit*, Minuit, Paris, 1984.

Efectivamente, encontramos, neste texto, a perspectiva dialógica a par do carácter monologal; as marcas de oralidade em sincretismo com uma linguagem essencialmente escritural, e, simultaneamente, uma intencionalidade informativa, tendo em vista situações novas e novos destinatários.

Assim, quando nos diz o narrador o que se costuma fazer quando o Rei morre, deixando filho herdeiro e que é «alçar pendom» e «tomar voz» dizendo «Arrayall, arrayall», ele veicula uma informação marcada pela oralidade e, ao mesmo tempo, segundo uma perspectiva impessoal. Por outro lado, a perspectiva dialógica surge, no registo do que diziam «hũus contra os outros», assim como o carácter monologal que preenche os «interstícios da narração». A oralidade manifesta-se também ao nível da linguagem e do vocabulário, num registo do pitoresco, não sem um matiz de familiar ironia: «O conde dom Alvaro Perez de Castro [...] deu um tossido e disse».

Por outro lado e noutra plano de observação do texto, não deixaremos de sublinhar a configuração espacial e a representação da condição ambulatória dos protagonistas, estabelecendo-se um percurso ou itinerário, marcado a partir de referentes: a «porta da See» e a «rrua Nova».

Cremos, pois, poder detectar, no discurso histórico-literário de Fernão Lopes essa qualidade de heterogeneidade, que se define como uma interferência de códigos e a sobreposição de níveis discursivos plurais e diferenciados, convergentes na construção de representações e auto-representações que definem a actividade literária em si mesma.

Mas é, de facto, na *Crónica de D. João I* que se joga, em maior grau, a dimensão do literário, em sincretismo absoluto com a dimensão historiográfica. A

movimentação do povo de Lisboa, como resposta cumulativa à estratégia de certificação levada a cabo por Álvaro Pais, à cabeça dos partidários do Mestre, levou alguns críticos (e neles contamos, entre outros, António José Saraiva, Rodrigues Lapa e Costa Pimpão) a considerar Fernão Lopes como historiador do colectivo, privilegiando as multidões, fazendo do **povo** o verdadeiro **protagonista** das acções narradas. Diz, por exemplo, Costa Pimpão:

Não admira [...] que a multidão, o povo miúdo, confundido, às vezes, com o populacho [...] ocupe tão largo espaço nessa colorida tela que é a *Crónica de D. João I*, especialmente a Primeira Parte. As «uniões» ou ajuntamentos do povo constituem o fundo sobre que se desenham os *gestos* dos principais actores do drama colectivo [...] o povo está sempre presente, como personagem principal, vário e alteroso como a vaga [...]¹

¹ Costa Pimpão, *op. cit.*, p. 281.

Por nossa parte, julgamos que a organização e construção do tríptico histórico de Fernão Lopes evidencia que ele é, também, panegirista, retratista e relator. Passa do «grande plano» à «panorâmica» e ao «instantâneo» com o mesmo à-vontade com que recorre à metáfora, à eloquência e à retórica, como outros tantos valores literários presentes na sua obra.

Contudo, indubitavelmente, não deixaremos de considerar como obra prima de entre os lugares da prosa narrativa portuguesa a representação dos momentos que sucedem à morte (ou execução) do Conde João Fernandes às mãos do Mestre de Avis:

Do alvoroço que foi na çidade cuidamdo que matavom o Meestre, e como allo foi Alvoro Paaez e muitas gemtes com elle.

[...] Soarom as vozes do arroido pella çidade ouvimdo todos braadar que matavom o Meestre; e assi como viuva que rei nom tiinha, e como sse lhe este ficara em logo de marido, se moverom todos com mão armada, corremdo a pressa pera hu deziã que sse esto fazia, por lhe darem vida e escusar morte. Alvoro Paaez nom quedava dhir pera alla, braadamdo a todos: *Acorramos ao Meestre, amigos, acorramos ao Meestre que matam sem por que.*

A gemte começou de sse jumtar a elle, e era tanta que era estranha cousa de veer. Nõ cabiam pellas rruas primçipaaes, e atrevesavom logares escusos, desejando cada huũ de seer o primeiro; e preguntamdo huũs aos outros quem matava o Meestre? nom mimguava quem rrespomder que o matava o Comde Joham Fernamdez, per mamdado da Rainha.

E per voomtade de Deos todos feitos dhuũ coração com tallemente de o vimgar, como foram aas portas do Paaço que eram ja çarradas, amte que chegassem, com espamtosas pallavras começaram de dizer: *Hu matõ ho Meestre? que he do Meestre? quem çarrou estas portas?* Alli eram ouvidos braados de desvairadas maneiras. Taaes hi avia que çerteficavõ que o Meestre era morto, pois as portas estavom çarradas, dizemdo que as britassem pera entrar demtro, e veeriam que era do Meestre, ou que cousa era aquella.

Delles braadavom por lenha, e que vehesse lume pera poerem fogo aos Paaços, e queimar o treedor e a aleivosa. Outros sse afficavom pedimdo escaadas pera sobir açima, pera veerem que era do Meestre; e em todo isto era

ho arroido atam gramde que sse nom emtemdiam huūs com os outros, nem determinavom nehuña cousa. E nom soomente era isto aa porta dos Paaços, mas ahimda arredor delles per hu homeēs e molheres podiam estar. Huñas viinham com feixes de lenha, outras tragiam carqueyja pera açemder o fogo cuidamdo queimar o muro dos Paaços com ella, dizemdo muitos doestos contra a Rainha.

De cima nom minguava quem braadar que o Meestre era vivo, e o Comde Joham Fernamdez morto; mas isto nom queria nehuñ creer, dizemdo: *Pois se vivo he, mostraenollo e veelloemos*. Emtom os do Meestre veemdo tam gramde alvoroço como este, e que cada vez se açemdia mais, disserom que fosse sua merçee de sse mostrar aaquellas gemtes, doutra guisa poderiam quebrar as portas, ou lhe poer o fogo, e emtrando assi demtro per força, nom lhe poderiam depois tolher de fazer o que quisessem.

Alli sse mostrou ho Meestre a hũa gramde janella que viinha sobre a rrua omde estava Alvoro Paaez e a mais força de gemte, e disse: *Amigos, apaçifiçaae vos, ca eu vivo e saão soom a Deos graças*. E tamta era a torvaçam delles, e assi tiinham ja em creemça que o Meestre era morto, que taaes aviiia hi que aperfiavõ que nom era aquelle; porem conheçendoo todos claramente, ouve-rom gram prazer quamdo o virom, e deziam huūs comtra os outros: *Oo que mall fez! pois que matou o treedor do Comde, que nom matou logo e a alleivosa com elle. Creedes em Deos aimda lhe ha de viinr alguñ mall per ella. Oolhaae e veede que malldade tam gramde, mamdaromno chamar omde hia ja de seu caminho, pera o matarem aqui per traiçom. Oo alleivosa! ja nos matou huñ senhor, e agora nos queria matar outro; leixaaea, ca aimda ha mall dacabar por estas cousas que faz [...]*

O Meestre estava aa janella, e todos oolhavom comtra elle dizemdo: *Oo Senhor! como vos quiserõ matar per treiçom, beemto seja Deos que vos guardou desse treedor. Viimdevos, daae ao demo esses Paaços, nom sejaes la mais*. E em dizemdo esto muitos choravom com prazer de o veer vivo. Veẽdo ell estomçe que nehuña duvida tiinha em sua seguramça, deçeo afumdo e cavallgou com os seus acompanhado de todollos outros que era maravilha de veer. Os quaaes mui ledos arredor delle, braadavom dizemdo: *Que nos mandaes fazer, Senhor? que querees que façamos?* E ell lhe rrespondia, aadur podemdo seer ouvido, que lho gradeçia muito, mas que por estomçe nom avia delles mais mester. E assi emcaminhou pera os Paaços do Almiramte hu pousava o Comde dom Joham Affonso irmão da Rainha com que avia de comer. As donas da çidade pella rrua per hu ell hia, sahiam todas aas janellas com prazer dizemdo altas vozes: *Mamtenhavos Deos, Senhor. Beemto, seja Deos que vos guardou de tamanha traiçom, quall vos tiinham bastecida*. Ca nehuñ por estomçe podia outra cousa cuidar.

E himdo assi ataa entrada do Ressio, e o Comde viinha cõ todollos seus, e outros boõs da çidade que o aguardavom, assi como AffomssEanes Nogueira, e Martim Affonso Vallemte, e Estevam Vaasquez Phillipe, e Alvoro do Rego, e outros fidallgos; e quamdo vio o Meestre hir daquella guisa, foyo abraçar com prazer e disse: *Mamtenhavos Deos, Senhor. Sei que nos tirastes de gramde cuidado, mas vos mereçiees esta homrra melhor que nos. Amdaae, vaamos logo comer*. E assi forom pera os Paaços hu pousava o Conde!

¹ Crónica de D. João I, Parte Primeira, cap. XI.

¹ Historiador latino (59 A.C. — 19 D.C.), natural de Pádua, foi autor da obra *Ab Urbe Condita*, história romana desde as origens. O seu método e o seu estilo serviram de modelo à Historiografia europeia, vinculada a um sentido heróico e mítico e também a uma retórica específica do género.

² Historiador, pedagogo, moralista e pensador, uma das mais nobres figuras do Humanismo português (1496-1570), foi autor, no género historiográfico, das *Décadas da Ásia*, obra significativa de uma determinada intencionalidade e manancial informativo nos planos geográfico, etnográfico e até antropológico.

³ *Crónica de D. João I*, Parte Segunda, cap. XLII.

⁴ *Os Lusíadas*, IV, 37-38.

De certo modo enfeudada à retórica, como degrau essencial de acesso ao fenómeno literário, presente, aliás, na tradição historiográfica antiga (nomeadamente em Tito Lívio)¹ não deixaremos de mencionar o recurso à oratória e a inclusão de discursos atribuídos aos protagonistas da acção. Trata-se, efectivamente, de um aspecto que remete para a modelação de um perfil político, sociológico e até psicológico, e raramente da transmissão ou transcrição do registo de uma peça oratória. Captado o sentido, o historiador-escritor utiliza a sua própria retórica e o seu próprio discurso. Tal prática prolongar-se-á na tradição historiográfica portuguesa, designadamente na obra de João de Barros² e, o que nos parece altamente significativo, invade o próprio discurso épico de *Os Lusíadas*. As palavras de D. João, nos momentos que antecedem a batalha de Aljubarrota, constituem um registo oratório que Luís de Camões não deixará de re-escrever no seu poema.

Vejamos, como exemplo da oratória cronística:

E estonçe, [D. João] começou desforçar os sseus, dizendo a todos: *Amygos senhor(es), nom embargando que nossos emmygos venham a nos em muyto grande multidom como veedes, nom queiraes temer o espanto que pooem, como ja dixе, mas sseede fortes e nom temaaes nada, pois que ligeira cousa he ao Senhor Deus sojugar muytos em mãos de poucos. E pois elles veem a nos com gram ssoberba e desprezamento por nos destruyr e roubar e tomar molheres e filhos e quanto nos acharem; e nos, por nossa defemssom e do reyno e da nossa madre Ssanta Egreja, pellegemos com elles; uos veeres oge como todos sseram vemicidos e deribados ante nos. E por em, em nome de Deus e da Virgem Maria cujo dia amenhaã he, seiamos todos fortes e prestes pera tomar delles vyngança, a quall teemos tanto na mão como todos bem vedes.*³

Compare-se a versão camoniana do discurso exortativo do Rei, antes da batalha:

Ó fortes companheiros, ó subidos
Cavaleiros, a quem nenhum se iguala,
Defendei vossas terras, que a esperança
Da liberdade está na vossa lança!

Vedes-me aqui, Rei vosso e companheiro,
Que entre as lanças e setas e os arneses
Dos inimigos corro, e vou primeiro;
Pelejai, verdadeiros Portugueses!⁴

Detendo-nos no capítulo acima referido da *Crónica de D. João I*, «Como se fez a batalha antre os reis e forom veemicidos os castellãos», não nos parece irrelevante salientar o discurso **heróico** que se desenvolve ao longo do capítulo. Consideraremos esse um dos traços que situa Fernão Lopes numa linhagem de escritores que criam como que um estereótipo da representação das cenas de batalha. Referimo-nos já anteriormente à notabilíssima descrição da Batalha

do Salado, que consta dos *Nobiliários* III e IV, que, a nosso ver, se erige como paradigma do registo bélico: a descrição da Batalha de Aljubarrota parece-nos uma derivação daquela e, por sua vez, constitui um dos elos que, na Historiografia portuguesa, articulam uma retórica heróica em que se joga com o registo do som e da trepidação, do vozear, do colorido das armas e do sangue, como outros tantos lugares (menos comuns) que emblematizam as cenas de batalha. Uma vez mais, Luís de Camões recolhe e embebe essa tradição histórico-literária,¹ a que não é alheio o registo patético, tão caro à prosa portuguesa.²

Exemplo desse sentir em que o patético se torna espectacular, é, certamente o capítulo CXLVIII da *Crónica de D. João I*, Parte Primeira, em que se dá conta do «Cerco de Lisboa». A primeira reflexão que o texto sugere é a de que se trata de uma **prosopopeia**, isto é, de uma figura maior da retórica, semelhante à **personificação**.

A cidade é tomada como uma personagem, em si mesma alegorizando e sumarizando o sofrimento e a dor dos seus habitantes:

Toda a cidade era dada a nojo, chea de mezquinhas querellas; sem nenhuñ prazer que hi ouvesse. Huñs com gram mimgua do que padeciam; outros avemdo doo dos atribullados; e isto nom sem rrazom, ca, sse he triste e mezquinho o coração cuidadoso das cousas comtrairas que lhe aviinr podem, veede que fariam aquelles que as comtinuadamente tam presentes tiinham? Pero com todo esto, quando rrepicavom, nehuñ nom mostrava que era famiinto, mas forte e rrijo comtra seus emmiigos. Esforçavom-sse huñs por comssollar os outros, por dar rremedio a seu gramde nojo, mas nom prestava conforto de palavras, nem podia tall door seer amanssada com nehuñas doçes rrazoões; e assi como he natural cousa a mão hir ameude omde se a door assi huñs homeês fallamdo com outros, nom podiam em all departir, senom em na mimgua que cada huñ padeçia.

[...] Ora esguardaae, como sse fossees presentes, hũa tall çidade assi descomfortada e sem nehuña çerta feuzade seu livramento, como veviriam em desvairados cuidados quem sofria omdas de taaes affliçoões. Oo geeraçom que depois veo, poboo bem avêtuirado, que nom soube parte de tantos malles, nem foi quinhoeiro de taaes padeçimentos os quaaes a Deos por sua mercee prougue de çedo abreviar d'outra guisa, como açerca ouvirees.³

Também aqui, como em muitos outros passos, a multidão inspira a palavra comunicativa do cronista, não, a vociferar impropérios contra «o treedor e a aleivosa» (como no capítulo XI que já referimos); não, a seguir, enternecida, o Mestre, através da cidade apinhada, «como se das mãos dele caíssem tesouros que ouvesse d'apanhar»; não, esfuziante de entusiasmo, no deslumbramento das manifestações festivas, através de ruas engalanadas e atapetadas de Lisboa e do Porto, mas a contorcer-se, angustiada e receosa, nas malhas dum cruel e apertado cerco.

O quadro não se desenvolve espectacularmente: não é impressionante encontro de forças em largo campo de batalha; «fermoso alardo» ou procissão votiva;

¹ Veja-se, como modelo exemplar, a Batalha de Aljubarrota, cf. *Os Lusíadas*, IV, 28-44.

² O aluno encontrará na Antologia o capítulo referido na íntegra.

³ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*.

tumultuosa agitação do povo em sanha; imprevista mas bem colhida descrição de tempestade — amplas perspectivas de movimento e cor que constituem páginas que não esquecem. Há uma contenção íntima denunciadora duma subtil, lúcida e pertinente análise psicológica. O movimento não se desenvolve no espaço alargado, nem entre forças concretas, mas comunica-se num espaço tragicamente concentracionário.

Aqui, a dor não isola, torna-se colectiva: «toda a cidade era dada a nojo ...»; «huûs com gram mingua do que padeciam»; «outros avendo doo dos atribullados».

«E nom sem raazom», diz o Autor, porque os acontecimentos não se situam numa perspectiva longínqua ou hipotética; estão presentes, dominam e esmagam — observação simultaneamente objectiva e penetrada de comunicativa humanidade.

Porém, no momento preciso, o amor da liberdade ultrapassa todas as limitações humanas e gera novas e poderosas energias. E ei-lo forte e rijo «contra seus emmiigos».

Díptico curioso, em que as duas faces se sobrepõem, sem se confundirem e que define a singular posição da gente depauperada pela fome mas revitalizada pela ameaça.

A empatia não se confina aos protagonistas que sofrem solidariamente, mas alarga-se aos que, no plano da escrita, são, respectivamente, narrador e narratário: «Ora esguardaae, como sse fossees presentes ...»

O narrador-cronista sacode a possível inércia interior do narratário, alerta-o para o convívio da dor e estabelece um contacto singularizado na representação e auto-representação, produzindo o efeito de espelho, mutualizando a situação dramática envolvente.

Este caudal de emotividade transmite-se através de um discurso fluente e despojado, em que a configuração espacial cerrada e concentracionária exprime e representa a função disfórica elevada ao mais alto grau.

A tendência visualista assinala também o discurso e o estilo através de um metaforismo de tipo concreto.

As «ondas de tais aflições», no seio das quais parece vermos debater-se a cidade heróica, é uma sugestiva expressão a acompanhar muitas outras que matizam o texto: os pais e as mães que viam «estalar de fome» os filhos que muito amavam; «o escorregamento» dos grandes tempos, a «gastar» a fama dos excelentes príncipes; nomes ilustres sepultados na «escóridom» dos anos; Lisboa «madre e cabeça» d'estes feitos; «forte esteio e coluna» que sustém todo Portugal; «vida e coração» deste reino.

De acentuada nitidez é também a **comparação** baseada num empirismo quotidiano e sensorial: «a mão que poisa na região dorida *versus* o pensamento que se fixa na míngua que cada hûu padecia».

Figura cimeira do século XV e da historiografia portuguesa, Fernão Lopes, primeiro Cronista-mor do Reino foi, também, modelo e paradigma da prosa portuguesa, último prosador medieval, no limiar da era moderna.

TEMA 3. Gomes Eanes de Azurara: a História como exaltação. Aberturas para um Humanismo. Polémica e algumas certezas. Outro Cronista-mor: Rui de Pina.

A sombra do grande vulto literário que foi Fernão Lopes parece obscurecer a do seu sucessor no cargo de Cronista-mor: Gomes Eanes de Azurara. A crítica, por outro lado, exercita-se, sobretudo, no paralelismo (óbvio, mas nem por isso descarregado de riscos) entre os dois cronistas, cuja obra, de resto, se situa numa relação de estreita contiguidade e continuidade: Fernão Lopes e o reinado de D. João I até à paz com Castela; Azurara, o mesmo reinado, a partir do feito «iniciático» da conquista de Ceuta. É, pois, sintomático que Rodrigues Lapa afirme com simplicidade: «Para caracterizar a obra de Azurara, nada melhor do que compará-la com a do seu antecessor — Fernão Lopes [...]»: ¹ o que outros, aliás fizeram, sempre em detrimento de Azurara.

Discordamos à partida do método de caracterização, já que consideramos que cada escritor ou cada criador literário oferece à crítica elementos para uma autonomização — sem prejuízo da validade do comparativismo em Literatura. Julgamos, com efeito, limitativa e falaciosa a **comparação para caracterizar**. Deveria esperar-se que o segundo cronista tivesse como modelo o primeiro? Parece, pelo contrário, que ambos são intérpretes de um tempo e de um sistema de valores em mutação. E se, no final do TEMA anterior considerámos Fernão Lopes como o último historiador medieval, julgamos que Azurara representa, como sugere Hernâni Cidade ², uma abertura em que se entrevêm os valores da era moderna, ou, como opina António José Saraiva, em que se recuperam lugares da «historiografia latina, que terá larga fortuna em Portugal durante os séculos XV e XVI, em João de Barros e em Camões, para só citar dois nomes». ³

Como criador literário, simultaneamente herdeiro e precursor, aplica-se-lhe, certamente, a asserção de Aguiar e Silva:

Em todo o processo de criação literária — e na obra que daí resulta — há a considerar uma dipolaridade fundamental: por um lado, as estruturas genéricas de teor linguístico e literário que o autor encontra dominantes na sua época, com as quais estabelece variáveis relações de aceitação ou conflito, mas que de qualquer modo o condicionam como escritor [...]; por outro lado, [...] encontra-se a capacidade inventiva e criadora do escritor [...]. ⁴

No caso de Azurara, efectivamente, e vivendo em «tempos que decorrem **sob o sino do latim**», ⁵ não espanta que, exercitando os conceitos recém-apreendidos

¹ *Op. cit.*, p. 395.

² *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas, séculos XV a XVII*, 7.ª ed., Coimbra ed., Coimbra, 1984.

³ *História da Cultura em Portugal*, vol. I, Jornal do Fôro, Lisboa, 1950, pp. 549-550.

⁴ Vítor Manuel P. de Aguiar e Silva, *Maneirismo e Barroco na Poesia Lírica Portuguesa*, Centro de Estudos Românicos, Coimbra., 1971, pp. 3-4.

H. Cidade, *op. cit.*, p. 68.

de *imitatio* e de *auctoritas* ele faça intervir no seu discurso a citação, a alusão, a referência ou até a paráfrase dos autores clássicos que em breve se tornarão mentores e, afinal, nunca deixaram de ser guias ou modelos nos períodos anteriores. Recusamos, pois, a acusação de novo-rico da cultura que lhe é, não sem ligeireza, atribuído por alguns dos seus críticos. A cultura de Azurara, pelo contrário, parece-nos vasta e sólida, não obstante o facto de não ter conhecido Aristóteles no original. Quem e quando, na cultura portuguesa será versado no grego, mesmo após a pedagogia e a insistência de Nicolau Cleonardo, em pleno século XVI? Recuse-se também a primária qualificação (acusação?) de Rodrigues Lapa:

Este homem sensível era [...] um supersticioso. Encheu a cabeça de astrologia, em idade já madura, e ficou sempre com a mania das visões, das profecias e agoiros [...].¹

¹ *Op. cit.*, pp. 398-399.

Além de supersticioso, o crítico atribui-lhe também outros qualificativos: «branduralouvaminheira», possuidor de «um autodidactismo serôdio, mal orientado», etc.² qualificativos que são justificados pelo servilismo interesseiro de quem escrevia apenas para agradar a uma aristocracia ávida de glória e pródiga de mercês. Tais apreciações afiguram-se-nos, de algum modo improcedentes. Azurara viveu num tempo em que os factos e acontecimentos narrados resultavam de uma acção concertada dentro das instâncias do poder. E se Fernão Lopes interpretara um certo momento de quase anarquia popular, enquadrada, aliás, por acções de liderança bem caracterizadas, a conquista de Ceuta e os feitos da Guiné são, efectivamente, segundo a interpretação de Costa Pimpão³ inspirados por realidades políticas e sociais de que foram instrumento o Infante e a sua Ordem.

² *Ibidem*, p. 391 e segs.

³ *Op. cit.*, p. 306 e segs.

Improcedente é também a acusação de «superstição»: sinais, função profética, também eles surgiram, como vimos, na obra de Fernão Lopes e são a marca de uma *forma mentis* muito mais radicada e permanente na consciência colectiva do que muitas vezes se pensa.

Historiador de factos contemporâneos (não esqueçamos que Fernão Lopes se ocupara de acontecimentos que remontavam a duas gerações atrás), e se tivermos em conta de quanto o juízo histórico depende do distanciamento e da quebra da afectividade e do envolvimento pessoal, então, encontraremos aí as razões do mérito literário e, eventualmente, demérito historiográfico da obra de Azurara, nomeadamente da *Crónica da Tomada de Ceuta*, certamente a mais elaborada de entre as que escreveu.

Alguns aspectos nos parecem, sobretudo, de relevar, para além do plano estritamente escritural e da utilização de uma retórica abundante em apóstrofes e hipérboles.

⁴ Nathan Wachtel, *Les Indiens du Pérou devant la conquête espagnole*, Gallimard, Paris, 1971.

Em primeiro lugar, o que podemos chamar a «Visão dos Vencidos»⁴ nomeadamente quando se refere aos augúrios e profecias que, entre os mouros de Ceuta, apontavam para os indícios astrais da conquista pelos cristãos.

Lembremos, como analogia, o que se passou, mais tarde no momento da conquista do México pelos castelhanos, quando o rei Moctezuma identificou os conquistadores europeus com os seres que vindos de longe, viriam socorrer o seu povo; quando, em outro hemisfério, os portugueses chegam ao Oriente, também a função profética intervém, como testemunha, entre outros, o extraordinário observador, Fernão Mendes Pinto, ao referir-se aos presságios que haviam prenunciado a chegada dos portugueses.

A visão dos vencidos ou a visão do outro amplia-se magnificamente na já referida Crónica, utilizando, uma vez mais, a oratória como modelo discursivo, o cronista reconstrói o sentimento colectivo dos vencidos, «os mouros [que], no outro dia olhavam os muros de Cepta»:

Como os mouros no outro dia olhavam os muros de Cepta, e das rrezoões que deziã em seu louvor

Como a noite foy trazendo a fim de sua escoridade e o sol começou de ferir no oriental orizam, os mouros que saíram da çidade tomaram suas molheres e filhos e levaram-nos pera çima da serra, onde as leixaram acompanhadas d'aquelles que por rrezam de sua velhice nom podiam inteiramente mandar seus nembros. [...] e entam começavam huüs cantares de palavras muito tristes, louvando as bondades de sua çidade. O, deziã elles, çidade de Cepta, frol de totalas outras da terra d'Africa, onde acharam os teus moradores terra em que façam outra semelhante, ou como poderam elles consentir que as suas vontades se nom agastem com tamanha perda? Onde acharam d'aqui adiante os mouros estranhos que vinham de Ethiopia e de Alexandria e de terra de Siria e de Barbaria e de terra de Assiria, que he o rregno de Turcos, e os do Oriente, que vivem aalem do rio de Eufrates, e das Indias, e d'outras muitas terras que sam aalem do exo que estas ante os nossos olhos, todos estes vinham a ti carregados de tantas e tam rricas mercadorias? Onde acharam elles outro logar semelhante em que possam lamçar suas amcoras, ou nos outros mezquinhos homde hiremos morar, que sejamos visitados de tamtas e tam nobres cousas? Por çerto ja na rredomdeza do mundo nom fica outra semelhante, cuja perda nom soamente sera semtida de nos, que a perdemos, mas de todos aquelles que naçerem do ventre de Agar, ou que viverem sob a diçiplina do nosso samto profeta Mafamede. Que faram agora os moradores de Gibaltar e assy todollos outros do regno de Graada, ca perdido he o seu acorro e o seu amparo? E nos, desaventurados, que faremos de nossos filhos e filhas que tijnhamos casados d'aquella parte, das quaaes nos partiamos em huü dia, e naquelle meesmo tornavamos pera nossas casas? Agora ja acabamos de as veer pera todo sempre. Quaaes joyas lhe mandaremos, que tragam nas suas grandes pascoas, ou por homde nos vijram seus rrecados, como soyam? Acabadas ssom ja, e assy choremos a sua perda, como sse as tevessemos postas nas sepullturas. Quaaes de nos acharam agora, quamdo sse allevantarem das suas camas, as bestas carregadas dos panos da seeda, que nos vijnham da çidade de Damasco, ou as casas cheas de pedras preçiosas dos da comunidade de Veneza, ou os grandes sacos de espeçiarria, que nos vijnham dos desertos da Libia, e que rriquezas ou nobrezas poderiamos nos nomear, que nos cada dia nom achassemos amte as portas de nossas logeas,

ou quall navio poderia correr per todo o mar Medeoterrano, que nom mesurasse suas vellas amte a grandeza da nossa çidade? [...] Mesquinhos de nos, que proveito fazemos agora sobre nossa velhiçe amdar per terras estranhas? Melhor nos seria aguardarmos nossa fim em esta terra que nos criou! E que rresposta daremos aaquelles que nos preguntarem como perdemos nossa çidade, senam que a leixamos como vijs çidadaãos? A lomga hidade que gasta todallas cousas e as rrenembranças d'ellas nom poderam tirar d'amte o conheçimento dos homeës a memoria de tamanho feito, a quall sempre viverá em nosso doesto.¹

¹ *Crónica da Tomada de Ceuta*, cap. LXXXVIII.

² *Crónica da Tomada de Ceuta*. Introdução, selecção e notas de Alfredo Pimenta, Clássica Ed., Lisboa, 1942, p. 11.

Trata-se, indubitavelmente, de uma peça retórica e de uma notável criação literária. Não ousaremos, como afirma Alfredo Pimenta² preferir o estilo literário de Azurara ao de Fernão Lopes: trata-se de um juízo de valor que não subscrevemos. Mas em Azurara encontramos, sem dúvida, uma notável aptidão descritiva, domínio da retórica em que a *inventio* intervém de modo magistralmente expressivo. A lógica do texto apresenta-se claramente organizada, com a apresentação do momento do dia (localização temporal): «a noite foy trazendo o fim de sua escoridade e o sol começou de ferir no oriental orizam». Perífrase expressiva da oposição entre a sombra e a luz, na sinalização do amanhecer. Os mouros de Ceuta, saindo da cidade com suas mulheres e filhos sobem para a serra (localização espacial) e daí contemplam a cidade perdida: imagem assinalada por um patético marcadamente visual que depois se expande e se alarga no pranto colectivo, «cantares de palavras muito tristes». O discurso directo desse pranto desenvolve-se abundantemente, como um coro trágico, começando por uma apóstrofe: «Ó [...] cidade de Cepta [...]», utilizando cumulativamente interrogações retóricas de efeito intenso, enfatizadas pela construção anafórica: «Onde acharam d'aqui adiante [...]?» «Onde acharam elles outro lugar [...]?». A enumeração das perdas que a perda da cidade significa para os mouros vencidos (poder, glória, riqueza, liberdade) culminam numa conclusão concisa e dramática: «Acabadas ssom ja, e assy choremos a sua perda [...]». A exclamação final acentua o dramatismo do pranto: «Mesquinhos de nós».

Mais de escritor que de historiador é, certamente, a página transcrita e como escritor nos interessa sublinhar os seus valores.

Contudo, em outro aspecto igualmente relevante, não deixaremos de notar quanto a obra de Azurara, no contexto da historiografia peninsular e portuguesa, se envolve e empenha na criação de uma nova tradição historiográfica, que remete para a apropriação de marcas de exotismo de algum modo vinculado a uma antropologia nascente, a que os historiadores quinhentistas, nomeadamente João de Barros, darão ênfase.

Timida ou incipientemente, Azurara dá conta já da problemática da alteridade, contribuindo (de modo ainda primário, é certo, por precursor que é) para o conhecimento do Outro que não implica ainda identidade nem identificação, mas que não determina também (ainda) a imposição da sua própria

imagem. Determina, sim, a construção de imagens a partir de uma visão —ainda que sumária — que pode chegar a uma operação analógica ou, pelo contrário, a uma visão diferencial. Com efeito, a caracterização do Outro faz-se através de um jogo de dissemelhanças em que não intervém — para já — senão um esquema de confronto.

Mais tarde, a historiografia portuguesa do século seguinte poderá considerar-se como o acervo monumental de materiais para o estabelecimento de uma verdadeira tipologia do encontro civilizacional. Mas esse encontro subjaz, como pista, já nas crónicas de Azurara, nomeadamente, como é óbvio, na *Crónica dos Feitos da Guiné*, como primeira tentativa para a apreensão da alteridade. É, portanto, um imaginário que está em construção: o imaginário do exótico, do novo, do encontro, do conhecimento, em suma.

Vejamos, em breve comparação, os seguintes textos:

1.

A pelleja dos da ilha da Gomeira he com varas pequenas, assy como frechas, agudas e tostadas com fogo. Andam nuus sem nhũa cousa, de que teem pequena vergonha; scarnecem dos vestidos, dizendo que nom som outra cousa senom sacos em que se os homeês metem.

Nom teem senom pouca cevada, e carnes de porcos, e cabras, de todo porem pouco. Seu comer geeralmente he leite e hervas, como bestas, e raizes de juncos, e poucas vezes carnes; comem cousas torpes e çujas, assy como ratos, pulgas e pyolhos, e carrapatos, avendo todo por boa vyanda.

Nom teem casas, mas vivem em covas e choças [...] A mayor parte do tempo despendem em cantar e bailar, porque todo o seu viço he folga sem trabalho [...]¹

¹ *Crónica da Guiné*, ed. de A.J. Dias Dinis, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1949, cap. LXXX.

2.

Melhorya de vida me parece que acho antre quelles moradores da ilha do Inferno, ca som abastados de trigo e cevada e legumes, com muytos porcos e ovelhas e cabras, e andam vestidos de pelles; mas nom teem casas, soamente choças em que passam sua vida [...] Sua pelleja he com astes damago de pinho, feitas como gramdes dardos, muyto agudas, torradas e secas.

E son . viij . ataa nove bandos, e cada huñ teem rey, oqual ham de trazer sempre consigo, como quer que lhe a morte venha, atee que o outro que depois d'aquelle socede o senhoryo se acerte de morrer, de guisa sempre tragam huñ morto e outro vivo. E quando assy o outro morre, que som dous mortos, que lhes é necessaryo leyxar huñ, segundo sua bestial hordenança, ou mais dereitamente direy costume, levamno a huñ algar onde o lançam, e aquelle que o leva ao pescoço diz quando o lança, — que se vaa aa salvaçom.

E estes som homeês fortes e ardidos, e teem molheres certas, e vivem mais

¹ *Ibidem*, cap. LXXXI.

como homeões que alguũs d'estes outros; pellejam huũs com os outros, no que he todo seu principal cuidado, e creem que ha hi Deos.¹

3.

Os moradores d'esta ilha da Palma nom teem pam nem legumes, senom ovelhas, e leite, e hervas, e em esto se manteem. Nom sabem conhecer Deos, nem ffe nenhũa, senom pensam que creem. Como o outro gaado, som muyto bestyaaes; e dizem que teem certos que se chamam reis. E a sua pelleja he com astes como os de Tenerife, senom que lhe pooem, onde havya dandar o ferro, huũ corno agudo, e no conto outro, empero nom tam agudo como o outro da ponta. Nom ham pescado alguũ, nem o comem os desta ilha, e o que os de todallas outras fazem pello contrario, ca buscam engenho pera o tomar, e se aproveitam delle em sua governança, senom aquestes soamente, que nem o comem, nem se trabalham de o tomar.

² *Ibidem*, cap. LXXXII.

E seram os seus moradores quinhentos homeões, o que he grande maravilha, seendo tam poucos, e des o começo do mundo nunca seerem conquistados: no que se mostra que todallas cousas nom som mais que como Deos quer que seja, e aos tempos, e termos que a elle apraz.²

Nos três excertos seleccionados encontram-se já as pistas para uma futura estratégia de aproximação, precedida de uma captação de imagens segundo um esquema de certa uniformidade. Em relação aos habitantes das ilhas da Gomeira, do Inferno (Tenerife) e da Palma facilmente se distinguem os seguintes modelos descritivos:

- vestuário/nudez
- alimentação e habitação
- forma de governo
- conhecimento da divindade
- função guerreira e armas.

No primeiro caso (ilha da Gomeira), os habitantes «andam nuus sem nhũa cousa». Um juízo de valor: «teem pequena vergonha». Curiosamente, a reflexão seguinte aponta para uma visão a partir do Outro: «scarnecem dos vestidos». Alimentam-se «como bestas» e comem «cousas torpes e çujas [...] avendo todo por boa vyanda». Habitam em covas e choças, descuram o trabalho...

A Ilha do Inferno, porém, ou Ilha de Tenerife suscita, por parte do cronista uma reflexão em que intervém uma comparação, reconhecendo aos habitantes uma «melhorya de vida» em relação aos da Gomeira: à penúria destes corresponde abastança «de trigo, cevada e legumes, com muytos porcos e ovelhas e casas». Ao contrário daqueles, «andam vestidos de pelles». A forma de peleja é, porém, semelhante: «varas [...] como frechas, agudas e tostadas com fogo» no primeiro caso, «astes damago de pinho, feitas como grandes dardos, muyto agudas torradas e secas». Vivem em choças, mas conhecem uma forma de

governo e têm rei. O cronista reconhece neles uma «bestial hordenança» mas reconhece também que vivem mais como «homões que algũus destes outros». Têm uma noção de divindade e «teem molheres certas».

Quanto aos habitantes de Palma, não conhecem o pão e alimentam-se de leite e ervas. Não têm «ffe nenhũa» e «som muyto bestyaaes». Aponta-se-lhe (como duvidosa) a existência de rei.

Do conjunto destes excertos podemos extrair que se trata de documentos em que a função literária, efectivamente, se reduz ao mínimo. Documento-relatório que, no entanto, nos interessa na medida em que constitui a primeira germinação de um dos aspectos mais originais e impressionantes da Literatura Portuguesa do século XVI: a criação de um imaginário que vai da vivência à utopia e encontra a sua raiz na dialéctica do conhecer e do reconhecer, na premeditação ou preparação antecipada do conhecimento e do encontro civilizacional, em suma, na decifração ou instauração de códigos e modelos de comunicação. A Humanidade (não só o Planeta na sua dimensão geográfica) explode e alarga-se e o encontro tornar-se-á comunicação, e o conhecimento será sempre transitivo. A superação da diferença resultará da própria apreensão de diferenças e estas constituirão modelos capazes de atestar a permanência do Homem e não a sua circunstância. A perspectivação epistemológica não está ainda lançada nem será obra de Azurara. Está, porém, em germinação ainda que numa visão incipiente, ingenuamente inadvertida e absolutizada.

É que, como diz Todorov,¹ a visão do Outro é, de certo modo, sempre, a visão de Si Mesmo, transferida para outra voz e outro universo humano.

É, pois, essa visão ainda, assumida plenamente pelo escritor, que surge em um dos mais patéticos textos da prosa portuguesa, a propósito do qual o próprio Rodrigues Lapa afirma:

Esta sensibilidade, o dom das lágrimas, embora descabido em história, dá por vezes relevo literário às páginas de Zurara. Como exemplo dessa delicadeza do coração, um pouco sufocada em retórica, nada melhor do que o quadro da partida dos cativos em Lagos.²

Trata-se, no nosso entender, de um primeiro passo para uma reflexão sobre a diversidade humana ou a pluralidade que reveste a «geeraçom dos filhos de Adam»:

Como o auctor aqui razoa ãu pouco sobre a piedade que há daquelas gentes e como foe feita a partilha.

Oo tu, celledrial Padre, que com tua poderosa mão, sem movimento de tua devynal essencia, governas toda a infiinda companhia da tua sancta cidade, e que trazes apertados todollos eixos dos orbes superiores, destingidos em nove speras, movendo os tempos das idades breves e longas, como te praz, eu te rogo que as minhas lagrimas nom sejam dano da minha consciencia, ca nom por sua ley d'aquestes, mas a sua humanidade constringe a minha que chore piedosamente o seu padecimento. E se as brutas animallyas, com o seu bestyal

¹ O problema da conquista espanhola ter sido propiciada pelos presságios oraculares dos povos do México está magistralmente tratado por T. Todorov, *La conquête de l'Amérique, la question de l'autre*, Seuil, Paris, 1989.

² *Op. cit.*, p. 398.

sentyr, per huñ natural destinto conhecem os dampnos de suas semelhantes, que queres que faça esta minha humanal natureza, veendo assy ante os meus olhos aquesta miseravel companha, nembrando-me que som da geeraçom dos filhos de Adam? No outro dya, que eram viij.º dyas do mes d'Agosto, muito cedo, pella manhã, por rezom da calma, começaram os mareantes de correger seus batees e tirar aquelles cativos pera os levarem, segundo lhe fora mandado; os quaaes, postos juntamente naquelle campo, era hũa maravilhososa cousa de veer, ca antre elles avya alguñs de razoada brancura, fremosos e apostos; outros menos brancos, que queryam semelhar pardos; outros tam negros como tiopios, tam desafeiçoados assy nas caras como nos corpos, que casy parecia aos homees que os esguardavam que vyam as imagees do imisperryo mais baixo. Mas qual serya o coraçom, por duro que seer podesse, que nom fosse pungido de piedoso sentimento, veendo assy aquella companha; ca huñs tiinham as caras baixas, e os rostros lavados com lagrimas, olhando huñs contra os outros; outros estavam gemendo muy doorosamente, esguardando a altura dos ceos, firmando os olhos em elles, braadando altamente, como se pedissem acorro ao padre da natureza; outros feryam seu rosto com suas palmas, lançando-sse tendidos em meo do chaão; outros faziam suas lamentações em maneira de canto, segundo o costume de sua terra, nas quaaes, postoque as pallavras da linguaem aos nossos nom podesse seer entendida, bem correspondya ao graao de sua tristeza. Mas, pera seu doo seer mais acrecentado, sobreverom aquelles que tinham carregado da partilha e começaram de os apartarem huñs dos outros, afim de poerem seus quinhoes em igualleza; onde conviinha de necessarydade de se apartarem os filhos dos padres, e as molheres dos maridos, e os huñs irmaãos dos outros. A amigos nem parentes nom se guardava nhũa ley, somente cada huñ caya onde o a sorte levava. Oo poderosa fortuna, que andas e desandas com tuas rodas, compassando as cousas do mundo como te praz, e sequer poem ante os olhos d'aquesta gente miseravel alguñ conhecimento das cousas postumeiras, porque possam receber algũa consollaçom em meo de sua grande tristeza! E vos outros que vos trabalhaaes d'esta partilha esguardaae com piedade sobre tanta miseria, e veede como se apertam huñs com os outros, que a penas os podees deslegar! Quem poderya acabar aquella partiçom sem muy grande trabalho; ca, tanto que os tiinham postos em hũa parte, os filhos que vyam os padres na outra allevantavan-se rijamente e hyan-se pera elles; as madres apertavam os outros filhos nos braços e lançavan-se com elles debruços, recebendo feridas, com pouca piedade de suas carnes, por lhe nom seerem tirados! E assy trabalhosamente os acabaram de partyr, porque a allem do trabalho que tiinham com os cativos, o campo era todo cheo de gente assy do lugar, como das aldeas e comarcas d'arredor, os quaaes leixavam em aquelle dya folgar suas mãos, em que estava a força de seu guanho, soamente por veer aquella novidade. E com estas cousas que vyam, huñs chorando, outros departindo, fazyam tamanho alvoroço que poinham em torvaçom os governadores d'aquella partilha.¹

¹ *Crónica da Guiné*, ed. cit., cap. XXV.

Notemos, à partida, que a própria organização do enunciado contribui para o estabelecimento de um tom intensamente patético. Efectivamente, a descrição da partilha dos escravos, no seu aspecto «objectivo» é extremamente curta e encontra-se entrecortada pelas poderosas interpelações de teor marcadamente emotivo. Assim, a partilha em si mesma começa com um sintagma que aponta

para uma localização rigorosa: «eram viijo dyas do mes d'Agosto, muito cedo, pella manhã». Esse rigor de datação contrasta, de certo modo, violentamente com o longo antelóquio: «Oo tu celledial Padre [...]», em que cremos necessário sublinhar alguns aspectos de relevância para a determinação de valores e características que definem a obra deste autor. Em primeiro lugar, o tom retórico da interpelação a Deus: «Oo tu [...]», seguido de um certo número de qualificativos que dão conta da formação erudita e dos referentes culturais presentes na obra de Azurara: «devynal essencia», «sancta cidade», a referência à concepção do universo segundo a doutrina ptolomaica («nove speras», i.e., esferas). Nessa interpelação à divindade, porém, surge já — e julgamos esse facto da maior importância — a dúvida do relativismo: ele derrama lágrimas por esses miseráveis, não tendo em conta a «sua ley» (religião); mas sim a sua humanidade: «som da geeraçom dos filhos de Adam». Entra, pois, no caminho **novo** ou **moderno** do **etnocentrismo** isto é, segundo Todorov, a figura natural do universalismo.¹ A descrição da partilha interrompe-se logo e transita para a descrição do grupo miserável e da diversidade das suas fisio-nomias: «algũus de razoada brancura, fremosos e apostos; outros menos brancos [...]; outros [...] negros [...] desafeiçoados [...]». Estabelece-se, pois, um padrão que a experiência posterior, como sabemos, iria alargar. Para Azurara é, no entanto, cedo demais para, como Camões ou Fernão Mendes Pinto, diversificar os padrões da beleza humana, torná-los universais e realizáveis em todas as latitudes e hemisférios.

¹ T. Todorov, *Nous et les Autres. La réflexion française sur la diversité humaine*, Seuil, Paris, 1989, p. 19 e segs.

Mas outro aspecto ainda, no sentido de um primeiro documento de que a Literatura Portuguesa do século seguinte será poderoso manancial, retém a nossa atenção, ao reflectir sobre o presente texto. Trata-se do que quase poderia considerar-se um primeiro (e incipiente) inventário das formas de comunicação postural e gestual que precedem, evidentemente, a comunicação linguística, já que «as pallavras da linguaem aos nossos não podesse seer entendida».

- Lágrimas
- Rosto baixo
- Olhos postos na «altura dos ceos»
- Altos brados
- Golpes no próprio rosto
- Prostração «em meo do chãao»
- Lamentações ao modo de canto.

Trata-se, efectivamente, de suportes da comunicação «segundo o costume de sua terra», constituindo, na verdade, uma primeira observação da comunicação simbólica não linguística, estranha a qualquer notação oral fonetizada mas dotada, sem dúvida, de eficácia comunicativa.

Julgamos não extrapolar a importância deste texto, se o considerarmos o pioneiro, no âmbito da cultura portuguesa, para a experiência de uma linguaem «universal», não articulada e natural, que será referida, entre outros lugares, por João de Barros, a propósito da célebre aventura de Fernão Veloso

¹ *Décadas da Ásia*, I.

na Baía de Santa Helena: «[...] e ele [...] não acudia aos acenos que a natureza fez comũus a todolos homẽes [...]». ¹ Esse frente a frente dos portugueses e dos falantes de línguas ininteligíveis, será uma experiência repetida *ad infinitum* e desencadeadora da vocação poliglota e do desenvolvimento do estudo e aprendizagem linguísticos, logo a partir de meados do século seguinte. Mas a comunicação gestual faz parte também da micro-narrativa camoniana do mesmo episódio:

Eis, de meus companheiros rodeado,
Vejo um estranho vir, de pele preta,
Que tomaram por força enquanto apanha
De mel os doces favos na montanha. [...]

Nem ele entende a nós, nem nós a ele.
Começo-lhe a mostrar a rica pele
De Colcos o gentil metal supremo,
A prata fina, a quente especiaria; [...]

Mando mostrar-lhe peças mais somenos:
Contas de cristalino transparente,
Alguns soantes cascáveis pequenos,
Um barrete vermelho, cor contente
Vi logo, **por sinais e por acenos**,
Que com isto se alegra grandemente. ²

² *Os Lusíadas*, V, 28-30.

Regressando ao texto de Azurara, porém, observe-se ainda a premeditada assimetria da sua organização: a descrição da partilha é bruscamente interrompida por nova interpelação: «Oo poderosa fortuna», seguida de outra ainda: «E vos outros que vos trabalhaes d'esta partilha [...]». Tais interpelações apelam para um sentimento de piedade e culminam com uma exclamação de tom interrogativo e retórico: «Quem poderia acabar aquella partiçom sem muy grande trabalho».

O ritmo crescente em grau de intensidade dramática decresce agora, numa hábil manobra retórica, em que se encaminha para um verdadeiro desfecho ou epílogo: «E assy trabalhosamente os acabaram de partyr».

A abertura para a modernidade na obra de Azurara não exclui mas coexiste com a vinculação ao modelo genérico da historiografia medieval, que, como observámos no *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro e na *Crónica Geral de 1344* remete para um *ab initio*, a partir de Adão, e se torna ou se pretende abrangente e panorâmico de uma história universal.

Entrando, com a conquista, no universo cristão, Ceuta e a sua história têm, necessariamente, de encontrar os elos que a justifiquem como terra de Cristãos. É por isso, cremos, que, no capítulo em que «ho autor declara o tempo em que a çidade foy tomada e quaees eram os trabalhos dos homẽes naquella noute», se referem as «eras» que funcionam como referentes da história europeia, bem como a conjunção astrológica da respectiva conquista:

Vimte e huũ dias eram do mes dagosto, quamdo amdava a era dAdam que he o anno do mundo, em cimquo mill e cemto e seteemta e seis annos abraycos, e a era do diluvio, em quatro mill e quinhentos e xvij annos rromaãos. e a era de Nabucodonosor, em dous mill e çemto e sesseemta e dous. e a era de Phillipe o gram rrey de Greçia, em mill e seteçemtos e xxviiij annos. e a era dAllexandre o gram rrey de Maçedonia, em mill e seteçemtos e xxvj. e a era de Cesar emperador de Roma, em mill e quatroçemtos e çjmquoemta e tres. e a era do nosso Senhor Jesu Christo, em mill e quatroçemtòs e xv. e a era dAcymos ho Egjiçiaão, em noveçemtos e seteemta e huũ. e a era dos Alarves, em seteçemtos e noventta e tres, segumdo os seus annos, ca os outros annos todos ssam rromaãos. e a era dos Persianos, em seteçemtos e oiteemta e tres. e a era do rreynado delRey Dom Affomssso, que foy o primeiro rrey de Portugall, em trezemtos e xiiij. e o anno do rreynado deste rrey Dom Joham, em xxxij annos dos annos sollares, quamdo estava o soll em seis graaos do syno de Virgo, e a luũa sobre o primeiro quarto do seu creçimento, no primeiro graao dos dous gemeos, que ssam Pollos e Castor filhos de Leda, ja passavam de sete oras e mea depois de meo dia, quamdo a çidade foy de todo livre dos mouros.¹

¹ *Crónica da Tomada de Ceuta*, ed. cit., cap. LXXXVII.

A história heróica, senhorial e aristocrática encontra em Azurara a sua voz. A figura do Infante D. Henrique é, sem dúvida, para ele, a figura principal onde concentra o seu entusiasmo através da exaltação e da hipertrofia de qualidades. Não compete, neste lugar, entrarmos na polémica dos historiadores sobre o efectivo papel do Infante, polémica que transcende ou consideramos não pertinente na análise da obra do cronista enquanto escritor.

Com efeito, a «Envocação do autor», como proémio e dedicatória da *Crónica da Guiné*, dá conta desse entusiasmo e dessa exaltação em que, todavia, se torna evidente uma tendência já marcada para, através de um herói se exaltar o colectivo. O tom e o conteúdo desta «envocação» apresentam parentesco evidente com o tom e o conteúdo de outros textos posteriores em que se repetem e se desenvolvem conceitos semelhantes, parte de um aparelho e de um imaginário colectivos de que a Literatura Portuguesa se apropriará.

Oo tu, principe, pouco menos que devinal!

Eu rogo a as tuas sagradas vertudes que ellas soportem com toda paciencia o ffallecimento de minha ousada pena, querendo tentar hũa tam alta materya como he a declaraçom de tuas vertuosas obras, dignas de tanta gloria, cuja eternal duraçom, sob proveitosa fim, alevantara a tua fama com grande honra de tua memorya, nom sem proveitoso insino de todollos principes que seguirem o teu exemplo; ca, por certo nom sem causa, eu demando perdom a as tuas vertudes, conhecendo minha pouca sofeciencia para abarcar tamanha soma, quando com mais justa rezom spero seer reprehido por minguar do que devo, que prasmado por fallar sobejo. Tua gloria, teus louvoures, tua fama, enchem assy as minhas orelhas, e ocupam minha vista, que nom sey a qual parte acuda primeiro. Ouço as prezes das almas inocentes d'aquellas barbaras naçoões, em numero casy infyndo, cuja antiga jeeraçom desd' o começo do mundo nunca vyo luz devinal, e pollo teu engenho, pollas tuas despesas infyndas, pellos teus grandes trabalhos, som trazidas ao verdadeiro caminho da salvaçom, as quaaes, lavadas na augua do baptismo e hungidas com o santo olio, soltas d'esta miseravel casa, conhecem quantas treevas

jazem sob assemelhança da claridade dos dias de seus antecessores. Mas não direy com qual piedade, contemplando na divina potencia, continuamente requerem o gallardom de teus grandes merecimentos, a qual cousa se não pode reprovar per aquelle que bem escoldrinhar as sentenças de Sam Tomas e de Sam Gregoryo, sobre o conhecimento que ham as almas d'aquelles que lhe em este mundo aproveitaram ou aproveitam. Vejo aquelles Garamantes e aquelles Tiopos que vivem sob a sombra do monte Caucaso, negros em collar porque jazem de sob o oposto do auge do sol, o qual, sendo na cabeça de Capricornyo, he a elles em estranha quentura, segundo se mostra pello movimento do centro de seu excentrico ou per outra maneira, porque vezinham com a cinta queimada; e os Indyos mayores e menores, todos iguaes em collar, que me requerem que screva tantas dadivas de dinheiros e de roupas, passageës de navyos, gasalhado de pessoa, quanto de ty receberom aquelles que por visitaçom do Apostollo, ou cobiiçosos de veer a fremosfera do mundo, chegarom a as fiins da nossa Espanha. Espantam-me aquelles vezinhos do Nylo, cuja grande multidom tem ocupados os termos d'aquella velha e antiga çidade de Thebas, porque os vejo vestidos da tua devysa, e as suas carnes, que nunca conhecerom vestidura, trazem agora roupas de desvayradas collores e as gargantas das suas mulheres garnidas com joyas de ricos labores d'ouro e de prata. E que fez esto se não largueza de tuas despesas e o trabalho de teus servidores, movidos per teu virtuoso engenho, pello qual tresmudaste nas fiins do Ouriente as cousas criadas e feitas no Ocidente. Não foram os requerimentos e vozes daquestes de tanta efficacya, pero muytos fossem, quantos foram os clamores da grandeza dos Allemaães, e da gentileza de França, e da fortalleza de Inglaterra, e da sabedora de Itallya, acompanhados d'outros de diversas naçooës e languageës, toda gente estremada em linhagem e vertude. Oo tu, dizem estes, que te metes no laberinto de tanta gloria, porque te estas ocupando com as naçoes ouryentaaes? Falla comnosco, que corremos as terras, e cercamos a redondeza do mundo, e experimentamos as cortes dos principes, e casas dos grandes senhores; sabe que não acharas hi outro que possas iguallar aa excellencia da fama d'aqueste, se tu julgas per direito peso todo o que perteece a grande principe, entanto que com rezom lhe podes chamar templo de todallas vertudes! Oo como acho queixosos os do nosso regno, porque antepoño a elles outra nehũa geeraçom! Aquy acho grandes senhores, aquy prellados, aquy fidalgos, aquy donas viúvas, cavalleiros relegiosos, meestres da santa fé, com muytos graduados em todallas sciencias, novos escollares, grandes aazes de scudeyros e d'homeës de nobre criaçom, officiaes mecanicos, com outra infinda multidom de povoo. Huës me mostravam villas e castellos, outros, lugares e terras chaãs, outros, comendas de grossas rendas, outros, grandes e abastados regueengos, outros, quintaãs, e herdades, e foros, outros, cartas de teenças e de casamentos, outros, ouro, e prata, e dinheiros, e panos, outros, saude nos corpos e escapamento de perigoos, que pollo teu aazo cobrarom, outros, servos e servas infiindas, outros me contam de moesteyros e igrejas que repairaste e fezeste de novo, com grandes e ricos ornamentos que ofereçeras em muytos lugares pyadosos, outros me mostravam os sinaes dos ferros que trazyam no cativeyro de que os tiraste. Que farey a pobrees mendigos que vejo ante mÿ carregados d'esmollas? E a grande multidom de frades de todallas ordeës que me mostram as roupas com que cobriste suas carnes. E a avonança dos mantiimentos com que repairaste suas necessarydades? Ja quisera

fazer fim d'este capitollo, se nom vira viir a multidom dos navyos com as vellas altas, carregados das isilhas que tu povoraste no grande mar Oceyano, braadando que os aguardasse, ca me queryam mostrar como nom devyam ficar fora do registo d'aquestes. E mostrarom-me suas grandes abogoaryas e os seus valles todos cheos d'açucar, de que espargiam muyto pello mundo. E trazyam por testemunho de sua grande abastança todollos moradores do regno do Algarve. Pregunta, disserom elles, quando souberom estas gentes que cousa era avondança de pam, senom depois que o nosso principe povohou as ilhas desertas, em que nom avya outra povoraçom senom allymaryas monteses? E mostrarom-me as grandes ilhas das colmeas, cheas d'ensexames, de que trazem grandes carregas de mel e de cera para o nosso regno; e as grandes alturas das casas, que se vão ao ceo, que se fezerom e fazem com a madeira d'aquellas partes. Pera que direy tantas cousas, quantas me forom oferecidas em teu louvor, as quaaes sem prejuizo da verdade podia screver?¹

¹ *Crónica da Guiné*, ed. cit., «Envocaçom de Autor».

Este texto, cujo destinatário é o próprio Infante, afigura-se-nos paradigmático das marcas ou traços que viemos identificando e que caracterizam a obra de Azurara: o tom exclamativo, a opulência retórica, a presença tutelar de referentes culturais, nomeadamente São Tomás e São Gregório, os antigos geógrafos e historiadores; a forte componente do ideal de cruzada e missionação, justificativos da conquista, bem como a meta da «normalização» civilizacional, isto é, por exemplo, a abolição da nudez dos povos descobertos e conquistados. Parece-nos igualmente de sublinhar uma visão diferencial dos povos da Europa, segundo definições que, de certo modo, se vão tornar estereótipos: «a grandeza dos Allemães, [a] gentilleza de França e, [a] fortaleza de Inglaterra, e [a] sabedorya de Itallya».

A enumeração dos louvores e bondades do Infante, cujo enfático panegírico este texto constitui, não é, porém, de modo algum acrítico. O autor, numa reflexão sobre a diversidade, numa apropriação primária da relatividade, apresenta, ele próprio, o reverso de uma medalha em que está cunhada também a marca da disforia:

Outras vozes muyto contrairas d'aquestos que ataa quy razoey, soarom nas minhas orelhas, das quaaes eu ouvera grande pyedade, se as nom achara fora de nossa ley, ca me fallarom infiindas almas de Mouros, d'aaquem e d'aalem, muytos que forom mortos per tua lança, pella guerra muy cruel que lhe sempre fezeste! Outros se me oferecerom, carregados de ferros, com pyadosa contenença, que forom cativos per teos navyos, com grande força dos corpos de teus vassallos; mas tanto notey eu d'aquestes que se nom queixavam tanto da sua derradeira fortuna, como da primeira, e esto he, d'aquelle enganoso erro em que os leixou aquelle falso cismatico Maffamede. E assy concludo meu começo, que, se as tuas grandes vertudes, com a excellencia de teus nobres e grandes feitos, soportarem algũa mingua pella inorancia de minha sciencia e rudeza de meu engenho, que eu peço a a tua magnanima grandeza, que, com cara pyadosa, passes per minha culpa.²

² *Ibidem*.

Em conclusão, e terminando de certo modo como começámos este TEMA, ocorre dizer que Gomes Eanes de Azurara ocupa, na Literatura Portuguesa

Medieval tardia, no limiar do Renascimento e do Humanismo, um lugar autónomo e um espaço próprio. Para ele, a história é, sobretudo, escrita em que as digressões, comentários, prólogos, introduções, excursos, tornam a história diferente ou transcendente em relação aos puros eventos. A dimensão metafórica e simbólica, os referentes culturais e a mimese literária dimensionam a história de Azurara como *res litteraria*, isto é, objecto literário. Contribui — e nisso encontramos um paralelo efectivo com o seu antecessor, Fernão Lopes — para a criação de uma temática propiciadora da produção literária posterior. A imagem do Infante D. Henrique, por exemplo, na visão romaneada de Oliveira Martins ou na dimensão simbólico-poética de Fernando Pessoa, deriva, indubitavelmente do testemunho hipertrofiado e entusiástico de Azurara:

A CABEÇA DO GRYPHO/O INFANTE D. HENRIQUE

Em seu throno entre o brilho das esferas
Com seu manto de noite e solidão,
Tem aos pés o mar novo e as mortas eras —
O unico imperador que tem deveras,
O globo mundo em sua mão.¹

¹ Fernando Pessoa, *Mensagem*.

² As suas *Crónicas* completas foram editadas na colecção «Tesouros da Literatura e da História», Lello, Porto, 1977, com introdução de M. Lopes de Almeida.

³ *Dicionário de Literatura*, s.v.

⁴ Filho de D. João II e D. Leonor, este príncipe morreu desastrosamente, pouco tempo depois, num acidente

Quanto a Rui de Pina,² terceiro Cronista-mor do Reino, já dele dissemos o que nos parece essencial para a localização de uma figura algo controversa da Historiografia Portuguesa dos finais do século XV, primeiro quartel do século XVI: as dúvidas na atribuição de originalidade e plena autoria da sua obra, ou, pelo contrário, o seu débito em relação aos seus antecessores, Fernão Lopes e Gomes Eanes de Azurara, levam-nos a abordar prudentemente este autor. Segundo Jacinto do Prado Coelho³ devem-se-lhe, indubitavelmente, a última parte da *Crónica de D. Afonso V* e a de *D. João II*. Nesta, sobretudo, a proximidade cronológica e, de certo modo também a poderosa dimensão do Rei, bem como o dramatismo de alguns acontecimentos do seu reinado, sobram a Rui de Pina para exercitar um estilo de narração que cada vez mais se aproxima e prepara a majestática dignidade da historiografia moderna em Portugal. E contudo, não esqueçamos, embora invadindo cronologicamente o século XVI, ele é, seguramente ainda um historiador medieval: as categorias sociais da Idade Média lá estão, ritualizadas em lugares que consideramos selectos na prosa historiográfica de Rui de Pina: na *Crónica de D. Afonso V*, a investidura de cavaleiro do príncipe D. João, futuro rei D. João II, depois da tomada de Arzila é, sem dúvida, um testemunho da vigência e da vivência dos modelos da cavalaria. Quem poderá não encontrar na gravidade ritual do acto, que, como segundo baptismo, obriga o jovem príncipe aos deveres da Ordem, um paralelismo com a descrição dos rituais de investidura nas novelas de cavalaria, nomeadamente na *Demanda do Santo Graal*?

Relevamos, como exemplo da prosa sóbria e elegante de Rui de Pina, a descrição das festas magníficas, realizadas em Évora por ocasião dos esposais do Príncipe D. Afonso com a Infanta de Castela.⁴ Depois de ceias, festas,

danças, banquetes, que duraram vários dias, em que o cronista descreve os «ricos brocados e chapados», as sedas e «ricos forros» das «opas roçagantes» dos participantes. Referem-se também «envenções», «entremeses» e «justas», jogos de touros e de canas, «momos, musicas e festas sem nunca cessarem». Prepara-se uma tribuna «tea», coberta com as cores do Rei, roxo e verde, embandeirada com as armas de Portugal e de Castela, e constrói-se, na rua dos Mercadores, um castelo de madeira «em forma de fortaleza de guerra», como cenário para justas e torneios.

Note-se, com efeito, a espectacularidade das festas e a capacidade de visualização manifestada pelo cronista:

E aa terça feira logo seguinte, ouve na salla da madeira excellentes e mui ricos momos, antre os quaes el-rey, pera desafiar a justa que avia de manteer, veeo primeiro momo, envencionado Cavaleiro do Cirne, com muita riqueza, graça e gentileza, porque entrou pelas portas da salla com hũa grande frota de grandes naaos, metidas em panos pintados de bravas e naturaes ondas do mar com grande estrondo d'artelharias, que jogavam, e trombetas e ataballes e manistrees tangiam, com desvairadas gritas e alvoroços d'apitos, de fengidos mestres, pillotos e mereantes, vestidos de brocados e sedas e verdadeiros e ricos trajos d'Alemães. Os toldos das naaos eram de brocado, e as vellas de tafeta branco e roxo, e a cordoalha d'ouro e seda, povoado e cheo tudo de vellas e candeas douradas acesas. As bandeiras quadradas de baixo e os estandartes das gaveas eram das armas d'el-rey e da princesa; vynha diante da frota sobre agoa hũ grande e fermoso cirne com as penas brancas e douradas, e apos elle, na proa da primeira naao, vynha o seu cavaleiro, guiado d'elle, que, em nome d'elrey, armado, saio com sua falla e deu a princesa hũ *breve*¹ conforme a sua tençam de a querer servir nas festas e seu casamento, em que, sobre certas concrusões d'amores, em que se afirmou, retou e desafiou pera justa d'armas com octo manteedores a todolos que o contrairo quisessem combater. E apos isso, per reys d'armas, trombetas e officiaes ordenados pera isso, se pobricou em alta voz o *breve* e o desafio e condições das justas e grados d'ellas, assi pera quem maes gentil-homem viesse aa tea, como pera quem melhor justasse. E apos isto sayo el-rey com seus momos mui ricos e dançou com a princesa, e assi os outros seus com damas. E logo vieram outros momos do duque e d'outros muitos fidalgos, em que, com palavras e envençam de muita ardidez e galantaria com as mesmas condições, acceptaram, e per seus *breves* emprenderam, o desafio da justa, e dançaram aquella nocte, em que ouve muitos entremeses e festas.

E aa quarta feira, o princepe e a princesa, com muita pompa e grande estado, se foram apousentar no meo da praça, e tambem a rainha, que era mal-sentida, pera d'hi veerem as justas. E sobre a tarde partio el-rey de seus paços e foy tomar a tea com tanta realeza e com tantas novidades e envenções de grandeza como nunca outrem se vio tomar. E el-rey, com seus mantedores, se foy decer aa tavola ja de nocte, onde cearam com elle em mesas juntas e apartadas.

E aa quinta feira fez el-rey sua mostra com seus oyto mantedores, e apos elle a fizeram os ventureiros, que passaram de cinquenta, nos quaes todos em

a cavalo. A descrição desse desastre que, segundo o cronista, afectou para a vida o carácter de D. João II, é por ele narrado com dramatismo e vigor humano. Ressalvem-se, evidentemente, as teses dos historiadores sobre esse caso triste que fez inflectir a dinastia portuguesa e levou ao trono D. Manuel, irmão da Rainha.

¹ Breve designa um texto escrito, contendo uma mensagem, neste caso relativa a «concrusões de amores».

cavillos, arneses, paramentos, cimeiras, lanças, letras, pages e outras cousas de justa, ouve tanta riqueza, e pera o auto envenções asi novas e de tanto louvor, que muitos justadores velhos de muitas nações que hy eram e que ja viram outras muitas justas reaes foram da riqueza e envençam d'estas sobre todas maravilhados. E neste dia ouve algũ começo de justa, e nom foy mais, porque sobreveo a nocte, na qual, e em todas as outras, a teia e a praça, com faroes e fogareos acesos, foy assi crara e alumeada, que assi poderam sempre justar como de dia. Co este dia justaram quatro dias continos atee o domingo, nos quaes ouve muitos frios e grandes neves; e porem a justa foy em tudo muy real e bem justada, em que se fizeram muitos e maravilhosos encontros. E ao domingo, por nocte, se desfez a tavolla e justas, e as pessoas reaes se tornaram a seus paços, onde aquelle dia ouve grandes festas; e pelos juizes das justas se publicaram e julgaram a el-rey ambos os grados, que por gentil homem era hũ anel com hũ muy riquo diamante, e por melhor justador hum grande colar d'ouro; e tal sentença nom foy injusta, porque aalem de el-rey vyr aa tea muy gentil-homem e em maravilhosa contenença, elle, por ser aquella a primeira vez que justara, compeo com grande deestrea as primeiras quatro lanças que pera o ganhar eram ordenadas. Mas el-rey tomou soamente pera sy a honra, e o proveito dos grados repartio logo per aquelles que apos elle entendeo que o mereciam.

Esta magnífica descrição refere-se apenas a alguns dias dos prolongados festejos e contém um relato pormenorizado do «momo do Cavaleiro do Cirne», em que o próprio Rei participou, «envencionado», isto é, travestido do personagem Lohengrin.¹

¹ Personagem de uma lenda alemã relacionada com os romances grálicos: Lohengrin, filho de Parzival, vai em socorro da Princesa de Brabante, levado por um Cisne, impondo à Princesa a condição de não lhe fazer perguntas sobre a sua origem. O interdito não é cumprido e ele parte de novo como Cavaleiro do Cisne. A lenda foi tratada ao que parece pela primeira vez por Wolfram von Eschenbach e retomada em outra narrativa novelesca, no século XIII, em língua alemã.

Creemos que, neste texto, vários aspectos documentais devem ser, sublinhados do ponto de vista literário e cultural. Em primeiro lugar, a presença de um tema de origem alemã, em que o cronista mostra uma perfeita consciência dessa origem, visto que afirma que vinham todos os figurantes «vestidos de brocados e sedas e verdadeiros trajos d'Alemães». Releve-se ainda o facto de estarmos perante um espectáculo teatral de carácter aristocrático e palaciano, em que se verifica já um notável desenvolvimento de recursos cénicos: a «grande frota de grandes naus», as «bravas e naturaes ondas do mar»; a utilização do som («estrondo d'artelharias», «alvorços d'apitos») e dos efeitos musicais («trombetas e ataballes e manistrees»), bem como o suporte textual da encenação, constituído pelo breve apresentado à Princesa.

Na parte do texto apresentado, referente a «quinta feira», descreve-se a justa que dura até ao domingo seguinte, em que novamente participa o Rei a quem os «juizes das justas» atribuíram os dois galardões em causa: por «gentil homem» e por «melhor justador». Ambos os prémios são, porém cedidos pelo Rei, num gesto de nobreza cavaleiresca ...

Todo o ambiente de uma corte ainda medieval, a magnificência, a postura, os valores sociais e áulicos aparecem na representação literária de Rui de Pina.

Na transição entre essa Idade Média evanescente e a Idade Moderna em poderoso avanço, a obra de Rui de Pina é um documento que, ainda que literal é, certamente, significativo.

TEMA 4. Garcia de Resende, uma personalidade versátil.
A *Miscelânea*, consciência do tempo. O
Cancioneiro Geral, num universo em mutação:
temas e formas.

No seu controverso e mal amado drama *Um Auto de Gil Vicente*, Almeida Garrett põe em cena, em plena corte de D. Manuel o velho Garcia de Resende. E aí, de entre as poucas tiradas que lhe são atribuídas, ele diz, respondendo ao Conde de Vila Nova que lhe censura algum reticente entusiasmo em relação ao rei D. Manuel:

Perdoareis, senhor conde de Vila Nova: sou mais criado d'el-rei que Deus guarde, do que fui de quem está em glória [D. João II]. Lá creio firmemente que descansa aquela grande alma! Esse chamava-me **seu amigo**. Mas nem a memória do defunto nem a presença do que reina me farão dizer o que não é. O felice reinado do senhor Dom Manuel é o tempo da colheita; seu primo gastou a vida a semear. Vamos, senhor conde, que a ambos devemos muito. Isto é achaque de velhos, estar sempre com o passado [...].¹

¹ Acto III, Cena I.

De facto, Garcia de Resende, (1470(?)-1536) natural de Évora e irmão do grande humanista André de Resende atravessou três reinados e viveu como valido nas cortes de D. João II, D. Manuel e D. João III. Mas foi, efectivamente o cronista de D. João II, por cuja figura e carácter manifesta sempre uma calorosa afeição e admiração sem limites.

A sua figura, obesa e jovial, desenhador, músico e cantor é, frequentemente maltratada pelos historiadores da literatura, que passam talvez levianamente sobre a sua obra, insinuando a sua «mediocridade» e a pouca altura do seu perfil literário. O seu nome aparece, sobretudo, ligado à monumental compilação do *Cancioneiro Geral*, publicado em Lisboa, em 1516 e contendo o vasto repositório dos últimos representantes da poesia portuguesa medieval, dos finais do século XV (e princípios do século XVI).

Garcia de Resende (tal como Rui de Pina, por exemplo, Bernardim Ribeiro, Gil Vicente e até o próprio Sá de Miranda, introdutor do soneto em Portugal), coloca problemas de periodização literária. Cavalgando entre dois séculos, ele(s) apanha(m), evidentemente, uma transição de difícil — ou impossível — demarcação. Como compilador do *Cancioneiro Geral* e autor de algumas composições nele contidas, situa-se numa Idade Média literária tardia mas ainda fora do âmbito genérico, formal e ideológico do Renascimento. Mas, como autor da *Crónica de D. João II* e desse extraordinário texto de testemunho, análise e crítica do tempo que é a *Miscelânea*, publicada no mesmo volume da crónica em 1554² e escrita, provavelmente entre 1530 e 1533, ele está já plenamente envolvido e mergulhado na intensa vaga cultural do Renas-

² A 1.ª edição desta crónica sem inclusão da *Miscelânea* fora em 1545.

¹ A edição utilizada foi a *Crónica de dom João II e Miscelânea por Garcia de Resende*, nova edição conforme a de 1798, Lisboa, INCM, 1973.

cimento. É por isso que, ainda que em breves traços, nos parece pertinente incluímos algumas considerações sobre o que representam esses dois textos da autoria de Garcia de Resende. Não seria, parece-nos, pertinente engendrar «dois» Garcia de Resende; um, o compilador e autor representado na compilação; outro, o historiador e o observador presencial de uma viragem que muda o rumo do pensamento europeu na primeira metade do século XVI.

No que diz respeito à *Crónica de D. João II*¹ julgamos significativo que ele assumia, com a modéstia que explicitará no «Prólogo» do *Cancioneiro Geral*, um modo testemunhal e não globalizante de fazer história. Cremos que, aí, se apresenta como um inovador entre os cronistas, seus antecessores e contemporâneos. Longe dele o conceito de Rui de Pina, por exemplo, ao dizer, no «Prólogo» da *Crónica d'El-Rei D. Duarte*:

Estorea, muy excellente Rey [D. Manuel] he assi mui liberal Princesa de todo bem, que nunca em sua louvada conversação nos recolhe que della não partamos sem em toda calidade de bondades, e virtudes spirituaaes e corporaaes nos acharmos logo outros [...]

Garcia de Resende, ao contrário dos outros cronistas não dota a sua crónica de qualquer prólogo, mas apenas de uma «Dedicatória» em que declara que o seu trabalho se deve a «Temor» (respeito, veneração) e a «Amor». A *Crónica de D. João II*, não é, por outro lado, a crónica de um rei. É antes a história de um Homem, começando, no primeiro capítulo pelo seu nascimento, a sua infância, juventude e feitos enquanto príncipe. Só no capítulo XVII é «alçado por Rey» e o «saymento del Rey dom Affonso» surge no capítulo XXIII.

O discurso de Garcia de Resende é, efectivamente, mais memorialístico do que cronístico. Numerosas vezes introduz a narração de episódios ou incidentes da biografia de D. João II com expressões tais como «hindo *um dia* de casa [...]»; «foy el Rey *hum dia* [...] a ouvir missa»; «el Rey hindo *hum dia* pasceando a cavallo». Trata-se, parece-nos, de um verdadeiro livro de memórias, às vezes anedóticas e sempre exemplares, directamente derivadas de um contacto pessoal e humano. Delas se recolhe um retrato a corpo inteiro, em que o retoque do retratista embeleza, talvez, o original.

Vejamos os seguintes exemplos, em que se sublinha o carácter ardido e cavaleiresco do Rei e a sua austeridade, a par de um sentido saborosamente humorístico:

Do que el Rey fez indo com a Raynha a ver correr touros em Alcouchete.

Estando el Rey em Alcouchete, hindo hum dia de casa a pe com a Rainha, e damas, e senhores, e muytos fidalgos a ver correr touros no terreiro junto da Igreja, acertou que metendo hum touro na cancella fogio do corro, e veyo por a rua principal por onde el Rey hia, e diante do touro vinha muyta gente fogindo com grande grita. Foy o receo tamanho nos que hiam diante del Rey, que todos fogiram, e se meteram por casas, e travessas. E el Rey so tomou a Raynha pola mão, e pozse diante della com a capa no braço, e a espada apunhada com muyto grande segurança esperou assi o touro, que quis Deos

que passou sem entender nelle. De que muytos fidalgos, e outros homens ficarão muy envergonhados, e elle com muyta honra, e foy forte que se a el Rey vira fazer a outrem lhe fizera por isso muyta merce, fegundo estimava as cousas bem feytas. E porque dom Jorge de Meneses seu paje da lança, que lhe trazia a espada, nam vinha pegado com elle, e ficava hum pouco atras com has damas, quando pedio a espada, e o nam vio, posto que lha deu muyto prestes o arrepelou primeiro que a tomasse.¹

¹ Leitura segundo ed. cit., cap. LXXII.

Do que el Rey disse a Fernam Serram.

A Primeira vez quando el Rey entrou na Cidade de Lisboa, foy hũa muyto grande entrada, e solennissimo recebimento de grandissimas festas, e muytos e grandes gastos e despesas, cousa que foi nomeada por grande, e ouve ahy homens que gastaram muyto, e hum Fernam Serram cavalleiro cidadam de Lisboa, homem honrado, vendeo duas quintas, e gastou tudo em atavios e vestidos, antre os quaes fez hum gibam borlado de pedras, e pedraria que valia muyto. El Rey porque fora demasia pesoulhe, e tevelho a mao recado, e por não parecer a alguem que elle favorecia e folgava dos homens lançarem o seu a longe, hum dia a mesa lhe disse perante todos: Fernão Serram, quantas quintas fazem hum gibam: que não deixava passar cousa malfeita sem represam, ou castigo.²

² *Ibidem*, cap. LXXXVI.

Contudo, talvez a maior criação literária de Garcia de Resende seja a *Miscelânea*. Subscrevemos a opinião de Veríssimo Serrão:

Não resta dúvida de que Garcia de Resende compreendeu a vida nos seus quadros mentais de «tempo» e «espaço», ou seja, como duração e itinerário. A *Miscelânea* constitui o testemunho dessa convicção. Para ele, a existência seria composta por factos soltos que formavam um trajecto coerente para integrar a pessoa humana na história.³

³ «Introdução», p. XIX, ed. cit.

Trata-se de um relativamente extenso poema, iniciado por um «Prologo» e encerrado por uma «Conclusam».

Senhor

As perdas, nojos, doenças,
e fortunas tem remedio;
mas quẽ deixa perder tempo
nunca o mais pode cobrar:
eu naqueste, em que me vi
descontente, e ocioso,
e fora de occupações,
non de paixões, e cuidados,
me occupei em cuidar,
e recolher á memoria
as muytas, e grandes cousas,
que em nossos dias passaram,
e as novas novidades,

grandes acontecimentos,
e desvairadas mudanças
de vidas, e de costumes,
tantos começos, e cabos,
tanto andar, e desandar,
tanto subir, e decer,
tantas voltas más, e boas,
tanto fazer, desfazer,
tanto dar, tanto tomar,
tantas mortes, tantas guerras,
tam poucas vidas, e pazes,
tanto ter, tanto não ter,
tantos descontentamentos,
tantas e vans esperanças,
tanto mal, tam pouco bem,
tanto favor, desfavor,
tanto valer, desvaler,
tanto prazer, tantos nojos,
tam pouco dar por virtudes,
tantos falsos, e mentiras,
tam pouca fe, e verdade,
tantos soberbos, e baxos,
tanto saber sem dar fruto,
tantos simples, e errados,
tam poucos os que acertão,
tantos serviços em vam,
tanto medrar sem servir,
tanto soltar, e prender,
tantos enganos, e modos,
tantos bons sem galardam,
e tantos maos sem castigo,
conselhos sem caridade,
ingratidam sem razam,
cobiças, e pouco amor,
e amizades fingidas,
tam perseguida a Igreja,
de cristãos mais q̃ de mouros,
tanto trabalhar por vida,
tam pouco por bem morrer,
tantos avaros tiranos,
tantos cuidados do mundo,
tantos descuidos de Deos
por cousas que ham de acabar.
E quem verdadeiramente
estas todas bem sentir,
verá que em muytos tempos
nunca taes aconteceram.
Quando, Senhor, me lembrou
tamanho numero dellas,
e tam grande esquecimento,

que poucas vemos escritas,
me pareceo que erraria
non as por em lembrança,
e tambem outras piquenas
que são dignas de notar:
e tanto foy o dezejo
que tive de o fazer,
q̃ me esq̃ceo de quam pouca
sufficiencia tinha.
E porque tamanhos casos
me fizeram ter em pouco,
quanto o mundo agora pode,
e quanto pode poder,
determiney de sofrer,
de ouvir antes glosadores,
que deixar escorecido
o que devia ser claro.
E pois muytos gostam ver
livros, fabulas antiguas,
a que por auctoridade
dos Escriitores dam fe,
muyto mais devem folgar
de ler estas, que tam certo
todos sabem, e alguns virão,
e esquecidas estavam:
mas a natureza he tal,
que poucos querem ouvir,
nem aprender, nem faber
cousas certas, nem verdades;
e mais vendo esta obra
escrita por quem carece
de lingoagem, de doçura,
de saber, graça, eloquencia,
e em estilo tam baixo,
que, se vossa Alteza soo
com seu favor lhe não val,
bẽ em vam foy meu trabalho.¹

¹ *Miscelânea*, «Prólogo», ed. cit.

Relevemos, neste texto, alguns aspectos que nos parecem caracterizar o sentimento do homem português da época, dividido entre o prazer e o desprazer, a euforia e a disforia, de certo modo esmagado e perplexo perante o que Camões chamaria o «desconcerto do mundo» e que fere o sentido ético de Sá de Miranda, entre outros. O poeta começa por reflectir sobre a fugacidade do tempo, um tema novo que a poesia renascentista vai enfatizar e que a reflexão maneirista irá reformular no sentido da interiorização melancólica:

mas quẽ deixa perder tempo
nunca o mais pode cobrar.

A irreversibilidade do tempo, por um lado; por outro, essa espécie de angústia perante a **perda** a que o tempo sujeita as coisas e que será, para Garcia de Resende, um motor importante, ideia que reformulará, aliás, no «Prólogo» do *Cancioneiro Geral*. Como homem pragmático e realista, vai «recolher à memória/as muytas e grandes cousas/que em nossos dias passaram». A consciência do tempo está presente e a sua reflexão organiza-se segundo estruturas de dissemelhança: começos/cabos; andar/desandar; subir/descer; fazer/desfazer, etc. Como recurso enfático, utiliza insistentemente a anáfora **tantos, tanto, tam**, cujo conteúdo semântico aponta, naturalmente, para um juízo superlativo em torno das «muytas e grandes cousas».

As estruturas de dissemelhança, a nível do discurso, assentam quer na utilização de lexemas antitéticos (más/boas; mortes/vidas), quer na utilização de morfemas de negação (andar/desandar; favor/desfavor). A variedade imprevisível das coisas exprime-se por essa construção antinómica em que encontramos, subjacente, uma crítica social implícita e explícita: «tantos bons sem galardam e tantos maos sem castigo»; «ingratidam ... cobiças ... amizades fingidas ...».

No desenvolvimento que se segue a este «Prólogo», o autor refere, aparentemente de modo aleatório os casos que a sua geração presenciou, numa perspectiva que parte da Europa e se alarga para outros continentes, mencionando o que considera as maravilhas do seu tempo, numa panorâmica abrangente e presencial, desde as grandes catástrofes de uma Europa em guerra, até ao encontro de povos desconhecidos e exóticos, até à invenção da Imprensa, até mínimos e particulares «fait-divers»:

Em Evora vi hum minino,
q̃ a dous annos non chegava,
e entendia e fallava,
e era ja bem latino;
respondia e perguntava,
era de maravilhar
ver seu saber, seu fallar, [...]¹

¹ «Prólogo», p. 380, ed. cit.

Testemunho presencial colectivo, a marca do discurso na *Miscelânea* consiste na insistência contínua da forma «vemos», «vimos», mais raramente «vi».

Ver, olhar, é, afinal a operação que precede a reflexão e o juízo crítico, o acto imediatista da aquisição do saber, em suma, da tomada de conhecimento do que o mundo e a natureza oferecem.

A «Conclusam» da *Miscelânea* consiste mais numa exortação semelhante uma vez mais, à que existe no «Prólogo» do *Cancioneiro Geral*, como se verá.

O autor remete para a sua modéstia («pois eu mais não sey fazer») e deixa caminho aberto aos que mais sabem:

Muy poucos adjudadores
acha quem quer fazer bem;
e se alguem bem fecto tem
sam tantos os glosadores¹
que o non faz ja ninguem.
As cousas ante de achadas,
nem vistas, nem practicadas,
he muyto quem as bem acha,
e muy pouco pôr lhe tacha
quem as deseja tachadas.
Ho caminho fica aberto
a quem mais quiser dizer:
tudo o que escrevi he certo.
Non pude mais escrever
por nã ter mais descoberto;
sem letras, e sem saber,
me fuy naquisto meter,
por fazer a quem mais sabe,
que o que minguar acabe,
pois eu mais não sey fazer.

¹ Criticos.

Garcia de Resende dá, de certo modo nome ao *Cancioneiro Geral: Cancioneiro de Garcia de Resende*, como é vulgarmente conhecido.²

No «Prólogo» a que já aludimos, dá conta de um certo número de tópicos e conceitos que consideramos relevantes para a determinação de um **contexto** que, de algum modo gera o próprio **texto**. No «Prólogo» dedica-se a obra a D. Manuel. Começa o autor por afirmar que, por condição natural, os Portugueses desleixam a escrita dos seus feitos «de guerra, paz e vertudes, de ciencia, manhas e gẽtileza». Reconhece assim que a durabilidade e memória incumbe e é condição da escrita.

O tópico que refere em seguida, enquadra-se num sentimento euforizante que a Europa dos descobrimentos assumiu particularmente, como é óbvio, Portugueses e Castelhanos: a comparação quase sistemática entre os feitos da Antiguidade («Roma, Troya») e os feitos recém-realizados. Tópico, que, como sabemos encontrará no discurso épico de Luís de Camões a sua mais nobre expressão, mas que fazia parte do aparelho conceptual do Homem Quinhentista:

Cessem do sábio Grego e do Troiano
As navegações grandes que fizeram:
Cale-se de Alexandro e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram,
Que eu canto o peito illustre lusitano,

² Servimo-nos do texto segundo a ed. André Crabbé Rocha, 5 vols., Ed. do Centro do Livro Brasileiro, Lisboa, 1973.

A quem Neptuno e Marte obedeceram.
Cesse tudo o que a musa antiga canta
Que outro valor mais alto se alevanta.¹

A enumeração cumulativa dos feitos de guerra e de evangelização, (conquista pelas armas e conquista espiritual) num fôlego só, poderíamos dizer, dá conta, de facto de um entusiasmo irreprimível e de uma ilimitada auto-admiração: «Tantos rreynos...» etc.

Na lógica do seu raciocínio, Garcia de Resende conta como outro feito, que designa, pitorescamente por «cousas de folgar e gentilezas» e, particularmente a «arte de trovar», isto é, a poesia, dispondo-se, neste passo a definir o que podemos considerar as **funções da poesia**, tal como são entendidas, numa época de intensa vida palaciana, que podemos caracterizar como de clima festivo e de quase ingénua exteriorização. Eis pois, as cinco funções de sociabilização que o autor do «Prólogo», compilador e poeta do Cancioneiro atribui à poesia:

1. Função de celebração religiosa («com ela nosso senhor louvado...»)
2. Função comemorativa e histórica («muytos emperadores, Reys e pessoas de memoria, polos rrymances e trovas sabemos suas estorias»)
3. Função de sociabilização e convívio aristocrático («nas cortes dos grandes príncipes he muy necessaria...»)
4. Função crítica («os que maos trajos e envenções fazem, per trovas sam castigados...»)
5. Desenfadamento.

Reconhecendo, pois, e proclamando a importância da poesia, ainda que colocando-a abaixo dos «outros feitos», Garcia de Resende empreende a sua recuperação ao «ordenar este livro». Esse seu trabalho tem, porém, um alcance mais amplo: «para os que mays sabẽ s'espertarem a folgar d'escrever e trazer aa memoria os outros grãdes feytos nos quaes nam ssam dino de meter a mão». Insere-se, assim, na estirpe daqueles que no século XVI preparam e apelam para a feitura de um poema de celebração daquelas acções que, como vimos, enumerara. Vejamos o texto:

*Prologo de Garcia de Rresende
Deregido ao príncipe nosso senhor*

Muyto alto e muyto poderoso
príncipe nosso senhor:

Porque a natural condiçã dos portugueses he nũa escreverẽ cousa que façam,
sendo dinas de grande memoria: muytos e muy grãdes feytos de guerra, paz e

vertudes, de çiença, manhas, e gẽtileza sam esqueçidos, que, se os escritores se quisessem acupar a verdadeiramẽte escrever, nos feytos de Roma, Troya e todas outras antiguas cronicas e estorias, nam achariã mores façanhas nẽ mays notaveys feytos que os que dos nossos naturaes se podiã escrever, assy dos tẽpos passados como d'agora. Tantos rreynos e senhorios, çydades, vilas, castelos, por mar e per terra, tãtas mil legoas, per força d'armas tomados, sendo tãta a multidão de jente dos contrayros e tam pouca a dos nossos: sostidos com tãtos trabalhos, guerras, fomes e çercos; tã longe d'esperãça de sser ssocorridos, s̃enhoreando por força d'armas tãta parte de Africa, tendo tãtas çidades, vilas e fortalezas tomadas e cõtinuamẽte guerra sem nunca çessar. E assy Guynee, sendo muitos rreys grandes e grandes senhores seus vassalos e trebutarios e muita parte de Etyopia, Arabia, Perssia e Hyndeas, onde tantos rreys mouros e gentios e grandes senhores sam per força feytos seus suditos e servidores, paguando-lhe grandes pareas e trebutos e muytos d'estes pelejando por nos debaixo da bandeira de Cristos, com os nossos capitaães contra os seus naturaes; conquistando quatro mil legoas por mar, que nenhuãs armadas do ssoldam nem outro nenhum gram rey nem senhor nã ousam navegar, com medo das nossas, perdendo seus tratos, rendas e vidas: tornando tãtos rreynos e senhorios com ynumeravel jente aa fee de Jesu Cristo rreçebẽdo agoa do ssanto bautismo: e outras notaveys cousas, que sse nãam podem em pouco escrever. Todos este feytos e outros muytos d'outras sustançias nam ssam divulgados como foram, se jente d'outra naçam os fezera. E causa ysto sserem tam confiados de ssy, que nam querem confessar que nenhuãs feytos ssam mayores que os que cada huũ faz e faria se o nyssos metessem. E por esta mesma causa, muyto alto e poderoso principe, muytas cousas de folguar e gentylezas ssam perdydas ssem aver d'elas notyçia. No qual conto entra a arte de trovar, que em todo tẽpo foy muy estimada e com ela Nosso Senhor louvado, como nos hynos e canticos que na Santa Ygreja se cantam sse veraa. E assy muytos emperadores, reys e pessoas de memoria, polos rrymances e trovas sabemos suas estorias. E nas cortes dos grandes príncepes he muy neçessaria na jentileza, amores, justas e momos e tambem para os que maos trajos e envenções fazem, per trovas sam castigados e lhe dã suas emendas, como no livro ao diante sse veraa. E sse as que ssam perdidas dos nossos passados se poderam aver e dos presentes s'escreveram, creio que esses grãdes poetas que per tantas partes ssam espalhados nam tiveram tanta fama como tem. E por que, Senhor, as outras cousas ssam em ssy tam grandes, que, por sua grandeza e meu fraco entender, nam devo de tocar nelas, nesta que he assomenos, por em algũa parte satisfazer ao desejo q̃ sempre tive de fazer algũa cousa em q̃ Vossa Alteza fosse servido e tomasse desenfadamento, determiney ajuntar algũas obras que pude aver d'alguns passados e presentes e ordenar este livro: nam pera por elas mostrar quaes foram e ssam, mas para os que mays sabẽ s'espertarem a folguar d'escrever e trazer aa memoria os outros grãdes feytos, nos quaes nam ssam dino de meter a mão.

Para além da monumentalidade que apresenta e da vastidão do seu conteúdo, o *Cancioneiro Geral* representa, de certo modo, a europeização do registo poético português. Por outro lado, constitui um alargamento das possibilidades expressivas da língua, utilizando sãbia e subtilmente uma retórica já elaborada, instaurando os modelos de uma versificação que vai dominar (se

¹ Sobre o registo teatral de que o *Cancioneiro Geral* dá conta, mencione-se o meritório trabalho de João Manuel da Cunha do Amaral Frazão, *O cuydar e sospirar. A encenação da Escrita e do Amor no Cancioneiro Geral*, tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U.N.L., Lisboa, 1988 (texto dactilografado). Pode ver-se ainda o já clássico estudo de Andrée Crabbé-Rocha, *Esboços dramáticos no Cancioneiro Geral (Anrique da Mota)*, Coimbra Ed., Coimbra, 1951.

² O vilancete e a cantiga são composições de tipo muito semelhante, sujeitas a mote (próprio ou alheio), isto é, desenvolvendo um tema, contido no mote. No vilancete este é constituído por dois ou três versos, enquanto na cantiga é composto por quatro ou cinco versos. O desenvolvimento (glosa ou volta) pode ser retomado pelo mesmo ou por outros poetas: a glosa do vilancete terá geralmente uma quadra e uma cauda de três versos, enquanto na cantiga a glosa tem, em geral, o dobro dos versos que constituem o mote. A esparsa é uma composição curta, de uma só copla (estrofe) de oito, nove ou dez versos. A trova tem uma extensão variável, mas é, de modo geral, mais ampla que e termina por uma copla quase sempre mais curta, que encerra a conclusão (cabo, finda ou fim).

³ Sobre a «questão da língua», ver Luciana Stegagno Picchio, «La questione della lingua in Portogallo» in João de Barros, *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, Tip. Modenese, Modena, 1959; Maria Leonor Carvalhão Buescu, *Babel ou a Ruptura do Signo*, INCM, Lisboa, 1983.

não predominar) o lirismo português do século XVI (nomeadamente nas *Rimas* de Luís de Camões) e do século XVII (pense-se em Rodrigues Lobo e numa parte significativa dos cancioneiros barrocos). Numa perspectiva globalizante, sublinhe-se também o registo de criação genológica com as tentativas de poesia heróica e comemorativa (Luís Anriques, em cujo poema «Ao duque de Bragança quando tomou Azamor» discernimos claramente uma aproximação das partes estruturais da epopeia) e os esboços, alguns deles bem conseguidos, de poesia dramática.¹

Os metros versificatórios predominantes nas composições que constam do *Cancioneiro* são os versos de **redondilha maior** e, com menos frequência os de **redondilha menor**, respectivamente de sete e cinco sílabas métricas. A redondilha maior (também designada por **arte real** ou **arte menor**) vai tornar-se, efectivamente, o verso mais comum e adequado ao próprio ritmo da língua portuguesa: a poesia popular, espontânea, utilizá-lo-á para sempre e podemos dizer que nenhum poeta português deixou de ceder à facilidade e ductilidade desse metro. A título de um só exemplo, cite-se o livro de Fernando Pessoa, *Quadras ao gosto popular*, em redondilha maior.

A redondilha maior (ou a menor) serve de base a numerosos géneros líricos de que os mais frequentes são o **vilancete**, a **cantiga**, a **esparsa** e a **trova**.²

O poeta mais antigo entre os cerca de trezentos poetas presentes no *Cancioneiro Geral* é D. Pedro, Duque de Coimbra, irmão de D. Duarte e autor do *Livro da Virtuosa Benfeytoria*, de que já nos ocupámos, mas constam do cancionero representantes da actividade poética dos reinados de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel.

No encavalgamento entre dois séculos, não é possível, senão arbitrariamente, enquadrar periodologicamente a produção poética contida no *Cancioneiro*. Se, por um lado, remete para modelos medievalizantes, ainda que circunscritos a um tom áulico e cortês, perdido o tom ruralizante e popular da poesia arcaica (cantigas de amigo), o facto é que encontramos já valores que remetem para uma abertura classicizante e italianizante. A influência castelhana dá, por outro lado, conta do fenómeno do bilinguismo literário que vai assediar a poesia portuguesa durante os séculos XVI e XVII, dando origem a uma «questão da língua» que os Humanistas, no entanto, saberão resolver. No *Cancioneiro* coexiste, com a maioria das composições em português, um número significativo de composições em castelhano.³

A concepção do amor, remetendo para um petrarquismo não obstante ainda escassamente absorvido, mostra, a par da cortesia, uma espiritualização que se assume, em certos casos, como uma verdadeira definição do amor. Tal é, com efeito, o sentido da seguinte cantiga de Nuno Pereira:

Somos hũa cousa nos
em ambos hũa soo fym,
eu nam sam em mym sem vos,
nem vos nam estays sem mym.

Em ambos hũa soo vyda,
a como cahyr em soorte,
que nam pode ser partida
antre nos vida nem morte.
Todo o sser que for de nos,
de qualquer cousa em fym,
heu nam sam em my sem vos,
nem vos nunca soo sem mym.

Declara-se, portanto, a suprema realização amorosa: «somos hũa cousa nos», situação que inviabiliza a separação e propicia o amor para além da morte («nam pode ser partida/antre nos vida nem morte»), conceito que alcançará uma alta expressão no célebre soneto de Luís de Camões «Alma minha gentil que te partiste» (aliás baseado no célebre soneto de Petrarca «Quest'anima gentile [...]»).

O requinte e a subtiliza conceptual encontram, pois, novas formas de expressão revelando uma ampliação do alegorismo medieval, para criar, em todas as coisas vários níveis sobrepostos de sentido: o sentido literal, o sentido «moral» e o sentido analógico. Supõe, por consequência, uma série de operações intelectuais que são outras tantas zonas de abertura para o Renascimento. É nesse sentido que Charles Sterling afirma:

Il faut d'abord que soient brisées les habitudes de pensée médiévales, il faut que l'objet et l'image de la nature se libèrent de la tutelle religieuse, qu'ils se rendent dignes d'être représentés et esthétiquement appréciés pour eux mêmes, dépouillés des allusions sacrées dont les siècles les ont chargées. En d'autres termes, il faut se faire à l'esprit profane.¹

Dividida entre a herança tradicional da Idade Média e a renovação clássica que se avizinha, aceitando a «paganização» estética dos motivos literários, a poesia do século XV está, pois, preparada para a grande explosão renascentista. Não é, por conseguinte, de estranhar o surgimento de temas e motivos caracterizadamente mitológicos, de que um dos mais notáveis exemplos é a «Carta de Enone a Páris, traladada de Ovidio em copras», de João Roiz de Lucena. Trata-se não de uma tradução no sentido moderno do termo, mas de uma versão do tema tratado por Ovidio,² transformado segundo uma sensibilidade que, como sublinha André Crabbé Rocha,³ testemunha uma nova vivência sentimental e erótica.

No *Cancioneiro Geral* perpassa, contudo, a sombra de Dante, o que não deixa de ser significativo: a *Divina Comédia*, obra prima e património da literatura ocidental dá origem a alegorias «infernais», quer através da recordação nostálgica do passado, quer recorrendo ao artifício do *sonho*, quer ainda, de forma mais dramática, evocando a voz de além túmulo, como no caso das «Trovas à morte de Inês de Castro», do próprio Garcia de Resende.

Mas vejamos uma das recriações poéticas do Inferno, «Fyngimento d'amores feyto per Dyoguo Brandam», de arquitectura semelhante a outro poema mais

¹ Charles Sterling, *La nature morte de l'antiquité à nos jours*, Pierre Tisné, 1959.

² *Heróide V*. Neste poema, o poeta refere-se à dor da esposa de Páris, Enone, abandonada pelo herói que, por paixão rapta e desposa Helena.

³ *Alguns aspectos do Cancioneiro Geral*, Coimbra Ed., Coimbra, 1949, pp. 40-41.

extenso «De Duarte de Brito ã que conta o que a ele e a outro lh'aconteço com hũu rrousynol e, muytas cousas que vyo». No «Fyngimento», o poeta sonha e propõe-se contar o que viu e o que lhe aconteceu:

Um vale sombrio, uma funda ribeira, neblina densa, fogo eterno, serpentes espantosas, clamores das almas atormentadas — visão terrífica do Inferno.

Quis fugir do medonho lugar. Não pôde. Então aproxima-se e procura saber a causa de tantas e tão grandes dores. Uma das almas, assim apoquentadas —Orfeu — informa-o de que penam por amor. Pelo que, se o poeta quer livrar-se de tamanho mal como o que vê, deve subordinar a **vontade** à **razão**. É larga a via dos amorosos. Afluem ininterruptamente de «mil terras estranhas».

Nada mais pôde saber. Orfeu afastou-se. A manhã surge. A visão assusta-o, mas ele, impenitente, não consegue furtar-se à força do amor. Antes, firme como o dado, fixo como o norte, inalterável como a água do mar, esquecerá, como o navegante e como o doente, as promessas formuladas na hora da aflição.

Uma súplica veemente e apaixonada constitui o **fim** ou **cabo**.

Eis o poema:

Eram da sombra da terra
as nossas terras cubertas,
quando pareçem desertas
as abitações sem guerra,
Ao tempo que rrepousam
os coraçõs descansados,
e os malfeytores ousam
cometer mores pecados.

Os nove meses do ano
eram já casy passados,
quando eram meus cuydados
creçydos por mays meu dano.
E assy, com mall tam forte
mays creçendo mynha fee,
vy passar alem do pee
as guardas do nosso norte.

Se dormia nam sey çerto,
se velava muyto menos;
com meus males nam pequenos
nem durmo nem sam desperto.
Nam m' estrevo, de torvado,
dize-lo; nom sey se cale...
D' aly me senty levado,
e posto nũ fundo vale.

O Divina Sapiência,
de todos tam desejada,
e de mym pouco gostada,
por nom ter suffiçiençia,
Faze-me tam sabedor,
que possa dizer aquy,
com favor de teu favor,
as grandes cousas que vy.

Por este valle corria
huña tam funda rribeyra,
que, estando junto da beyra,
escassamente se via.
Tanta tormenta soava
naqueste lugar eterno,
que se me rrepresentava
quanto dizem do ynfferno.

De muy escura neblyna
era o ar todo coberto
devia ser d' aly perto
o luguar de Proserpina.
O fogo sem s'apagar,
o mall sem comparaçam,
podiam bem demostrar
o domynyo de Plutam.

Nõ vy camaras pintadas
com rricos patyns de fundo,
dos rricos d' aqueste mundo
por demasia buscadas.
Nem vy ssuaves cantores
com vozes muy acordadas,
mas muy discordes clamores
das almas atormentadas.

Nõ vy aves muy suydosas
que cantassem doçemente,
mas bradavam fortemente
serpentes muy espantosas.
Aly prazer nom senty,
antes descontentamento,
toda cousa qu' aly vy,
era para dar tormento.

D' aly quisera salvar-me,
do que via temeroso,
e das armas do medroso
juntamente proveytar-me.
Mas achar nam pude vya
pera me poder salvar;
emtam mostrey valentia
para mais me condenar.

E sem fazer a vontade
nem esperar por saude,
quys aly fazer vertude
da mynha neçessidade.
E tam bem por ser sem falha
esta verdade que digo,
c' os que fojem na batalha
passam sempre mor perygo.

E como faz quem peleja
vendo-se desesperado,
por honrra tomar forçado
a morte que ja deseja,
Assy me fuy juntamente
d'onde o fogo mays ardia,
por viver honrradamente
ou morrer como devia.

Assy, de todo mudado,
aly junto me cheguey,
e neste modo faley,
assaz bem temORIZADO:
O jentes atribuladas,
por que rrazam de vos de,
dizey a causa por que
soes assy atormentadas.

Logo de todo çessaram
d' aqueles grandes tomultos,
e com muy disformes vultos
para my todos olharam.
E logo s' alevantou
d' antre todas hũa d' elas,
e, sem culpar as estrelas,
d' esta maneira falou:

«Este pranto tam durido
de tantas tribulações
sam os justos galardões
dos ssecações de Cupido,
Que, por lhe sermos leaes,
tantas mortes nos persseguẽ,
que nossas dores mortaes
som muy mays das que se seguẽ.

Penamos polas folguãças
que vivendo procuramos,
qu' ee ympossivell que ajamos
duas bem-aventuranças,
Que seria grand' estorea,
e juyzo muy profundo,
levar la prazer no mundo,
e nest' outro tam bem grorea.

Somos passados de fryo
en grandissima quentura,
a vida nam tem segura
quem bebe d' aqeste rryo.
Que neste fogo penados
sejamos sem esperança,
mata-nos mays a lembrança
dos prazeres ja passados.

Polo qual, se tu quiseres
ser livre de nosso mall,
trabalha quanto poderes
por fugir caminho tall.
Sempre te guye rrazam,
governe como cabeça,
a vontade lh' obedeça
sem outra contradiçam.

E se quereys saber mays,
por que des conta de my,
sam huĩ dos que deçendy
nos abismos ynfernaes.
E fuy la com tall ventura,
que quanto quys acabey,
mas depoy me condaney,
por nom guardar apustura.

E por mays certos signaes,
D' Emrrudiçe foy marido,
por ela mesma perdido
nestas penas ymmortaes.
Eu fuy aquelle c' ouvistes
que na museca soube tanto,
que fiz com meu doçe canto
nom penar as almas tristes.

Aquessas outras cõpãhas,
que penam nessas cavernas,
antiguas tã bem modernas,
son de mil terras estranhas,
Que ja mays se passa dia,
qu' aqui nam sejam trazidos.
He muy espaçosa via
a que seguem nos perdidos.

Ynda bem non acabou
de dizer estas rrazões,
quando com lamentações
longe de mym s'apartou.
Quisera ser enformado
d' aquela gente que vyra,
mas d' aly fuy rrelatado,
e posto d' onde partyra.

A manhã escrareçya,
quando com tantos suaves
nossas domesticas aves
dam synaes de craro dia,
Polas cousas qu' aly vy,
de que nada fuy contente,
o meu cuydado presente
de deyxalo pormety.

Comparaçam.

Mas fuy tal, d' aly passando,
como omem que prometera
muy grandes mastos de çera
em fortuna navegando,
Que, vendo-sse d' aquela fora,
tornado jaa em bonança,
do que passou naquel' ora
nom lhe fyca mays lembrãça.

E como faz o doente,
a morte vendo diante,
que promete, d' y avante,
vyver muyto contynente,
Mas, o medo ja passado,
he do que vyo esqueçydo,
assy me vejo perdido
mays agora e namorado.

E bem como tem o norte
fyrmeza sem se mover,
espero fyrme de ser
na vyda, tam bem na morte,
Assy como cay dyreyto
o dado, quando se lança,
assy minha mal-andança
nam me muda d' outro jeyto.

E bem com' agoa do mar
nam muda ja mays a cor
nem perde nunca sabor
por quantas nele vam dar,
Assy eu, triste, nam posso,
com myl males d' estes taes,
deyxar nūca de ser vosso,
em que sejam muytos mays.

Fym.

E poys com tanta verdade
vos syrvo cõ fe, senhora,
avey por deos alguū' ora
de meus males piadade,
Que se d'este mal profundo
eu nam sam rremedeado,
sam perdydo neste mūdo,
e no que vy condenado.

(Diogo Brandão)

Diogo Brandão com Duarte de Brito, a quem já nos referimos, colaborador igualmente notável do *Cancioneiro Geral*, indirectamente influenciado pela *Divina Comédia*, através do *Infierno de los Namorados* do Marquês de Santilana, transfere para o campo da ficção alegórica e anagógica os seus males de amor.

O poema desenvolve-se dentro de um esquema que traduz o contacto com a

literatura clássica; estrutura-se segundo os modelos épicos: proposição (estr. 1-3); invocação (*Ó divina Sapiência...*) e narração. Aliás, as alusões clássicas tornam-se recorrentes ao longo da composição.

Os amorosos são os «secaces de Cupido»;

O Inferno é semelhante ao domínio de Plutão e Prosérpina;

O guia é Orfeu, esposo de Eurídice, aquele «que na música soube tanto».

A um desprevenido pré-classicismo se deve, talvez, o domínio da linguagem correcta e clara em que, no entanto, a subtileza retórica se afirma em perífrases elaboradas, ainda que, por vezes com algum esforço: — «Eram da sombra da terra/ As nossas terras cobertas/quando parecem desertas/as habitações sem guerra».

O conteúdo explicita-se e alarga-se em comparações concretas, de feição acentuadamente pragmática: «como homem que prometeu; como faz o doente; bem como tem o norte; Assi como cai direito o dado; bem como a água do mar».

Não obstante um certo convencionalismo estético, o poema afirma uma personalidade poética vigorosa. Podemos dizer que nele há uma pintura nítida e sugestiva — qualidade descritiva; há um acontecer apresentado com invulgar destreza — qualidade narrativa, a par de uma ficção imbuída de sentido profundamente humano; de uma introspecção atenta e profunda; de um fatalismo amoroso que gera a aceitação voluntária do tormento.

O poema, claramente estruturado, desenvolve-se em fases bem delineadas: uma preparação; uma invocação à *divina Sapiência*; uma descrição de carácter objectivo; uma análise subjectiva; a fala de Orfeu; comparação e fim.

Este poema de Diogo Brandão, cuja complexidade e até sofisticação se torna numa evidência, testemunha, por si só, a reflexão globalizante de André Crabbé Rocha:

A poesia amorosa do Cancioneiro utiliza um léxico extremamente reduzido. [...] Mas essa exiguidade vocabular é compensada pelo seu judicioso emprego — fogo de artifício que até cria a ilusão de uma riqueza maior. Anáforas, antíteses, quismos simples e complexos, epizeuxes e processos fónicos, como aliterações e rimas internas, dão a uma língua pobre à partida uma maleabilidade inesperada.¹

¹ Garcia de Resende e o Cancioneiro Geral, ICALP, 1987, p. 39.

Por outro lado, sublinhe-se ainda que a descida ao inferno, tema desenvolvido no poema, com um sentido anagógico evidente, remete, repetimos, não só para a prodigiosa construção de Dante, mas também para as relativamente numerosas *catábases* que, na literatura anterior, haviam entrado na temática, sobretudo moralizadora: a Visão do Cavaleiro Túndalo, o Sonho de Lançote, a que já nos referimos, entre outras. No caso do cancionero, porém, o sentido

da catábase,¹ visão ou descida ao Inferno, aparece despojada do seu sentido religioso para surgir como modelo para uma análise da vivência amorosa e, até, da trágica associação da Morte e do Amor. É o que se verifica, por exemplo, no conhecido e magnífico texto de Garcia de Resende sobre a morte de Inês de Castro.

No monumental estudo a que já nos referimos, *Inês de Castro. Um tema português na Europa*,² a investigadora Maria Leonor Machado de Sousa coloca, efectivamente, o poema de Garcia de Resende entre os quatro textos portugueses de carácter literário e valor histórico, ao lado da famosa e formosa tragédia quinhentista *Castro* e do episódio camoniano inserido em *Os Lusíadas*: «Até agora, todas as análises do tratamento literário quinhentista do episódio de Inês de Castro têm sido feitas com base em Garcia de Resende [...]», afirma a autora.³

Do nosso ponto de vista um registo, porém, terá de ser sublinhado, permitindo colocar as «Trovas» entre as catábases e conferindo-lhe um tom singular, ao evocar, do além, a voz de Inês já morta. Artificio notavelmente capaz de criar a atmosfera funerária, a função profética e a sentença política. Com efeito, num esboço de poesia dramática em que intervém narrador e protagonista, o poeta «endereça» às damas o seu poema:⁴

Senhoras, s'algum senhor
vos quiser bem ou servir,
quem tomar tal servidor
eu lhe quero descobrir
o gualardam do amor.
Por sua merçe saber
o que deve de fazer,
vej' o que fez esta dama,
que de ssy vos daraa fama,
s'estas trovas quereis ler.

De facto é agora «Dona Ynes» que fala e o seu discurso começa por se construir no tom de lamentoso e nostálgico que, segundo toda a literatura clássica em que se encontra o tema da «evocação dos mortos» cabe aos que, mortos, se lembram da vida. Inês, morta, apela para a piedade; inocente, atribui a sua morte à crueldade e espera a compaixão dos viventes.

Esta circunstância confere a todo o poema um tom patético, verdadeiramente excepcional. Todo o poema está centrado sobre o sujeito da enunciação («Eu era moça menina...») e no tempo passado a que a lógica da ficção impõe a qualidade do irreversível.

Entre os aspectos inovadores que, a nosso ver, fazem do *Cancioneiro Geral* o pórtico magnífico para o Renascimento, mencionaremos o novo papel da natureza, como interveniente e desencadeadora dos estados sentimentais do poeta, como valor puramente estético ou motivo de associações psicológicas.

¹ Sobre o conceito e a sua aplicação dentro de estruturas literárias bem definidas pode ver-se: Maria Leonor Carvalhão Buescu, «O regresso ao Ramalhete» in *Ensaio de Literatura Portuguesa*, Presença, Lisboa, 1986, pp. 104 e segs. Aí se indica também bibliografia especializada sobre o tópico da catábase.

² Edições 70, Lisboa, 1987, pp. 41 e segs.

³ *Op. cit.*, p.43.

⁴ Os alunos encontrarão na Antologia o poema completo.

Na poesia arcaica do período trovadoresco, a natureza, ausente da esfera da poesia puramente cortês (cantigas de amor) apresentava-se como motivo frequente nas cantigas de amigo. Contudo ela era, principalmente o lugar da espera e do encontro no bosque ou na praia; interveniente como interlocutor e, muito raramente como cenário fugidamente aludido. Neste momento, porém, podemos já falar de uma natureza triunfante, invadindo quer como cenário, quer como elemento transformador — ou transformado — o universo lírico. É o caso, por exemplo, das trovas de Diogo Brandão «estãdo aussente de sua dama, endereçadas a Anrrique de Saa».

A tristeza por essa ausência leva-o a ir «por esses mōtes», a descer «nos vales», a percorrer «frescos prados e rryos». Contudo, o homem é já capaz de, ele próprio, transformar o mundo: as «arvoredas [...] graçyosas» transformam-se em «serpentes espantosas»; «os doces cantos das aves» [...] tornam-se «amargosos [e] graves»; é uma natureza **transformada** e a subjectividade que triunfa. O desacordo entre o sentir e o estar desenvolve-se através de uma incompatibilidade procurada ou, pelo contrário, através de um esforço para encontrar na natureza símiles e imagens do universo sentimental.

Cremos, pois, que não podemos deixar de relevar, neste vasto testemunho de um lirismo que reflecte um universo em mutação, as marcas ou os sinais de um imaginário erótico e amoroso que vai alimentar a produção poética do século seguinte.

Julgamos, pois, significativo remeter, como exemplo dessa já subtil exploração dos mistérios do eu, da fragmentação ou pulverização do sujeito lírico, em tensão consigo e por si, prestes a consumir a ruptura interior, o extraordinário vilancete de Bernardim Ribeiro que, ao lado de pares seus, expoentes da poesia quinhentista, como Sá de Miranda, ensaiam já o canto nas páginas do *Cancioneiro Geral*. Considera-se também significativo (e por isso o colocamos lado a lado) que essa tensão pulverizadora do eu faça de Bernardim um gémeo (e por que não um heterónimo?) de Fernando Pessoa:

*

*

Antre mim mesmo e mim
nam sey que s' alevantou,
que tam meu ymiguo sou.

Entre o sono e o sonho,
Entre mim e o que em mim
E o quem eu me suponho,
Corre um rio sem fim.

Hùs tēpos cõ grãd' ãguano
vivy eu mesmo comiguo,
agora no mor periguo,
se me descobre o mor dano.
Caro custa hũ desenguano,
e poys m' este nam matou,
quam caro que me custou!

Passou por outras margens,
Diversas mais além,
Naquelas várias viagens
Que todo o rio tem.

De mym me sou feyto alheo,
antr' o cuydado e cuidado,
estaa hũ mal derramado,
que por mal grande me veo.

Chegou onde hoje habito
A casa que hoje sou.
Passa, se eu me medito;
Se desperto, passou.

Nova dor, novo rreço
foy este que me tomou:
assy me tem, assy estou.

(Bernardim Ribeiro)

E quem me sinto e morre
No que me liga a mim
Dorme onde o rio corre
Esse rio sem fim.

(Fernando Pessoa)

Epítome

Procurou-se, nesta UNIDADE fazer uma abordagem que pudesse dar conta das profundas mutações que estão em curso e condicionam, aceleram e transformam os modelos literários e estéticos.

A figura tutelar da Cronística portuguesa do século XV, Fernão Lopes e o seu sucessor mais próximo, Gomes Eanes de Azurara, são simultaneamente espectadores e protagonistas de uma transição literária e cultural que procura e consegue encontrar novos valores.

Garcia de Resende, compilador (e autor) do *Cancioneiro Geral* (1516) dá testemunho da mudança e da criação de um novo universo planetário, estético e literário mais amplo e surpreendente. Como escritor «historial», afastado da monumentalidade de Azurara e da serenidade áulica e profissional de Rui de Pina, cria uma «nova» história: a memorialística.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

LAPA, Manuel Rodrigues, *Lições de Literatura Portuguesa. (Época Medieval)*, Almedina, Coimbra, 1981.

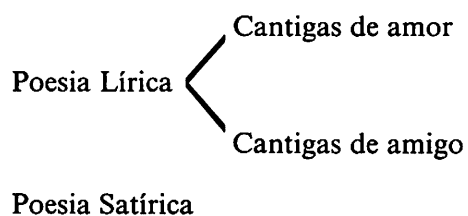
SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Historiografia Portuguesa*, 1.º vol., Verbo, Lisboa.

ROCHA, Andrée Crabbé, *Garcia de Resende e o Cancioneiro Geral*, ICALP, Biblioteca Breve, Lisboa, 1987.

Antologia

I

A. Emissões / B. Leituras Complementares



* Esta parte da Antologia corresponde à Unidade 3.

A presente **Antologia** contém duas secções: uma em que se apresentam os textos que serão tratados pelos métodos audio, acompanhados de um pequeno comentário; outra em que os textos serão apresentados com a finalidade de servirem de complemento e ampliação das matérias tratadas ao longo do **Livro**. Sobre estes poderão eventualmente incidir os instrumentos de avaliação do Curso.

A título informativo, assinala-se a publicação em 1988, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, do volume intitulado *O Som de Martim Codax*, acompanhado de um disco em que se interpretam as cinco cantigas daquele trovador, de acordo com a notação musical recuperada.

A. Emissões

Mha senhor fremosa, direy-vus hũa rem:
vós sodes mha morte e meu mal e meu bem!
e mays ... porque vo-lo-ey eu já mays a dizer?...
mha morte sodes, que me fazedes morrer!

Vós sodes mha mort' e meu mal, mha senhor,
e quãt' eu no mūd' ei de bẽ e de sabor!
e mays ... porque vo-lo-ey eu já mays a dizer?...
mha morte sodes, que me fazedes morrer!

Mha mort' e mha coita sodes, nõ á hi al,
e os vossos olhos mi fazem ben e mal!
e mays ... porque vo-lo-ey eu já mays a dizer?...
mha morte sodes, que me fazedes morrer!

Senhor, ben me fazẽ soo de me catar,
pero vê-mẽ coita grãd' e vos direi ar:
e mays ... porque vo-lo-ei eu já mays a dizer?...
mha morte sodes, que me fazedes morrer!

(Nun' Eanes Cerzeo, C.A. 368 e C.B. 106
Leitura de J. J. Nunes)

Nesta cantiga de amor, podemos falar já de um notável domínio dos recursos retóricos, habilmente conciliados numa estrutura contendística bem característica da «maneyra de proença» definida por D. Dinis, na sua célebre cantiga que serviu de base a um dos comentários contidos no Livro deste Curso. O trovador dirige-se à Senhora, utilizando uma forma convencional de interpelação: «mha senhor fremosa». Para a explicitação do seu sentimento, ele serve-se de **antíteses**: «meu mal» e «meu bem», antítese que se encontra na 3.^a estrofe, por um processo de **quiasmo**, em ordem inversa: «bem e mal». A cumulação e a gradação constituem também uma forma de intensificação retórica: «vós sodes mha morte e meu mal e meu bem!». «Morte», «morrer», que se encontram articuladas de forma redundante no refrão, instauram-se, assim, como palavras-chave do poema, instrumentos da ideia-chave: morrer de amor.

De notar, também, a interrogação retórica presente no 3.º verso de cada estrofe. O nível fónico da composição apresenta-se, como outro meio de enfatizar, através da repetição aliterante das nasais, nomeadamente de *m*, quer o tom monocórdico em que se desenvolve o discurso lírico quer como fonema recorrente dos próprios vocábulos «morte», «morrer».

Quantos oj' andam eno mar aqui
coidan que coita no mundo non á
se non do mar, nen an outro mal já;
mais d'outra guisa conteç' oj' a mi:
coita d'amor me faz escaeçer
a muy gran coita do mar e tēer

Pola mayor coita de quantas son
coita d'amor, a quen na Deus quis dar.
E é gran coita de mort' a do mar,
mas non é tal, e, por esta razon,
coita d'amor me faz escaeçer
a muy gran coita do mar e tēer

Pola mayor coita de quãtas son
de quantas forõ nē seran.
E estes outros que amor nõ an
dizen que nó, mais eu direi qual é:
coita d'amor me faz escaeçer
a muy gran coita do mar e tēer

Por maior coita a que faz perder
coita do mar, que faz morrer!

(Pai Gomes Charinho, C.A. 251
Leitura de J. J. Nunes)

De Pai Gomes Charinho, «almirante do mar» e trovador na corte de Afonso X de Leão e Castela, esta cantiga reflecte bem a vivência marítima do seu autor na evocação da «gran coita ... do mar» e da «morte no mar». Numa transposição da sua experiência, porém, e através de uma dialéctica elaborada, ele demonstra que a «coita de amor» é bem maior e faz «escaeçer» «a muy gran coita do mar».

Do ponto de vista da organização do discurso, esta cantiga apresenta um processo de ligação entre as estrofes que caracteriza a chamada cantiga *ateúda* ou de *atá-finda*. Isto é, o fim da unidade frásica não coincide com o fim da estrofe, exigindo, para o remate da cantiga, uma estrofe mais curta em que, aí sim, se encontra a cláusula ou fecho da frase. Assim, note-se a unidade frásica constituída pelo fim de cada estrofe, ligada ao início da outra: «[...] coita d'amor me faz escaeçer a muy gran coita do mar e tēer//pola mayor coita de quantas son coita d'amor [...]».

Madre velida, meu amigo vi;
nõ lhi faley e con el me perdi,
e moyr' agora, querendo-lhi ben;
non lhi faley, ca o tiv' en desden;
moyro eu, madre, querendo-lhi ben.

Se lh' eu fiz torto, lazerar-mh-ei
cõ grã dereito, ca lhi nõ faley;
e moyr' agora, querendo-lhi ben;
non lhi faley, ca o tiv' en desden;
moyro eu, madre, querendo-lhi ben.

Madre velida, ide-lhi dizer
que faça bẽ e me venha veer;
e moyr' agora querendo-lhi ben;
non lhi faley, ca o tiv' en desden;
moyro eu, madre, querendo-lhi ben.

(Airas Corp' Ancho, C.V. 259
Leitura de J. J. Nunes)

Apresenta-se agora uma cantiga de amigo, da autoria de Airas Corp' Ancho, que constitui uma confidência da donzela desiludida, que se arrepende da sobranceria e desdém com que afastou de si o seu amigo que, afinal, amava. A designação de «Madre velida» é frequente nas cantigas de amigo e exprime uma relação afectuosa e íntima: minha linda mãe. Esse afecto e intimidade é reforçado pelo pedido que a jovem lhe dirige, solicitando-a para que seja ela a mãe, a remediar o seu erro: «Madre velida, ide-lhi dizer que faça bẽ e me venha veer». Entre a cuidada e elaborada retórica das composições já tratadas e a linearidade esteticamente conseguida desta composição, um tópico comum: a morte de amor.

Sen meu amigo manh' eu senlheira
o sol non dormen estes olhos meus,
e quant eu posso, peç' a luz a deus,
e non mh-a dá per nulha maneyra
mays, se masesse con meu amigo,
a luz agora seria migo.

Quand eu con meu amigo dormia,
a noyte non durava nulha ren,
e ora dur' a noyt' e vay e ven,
non ven [a] luz, nen pareç o dia,
mays, se masesse con meu amigo,
a luz agora seria migo.

E segundo com' a mi parece,
comigo man meu lum' e meu senhor,
ven log' a luz de que non ey sabor,
e ora vay noit' e ven e creçe,
mays, se masesse con meu amigo,
a luz agora seria migo.

Pater nostros rez' eu mais de cento
por aquel que morreu na vera cruz
que el mi mostre mui ced[o] a luz,
mays mostra mha as noites d'avento,
mays, se masesse con meu amigo,
a luz agora seria migo.

*

(Julião Bolseiro, C.V. 771
Leitura de J. J. Nunes)

Da noyte d'eyre poderam fazer
grandes tres noytes, segundo meu sen,
mays na d' oje mi vëo muyto ben,
ca vëo meu amigo,
e, ante que lh' enviasse dizer ren,
vëo a luz e foy logo comigo.

E, poys m' eu eyre senlheira deitey,
a noyte foy e vëo e durou,
mays a d' oje pouco a semelhou,
ca vëo meu amigo,
atanto que mha a falar começou,
vëo a luz e foy logo comigo.

E comecey eu eyre de cuydar,
[e] começou a noyte de crecer,
may' la d' oje non quis assy fazer,
ca vëo meu amigo,
e, faland' eu con el, a gran prazer,
vëo a luz e foy logo comigo.

(Julião Bolseiro, C.V. 772
Leitura de J. J. Nunes)

*

Aquestas noytes tan longas
que deus fez em grave dia
por mi, por que as non dórmio,
e por que as non fazia
no tempo que meu amigo
soya falar comigo?

Por que as fez Deus tan grandes,
non poss' eu dormir, coitada!
e de como som sobejas,
quisera-m' outra vegada
no tempo que meu amigo
soía falar comigo.

Por que as deus fez tan grandes,
sem mesura e desiguaaes,
e as eu dormir non posso?
por que as non fez ataes
no tempo que meu amigo
soía falar comigo.

(Julião Bolseiro
Leitura de J. J. Nunes)

As três cantigas que ouvimos são da autoria de Julião ou Juião Bolseiro.

São cantigas de amigo, e nelas a donzela, em solilóquio, queixa-se da ausência do seu amigo. Um traço profundamente original individualiza estas composições e as associa. A maior parte das cantigas de amigo são diurnas, matinais, primaveris. O cenário coloca-se facilmente nas ribeiras, nos arvoredos de pinheiros, castanheiros, avelaneiras. São cantigas de ar livre. As aves cantam ou escutam o queixume da amiga, interpretam o seu sentimento e às vezes até respondem. Insolitamente, porém, estas cantigas de Julião Bolseiro evocam a solidão nocturna, no silêncio secreto da alcova solitária, numa antecipação temática; daí a sua originalidade. Note-se também o apontamento psicológico sobre a duração do tempo: noites longas ou breves, dependendo do sentimento da donzela.

O tema nocturno, a queixa solitária, a ausência de interlocutor, em que a donzela apenas invoca Deus, numa prece talvez não ouvida e ainda a identificação da luz com a presença

do amigo e das trevas com a sua ausência, num arrojado metaforismo, fazem destas cantigas das composições mais originais da lírica galaico-portuguesa.

*

Mal me tragedes, ai filha,
porque quero aver amigo;
e pois eu con vosso medo
non o ei, nen é comigo,
 non ajade-la mia graça
 e dê-vos Deus ai, mia filha,
 filha que vos assi faça,
filha que vos assi faça.

Sabedes ca sen amigo
nunca foi molher viçosa,
e porque mi-o non leixades
aver, mia filha fremosa,
 non ajade-la mia graça,
 e dê-vos Deus ai, mia filha,
 filha que vos assi faça,
filha que vos assi faça.

Pois eu non ei meu amigo,
non ei ren do que desejo;
mais, pois que mi por vós vëo
minha filha, que o non vejo,
 non ajade-la mia graça,
 e dê-vos Deus ai, mia filha,
 filha que vos assi faça,
filha que vos assi faça.

Per vós perdi meu amigo,
por que gran coita padesco;
e, pois que mi-o vós tolhestes
e melhor ca vós paresco,
 non ajade-la mia graça,
 e dê-vos Deus ai, mia filha,
 filha que vos assi faça,
filha que vos assi faça.

(Julião Bolseiro, C.V. 777, 1171
Leitura de J. J. Nunes)

Também de Julião Bolseiro, esta cantiga apresenta um tema insólito: se o ciúme é um dos tópicos muitas vezes presentes na temática dos *Cancioneiros*, trata-se, geralmente, quer do ciúme da donzela que se julga traída ou teme que outra a tenha substituído no coração do seu amigo. Neste caso, porém, encontramos-nos perante uma situação diferente no desencadear do ciúme: é a mãe, que tantas vezes surge como confidente privilegiada e conselheira da filha que, de modo veemente e quase dramático, se insurge contra ela, que obstaculiza e impede os seus próprios amores. Constrói-se então uma nova e diferente imagem da mulher apaixonada: já não é a jovem tímida, ingénua às vezes, outras astuciosa e maliciosa; é, pelo contrário, a mulher madura mas ainda formosa, («e melhor ca vós paresco», diz ela) que se insurge contra a filha que lhe «tolheu» o seu amigo. O refrão, cujo sentido é reforçado por uma insistente repetição, assume, então, o tom de uma maldição: «dê-vos Deus, ai mia filha, filha que vos assi faça».

*

Quem viu o mundo qual o eu já vi,
e viu as gentes que eram entom
e viu aquestas que agora som,
Deus! quand' i cuida, que pode cuidar?
Ca me sin' eu per mim, quando cuid' i;
por que me nom vou alhur esterrar;
se poderia melhor mund' achar?

Mundo teemos fals' e sem sabor,
mundo sem Deus e em que bem nom á,
o mundo tal que nom corregerá,
ante o vejo sempr' empeorar:
quand' est' eu cat' e vej' end' é melhor,
por que me n[om], v[ou] a[lhur] e[sterrar],
se poderia melhor mund' achar?]

U foi mesur' ou grãadez u jaz?
Verdad' u é? Quem é amigo leal?
Que fui d' amor ou trobar? Porque sal
a gente trist' e sol nom quer cantar?
Quand' est' eu cat' e quanto mal s' i faz,
por que me n[om], v[ou] a[lhur] e[sterrar],
se poderia melhor mund' achar?]

Viv' eu tal mund' e faz-m' i viver
ũa dona que quero mui gram bem,
e muit' á já que m' em seu poder tem,
bem dê-lo temp' u soiam amar:
oimais de mim pode quem quer saber
por que me n[om], v[ou] a[lhur] e[sterrar],
se poderia melhor mund' achar?]

Mais, em tal mundo, porque vai morar
ome de prez, que s' em pod' alongar?

(Anónimo, Airas Peres Vuiturom? Martim Moxa? C.A. 305
Leitura de J. J. Nunes)

De autoria incerta, esta cantiga constitui uma amarga crítica ao mundo donde se ausentou a *mesura*, a *grandeza*, a *lealdade*, a *verdade*, o *amor* e a *poesia*. Mundo, como diz o autor, «falso e sem sabor». O desenvolvimento do conceito pessimista exprime-se através de uma implícita comparação entre passado e presente, «entom» e «agora». A ideia de degradação social, da perda de valores e até de alegria de viver já passada e inexistente («Porque sal a gente trist' e sol nom quer cantar?»), constitui o tópico que rege e dirige toda a reflexão do poeta, conduzindo a uma lógica e utópica conclusão: «por que me nom vou alhur esterrar, se poderia melhor mund' achar?».

O domínio já muito elaborado dos recursos retóricos (a interrogação simples ou cumulativa, a exclamação, o jogo entre as formas verbais do passado e do presente) fazem desta cantiga uma obra prima da poesia de reflexão e meditação social.

B. Leituras Complementares

Filha, o que queredes ben
partiu-ss' agora d'aquen
e non vos quiso veer
e hides vós ben querer
a quen vos non quer veer.

Filha, que mal baratades
que o, sen meu grad', amades,
poys que vos non quer veer;
e hides vós ben querer
a quen vos non quer veer.

Por esto lhi quer' eu mal,
mha filha, e non por al,
porque vos non quiso veer;
e hides vós ben querer
a quen vos non quer veer.

Andades por el chorando
e foy ora a San Servando
e non vos quiso veer;
e hides vós ben querer
a quen vos non quer veer.

(Joan Servando, C.V. 746
Leitura de J.J. Nunes)

*

Foy-ss' o meu amigo d'aqui
na oste, por el-rey servir,
e nunca eu depoys dormir
pudi, mays ben tenh' eu assy
que, poys m' el tarda e non ven,
el-rey o faz que mh-o deten.

E gran coyta non perderey
por ren, meos de o veer,
ca non á o meu cor lezer,
pero tanto de conort' ey,
que, pois m' el tarda e non ven,
el-rei o faz que mh-o deten.

E ben sse devia nembrar
das juras que m' enton jurou,
hu m' el mui fremosa leixou,
mays, donas, podeades jurar,
 que, pois m' el tarda e non ven,
 el-rei o faz que mh-o deten.

(Pero da Ponte, C.V. 420
Leitura de J. J. Nunes)

*

Deus, que leda que m' esta noyte vy,
amiga, en hun sonho que sonhey,
ca sonhava eu como vos direy:
que me dizia meu amg' assy:
 «ffalade mig', ay meu lum' e meu ben!»

Non foy no mundo tan leda molher
en sonho, nen no podia seer,
ca ssonhei que vëera dizer
aquele que me melhor que a ssy quer:
 «ffalade mig', ay meu lum' e meu ben!»

Des que m' espertey, óuvi gran pesar,
ca em tal sonho avia gran sabor,
como rrogar-me por Nostro Senhor
o que me sabe mais que ssy amar:
 «ffalade mig', ay meu lum' e meu ben!»

E, poys m' espertey, foy a Deus rrogar
que me ssacass' a queste sonh' a bem.

(D. Joan Mendez Beesteiros, C.V. 451
Leitura de J. J. Nunes)

*

Vedes, amig' [o] que oj' oí
dizer de vós, assy Deus mi perdon,
que amades já outra a mi non,
mays, se verdad' é, vingar-m' ey assi:
 punharey já de vos ño querer ben,
 e pesar-mh-á en mays que outra ren.

Oí dizer, por me fazer pesar,
amades vós outra, meu traedor,
e, ss' é verdade, por nostro Senhor,
drey-vos como me cuyd' a vingar:
 punharey já de vos non querer ben,
 e pesar-mh-á en mays que outra ren.

E, sse eu esto per verdade sey
que mi dizen, meu amigo, par Deus,
chorarey muyto destes olhos meus,
e drey-vos como me vīgarey:
 punharey já de vos non querer ben
 e pesar-mh-á en mays que outra ren.

(Fernam Velho, C.V. 403
Leitura de J. J. Nunes)

*

- Vistes, madr', o escudyro
que m' ouver' a levar sigo?
menti-lhe, vay-mi sanhudo;
mha madre, ben vo' lo digo:
 namorada me leixou,
namorada mha-á leixada,
namorada me leixou!

Madre vós que me mandastes
que mentiss' a meu amigo,
que conselho mi daredes
ora, poi'-lo non ey migo?
 namorada me leixou,
namorada mha-á leixada,
namorada me leixou!

- Filha, dou-vos por conselho
que, tanto que vos el veja,
que toda ren lhi façades,
que vosso pagado seja:
 namorada me leixou,
namorada mha-á leixada,
namorada me leixou.

Pois escusar non podeades,
mha filha, seu gasalhado,
des oymays eu vos castigo
que lh' andedes a mandado:
 namorada me leixou,
namorada mh-á leixada,
namorada me leixou.

(Pero da Ponte, C.V. 417
Leitura de J. J. Nunes)

*

Ay flores, ay flores do verde pinho,
se sabedes novas do meu amigo!
 ay Deus, e hu é?

Ay flores, ay flores do verde ramo,
se sabedes novas do meu amado!
 ay Deus, e hu é?

Se sabedes novas do meu amigo,
aquele que mentiu do que pôs comigo!
 ay Deus, e hu é?

Se sabedes novas do meu amado,
aquele que mentiu do que mh-á jurado!
 ay Deus, e hu é?

[Vós me preguntades polo voss' amigo,
e eu ben vos digo que é san' e vivo:
 ay Deus, e hu é?]

Vós me preguntades pelo voss' amado,
e eu ben vos digo que é viv' e sano:
 ay Deus, e hu é?

E eu ben vos digo que é san' e vivo,
e seerá vosc' ant' o prazo saydo:
ay Deus, e hu é?

E eu ben vos digo que é viv' e sano
e seerá vosc' ant' o prazo passado:
ay Deus, e hu é?

(El-rei Dom Dinis, C.V. 171
Leitura de J. J. Nunes)

*

Vi eu as gentes andar revolvendo,
e mudando aginha os corações
do que poem antre si a jurações;
e já m' eu aquesto vou aprendendo
c'ora cedo mais aprenderei:
a quem poser preito mentir-lho-ei,
e assi irei melhor guarecendo.

Ca vej' eu ir melhor ao mentireito
c' ao que diz verdade ao seu amigo;
e, por aquesto ovir, e o digo
que jamais nunca seja verdadeiro,
mais mentirei e fi[r]marei logo' al:
a quem quero bem querer-lhe mal,
c' assi guarei como cavaleiro.

Pois que meu prez nem mia onra nom crece,
porque me quígi teer à verdade,
vede'lo que farei, par car[i]dade:
pois que vejo me m'ass acaece,
mentirei ao amig' e ao senhor,
e pojará meu prez e meu valor
com mentira, pois com verdade dece.

(Pero Mafaldo, C.B.N. 374 e C.C.B. 320
Leitura de J. J. Nunes)

Do que sabia nulha rrem non sey
polo mundo que vej' assy andar,
e, quando y cuydo, ey log' a cuydar,
per boa fê, o que nunca cuydey,
ca vej' agora o que nunca vi
e ouço cousas que nunca oy.

Aqueste mundo, por Deus, non he tal
qual eu vy outro, non ha gran sazon,
e por aquesto, no meu coraçõn,
aquelel desej' e esto quero mal,
ca vej' agora o que nunca vi
e ouço cousas que nunca oy.

E non rreceo mha morte por en
e, Deus lo ssabe, querria morrer,
ca non vejo de que aja prazer,
nen ssey amigo de que diga ben,
ca vej' agora o que nunca vi
e ouço cousas que nunca oy.

E non daria rren por viver hy
en este mundo mays do que vim.

(D. Pero Gomez Barroso, C.V. 593
Leitura de J. J. Nunes)

*

Preguntad' un ric'ome,
mui rico, que mal come,
por que o faz.

El de fam' e de sede
mata hom' e ben; sabede
por que o faz.

Mal com' e faz nemiga;
dizede-lhi que diga
por que o faz.

(Rui Paez de Ribela, C.V. 1046
Leitura de J. J. Nunes)

*

Hun ric'ome que oj' eu sey,
que na guerra non foy aqui,
ven muy sanhud' e diz assy,
como vos agora direy:
diz que ten terra qual pediu,
mays, por que a nunca servyu,
à mui gram querela d'el-rey.

El vëo, sse Deus mi perdon,
des que vvyu que era paz;
ben lhi venha, sse ben faz,
pero mostra el tal razon:
diz que ten terra qual pediu,
mays, por que a nunca serviu,
contr' el-rey anda muy felon.

Pero na guerra non fez ben,
nen mal, que non quis hy viir,
con coita d'el-rey non servir,
pero mostra el hũa ren:
diz que ten terra qual pediu,
mays, porque a nunca serviu,
a 'l-rey quer mui gram mal por en.

Sanhudo ven contr' el-rey já,
ca, hu foy mester, non chegou
e mais de mil vezes jurou
que da terra non sairá:
diz que ten terra qual pediu,
mais, por que a nunca serviu,
a 'l-rey quer mui gram mal por en.

(Pero Barroso, C.V. 1084
Leitura de J. J. Nunes.)

II

A. Emissões / B. Leituras Complementares

Prosa

* Esta parte da Antologia corresponde à Unidade 4.

A. Emissões

A Lenda de Gaia ou Miragaia

A linhagem dos fidalgos da Maia, provém do Rei Ramiro de Leão, a quem o rei mouro Abencadão, roubou, por vingança, a esposa, levando-a para o seu castelo, em Gaia. O Rei Ramiro reúne então os seus homens de armas e galés e, acompanhado do filho, Ordonho, propõe-se recuperar a rainha. Ocultou as naves nas margens do rio, vestiu-se de peregrino e foi postar-se junto de uma fonte.

E esse rei Ramiro vestiu-se em panos de veieto, e levou consigo sa espada e seu corno, e falou com seu filho e com seus vassalos que quando ouvissem o seu corno, que todos lhe acorressem, e que todos jovessem pela ribeira per entre as arvores, fora poucos que ficassem na nave para mantê-la, e el foi-se estar a uma fonte que estava perto do castelo.

E Abencadão era fora do castelo e fora correr seu monte contra Alfão. E uma donzela que servia a rainha levantou-se pela manhã, que lhe fosse pela agoa para as mãos; e aquela donzela havia nome Ortiga. E ela na fonte achou jazendo rei Ramiro, e nom o conheceo. E el pediu-lhe d'agoa pela aravia, e ela deu-lha por um a[ce]tre. E el meteo um camafeo na boca, o qual camafeo havia partido com sa molher, a rainha, pela meadade. El deu-se a beber e deitou o anel no a[ce]tre. E a donzela foi-se e deo agoa à rainha, e cahio-lhe o anel na mão, e conheceo-o ela logo.

— A rainha perguntou quem achara na fonte. Ela respondeu que não era i ninguem. Ela disse que mentia, e que lhe nom negasse, ca lhe faria por ende bem e mercê. E a donzela lhe disse entom que achara um mouro doente e lazarado, e que lhe pedira d'agoa que bebesse, e ela que lha dera. E entonce lhe disse a rainha que lhe fosse por el, e se i o achasse que lho adussesse.

— A donzela foi por el, e disse-lhe ca lhe mandava dizer a rainha que fosse a ela. E entonces rei Ramiro foi-se com ela. E el entrando pela porta do paço conheceo-o a rainha e disse-lhe:

«Rei Ramiro, quem te adusse aqui?». «Ca, o teu amor». E ela lhe disse que vinha a morrer. «Ca, pequena maravilha». E ela disse à donzela que o metesse na camara, e que lhe não desse que comesse nem que bebesse.

E a donzela pensou del sem mandado da rainha.

E el jazendo na camara, chegou Abencadão e deram-lhe que jantasse, e depois de jantar foi-se para a rainha. E desque fizeram seu prazer, disse a rainha: «Se tu aqui tivesses rei Ramiro, que lhe farias?». «O que el a mi faria: mata-lo». Então a rainha chamou Ortiga que o adussesse da camara, e ela assim o fez, e adusse-o ante o Mouro.

Mouro: «Es tu rei Ramiro?». «Eu sou». «A que vieste aqui?». Ramiro: «Vim ver minha molher que me filhaste a torto. Ca tu havias comigo tregoa e nom me catava de ti». Mouro: «Vieste a morrer.

Mas quero-te perguntar: se me tivesses em Mier que morte me darias?». El rei Ramiro era muito faminto e respondeo-lhe assim: «Eu te daria um capão assado e uma regueifa e faria-te tudo comer e dar-te-hia em cima em [ũ]a c[o]pa cheia de vinho que bebesses. Em cima abri-a portas do meu curral e faria chamar todas as minhas gentes, que viessem ver como morrias, e faria-te sobir em um padrão e faria-te tanger o corno até que te i sahisse o fôlego». Abencadão: «Essa morte te quero eu dar». E fez abrir os curraes, e feze-o sobir em um padrão que i entom estava.

E começou rei Ramiro entom seu corno tanger, e começou chamar sua gente pelo corno que lhe acorressem, ca agora havia tempo. E o filho, como ouviu, acorreo-lhe com seus vassalos, e meteram-se pela porta do castelo, e el deceu-se do padrom adonde estava e veio contra eles, e tirou sa espada da bainha e descabeçando até o menor mouro que havia em toda Gaia, andaram todos á espada, e nom ficou em essa vila de Gaia pedra sobre pedra, que tudo não fosse em terra. E filhou rei Ramiro sa molher com sas donzelas e quanto haver ahi achou e meteu na nave.

E quando foram a foz d'Ancora, amarraram as barcas e comeram i e folgaram. E dom Ramiro deitou-se a dormir no regaço da rainha, e a rainha filhou-se a chorar e as lagrimas dela caeram a dom Ramiro pelo rosto, e el espartou-se e disse-lhe porque chorava. E ela disse-lhe: «Choro por o mui bom mouro que mataste». E então o filho que andava i na nave ouviu aquela palavra que sa madre dissera, e disse ao padre: «Padre, não levemos connosco mais o demo».

Entom, rei Ramiro filhou uma mó que trazia na nave e ligou-lha na garganta e anchorou-ha no mar. E des aquela hora chamaram i Foz d'Ancora.

Este Ramiro foi-se a Mier e fez sa corte, e contou-lhe tudo como lhe acaecera, e entom baptisou Ortiga, e casou com ela, e louvou-lho toda sa corte muito, e pos-lhe nome dona Aldara, e fege nela um filho. E quando naceo, pos-lhe o padre o nome Alboazar. E disse entom o padre que lhe punha este nome porque seria padre e senhor de muito boa fidalguia. E morreo rei Ramiro. Deos lhe haja saude à alma. Requiescat in pace.

(Livro Velho, leitura de José Mattoso)

B. Leituras Complementares

A dama do pé de cabra

Este dom Diego Lopez era mui boo monteiro, e estando ù dia em sa armada atendendo quando verria o porco, ouviu cantar muita alta voz ùa molher em cima de ùa pena. E el foi pera la e vio-a seer mui fermosa e mui bem vistida, e namorou-se logo dela mui fortemente, e preguntou-lhe quem era. E ela lhe disse que era ùa molher de muito alto linhagem. E el lhe disse que pois era molher d'alto linhagem que casaria com ela se ela quisesse, ca ele era senhor daquela terra toda. E ela lhe disse que o faria se lhe promettesse que nunca se santificasse. E ele lho outorgou, e ela foi-se logo com ele. E esta dona era mui fermosa e mui bem feita em todo seu corpo, salvando que havia ù pee forçado como pee de cabra. E viverom gram tempo, e houverom dous filhos, e ù houve nome Enhequez Guerra e a outra foi molher e houve nome dona —.

E quando comiam de suum dom Diego Lopez e sa molher, asseentava el a par de si o filho, e ela asseentava a par de si a filha da outra parte. E ù dia, foi ele a seu monte e matou ù porco mui grande e trouxe-o pera sa casa e pose-o ante si u siia comendo com sa molher e com seus filhos. E lançarom ù osso da mesa, e veerom a pelejar ù alão e ùa podenga sobr'ele em tal maneira que a podenga travou ao alão em a garganta e matou-o. E dom Diego Lopez, quando esto vio, teve-o por milagre, e sinou-se e disse: «Santa Maria val, quem vio nunca tal cousa!». E sa molher, quando o vio assi sinar, lançou mão na filha e no filho, e dom Diego Lopez travou do filho e nom lho quis deixar filhar. E ela recudio com a filha por ùa freesta do paaço, e foi-se pera as montanhas, em guisa que a nom virom mais, nem a filha.

Depois, a cabo de tempo, foi este dom Diego Lopez a fazer mal aos Mouros, e prenderom-no e levarom-no pera Toledo preso. E a seu filho Enhequez Guerra pesava muito de sa prisom, e veo falar com os da terra, per que maneira o poderia haver fora da prisom. E eles disserom que nom sabiam maneira por que o podessem haver, salvando se fosse aas montanhas e achasse sa madre; e que ela lhe daria como o tirasse. E el foi alá soo, em cima de seu cavalo, e achou-a em cima de ùa pena. E ela lhe disse: «Filho, Enhequez Guerra, vem a mim ca bem sei eu ao que vées». E el foi pera ela e ela lhe disse: «Vées a perguntar como tirarás teu padre da prisom». Entom chamou ù cavalo que andava solto pelo monte, que havia nome Pardalo, e chamou-o per seu nome. E ela meteo ù freo ao cavalo, que tiinha, e disse-lhe que nom fizesse força polo desselar nem polo desenfrear nem por lhe dar de comer, nem de beber nem de ferrar; e disse-lhe que este cavalo lhe duraria em toda sa vida, e que nunca entraria em lide que nom vencesse dele. E disse-lhe que cavalgasse em ele e que o porria em Toledo, ante a porta u jazia seu padre, logo em esse dia, e que ante a porta u o cavalo o posesse, que ali decesse e que acharia seu padre estar em ùu curral, e que o filhasse pela mão e fizesse que queria falar com ele, e que o fosse tirando contra a porta u estava o cavalo. E des que ali fosse, que cavalgasse em o cavalo e que posesse seu padre ante si, e que ante noite seria em sa terra com seu padre. E assim foi.

E depois, a cabo de tempo, morreo dom Diego Lopez, e ficou a terra a seu filho, dom Enhequez Guerra. E algũus ha em Biscaia que disserom e dizem hoje em dia que esta sa madre de Enhequez Guerra que este é o couro de Bizcaia. E cada que i é o senhor de Bizcaia em ùa aldea que chamam Vusturio, todolos deventres das vacas que matam em sa casa, todolos manda poer em ùa peça fora

da aldea, em ùa pena; e pela menhãa nom acham i nada, e dizem que se o nom fizesse assi que algũu nojo receberia del em esse dia e nessa noite, em algũu escudeiro de sa casa, ou em algũa cousa de que se muito doesse. E esto sempre o assi passaram os senhores de Bizcaia ataa morte de dom Joham, o Torto. E algũus o quiserom provar de o nom fazer assi, e acharom-se mal. E mais dizem hoje em dia i, que jaz com algũas mulheres i nas aldeas, ainda que nom queiram, e vem a elas em figura d'escudeiro, e todas aquelas com que jaz tornam escooradas.

(Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, leitura de José Mattoso)

Prologo

Em nome de Deus, que he fonte e padre d'amor, e por que este amor nom sofre nenhuma cousa de mall, porem em servi-llo de coraçom he carreira rreal, e nenhum melhor serviço nom pode o homem fazer que ama-lo de todo seu sem, e seu proximo como ssi mesmo, porque este precepto he ho que Deus deu a Moyses na vedra ley. Porem eu, comde Dom Pedro, filho do muy nobre rrey Dom Denis, ouve de catar por gram trabalho por muitas terras escripturas que fallavam dos linhageens. E veemdo as escripturas com grande estudo e em como fallavam d'outros grandes feitos compuge este livro por gaanhar o seu amor e por meter amor e amizade antre os nobres fidallgos da Espanha. E como quer que antre elles deve aver amizade segumdo seu ordinamento antiigo em damdo-sse fe pera sse nom fazerem mall huums aos outros a meos de tornarem a este amor e amizade per desfiarem-sse. Esto diz Aristotilles que, sse os homeens ouvessem antre ssy amizade verdadeira, nom averiam mester rreys nem justicas, ca amizade os faria viver seguramente em o serviço de Deus. E a todollos homeens rricos e pobres compre amizade. E aos que som meninos ham mester quem os crie e emssine. E sse ssom mançebos ham mester quem nos comsselhe pera fazer sas cousas seguramente. E sse forem velhos ham mester que lhes acorram aos seus desfallicimentos. E os amigos verdadeiros devem-sse guardar em sas pallavras de dizer cousa per que seus amigos nom venham a fama ou a mall, ca per hi se desataria a amizade. E nom se devem mover a crer de ligeiro as cousas que lhes d'elles digam de mall e devem-sse guardar segredos e nom devem retraer as obras que sse fezerom. E por que nenhuma amizade nom pode ser tam pura segundo natura, come d'aquelles que descemdem de hum sangue, por que estes movem-sse mais de ligeiro aas cousas por omde sse mantem, ouve de declarar este livro per titollos e per allegações que cada hum fidallgo de ligeiro esto podesse saber, e esta amizade fosse descuberta e nom se perdesse amtre aquelles que a deviam aver. E o que me a esto moveo foram sete cousas. A primeira, pera sse comprir e guardar este precepto de que primeiro fallamos. A segunda, he por saberem estes fidallgos de quaes desçemderam de padre a filho e das linhas travessas. A terçeyra, por seerem de hum coraçom de averem de seguir os seus emmiigos que som em estroimento da fé de Jesu Christo, ca pois elles veem de hum linhagem e sejam no quarto ou no quimto graao ou d'alli açima nom devem poer defferença amtre ssy. E mais que os que som chegados come primos e terçeiros, ca mais nobre cousa he e mais samta amar o homem a seu parente alomgado por divido, se boom he, que amar ao mais chegado, se falleçudo he. E os homeens que nom som de boo conhecer nom fazem comta do linhagem que ajam, senam

d'irmãos e primos comirmaãos e segundos e terceiros. E dos quartos acima nom fazem comta. Estes taaes erram a Deus e a ssy, ca o que tem parente no quimto ou sexto graao ou d'alli acima, se he de gram poder, deve-o servir por que vem do seu sangue. E se he seu iguall deve-o d'ajudar. E se he mais pequeno que ssy deve-lhe fazer bem e todos devem seer de huum coração. A quarta, por saberem os nomes d'aquelles d'omde veem e alguumas bomdades que em elles ouve. A quimta, por os rreys averem de conhecer aos uivos com merções por os mereçimentos e trabalhos e grandes lazeiras que rreceberom os seus avoos em sse guanhar esta terra da Espanha per elles. A sexta, pera saberem como podem casar sem peccado, segumdo os sacramentos de Samta Egreja. A septima, pera saberem de quaaes moesteiros som naturaas e bemfeitores. E por esta materea seer mais crara e os nobres fidallgos saberem gram parte dos linhagens dos rreys e emperadores e dos feitos em breve que forom e passaram nas outras terras do começo do mundo hu os seus avoos forom a demandar suas aventuyras por que elles gaanharom nome e os que d'elles deçemderom, por alguumas nobrezas que ali fezerom. Fallaremos primeiro do linhagem dos homeens e dos rreys de Jerusalem des Adam ataa naçença de Jesu Christo. E das conquistas que fezerom os rreys de Syria, e el-rrey Faraoo e Nabucodonosor em Jerusalem. Desy fallaremos dos rreys da Troya, e dos rreys de Roma e emperadores, e dos rreys da Gram Bretanha, que ora se chama Ingraterra. Desy dos rreis gentiis que ouvve em Persia, e rreys e emperadores que ouve no Egipto e em Roma, e da destroiçom de Jerusalem e como d'hi levou Vespasiam pera Roma os novecentos mill judeus; e dos Godos como emtrarom a Espanha e o tempo que em ella viverom, e como ao depois foy perduda per rrey Rodrigo, e como foy cobrada per el-rrey Pallayo, ho Montesinho, e por el-rrey Dom Affomssso, o Catholico, e por outros rreys que apos elles veerom. E como per soberba d'el-rrey Dom Ordonho de Leom os Castellaãos fezerom juizes que manteveram a terra em direito. E de como d'estes juizes decenderom os rreys de Castella de huuma parte e da outra os rreys de Navarra. Desy fallaremos dos rey de Navarra e dos d'Aragom e dos de Framça, e d'omde decemderom os rreys de Portugall. Desy d'omde deçemderom os nobres fidallgos de Castella e de Portugall e Galliza, e d'alguuns feitos que fezerom mostra-llo-emos em breve. E de como deçemdem do muy noble rrei Ramiro de Leom, asy como se mostra em as grosas do seu titollo XXI, que falla e compremde dos outros titollos per allegaçoes em que mostra os que d'elle veeram. E rrogo aaquelles que depos mym veerem e vomtade ouverem de saber os linhageens que acreçentem em estes titollos d'este livro aquelles que adiamte deçemderem dos nobres fidallgos da Espanha, e os ponham e esprevam nos logares hu convem.

(Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, leitura de José Mattoso)

A Batalha do Salado

Alcarac, o Turco, vyo como se partiam os cristaaos, mandou dizer Ali Albofaçem que os cristaaos eram partidos em duas partes, e ha huuma queria entrar pela costa das montanhas pera darem na çaga, e que este saber que os cristaaos faziam que bem coydava ordinar que fose a seu dano d'eles. E que el fizesse sa lide com os que yam pela riba do mar, ca el em pequena ora venceria aqueles cristaaos e seeriam logo com ele a ferir na çaga d'aqueles que com el lidassem. Mandou Alcarac reis e infantes e outros altos homees acometer os cristaaos com ametade dos XXXII mogotes dos genetes e arqueiros mui rigamente, os huuns na deanteira e os outros pelas costaneiras, e os outros na çaga; ali se volveo a lide dos reis cristaaos e dos mouros muy danosa e

muy crua e sem piedade. Os mouros eram muyto esforçados e feridores de todas partes. Aos huuns davam azagayadas, os outros de lançadas a mantenede e os outros a espadadas e os outros de frechadas d'arcos torquies, que eram tam espesas que tolhiam o sol. Ali cayam cavalleiros e cavalos mortos da huma parte e da outra parte, ali ... cavalos sem senhores andar soltos, e os cavalleiros que eram em terra filhavam-se pelos lazes das capelinas e dos bacinetes e davam-se das brochas, que as poinham da outra parte. Os portugueses andavam per a lide ferindo e deribando e diziam huuns contra outros: «Senhores, este he o noso dia em que avemos d'escrarecer, e este he o dia da vitoria e da honra dos fidalgos. Este he o dia da salvaçom de nosas molheres e filhos e d'aqueles que de nos descenderem. E este he o dia em que avemos semelhar nosos avoos que gaanharom a Espanha. Este he o dia da salvaçom das nosas almas. Nom se perca oje per nosa fraqueza; feiramo-los de toda crueldade». O esforço era muy grande em eles, e faziam tam bem e tam yqual, que todo home que os viesse (sic) sofrer e ferir e matar em seus emmiigos que os nom louvase de todo prez e honra de cavalaria. Os mouros nom se lhis olvidava aquilo porque ali veeram, ca eles refrescavam cada vez dos mogotes que estavam folgados e feriam os portugueses a destro e a seestro, asi que o aficamento era tamanho de todas partes, que home nom poderia mostrar. Os portugueses foram ferir nas IIII aazes dobradas, asi como lhis fora mandado pelos reis. Esto lhis foy grave de fazer, pelo aficamento grande dos mogotes. Ali se renovou a lide muy doorida de crueza e de sanha, ali s'esmalhavam fortes lorigas e britavam e especeavam e talhavam escudos, capilinas, bacinetes per os grandes e duros golpes que se davam. As chagas eram muytas, de que se vertia muyta sangue. Os portugueses asi foram durando e sofrendo sa batalha em tal presa e coita, como ouvides, mais todo seu trabalho nom lhis valia rem, porque, hu tiinham mal treitos, os mouros refrescavam-se cada vez dos que estavam folgados. Aquela hora foy irada de coita e de presa aos que estavam em tal batalha, ca a sa coita dos christaãos era tam gramde com o gram trabalho que haviam, que home nom o poderia contar.

... Estando em este aficamento qual ouvides, os membros com que aviam de ferir lhis enfraqueciam, assi que os nom podiam reger senom muy gravemente. As vozes d'eles eram bayxas e tam mudadas, que se nom entendiam huuns a outros, como aqueles que começaram a lide a ora de prima estavam pasante meyo dia. Os mouros refrescavam-se cada vez mays e mais dos que estavam folgados. E os gritos d'eles e das trombas e anafis e d'altancaros e atauaques e gaitas asi reteniam, que parecia que as montanhas se areygavam de todas partes. Esta hora foy aos cristaãos d'escoridooe, d'amargura, de gimidos.

... E os X mil cavaleiros d'alaraves da huma aaz da coinha que estavam folgados entraram per antre os christaãos e fenderon-nos, que os huuns partirom a huma parte e os outros aa outra; ali se renovou a lide muyto aficada, asi que as muyto alvas lorigas e as ervas do campo eram naquel logar coloradas d'el. Os cristaãos eram tam fora de força por o gram trabalho que receberam aquel dia e por muyto sangue que perderom, que os nembros nom podiam reger, però os seus corações eram tam fortes e esforçados em fazer o que cada hum podia, que bem he d'entender os fez estremados em beldade de cavalaria sobrelas gentes do mundo, pera o seu nome per eles aver de seer louvado. Quem poderia contar quanto mal sofrerom e ouverom aquela ora cristaãos?

Estando em esta presa e esta coita, chegou o cavaleiro que foy em busca da vera cruz, com seus tres criados bem armados, eles e seus cavalos, e tragia a vera cruz antre seus braços em grande asta, e os tres cavaleiros ant el, e hu viam a mayor espessura dos mouros ali entrava com a vera cruz.

... que estavam ia muyto esmahados, por a força que perderom, olharom por ela e viron-na andar entre os mouros, e logo en si sentirom que a graça de Deus era com eles, porque se acharom aquela ora valentes e esforçados come en começo da lide.

... Ali se mudou a aventura, que estava de choro e de lagrimas e de gram lastima e amargura a toda a cristaidade, e torno-se em toda lidice e em todo o goyuo. Os cristaãos seguirom a vera cruz per hu ya. Os IIII mogotes dos IIII mil cavaleiros que estavam folgados pera prender os cristaãos, como vos ja ei mostrado, virom que os cristaãos yam pera mal, e que a az da coynha andava destroyndo em eles, pensarom que a lide era fiida e os cristaãos vençudos, veerom ferir em eles e lançar muyto aficadamente sas azagayas, pera os prender, dando grandes algaridos e poendo sas espadas de toda sa força, e diziam a grandes vozes: «Cativos, cativos!» Mais todo esto nom lhis valia rem, ca os cristaãos crecia-lhis mays e mais as forças: entendiam que andavam cobertos de graça da vera cruz, em que tragiam os olhos, e andavam per a lide deribando e matando e estroindo a sa voontade, como fidalgos que estavam muy mazelados de muyto mal que passaram, e andavam per a lide como leões bravos; as espadas que tragiam eram muyto alvas, ali se tornarom vermelhas com sangue, e corria pelos manipulos de las lorigas ataa os cotovelos, pelos muy grandes golpes que se ali faziam. Os mouros virom que seu feito ya pera mal de todo; disserom que seu Mafomede nom avia poder pera os defender. Ali começaram de fugir, e gram parte d'eles pera a aaz do coral, que estava contra a ribeira do mar, que ainda estava folgada. Aqui se cumpriu o que disse o priol Dom Alvaro de Pereira a el-rei Dom Afonso, que el, pela santa vera cruz e pelos nobres fidalgos, avia de vencer primeiro.

(Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, leitura de José Mattoso)

Galaaz

Vespera de Penticoste, foi grande gente assũada em Camaalot, assi que podera homem i veer mui gram gente, muitos cavaleiros e muitas donas, mui bem guisadas. El-rei, que era ende mui ledô, honrou-os muito e feze-os mui bem servir, e toda rem que entendeu per que aquela corte seeria mais viçosa e mais leda, todo o fez fazer.

Aquel dia que vos eu digo diretamente, quando queriam poer as mesas — esto era hora de noa — aveeo que ãa donzela chegou i mui fremosa e mui bem vestida; e entrou no paaço a pee, como mandadeira. Ela começou a catar de ãa parte e da outra polo paaço; e perguntaram-na que demandava.

— Eu demando, disse ela, por dom Lançalot do Lago. He aqui?

— Si, donzela, disse ãu cavaleiro. Veede-lo: estaa aaquela freesta, falando com dom Galvam.

Ela foi logo pera el e salvou-o. Ele tanto que a viu, recebeu-a mui bem e abraçou-a, ca aquela era

ũa das donzelas que moravam na Insoa da Lediça, que a filha Amida d'el-rei Peles amava mais que donzela da sua companha.

Como a donzela disse a Lançalot que fosse com ela

— Ai, donzela, disse Lançalot, que ventura vos adusse aqui? Que bem sei que sem razom nom veestes vos.

— Senhor, verdade he; mais rogo-vos, se vos aprouguer, que vaades comigo aaquela foresta de Camaalot, e sabede que manhã, hora de comer, seeredes aqui.

— Certas, donzela, disse el, muito me praz, ca teudo som de vos fazer serviço em totalas cousas que eu poder.

Entom pediu suas armas. E, quando el-rei viu que se fazia armar a tam gram coita, foi a ele coma rainha e disse-lhe:

— Como? Leixar-nos queredes a atal festa, u cavaleiros de todo o mundo veem aa corte, e mui mais ainda por vos verem ca por al, deles por vos verem e deles por haverem vossa companhia?

— Senhor, disse el, nom vou senam a esta foresta com esta donzela que me rogou; mais cras, hora de terça, seerei aqui.

Como Lançalot se foi com a donzela

Entom se sayo Lançalot do Lago e sobiu em seu cavalo, e a donzela em seu palafrem, e forom com a donzela dous cavaleiros e duas donzelas. E, quando ela tornou a eles, disse-lhes:

— Sabede que adubei o por que vim: dom Lançalot do Lago se ha ir conosco.

Entom se filharam a andar e entraram na foresta. E nom andaram muito per ela, que chegarom aa casa do irmitam que soia a falar com Galaaz. E, quando el viu Lançalot ir e a donzela, logo soube que ia pera fazer Galaaz cavaleiro, e leixou sua irmida, por ir ao mosteiro das donas, ca nom queria que fosse Galaaz ante que o el visse, ca bem sabia que, pois se el partiria dali, que nom tornaria i, ca lhe convenria — tanto que fosse cavaleiro — entrar aas aventuras do reino de Logres. E por esto lhe semelhava que o havia perdudo, e que o nom veeria ameude, e temia-o, ca havia em el mui grande sabor, porque era santa cousa e santa creatura.

Como Lançalot chegou aa abadia

Quando eles chegarom aa abadia, levarom Lançalot a ãa camara e desarmarom-no. E veo a el a abadessa com quatro donas, e adusse consigo Galaaz, e tam freiosa cousa era, que maravilha era. E andava tam bem vestido, que nom podia melhor. E a abadessa chorava muito com prazer, tanto que viu Lançalot, e disse-lhe:

— Senhor, por Deus, fazed vos, nosso novel cavaleiro, ca nom querriamos que seja cavaleiro per mãoo de outro. Ca melhor cavaleiro ca vos nom no pode fazer cavaleiro; ca bem cremos que

ainda sera tam bõo, que vos acharedes ende bem, e que sera vossa honra de o fazerdes; e se vos el ende nom rogasse, vó-lo deviades de fazer, ca bem sabedes que he vosso filho.

— Galaaz, disse Lançalot, queredes vos seer cavaleiro?

El respondeu baldosamente:

— Senhor, se prouvesse a vos, bem no querria seer, ca nom ha cousa no mundo que tanto deseje, como honra de cavalaria e seer da vossa mãoo, ca de outro nom no querria seer, que tanto vos ouço louvar e preçar de cavalaria, que nẽhũu, a meu cuidar, nom podia seer covardo nem maau, quem vos fezessedes cavaleiro. E esto he ãa das cousas do mundo que me dá maior esperança de seer homem bõo e bõo cavaleiro.

— Filho Galaaz, disse Lançalot, estranhamente vos fez Deus fremosa creatura. Par Deus, se vos nom cuidassedes seer bõo homem ou bõo cavaleiro — assi Deus me aconselhe — sobejo seria gram dano e gram malaventura de nom serdes bõo cavaleiro, ca sobejo sodes fremoso.

E ele disse:

— Se me Deus feze fremoso, dar-me-a bondade, se lhe prouguer, ca em outra guisa valeria pouco. E ele querra que serei bõo e cousa que semelhe minha linhagem e aaqueles onde eu venho; e metuda hei minha esperança em Nosso Senhor; e por esto vos rogo que me façades cavaleiro.

E Lançalot respondeu:

— Filho, pois vos praz, eu vos farei cavaleiro. E Nosso Senhor, assi como a ele aprouver e o podera fazer, vos faça tam bõo cavaleiro como sodes fremoso.

E o irmitam respondeu a esto:

— Dom Lançalot, nom hajades dulta de Galaaz, ca eu vos digo que de bondade de cavalaria, os milhores cavaleiros do mundo passara.

E Lançalot respondeu:

— Deus o faça assi, como eu querria.

Entam começaram todos a chorar com prazer, quantos no logar estavam.

Como Galaaz prometeu ao ermitam o que lhe pedia

Aquela noite, ficou Lançalot ali e fez Galaaz vigilia na igreja. E o irmitam, que sobejo amava Galaaz, velou toda aquela noite, e nom quedou de chorar, porque viu ca se havia de partir dele. Quando veeo a manhã, disse a Galaaz:

— Filho, cousa santa e honrada, frol e louvor de todos os meninos, outorga-me, se te praz, que te faça companhia em toda minha vida, mentre te poder seguir, des que te partires da corte d'el-rei Arthur, ca eu bem sei que nom moraras i mais de ãu dia, ca a demanda do Santo Graal se começara, tanto que tu i chegares. E eu te demando ta companhia, assi como tu ouves que eu sei

tua santa vida e ta bondade mais ca tu. E nom sei no mundo [cousa] que me tanto podesse confortar, des oi mais, como de ver tam santo cavaleiro como tu seeras [e de veer maravilhas como tu veeras e] a que daras cima. Ca Deus, que te fez nascer em tal pecado, como tu sabes, por mostrar seu gram poder e sa gram virtude, te outorgou — per sa piedade e pela bõoa vida que tu começaste des tua menenice ata aqui — poder e força e bondade de armas e de ardimento sobre todos cavaleiros que nunca trouxeram armas no regno de Logres; assi que tu daras cima a todas outras maravilhas e aventuras u todos outros faleceram. E, por em, quero todos teus feitos saber, que acabaras, que foste feito em tal pecado, u os outros nom poderam viir, que foram feitos em leal casamento. Eu te quero teer companhia, como sei que em nosso tempo nunca fez tam fremosos milagres Nosso Senhor, nem tam conhoçudos, como fara por ti. Esto quero eu melhor saber, por veer as grandes aventuras e milagres que Deus por ti fara. E meterei em escrito todas maravilhas que Deus mostrara por teu amor [em] esta demanda. Filho, outorga-me o que te demando. Que Deus te faça homem bõo.

E Galaaz lho outorgou.

Como Lançalot fez Galaaz cavaleiro

Aquel dia, hora de prima, a missa dita, fez Lançalot cavaleiro seu filho Galaaz, assi como era costume. E sabede que quantos i estavam se pagavam em como el parecia; e nom era maravilha, ca em aquel tempo, nom podia homem achar, em todo o regno de Logres, donzel tam fremoso nem tam bem feito; ca em todo era tal, que nom podia homem achar rem em que lhe travasse, fora que era manso sobejo em seu continente. E sabede que, quando Lançalot o fez cavaleiro, que se nom pode sofrer de chorar, porque sabia que em todas partes era de grande guisa, que nom podia de maior seer, e viia tam pobre festa e tam pequena ladiça em sua cavalaria; nem el nom no podia jamais cuidar, que podesse viir a tam grã cousa, como pois veeo. O corpo havia bem talhado, e o continente era manso.

(Demanda do Santo Graal, leitura modernizada de Maria Leonor Carvalhão Buescu)

Começo da demanda

[O único cavaleiro ausente, Tristão, o *melhor cavaleiro da Tavola Redonda*, fora Lançalot soo, vem ao encontro dos seus companheiros, nesse extraordinário dia de Pentecostes em que passaram os acontecimentos atrás referidos. A alegria do rei Artur e dos outros cavaleiros é grande com a chegada de Tristão.]

Como os da Mesa Redonda houverom da graça do Santo Graal

Grande foi a lidice e o prazer que os cavaleiros da Tavola Redonda houverom aquele dia, quando se virom todos de consũ. E sabede que, depois que a Tavola Redonda foi começada, que nunca todos assi foram assũados, mas aquele dia, sem falha, aveo que foram i todos, mas depois nunca i er foram.

Contra a noite, depois de vespervas, quando se assentaram aas mesas, ouvirom viir ãu torvam tam grande e tam espantoso, que lhes semelhou que todo o paaço caia. E logo depois que o torvam

deo, entrou ùa tam grande claridade, que fez o paaço dous tanto mais claro ca era ante. E, quantos no paaço siam, logo todos foram compridos da graça do Spirito Santo e começaram-se a catar ùus aos outros, e virom-se mui mais fremosos mui gram peça que soiam a seer, e maravilharam-se ende muito desto que aveo, e nom houve i tal que podesse falar por ùa gram peça, ante siam calados e catavam-se ùus aos outros. E eles assi seendo, entrou no paaço o Santo Graal, cuberto de ùu eixamete branco; mas nom houve i tal que visse quem no tragia. E tanto que entrou i, foi o paaço todo comprido de bõo odor, como se todalas especias do mundo i fossem. E ele foi per meo do paaço, de ùa parte e da outra, d'arredor das mesas. E por u passava, logo todalas mesas eram compridas de tal manjar, qual, em seu coração, desejava cada ùu. E depois que houve cada ùu o que houve mester a seu prazer, saio-se o Santo Graal do paaço, que nêhũu nom soube que fora dele, nem por qual porta saira. E os que ante nom podiam falar, falarom entam. E derom graças a Nosso Senhor, que lhes fazia tam grande honra e que os assi confortara e avondara da graça do Santo Vaso. Mas sobre todos aqueles que ledos eram, mais o era o rei Artur, porque maior mercee lhe mostrara Nosso Senhor que a nêhũu rei que antes reinasse em Logres. Desto foram maravilhados quantos i eram, ca bem lhes semelhou que se lembrara Deos deles, e falaram i muito. E el-rei disse aos que cabo dele siam:

— Certas, amigos, muito deviamos a seer ledos, que Deos nos mostrou tam gram sinal de amor, que em tam bõoa festa, como hoje, de Pinticoste, nos deo a comer do seu santo celeiro.

[Galvão, lamentando que o Graal se lhes tivesse manifestado apenas *coberto*, jura partir e não regressar sem voltar a encontrar o Graal; idêntica promessa fazem os restantes cavaleiros. O rei Artur manifesta o seu pesar por, pela demanda, se ver privado da leal companhia dos seus cavaleiros. No dia seguinte chega ao paço uma misteriosa donzela que entrega ao rei Artur uma espada magnificamente lavrada. Pede-lhe que a tire da bainha, mostrando o seu aço brilhante, o qual, no entanto, se verá tingido de sangue *caente e vermelho* ao ser arrancada pelo cavaleiro que fará grande *mortura* entre os seus companheiros. O rei Artur pede a cada um que faça a *prova*; a espada ao ser arrancada por Galvão, fica coberta de sangue. O rei pede a Galvão que fique no paço e não entre na demanda, mas Galvão não acede aos seus rogos.]

Como rei Artur pensava nos cavaleiros que iam aa demanda

Aquela noite, fez el-rei Galaaz jazer em ùa camara u ele sooia a jazer, em ùu leito seo, ca muito havia sabor de lhe fazer honra. E todos do linhagem de rei Bam jouveram em casa d'el-rei, por amor de Galaaz. E muito lhes era cousa dura que se haviam de partir tam toste, ca todo aquel linhagem se amavam muito, ca mais queriam viver de consũu, ca se partirem. E, sem falha, em cas d'el-rei, entam, havia daquele linhagem XIX cavaleiros, que todos eram mui bõos. E todos foram tam avizibõos, que nom houve i tal que nom fosse companheiro da Tavola Redonda. E por esto era aquel linhagem atam honrado e tam nomeado, que nunca falavam de outro linhagem no regno de Logres, fora daquele. Aquela noite, quando rei Artur vio que o linhagem de rei Bam — que, aaquel tempo, era frol e louvor dos cavaleiros do mundo — ficaram em sua casa por amor de Galaaz, começou-os a catar e a pensar que estes eram os homens do mundo que lhe mais vezes milhores foram e que o melhor vingaram de seus inimigos. E quando er pensava que se queriam manhã ir a atal lugar onde nom cuidaria que jamais tornassem, houve tam gram pesar, que se nam pode conselhar, ca este era o linhagem do mundo que mais amava, afora o seo. E foi-se entam

deitar soo em ãa camara e começou a fazer o maior doo do mundo e maldizer muito Galvam, seu sobrinho. E disse que maldita fosse a hora que o vira primeiro, ca ele lhe tolheria toste todos los bõos cavaleiros e todos los bõos homens per que era mais temudo que todos los reis do mundo.

[No dia seguinte, todos os cavaleiros fazem o juramento da demanda perante o rei. A hora da partida aproxima-se, com choro e lamentos de todas as damas que, assim, ficam privadas de seus amigos, especialmente da rainha, a quem pesava a partida de Lançalot.]

Como el-rei foi ataa fora com os cavaleiros

Entam se partio Lançalot da rainha e foi-se ao paaço d'el-rei e achou que já cavalgavam todos, senam ele, porque atendiam a el. E ele foi a seu cavalo e cavalgou. E el-rei, que vio Galaaz sem escudo, disse-lhe:

- Amigo, nom me semelha que bem fazedes, que nom levades escudo, assi como estes outros.
- Senhor, eu mal faria se o daqui levasse. E sabede que nom tragerei escudo atee que Aventura mo nom de. Agora seja no nome de Deos.

Como os cavaleiros iam ledos aa demanda do Santo Graal

Entam se partiom do paaço e foram-se pola vila, mas nunca vistes tam gram doo como faziam os cavaleiros de Camaalot e a outra gente que ficava. Mais os que se haviam de ir nom faziam sembrante que davam por em rem, ante vos semelitaria, se os vissedes, que iam mui ledos e mui alegres, e, sem falha, assi era.

[Os cavaleiros seguem juntos até um castelo, onde são recebidos. Em seguida, separam-se para cada um seguir a sua aventura.]

Como se partiram os cavaleiros

Em outro dia, pola manhã, ouvirom missa e, desi, cavalgarom e encomendarom a Deos seu hospede, e agradecerom-lhe muito o algo que lhes fezera. Depois, sairom-se do castelo e, tanto que chegarom aa furesta, partio-se cada ùu per u achou a carreira ou semedeiro, e muito chorarom ao partir.

Mas ora leixa o conto a falar dos cavaleiros e torna a Galaaz.

(Demanda do Santo Graal, leitura modernizada de Maria Leonor Carvalhão Buescu)

Galaaz e a filha do Rei Brutus

[De posse do escudo milagroso, Galaaz corre muitas e maravilhosas aventuras, acompanhado de Meliante, o escudeiro que lhe pede que o arme cavaleiro. Em seguida, separando-se dele, encontra Ivã, o Bastardo, Dondinax e, mais tarde, Galvão, Boorz, Queia e outros. Depois de aventuras e lutas dos vários cavaleiros, «leixa o conto a falar deles e torna a Galaaz e a Boorz» que, juntos, chegam ao castelo do rei Brutos.]

Como a filha d'el-rei Brutos começou amar Galaaz

Aquel castelo havia nome Brut, e era bem assentado, se houvesse abastamento de agoa. E o senhor daquel castelo era rei e havia nome Brutos por amor daquele rei Brutos que o poborara primeiro. E sabede que o senhorio daquele castelo se estendia a todas partes ùa jornada.

Aquel Brutos, que entam reignava, era ùu dos bõos cavaleiros do mundo, e mui rico, aa maravilha, e havia muito conquerido per sua cavalaria, e havia ùa filha de XV anos que era a mais fremosa donzela do regno de Logres. E aquela sezom, que os cavaleiros vierom, estava el-rei acostado a ùa freesta em seo paaço. E, quando os vio assi armados vñir e sem companha, conhoceo que eram cavaleiros andantes, e foi mui alegre com eles, ca muito amara sempre cavalaria e aqueles que se trabalhavam dela. Entom lhes enviou dizer per dous cavaleiros que viessem com ele pousar, ca nom queria que pousassem com outrem. Quando Galaaz e Boorz ouvirom seo mandado, tenerom que era grã cortesia e guardecerom-lho muito e foram-se com os cavaleiros. E, depois que foram dentro e foram desarmados, el-rei feze-os assentar a par de si e fez-lhes muita honra e começou-lhes a perguntar das suas fazendas. E eles lhe disserom ende algũas cousas. E a filha d'el-rei Brutos, que era mui fremosa cousa, catou mui gram peça Galaaz e semelhou-lhe tam fremoso e tam bem talhado, que o amou de coração, que nunca amou cousa do mundo tanto, que nom partia del os olhos. E quanto o mais catava, mais se pagava dele e o mais amava.

Como a ama perguntou aa donzela por que chorava

Assi amou a donzela Galaaz, pero nunca o vira nem soubera que cousa era amor, e catava Galaaz e prezava-o em seo coração mais que todalas cousas e que nunca molher homem prezou; e por esso lhe semelhava que, se o nom houvesse a sua vontade, que morreria. E por esto, cuidava ela acabar mui ligeiramente seu desejo, ca o cavaleiro era mui mancebo e mui fremoso. E ela cuidava que de graado se outorgaria em tal cousa, porque ela era das fremosas molheres do regno de Logres. E esto a confortava, que era ele cavaleiro mancebo. E por aquesto cuidava acabar mais toste seu desejo. Mas era em seo coração tam triste, porque havia pavor que, se fezesse algũa infinta que o queria amar, que esto lhe seria o mal teudo, se lho soubessem; e, se algũa cousa nom fezesse como houvesse aquelo que desejava, que o nom poderia sofrer. Esto cuidou a donzela, enquanto seu padre siia falando com os cavaleiros. E depois que cuidou tanto, que nom pode mais, foi-se pera a camara e leixou-se cair em seo leito e começou a fazer tam gram doo, como se tivesse seu padre morto ante si. Pero nom dava vozes, mas chorava, tam de coração, que maravilha era. E ela assi fazendo seu doo, entrou sua ama, que era dona de gram guisa, que a criara de pequena e a amava tanto como se fosse sua filha. E quando ela vio a donzela tam de coração chorar, maravilhou-se que era. E disse:

— Ai, Senhora, que havedes? Fez-vos alguẽu pesar? Dizede, minha Senhora, por que chorades, e eu vos porrei i algũu conselho, ca jamais nom serei leda em mentre vos fordes triste.

E a donzela nom lhe quis dizer por que chorava. E ela começou-a a confortar e disse-lhe:

— Em todalas guisas, dizede-me que havedes e donde vos vem este pesar.

E a donzela calou-se e leixou ja quanto seu doo. E disse-lhe a ama:

— Se me nom dizedes o que havedes, eu o direi a vosso padre. Pero sera melhor que mos digades, ca se cousa he de cobrir, nom hajades medo que vos eu descubra nunca.

Como a donzela prometeo a sua ama que nom amaria Galaaz

Quando a donzela vio que sua ama o queria dizer a seo padre, foi muito espantada, ca havia mui gram medo, ca era mui bravo e de forte coraçom.

— Ai, dona! Por Deos, disse ela, nom vaades. Ante vos direi o que me perguntastes, mas per tal preito que me nom descubrades.

— Nom hajades medo, disse ela, ca pois he cousa de encobrir, eu vo-lo encobrirei mui bem.

Entam disse a donzela:

— Eu amo tanto ùu destes cavaleiros andantes, que aqui som, que, se o nom houver aa minha vontade, que nom chegarei a cras, ante me matarei com minhas mãaos.

Quando a dona esto ouvio, houve tam gram pesar, que nom soube que fizesse, ca bem sabia que, se a donzela o cavaleiro houvesse aa sua vontade, que nom podia seer que o el-rei nom soubesse, que tarde ou cedo; e, quando soubesse que o cavaleiro com ela era, ele era tam bravo, que mataria a donzela e quantos a i ajudassem.

Como a ama respondeo aa donzela

Entam lhe disse a dona:

— Ai, cousa sandia e misquinha e cativa, que he esto que me dizes? Ou has o sem perdido, ou hes encantada, que hes donzela de gram guisa e hes tam fremosa e metes teu coraçom em ùu tam pobre cavaleiro estranho, que nom conheces? E se esta noite aqui for, nom sera aqui de manhã, nem ficara aqui por lhe dar teu padre toda sua terra. Guarda o que dizes e o que pensas e o que te podera viir. Ai! cousa sandia, e como ousaste esto pensar? Certas, se o teu padre souber, todo o mundo nom te podera valer, que te nom talhe a cabeça.

Quando a donzela esto ouvio, foi tam espantada, que bem quisera seer morta, ca do cavaleiro nom podia tolher o coraçom em nehña guisa, antes se trabalharia de haver em toda guisa o que pensava. Er desconfortava-a muito a braveza de seo padre. A donzela, que em estas cousas pensava, chorava todavia. E, quando falou, disse:

— Ai, astrosa, cativa, e a mais maldita cousa do mundo, maldita seja a hora em que eu nasci.

— Ora, me dizede, disse a ama, semelha-vos bõo conselho o que vos dei, de tolherdes vosso coraçom daquele cavaleiro?

— Si, disse ela, a quem podesse fazer de seu coraçom o que quer.

— Convém, disse ela, que o façades, se escarnida nom querdes seer.

— Dona, disse ela, eu o farei, pois que vejo que al nom se guisa de ora seer.

Como a donzela falava consigo em amor de Galaaz

Assi disse a donzela por se encobrir, mas al tiinha no coração e al mostrou aquel serãao. Entam, disse antre si a voz baixa:

— Cativa, escarnida soom e arrafeçada, e jamais nunca haverei honra de rem que faça.

Quando a donzela sentio a estamenha que o cavaleiro vestia — ca sem estamenha nunca ele era, noite nem dia — ela foi tam espantada, que disse logo:

— Ai, cativa! Que he esto que vejo? Nom he ele cavaleiro dos cavaleiros andantes, que dizem que som namorados, mas he daqueles que a sua vida e a sua ledice he sempre em penitencia, pola qual lhes vem gram bem pera o outro mundo, e perdoa Deos aaqueles que erro houverem feito contra ele. E, por nãhã rem, disse ela, nom posso eu acabar com ele o que queria. E, como quer que este cavaleiro seja ledo pera parecer, grande he o marteiro da sua carne, e mostra bem que o seu coração pensa em al e nom em aquelo que a minha carne misquinha e cativa deseja. Este he dos verdadeiros cavaleiros da demanda do Santo Graal e em mal ponto foi atam fremoso por mim.

Entam, começou a chorar e a fazer seo doo o mais baixo que ela pode, que a nom ouvissem.

Como dom Galaaz achou a donzela

A cabo de ùa peça, espertou-se Galaaz e tornou-se contra a donzela, e maravilhou-se e abriu os olhos.

E quando vio que era donzela, espantou-se e foi sanhudo muito e feze-se afora dela, e sinou-se e disse:

— Ai, donzela! Quem vos enviou aca? Certas, mau conselho vos deo; e eu cuidava que de outra natura erades vos; e rogo-vos, por cortesia e por honra de vos, que vos vaades daqui, ca certas, o vosso fol pensar nom catarei eu, se Deos quiser, ca mais devo dultar perigoo da minha alma, ca fazer vossa voontade.

Como a donzela ameaçava Galaaz

Quando a donzela esto ouviu, houve tam gram pesar, que nom soube que fezesse, ca a reposta de Galaaz, que ela amava sobejo, lhe fez perder o sem e lhe fez perder todo o coração. E el lhe disse:

— Ai, donzela! Mal aconselhada sodes; metede mentes em vossa fazenda, e catade a alteza do vosso linhagem e de vosso padre, e fazed que nom prendam desonra per vos.

Quando a donzela esto ouviu, respondeo, como mulher fora de sem:

— Senhor, nom ha i mester al, pois que me tam pouco preçades; que em nãhã guisa nom queredes senam matar-me. E a morte he migo cedo, ca me matarei com minhas mãaos e haveredes ende maior pecado, ca se me tevedes i convosco, ca vos sodes razom da minha morte, e vos ma podedes tolher, se vos queredes.

E Galaaz nom soube que dissesse, e disse aa donzela que, se se matasse como dizia, e per tal razom, bem entendesse que nom daria el rem por sua morte; e de outra guisa lhe disse ca se fosse a mais fremosa que Nosso Senhor fizesse, el nom cataria mais por ela. E disse-lhe ca mais lhe valeria de estar em virgindade, ca se lhe os outros fizessem tanto como ele, bem poderia seer que morreria virgem. E a donzela, que era toda como tolheita, quando vio que nom poderia de Galaaz haver seo prazer, disse:

— Como? Cavaleiro, todavia queredes seer tam vilão, que me nom queredes al fazer?

— Nom, disse el, bem vos digo e bem seede em segura.

— Por bõoa fe, disse ela, esto sera fol, ca morreredes por em ante que daqui saiades.

— Nom sei, disse el, o que sera, mas se esso fosse, ante eu querria morrer fazendo lealdade, ca escapar e fazer torto, o que nom querria.

Como a donzela se matou por amor de Galaaz

Depois que esto ouviu, nom atendeo mais, ante saio e foi correndo aa espada de Galaaz, que pedia aa entrada da porta da camara e sacou-a da bainha e filhou-a a ambalas mãos e disse a Galaaz:

— Senhor cavaleiro, veedes aqui o engano que havia nos meus primeiros amores. E mal dia fostes tam fremoso que tam caramente me converra comprar vossa beldade.

Quando Galaaz vio que ela ja tiinha a espada na mão e que se queria ferir com ela, saio todo espantado e deo-lhe vozes:

— Ai, bõoa donzela! Sofre-te ùu pouco e nom te mates assi, ca eu farei todo teu prazer.

Ela, que era tam cuitada que nom poderia mais, respondeo per sanha:

— Senhor cavaleiro, tarde mo dissestes.

Entam, ergeo a espada e feriu-se de toda sua força per meo do peito, de guisa que a espada passou-a e pareceo da outra parte, e a donzela caeu em terra morta, que nom falou mais cousa.

Como Boorz se maravilhou

Quando Galaaz esto vio, foi tam espantado, que era maravilha, e vestio-se o mais toste que pode, e disse:

— Ai, Santa Maria! Que he esto que vejo?

A esto se espertou Boorz e disse:

— Senhor, que he esto?

— Par Deos, Boorz, disse Galaaz, esta he a maior maravilha que vos nunca vistes. Esta donzela se matou endõado com minha espada.

Quando Boorz esto ouvio, disse:

— O diaboo lho fez fazer. Ora nom sei que façamos, ca seo padre nom nos creera, ante dira que a matamos.

— Nom vos dedes aatam gram coita, disse Galaaz, ca Deus he direto e nos ajudara.

Assi aveo aa donzela, como vos eu conto, que se matou por amor de Galaaz.

[O rei Brutos, pai da donzela, convencido de que ela tinha sido morta por Galaaz, quer vingá-la e trava combate com Boorz, chegando, todavia, à conclusão de que sua filha *se matara com suas mãos*. Os dois cavaleiros partem e, depois de várias e estranhas aventuras, encontram-se junto de um ermitério. Galaaz vai em perseguição do *cavaleiro da besta ladrador* e Boorz fica com o ermitão. Assim se separam os dois cavaleiros.]

(*Demanda do Santo Graal*, leitura modernizada de Maria Leonor Carvalhão Buescu)

O Fim da Demanda

Aa cima do ano, aveo que fez Galaaz tal oraçom a Nosso Senhor:

— Senhor, a mim semelha que eu vivi ja muito em este mundo. Se vos prouguer, tolhede-me cedo.

Aquel dia meesmo que el esta oraçom fez, rei Escorante jazia doente pera a morte e fez vñir Galaaz ante si e pedio-lhe mercee do que lhi fizera e lhi errara tam mal e tam sam razom. E ele e os outros lhi perdoaram mui de graado, e quando el foi morto e soterrado, os da cidade forom em gram coita, porque nom sabiam quem fizessem rei, pois el filho nom havia, e falarom esto gram peça. E eles seendo em seu conselho, disse-lhis ùa voz:

— Filhade o maior dos tres cavaleiros estrangeiros, o qual vos guardara e manteera bem em mentre for convosco.

E eles fizeram o mandado da voz e filharom Galaaz, querendo ou nom, e fizeram-no rei, e poserom-lhe coroa na cabeça, querendo ou nom, e pesando-lhi muito. Mas porque vio que o queriam matar, se o nom fizesse, se er outorgou e, pois foi rei, fez fazer sobola tavao, u o Santo Graal estava, ùa volta de aboveda de ouro e de pedras preciosas, tam ricas, que nunca homẽe vio tanto. E Galaaz e os outros, cada que se levavam, iam ao Santo Vaso, e ficavam os geolhos ante el, e faziam sas orações e sas prezes.

Quando veo, em cima do ano, tal dia como ele tomara a coroa, ergeo-se de gram manhã e os outros outrossi. E quando entrarom no paaço espirital, catarom ante o Santo Vaso e virom ùo homem revestido como clerigo de missa, que estava em geolhos ante a tavao e dava da mão em seu peito, dizendo sa culpa; e estava arredor del mui gram companha de angeos; e pois esteve gram peça em geolhos, ergeo-se e começou sa missa da gloriosa Senhora. E quando foi depo-la sagrada, que o homem bõo tolheo a patena de sobelo Santo Vaso, chamou Galaaz e disse-lhi:

— Vem adiante, sergente de Jesu Cristo, e veeras o que tanto desejaste sempre a veer.

E ele se chegou logo e catou o Santo Vaso, e pois houve catado ũu pouco, começou a tremer mui feramente. Tam toste, que a mortal carne começou a veer as cousas espiritaes, e tendeo sas mãos logo contra o ceo e disse:

— Senhor, a ti dou eu graças e a ti oro e a ti beengo, porque me fezeste tam gram mercee, que eu vejo abertamente o que lingoa mortal nom poderia dizer, nem coração pensar. Aqui vejo eu o começo dos grandes ardimentos. Aqui vejo eu a raçom das grandes maravilhas. E, pois assi he, Senhor, que vos a mi compristes mĩa vontade de me leixardes veer o que eu sempre tanto desejei, ora vos rogo que, em esta hora e em esta gram ledice em que som, vos plaza que eu passe desta terreal vida e vaa, aa celestial.

E tam toste como el rogou a Nosso Senhor, o homem bõo que cantava a missa pres o *Corpus Domini* e comungou-o. E Galaaz o recebeo com grande humildade, e o homem bõo preguntou:

— Sabedes quem sãõ?

— Nom, disse el, se mo vos nom disserdes.

— Pois sabe, disse el, que eu sãõ Josefes, o filho de Josep Abarimatia, que Nosso Senhor te enviou, por te fazer companha. E sabes por que me enviou ante que outrem? Porque semelhas tu a mim em duas cousas: porque viste as maravilhas do Santo Graal, assi como eu, e porque he direito que ũu virgem faça companha a outro virgem.

Pois esto Josefes disse a Galaaz, tornou a Persival e beijou-o, e pois Galaaz er disse a Boorz:

— Saudade-mi muito a dom Lançalot, meu padre e meu senhor, tam toste que o virdes.

Entom se tornou ante a tavao e ficou seus geolhos e nom esteve i se pouco nom. Quando caeu em terra, a alma se lhi saio do corpo e levarom-na os angeos, fazendo gram ledice e beenzendo Nosso Senhor.

Tam toste que el foi morto, avẽo ũa gram maravilha, que Boorz e Persival virom que ũa mão veo do ceo, mas nom virom o corpo cuja mão era, e filhou o Santo Vaso e levou-o contra o ceo com tam gram canto e com tam gram ledice, que nunca homem vio mais saborosa cousa de ouvir, assi que nunca houve homem na terra que pois podesse dizer com verdade que nunca o i er virom.

Quando Persival e Boorz virom que era morto Galaaz, houverom ende tam gram pesar, que nom poderiam maior, e se nom fossem tam bõos homẽes, e de tam bõoa vida como eram, caeram em desesperaçom, tanto houverom gram pesar. O poboo da terra er foi em mui gram pesar, porque era de mui bõa vida, e porque lhis hora mui bõo rei, e porque o mantevera em sa honra e honra da terra.

Pois Galaaz foi soterrado no paaço espirital, o mais honradamente que poderom os da cidade de Sarraz, Persival se meteo ermitam em ũa ermida fora da vila, e pesou muito aos da vila, que ja haviam posto entre si que o fizessem rei, mais el nom quis, e disse que Deos nunca o fizesse rei, tam longe de seus amigos e do reino de Logres. E Boorz se foi pera Persival, mas nom cambou os panos do segre, ca fia em coração de ir ainda a casa de rei Artur. Uu ano e dous meses viveo

Persival na ermida. Entom passou deste segredo e fez-o Boorz soterrar no paaço espirital, com sa irmãa, a par de Galaaz.

[E Boorz regressa a Camaalot.]

Epilogo

[Depois da morte dos dois cavaleiros, Galaaz e Persival, e depois de o Graal ter sido arrebatado ao céu, precipita-se a ruína do reino de Logres. Lançalot mostra-se desleal para com o rei Artur e rapta a rainha Genevra. Artur parte em luta contra os Romanos, deixando o reino e a rainha à guarda de seu sobrinho Morderet. Este atraiçoa-o, porém, e o rei Artur marcha para Logres, ao ataque de Morderet. Ao partir, porém, ele sabe que morrerá cedo: «— *Ai Esclabor espada bõa e honrada, a melhor que nunca entrou no reino de Logres [...] ora perderas teu senhor [...]*». Mal ferido em combate, o rei Artur dirige-se então ao mar, acompanhado do seu fiel cavaleiro Giflet, que o não quer abandonar.]

— Ai, Giflet! Longo tempo me serviste e me tevestes companha. Mas ora chegou ja o termo em que vos convem já de mi partir. E bem vos podeades louvar que vos sodes o companheiro da Tavola Redonda que mais longamente me teve companha. Mas ora vos digo que vos vaades, ca, des hoje a mais, nom quero que fiquedes comigo, ca mña fim se achega; e nom he cousa posta que nẽhũ saiba verdade de mña fim, ca, bem como eu aqui per ventura fui rei, assi passarei deste reino per ventura, ca nengũu nom se podera louvar, des aqui adiante, que certamente saiba que sera de mim. E por esto, quero que vos vaades; e, pois fordes de mim partido, se vos perguntarem novas de mim, responde-de-lhis que rei Artur veo per ventura e per ventura se partio, e ele soo foi Rei Aventuroso. [...]

Quando Giflet chegou ao outeiro, esteve so ãa árvor, ataa que se fosse a chuva, e começou a chorar e catar aaquela parte u el-rei leixara. E nom esteve i muito, que vio vñir per meio do mar ãa barqueta em que vñiam muitas donas. A barca aportou ante rei Artur, e as donas saiom fora e foram a el-rei. E andava ante elas Morgaim, a encantador irmãa de rei Artur, que foi a el-rei com todas aquelas donas que tragia, e rogou-o entom muito que, per seu rogo, houve el-rei de entrar na barca. E pois foi dentro, fez meter i seu cavalo e todas sas armas; des i, começou-se a barca de ir polo mar com el e com as donas, em tal hora, que nom houve i pois cavaleiro nem outrem, no reino de Logres, que dissesse pois certamente que o pois vissem.

[Ao saber da morte de Artur, a rainha Genevra *filhou panos de ordem e fez-se monja*. Lançalot, *fez mui gram doo per rei Artur* e quis vingá-lo nas pessoas dos filhos de Morderet. Dirige-se então a Logres para o reconquistar, em memória do rei Artur. Trava combate com os filhos de Morderet e, em seguida, dirige-se a uma ermida onde passa quatro anos, remindo os seus pecados e *estregendo sas carnes de todas guisas que podia*. Depois, rendeu a alma. Assim terminou a vida terrestre o melhor e mais famoso cavaleiro, tirante Galaaz. Extinta a linhagem do rei Bam, Mars da Cornualha decide apoderar-se de Logres. Contudo, é ferido de morte por Paulas.]

E os irmitães filharam o corpo d'el-rei Mars e soterrarom-no ante a irmida, fora de sagrado, ca o fiam por ùu dos desleais homões do mundo.

Assi como vos digo, morreu rei Mars de Cornualha; e os irmitães ficaram na irmida em serviço de Deos. E assi acabemos nos. Amẽ.

(Demanda do Santo Graal, leitura modernizada de Maria Leonor Carvalho Buescu)

Hagiografia de Sancta Olaya Virgem

[...] Entrando polla porta da cidade ouvio ao pregoeiro pregoar e logo se foi aa praça da cidade onde o adiantado estava assentado a jogar. E vendo ao adiantado assentado em seu trono entrou antre muita gente que i estava e disse em alta voz:

— Ó juiz de maldade que estás assentado nessa cadeira alta a julgar e nom temes ao rei celestial que é teu senhor e dos teus principes e fazer por teus tormentos que os que elle criou aa sua imagem adorem a vaidade das tuas imagens, teem vergonha de tanto mal como fazes e have temor das penas perduravees que estam aparelhadas aos teus semelhantes.

E ouvindo esto Daciano foi mui espantado e disse lhe:

— Quem és tu que te atreves a chegar tam neceamente a fallar aa minha face e fallas palavras tam soberbas e atrevidas?

Sancta Olaya, ouvindo esto, respondeo com grande esforço e disse:

— Eu sou Olaya, serva de Jhesu Christo, Rei dos reis, e Senhor dos senhores, e havendo esforço Nelle me vim a ti reprimir de tua doidice e maldade que, esquecendo a Deos verdadeiro celestial o qual criou o ceo e a terra e todas as cousas que nella som, adoras ao espirito do error e persigues aos que adoram o verdadeiro Deos e os constringes com tuas persecuções a adorar os que nom som deoses mas som diabos com os quaes tu serás condemnado e deitado no fogo perduravel com todos os teus semelhantes.

E ouvindo esto o adiantado Daciano foi mui irado e mandou a açoutar mui cruelmente e como a açoutassem disse lhe o adiantado:

— Mezquinha, onde é o teu Deos que te nom veem agora livrar desta pena e door? Porque és tam louca e te atreves a dizer taes cousas? Confessa, mezquinha, que nom conhecendo o meu poderio, te atreveste a viir a minha cadeira e conhece teu error e pide perdom que eu hei compaixam de ti porque, tam nõbre donzella, es atormentada de tam grande pena.

E ouvindo isto sancta Olaya disse:

— Nom me aconselhes mal que eu mui bem sei que é o teu poderio mui pequeno e temporal e hoje és e aa menhaã morrerás. Mas o poderio do meu Senhor Jhesu Christo dura pera sempre. E porem nom posso dizer falsidade que temo aquelle rei celestial o qual atormenta os adoradores dos idollos e dos mentirosos no fogo que sempre ha de durar com todos os que obram maldade e açoutada polla fee do meu rei e nom sinto teus açoutes, defendendo me o Senhor Jhesu Christo, o

qual é de todo o mundo rei e te condemnará ao fogo do inferno.

Ouvindo esto o adiantado mandou trazer o tracto e a mandou poer nelle e arrancar lhe as unhas. E sancta Olaya louvava o Senhor e dizia com allegre rosto:

— Senhor Jhesu Christo ouve a mi, tua serva sem proveito, que a ti soo pequei. Perdoa me e daa me esforço pera soffrer estes tormentos que me som dados pollo Teu sancto nome, por que o diabo seja confundido com os que o servem e o amam e com este maldicto adiantado.

Entom disse o adiantado a sancta Olaya:

— Onde está aquelle que tu chamas pera que te venha ajudar? Ouve moça sem siso e sacrifica aos deoses por que possas viver e lograr de teu corpo, se nom see certa que morrerás e nom teerás quem te possa livrar.

E ouvindo esto sancta Olaya disse lhe:

— Nunca de ti seja bem, homem escomungado e demoninhado e dannado, porque me aconselhas que negue a fee do meu Senhor Jhesu Christo que está aqui commigo e nom o vees polla ceguidade do teu coração e elle me esforça e soffre todas as tuas penas.

E ouvindo esto o adiantado foi maravilhado e mandou ascender fachtas e poer lhas nas costas. E veendo esto sancta Olaya orava ao Senhor e dizia com allegria de coração:

Tu Senhor es meu ajudador e recebedor da minha alma. Faze justiça dos meus inmiigos e quebra o (sic) com tua virtude e te offerecerei a ti sacrificio de vontade e louvarei o Teu nome que é boom e sancto porque tu me livraste de toda tribulaçam, que fezeste desprezar meus inmiigos.

E depois que sancta Olaya disse esto tornou se a chama aos que a queimavam com as fachtas e ella veendo o alçou os olhos ao ceo e disse a alta voz:

— Senhor Jhesu Christo ouve a minha oraçom e faze commigo misericordia e recebe me antre os teus escolhidos em a gloria do teu paraiso e faze commigo sinal de bem por que veendo o os que em ti creem louvem o teu poderio.

E acabada a oraçom matarom se as fachtas que ardiam em grandes chamas e caiam em terra sobre seus rostos dos que as tinham. E sancta Olaya deu o espirito ao fazedor da vida e caio logo hũa pomba de sua boca e sobio ao ceo sem detença algũa e, veendo esto, os christãos louvarom ao Senhor mui alto e houverom grande prazer porque tinham cidadã e avogada ante o Senhor todo poderoso e o adiantado Daciano veendo que nom aproveitarom nada em nenhũa cousa todas as suas penas que lhe dera deceo de sua cadeira com grande tristeza e mandou poer o corpo de sancta Olaya em hũa cruz mui alta e disse aas guardas:

— Este na cruz atee que seja comida das aves atee os ossos.

Descendeo logo neve do ceo e cobrio o seu corpo. E veendo esto os que guadavam o corpo houverom grande medo e apartarom se do corpo, longe, pera o guardar e como se soubesse esto polla terra vierom muitos veer os milagres que o Senhor fezera. E seus padres e suas companheiras que haviam grande tristeza porque nom sabiam de sancta Olaya e houverom grande allegria

ouvindo esta fama e ao terceiro dia tomarom o seu corpo huũs religiosos devotos e o ungirom com preciosos unguentos e embolverom em lençoões mui brancos e o enterraram com allegria louvando ao fazedor da vida o qual com o Padre e o Espirito Sancto vive e regna pera sempre. Amen.

(*Ho Flos Sanctorum*, leitura de Maria Clara de Almeida Lucas)

Exemplum Beës Verdadeiros

Uu rei era gentil e de maos feitos. Avia ãu boo conselheiro, que avia desto grande tristeza e catava tempo convinhavil pera o tirar do erro en que andava. Uu dia disse elrei aaquele seu privado:

— Vem e andemos pela cidade, se perventura veremos algũa cousa proveitosa.

E andando eles pela cidade virom lume que luzia per ãu furado. E tenerom mentes per ele e viram ãa casa soterranha em que estava ãu omem mui pobre, vestido em ãa vestidura mui vil e mui rota. E ante ele estava sua molher que lhe escançava o vinho per ãu vaso de vidro. E, tanto que o marido tomou o vaso de vinho na mão, começou de cantar altas vozes e ela outrossi começou a balhar ante ele e louva-lo muito e tomavom ambos muito prazer.

E aqueles que iam com elrei estiverom-nos oolhando ãu grande espaço e maravilhavam-se porque aquestes omães, tam pobres que nom aviam casa em que morassem, nem vestiduras senom mui rotas, como faziam sua vida tam segura e com tanto prazer. Entom disse elrei ao seu conselheiro:

— Ó amigo, que maravilha é esta, que nunca a nossa vida foi tam prazivel, nem tam leda a mim nem a ti, porque avemos tantos viços e tantos avondamentos, como é a sua destes sandeus, ca, como que ela seja vil e mezquinha e aspera, parece-lhe a eles leda e blanda!

Quando esto ouvio o privado, entendeo que tinha tempo de castigar elrei e disse-lhe:

— Senhor, quejanda te parece a vida destes omães?

E elrei disse:

— Parece-me que é a mais mezquinha e a mais mal aventurada de totalas vidas que eu vi.

E disse-lhe o privado:

— Senhor, sabe por certo que por mais mezquinha e mais mal aventurada teem a nossa vida aqueles que contemplam e recontam a gloria perduravel e os bões que sobrepojam todo siso, ca os nossos paaços, resplandcentes como ouro, e as nossas vestiduras, nobres e fremosas, mais fedorentas e mais feas parecem que o esterco aos olhos daqueles que contemplam as fremusuras das moradas do ceo, que nom som feitas com mão, e as vestiduras feitas per Deos e as coroas que nunca seeram conrompidas, que aparelhou o senhor Deus aaqueles que o amam. E, assi como estes pobres omães a vós sandeus, bem assi e muito mais nós, que andamos neste mundo e pensamos que avemos grande avondança em esta falsa gloria e com estas deleitações sem proveito parecemos dignos e merecedores de lagrimas e de choros e de tristeza e de mezquindade ante os

olhos daqueles que gostaram a dulçura dos bẽes perduravees que enganom os omẽes em esta vida, fazendo-os creer que am em si blandeza e dulçura grande e verdadeira, o que é contrairo, e per esto som enganados os viçosos. E porem diz o Eclesiastico: Eu achei molher mais amargosa que a morte. Esta molher é a deleitaçom corporal. Outrossi os faz creer que á em eles abastança, como assi seja que eles fazem vazios aqueles que os am, porem diz o Evangelho que o senhor Deus leixou os ricos vazios. E faze-os creer que am em si onra, como assi seja que á em eles grande desonra. Porem diz ão Evangelho que aquilo que é alteza aos omẽes avorrecimento grande é ante Deus.

E por estes enganos que fazem os bẽes temporaes tomam os omees os bẽes que nom som verdadeiros em logo de bẽes verdadeiros.

(Orto do Esposo, leitura de José Joaquim Nunes)

III

B. Leituras Complementares

Prosa

* Esta parte da Antologia corresponde à Unidade 5.

B. Leituras Complementares

Capitulo primeiro, em que se mostra porque foram alevantados todollos jogos, a que agora chamam manhas.

Muyto foram avisados os antigos em se proverem das cousas contrairas que lhes poderiam avir. E virom em como o estado dos rreys está em duas cousas, em o saber reger e defender, e como estas cousas se poderiam perder, se nom ouvesse em como fossem guardadas, ca estando os rreys em paz prolongada, com os longos desembargos, que se fazem continuamente, muytas vezes por esta cousa recebe o entender tal cansaço que em nenhũa guisa nom pode chegar com aquella força nem com aquella agudeza, que se devia chegar aos desembargos; outrosi a defensom se perderia muytoste, se o uso das armas nom ouvessem: e porem assacarom os antigos jogos de taes maneiras, per que se pudesse recrear o entender; e que o cansaço nom fosse tal que por elle deixasse de fazer o que devia: e porque algũs diriam como o entender poderia cansar, e como quer que isto nom compre aos monteyros o fallar nestas cousas, pero pois dissemos que o entender cansava, he força de dizermos em como cansa, e mostrallo como melhor podermos: e diremos logo que cousa he entender, e deshi diremos como cansa, ca doutra guisa o nom poderiamos mostrar. Ora dizemos assi, o entender, como quer que elle entender seja, nom lhe podem poer outra figura, nem al dizer, senom entender, ca elle está na alma, e a alma nom á figura, e portanto nom o podem entender por figura: pero por verdes algũa cousa dello, nós outros os homẽes avemos cinco sentidos, e outrosi o coração, o qual representa ao entender todallas cousas andadas, e os sentidos mostram ao entender todallas cousas porque o entender entende; ca os sentidos am cada hum sua virtude, polla qual o entender entende tudo aquillo que á de entender; e o veer e tocar mostram ao entender as cousas que som corpos; e o ouvir e cheirar mostram ao entender as cousas que nom som corpos, que saem dos corpos nom os tocando, e estes som os sãos e cheiros que saem de corpos; e o gostar mostra ao entender os sabores que saem de corpos tocados [...]

Ora quando a este entender som demostradas estas cousas pollos sentidos, como dito avemos, se as cousas som grandes de determinar, entre o entender e a vontade, e nom as pode stremar, convem a saber, o bem do melhor, ou o mal do menos; quando estas cousas som grandes ou muytas, entom he forçado de aver longo espaço em fazer este departamento, e assi convem de o entendimento cansar: e isto nom por elle cansar, mas isto he vem porque o entender está na substancia do corpo [...]

(Livro Primeiro, leitura segundo ed. cit.)

Capitulo j, como se am de trager os moços limpos, que tragem os caães de correr, ainda quando estam em casa de seus senhores.

Escrita a primeira parte deste livro da montaria, em que se contem o feito de aprazar: segue-se esta segunda parte, em que guisa os moços do monte am de saber, em como am de fazer bem este jogo: e porque esta he grande cousa, segundo que diz no livro de Job, que disse o inimigo a nosso senhor Deus, des que Job foi ferido das mortes dos filhos, e das outras cousas que perdera,

gabandose Deus do seu servo Job, segundo he escrito, disselhe o inimigo, leixamo ferir na carne, ca todallas outras cousas os homões podem sofrer, mais esta he tam grande cousa, que poucos a podem sofrer: e ainda nosso senhor Jesu Christo disse no evangelho da cea, segundo disse S. Joham, que nom poderia nenhum mais fazer, que morrer por seu amigo: e pois bem parece que todallas cousas nom som de comparar pera aquellas que tangem ao corpo, em feridas, ou per ellas, ou fazem vir a morte. E porque esto joguo traz os moços a perigos de feridas, e mortes, por se dello saberem guardar, he de necessidade saberem, em como podem fazer este joguo, e virem a seer teudos por boës monteiros, e des hi de seerem ensinados em como poderiam seer guardados, em se poderem melhor guardar das cousas, que a esto as poderiam reduzir a feridas e mortes. Primeira-mente em fallar como he bem aos moços, trageremse limpos, tambem nos trajos, ainda que sejam do monte, como nos que ouverem de trager na vila: ca em como ja dissemos no capitulo viij, que falla como se devem guardar os escudeiros de se mal trager. E esto meesmo a tambem o devem fazer como elles os moços do monte muyto mais: ca se aos escudeiros pertence, por se nom apartarem da conversaçom dos bõos, muyto mais compre aos moços, porque nom am tam grande azo de conversar com elles, pois tanto menos azo am os homões de se achegarem a sua prol, tanto mais lhe he compridouro de afanarem pollo averem: e por esto lhes he mester que se trajam bem, e demais por seerem praziveis a seu senhor, que quando o senhor vee que o seu servidor se amanha bem a fazer o que a de fazer, e pollo officio nom leixa de servir e honrar a sua casa, que se delle mais nom pague, e o tem por stimamento que lhe verra bõo: e em como quer que em este trager se poderiam fazer muytas declaraçoões, porque nom esta em hũa cousa somente, pero por nom fazermos longa escritura, leixallo emos [...]

(*Livro Segundo*, leitura segundo ed. cit.)

[*Prólogo — Dedicatória*]

Em nome de nosso senhor Jesu Christo, com sua graça e de sua muy sancta madre nossa senhora Sancta Maria. Coméçasse o trautado que se chama Leal Consselheiro, o qual fez Dom Eduarte, pella graça de deos Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta, a rrequerimento da muyto excellente Reynha dona Leonor, sua molher.

Muyto prezada e amada Raynha Senhora: vos me requerestes que juntamente vos mandasse screver algũas cousas que avia scriptas per boo regimento de nossas conciencias e vontades. E posto que saibha graças a nosso senhor que de todo avees muy comprido conhecimento com virtuosa husança, satisfazendo a vosso desejo conssiirey que seria melhor feicto em forma de hũu soo tractado com algũus adimentos. E assi o fiz por vos complazer e filhar em no fazendo algũu spaço de cuidados com razoado passamento de tempo. E desi por sentir que, penssando como sobr'esto ey de screver, saberia mais desta moral e virtuosa sciencia, e que me fara guardar de fazer cousas mal feitas, por seerem contrairas do que screvo, ainda que seja obra pera eu fazer pouco perteecente, posto que a todos estados seja necessario saber como devem seguir virtudes, guardandosse de pecados e outros falicimentos. E desi por algũus desta pequena leitura se poderem

prestar, acrescentando em suas bondades com leixamento de muytos erros; por que das obras breves e símprezes os de nom grande entender e pouco saber melhor aprendem que das sotil e altamente scriptas. E a nosso senhor deos em grande mercee terria, se de minha vida, feitos e dictos muytos filhassem proveitosa enssinança, e nunca o contrairo. Ca scripto he: Aquel que faz o pecador em seu viver de maaõ caminho tornar, guaança sua alma e seerlheam cubertos e relevados gram multidoõe de pecados. E diz nosso senhor daquel que guardar seus mandamentos e os ensinar, que sera chamado grande no seu Reyno. Porem ainda que o meu cárrego mais seja mostrar per obra e palavra, algũa parte desejo cobrar de merecimento dos que fazem leituras de boas e virtuosas enssynanças, por tal que, bem vivendo, per sua mercee naquella conta podesse verdadeiramente seer contado. E por que o entendimento he nossa virtude muy principal, screvi del hũa breve repartiçom, e o mais fuy ajuntando segundo melhor pude fazer. E por seerem algũas cousas sobre si tempo ha scriptas, nom levam tal forma como se todas juntamente sobr'este proposito forom ordenadas. Ainda que algũas rezoões vã dobradas, sejame relevado, por que o faço querendo todo melhor declarar, avendo em tal leitura por menos falicimento dobrallas, que, onde convem, seer minguido no screver. Desy por que de minha mãõ foy todo primeiro scripto, tirando as cousas de fora em el traladadas, dello tanto me nom guardey, teendo mais tençom de bem mostrar a ssustancia do que screvia que a fremosa e guardada maneira de screver. Podelloees, se voz praz, chamar leal conselheiro, por que ainda que me nom atreva certificar que da em todo boos conselhos, sey que lealmente he todo scripto quanto meu pequeno saber, embargado em todo geeral regimento de justiça, conselhos e todas outras proveenças de meus Reynos e Senhorio, pode percalçar pera poer tal obra assi brevemente em scripto, por que algũas cousas se podem bem razoar que nom som taaes pera screver. E filhayo por hũu A B C de lealdade, ca he feicto principalmente pera senhores e gente de suas casas que na theorica de taaes feictos em respeito dos sabedores por moços devemos seer contados, pera os quaaes A B C he sua propria enssinança. E por mais ho A se podem entender os poderes e paixões que cadahũu de nos ha. E por ho B, o grande bem que percalçom os seguidores das virtudes e bondades. E por ho C, dos malles e pecados nosso corregimento. Por que destas tres partes mesturadamente e nom assi per ordem he meu proposito de mais trautar, com devida protestaçon leixando todo ao corregimento daquelles a que perteeçer. Ca sobr'ello mais screvo por que sinto e vejo na maneira de nosso viver que per studo de livros nem enssino de leterados. Pódesse dizer de lealdade, ca per dereito conhecimento de nosso poder, saber, querer, memoria, entender, voontade, seguindo e possuindo virtudes, e dos pecados e outros falicimentos com emenda nos avisando, se mantem a nosso senhor deos e aas pessoas que se deve guardar. E por que ao presente de sua mercee tem esta virtude outorgada em estes Reynos antre senhores e servidores, maridos e molheres, tam perfectamente que outros nom sey nem ouço que mais melhor della husem, dos quaaes pois elle de ssa boa graça me outorgou principal regimento, me sinto muyto obrigado de a sempre manteer e guardar a todos, e a vos mais per obrigaçom de grandes razoões e requerimento de minha boa voontade. Porem me praz assi della seer nomeada, por tal que o nome deste meu scripto concorde com a maneira em que per mercee do senhor Deos me trabalho sempre viver.[...]

(Leal Conselheiro, leitura segundo ed. cit.)

Capitulo XVI — Da sanha.

Da yra seu proprio nome em nossa lynguagem he sanha, que vem de hũu arrebatado fervor de coraçom por desprazer que sente, com desejo de vyngança. Della nadem e veherom muytos malles, como diz sam Joham Casiano no livro dos Statutos, que esta, morando em nos, cega os olhos da alma com treevas muy empecivees, nom leixa aver juyzo dereito de discreçom, nem vista de honesta contemplaçom, nem leixa possuir madureza de consselho, nem consente seer os homeens quynhoeiros da sancta vyda, nem reteedores da justiça, nem recebedores de spiritual e verdadeiro lume, por que diz o propheta: «Torvados som meus olhos pella sanha». E aqieste contradiz toda hira, fora daquella que se filha contra os pecados, e de nos por consentir em elles, e dessa medês sanha quando nos requiere e afica e costrange. E declarando aquella pallavra de sam Paulo que diz: «assanhaevos, e nom queiraaes pecar, e o ssol nom se ponha sobre vossa sanha», diz que doutra se nom deve entender senom da suso dita. Ca nom entendamos que nos he dado lugar por cousas que razoadas pareçom aver sanha, como assy seja que qual quer cega os olhos da razom, pois que deferença sera pera tirar a vista: poer ante os olhos pasta de chumbo, ou douro? Certo he que assi a hũa como a outra a vista embarga, e aquella tirada, logo pera cayr estamos muyto aparelhados. E ssemelhante faz ella quando de nos se assenhora por qual quer cousa. E declara mais aquel dicto que deste sol nom devemos entender senom que sse nom ponha sobre nossa sanha. Ca se a leixassemos durar em nos ataa el posto, poderia seer que procederiamos ante que se possesse a vyngança, e por que o dicto apostollo nos manda orar contynuadamente e sem entrepoymento. E o ssenhor diz que, estando ante o altar, se nos lembrar que nosso irmaão tem algũ escandallo contra nos, que leixemos nossa oferta e nos vaamos reconciliar com el. E sse nos assy manda com nossos irmaãos, ante que ofereçamos nossas ofertas, acordar, como consentiria que ataa o ssol posto com pecados podessemos estar enframados em ella, orando ao senhor que de nossas ofertas nos mandou cessar ataa que com elle sejamos reconciliados? Porem diz que sse deve aquel dicto entender do sol da justiça, Cristo deos nosso, o qual, se nos vir envoltos em sanha, nos tirara o lume da sua graça. E sseremos do conto daquelles de que he scripto que o sol se lhes pos no meo dia por seerem del desemparados. Outro entendimento declara que razoadamente podemos filhar por o lume da descliçom, que se poem e cega aos que muyto estom acesos em este pecado. E porem concluye que nom pode sem falicismo aver logar em outros casos, fora dos suso scriptos, scilicet que nos assanhemos contra as tentações do pecado, e de nos, se as nom contradizemos, e della medês, se nos segue, afica e costrange. Outros teem que algũas vezes a ssanha he proveitosa, por que faz obrar as cousas melhor e mais prestemente. E por a concordança destes dictos eu faço tal declaraçom que pera pessoas muy virtuosas a ssanha he bem scusada, por que husando das virtudes como deve, as cousas fará perfeitamente. E nom lhe convem de ssanha seerem ajudados, por que a virtude da descliçom mostra o que he bem de fazer. E a fortelleza, sem outro aguyllhom de sanha espertada, com desejo de justiça lhe fará todo cumprir como rezom for [...]

Ca certo he as virtudes per ssy seerem abastantes pera o virtuoso todo bem obrar, sem ajuda que necessaria lhe seja da sanha, mas a aquelles que naturalmente som manssos e muy benygnos que algũ nom queiram desprazer, e aos fracos de coraçom, molles, deleixados, pospoedores do que nom convem, e preguiçosos, muytas vezes lhes aproveita em os esforçar e aguçar, com tanto que nom cegue, sobrepoje ou force o juizo da rrezom. E por que per ella erramos em nosso cuydado, falla, contenença e obra, pera conhecermos se nos cega ou força, conssiire cadahũu o que nos faz pensar, fallar e obrar quando a tevermos, e desque de nos se partir. E se o bem reguardarmos sem afeição, sentindo o juizo que sobre nossos feitos per dignas pessoas doutoridade he dado,

poderemos com a graça de nosso senhor bem conhecer se somos della storvados ou ajudados, e per os erros passados nos avisar pera o diante. E sse della mal nos acharmos, nom dando lugar nem autoridade a nossos cuidados, devemos conteer o fallar e obrar quando em nos for. E sse conhecermos que com ella nom tressaymos, e nos aproveita com grande tento, nom leixemos de pensar, fallar, obrar, ainda que a syntamos, porem com boo resguardo segundo for a pessoa, feicto e logar [...]

(*Ibidem*)

*Capitulo XXXVII — Das outras virtudes e sciencias
a que dam fe per desvairadas maneiras.*

Conssiirando nas desvairadas maneiras que se dá ffe e creença aas profecias, vysoões, sonhos, dar a vontade, virtudes das pallavras, pedras e ervas, signaaes dos ceos e que se fazem na terra; em perssoas, e alimarias, e terremotos, graças speciaaes que deos outorga que ajam algũas pessoas; e a estrollazia, nygromancia, geomancia e outras semelhantes sciencias, artes, sperimentos e sotillezas; de modo de tregeitar per sotilleza das mãos, ou natural maneira nom costumada, e outros per força de natureza, algũu pouco em soma vos quero screver do que sobr'ello entendo, e pera o poderdes seguir se vos bem parecer. Algũus vejo que todo querem afirmar certamente, ou assy negar, e cousa nom lhes praz trazer em duvyda, o que me parece muy dovydoso camynho por o que se diz: Melhor he duvydar, que atrevydamente sem descripçom determynar. E porem sobre todas estas partes aquellas creo que a ssancta igreja manda creer, nom dando ffe aas que defende. E as outras trago em duvyda, sem me afirmar de todo a cadahũa das partes, por que algũas parecem impossivees, e som verdadeiras, e outras afirmam muytos que som sem duvyda, que tenho por falssas, enganosas e contrafeitas. E porem os que veem taaes desvairos devem filhar por seguro camynho nom se afirmar muyto em cada hũa das partes per teençom nem pallavra, por nom parecer a hũus mentiroso, e a outros que com perfia contradiz o que todos afirmam, por que em cada terra teem algũas cousas tanto por contrairas, que por muyto que sse afirmem sempre por muytos sam avydas, e outras creem tam sem duvyda, que ham por fora de rrazom e compydos de muyta perfia quem as nom creer. Por veerdes desto enxempros, quem contar fora da terra que Pedreanes vee as aguas, e da os synaaes que ataa XX braças e mais de soterra serom achados, e que aqueste moço Pedro é tam simprez que assy afirma que as vee, e posto que nom seja de muyta autoridade, como ja em alicece de casas foy achado certo, sem fallecer cousa em altura e na terra sobre que erom fundados. E da molher que passa de XII ãnos que no çumo de hũa maçaam ou semelhante comer no dia em que mais largo come se mantem, nom gostando carne, pescado, ovos, leite nem outra boa vyanda, mas com tam pouca, como dicto he, sem vynho se mantem em soo beber daugua simprez, que he incridyvel. E dos que guarecem os mordidos dos caães danados per os beenzer. E como devynham os que vaão buscar, por o ssentirem no coracom, segundo me ja contarom dous, padre e filho. E hũu capellam meu, que tem esta virtude, e tam bem de parirem as molheres sem cajom em sua presença, nom som cousas que se bem cream. E de dar aa vontade o que adiante se acontece, eu vy ja cousas tam certas que seriam muy duvydosas de creer. E assy outras taaes virtudes que nosso senhor quer outorgar a algũas pessoas nom se podem comprehender per rrazom. E o ferro caldo, que naquesta terra tantos certificam que o vyrom filhar, quando

fora se diz, por muyto que sse afirme, poucos acham que o bem creem. E ssemelhante fazemos nos doutras que muytos de fora contam, por que as obras da feitiçaria e que sse dizem de Catellonha e Saboya eu lhes dou pouca ffe, nem a aquellas que muytos afirmam em estes reynos, por que o mais de todo ey por engano e bulrra [...]

(*Ibidem*)

Capitulo XLIII — Das maneiras damar.

Conssiirando como nosso senhor me outorgou vyver sempre sem fallicymento em amyzade muy special com os muy virtuosos Rey e Raynha, meus senhores padre e madre, cujas almas deos aja, e com todos meus irmaãos, nom symprezmente como servidor ou per obrygaçom e dyvydo, mas em aquella mais perfeita maneira que outros achar se podessem, fymados em grande amor e boas vontades de toda parte, com muyta guarda dello enssynados per deos, boo enxemplo dos dictos senhores e do que hũus dos outros aprendyamos, de tal guisa que nom me pareceo, quando vy o livro de Tullio e outros que della fallam, que achava cousa nova nem contraira de que husavamos. E posto que assy razoar o nom soubera, ja no coraçom aquello sentia e per obra husava. E muytas graças a nosso senhor, por nossas grandes virtudes e merycymentos antre nos que semelhante sentymos razom me parece que algũa cousa sobr'ello declare como das virtudes suso scriptas. Porem, segundo meu parecer, della e das outras maneiras damar esto pouco vos screvo. Seu começo he hũu geeral prazimento por dyvydo, bem-feitura, bondade, saber, fama ou algũu mericymento. E aquesto da parte do entender ou por sentimento do coraçom, da vista, falla, boa graça no que faz, ou por concordança da compreysom, callidade ou nacenças. Daly crece ataa seer per cada hũa destas partes muy special, com o qual vem amor. E del nace desejo de fazer todo bem que poder a quem assy ama, por folgar enno fazendo e seer del assy amado como el sente, quer amar e obrar afeiçom com tal pessoa mayor e melhor que se poder aver. E compryndo seu desejo, filha delleitaçom, da qual vem contentamento per o ssentido ou conhecymento do entender. E o geeral contentamento damar, seer amado, possuyr e lograr afeiçom daquella pessoa que muy syngullarmente ama, faz sentir contynuado prazer, no qual vyvem os boos e virtuosos amygos de verdadeira amyzade, como deve seer antre marido e molher, parentes, senhores, servydores, e muy proprio antre os que se acordam per grande afeiçom em estado, ydade, virtuosa maneira de vyver e boo desejo, proposito, entender e vontade. Do amor, que he nome geeral, me parece que nace quatro maneiras damar, homẽes e molheres, por que das outras ao presente nom faço meençom, scilicet: Benquerença, prymeira. Desejo de bem fazer, segunda. Amores, terceira. Amyzade, quarta. Das quaaes mostrarey brevemente algũas deferenças pera cada hũu de ssey e dos outros conhecer de qual dellas ama ou he amado, e como em cada hũa nos devemos aver. Benquerença he tam geeral nome que a todas perssoas que mal nom queremos, podemos bem dyzer que lhe queremos bem. Ca nos praz de sua salvaçom, vyda e saude, e de outros muytos bẽes que nom sejam a nos contrairos. Desejo de bem fazer he jamais special, por que poucos teem tal vontade a todos, ainda que o possam bem comprir e acerca dos chegados o ssentem. E porem he ja em graao mayor e mais estremado. Os amores em algũas pessoas destas duas partes se desacordam por que per elles pryncipalmente se deseja sobre todos seer amado, aver e lograr sempre mui chegada afeiçom com quem assy ama. E muytas vezes, como cego ou forçado, nom cura de sseu bem, nem teme o mal, e tal faz della quando per outra guisa nom pode acabar o que

sobre todas cousas sempre contynuadamente mais deseja. E assy nom lhe quere em tal tempo bem, nem deseja de lho fazer, pois queria seu contrairo se doutra guisa nom podesse seu desejo comprir. Amizade he desvairada de todas estas e participa com ellas, por que sempre quer bem a sseu amygo, e nunca o contrairo, e assy deseja dello fazer com toda cousa por guarda da sua consciencia, acrecentamento da honrra, saude, proveito e boo prazer. E prazlhe muyto seer de sseu amygo perfeitamente amado e aver com el sempre boa e razoada converssaçom. Tem a vantagem dos prymeiros, por que muy special bem quer ao amygo, e assy deseja de lho fazer como pera sy medês o queria. Dos amores desvaira, por que amam pryncipalmente regidos por o entender, e dos outros per movymento do coraçom. O desejo de seer amado ainda nom concorda com amygos, por que sempre peenssom que o som, ca doutra guysa nom se terriam em tal conta dos quaaes se diz que som outro eu, e algũas semelhantes razoões nos livros ja dictos. E afeiçom nom desejom assy ryjo e contynuadamente achegada como namorados, nem a tal fym, por que o amygo, quando compre de sse partir, ainda que del synta suydade, seguramente e bem o ssoporta, mas sempre he presente, em tanto que no livro que della fez Tullyo diz que nem a morte os parte. E desto eu dou boo testemunho, graças a deos, por que o fynamento dos dictos senhores Rey e Raynha nom me partyrom de seu amor, por que assy desejo de lhes fazer serviço e prazer como se vyvos fossem, e receo aquellas cousas que, vyvendo, sabia que nom avyam por bem, como se duvydasse de mo poderem ao presente contradizer, e alegrandome fazer as que pensso que lhes prazem ou prazeriam se na presente vyda fossem, segundo mynhas obras bem as demostram. O iffante dom Pedro, meu sobre todos prezado e amado irmão, posto que fosse no reyno dUngria com pequena teençom de tornar a esta terra, bem pensso que sempre conheceo seer assy presente em meu coraçom como fosse naquel logar onde eu era. E a ducqueza de Bregonha, mynha muyto prezada e amada irmã, nunca tam perfeitamente sentyo mynha boa voontade como desque foy destes reynos partida. Os amores simprezmente muytas vezes teem maneira contraira, por que fazem amar de quem nom he amado, ou per razom synte que nom deve assy damar, em que muyto damyzade se desvaira. Porem sobr'esto tenhamos tal determynaçom, que bem-querença devemos a todos em o geeral desejo de bem fazer em toda cousa que bem podermos. E as pessoas a nos chegadas, ou que o merecem, tal desejo deve seer mais avantejado. Os amores em todo caso ajamos por duvydosos, se tanto crecem que ceguem ou forcem, por que, se leixarmos de nos reger per dereita razom e boo entender, que valleremos? [...]

(Ibidem)

Capitulo XIX

[...] Quando eu era de XXII anos, Elrey, meu senhor e padre comprido de muytas virtudes, cuja alma deos aja, despoendosse pera filhar a cidade de Cepta, mandoume que tevesse cárrego do consselho, justiça e da fazenda que em sa corte se traitava, por que tanto averia de trabalhar nos feitos que perteenciam pera sua hida, que doutros sem grande necessidade se nom entendia curar. Eu, nom conssiirando minha nova hidade e pouco saber, com dereita obediencia, como per mercee de deos sempre em todo lhe guardey, e desi por grande voontade que avia de sse proceder per o dicto feicto, recebi sem outro reguardo todollos dictos cárregos, aos quaes me pus assy fora de boa descliçom, que na primeira quareesma, que logo veeo, fazia tal vyda: Os mais dos dias bem cedo era levantado, e, missas ouvvydas, era na rollaçom ataa meo dia, ou acerca, e viinha comer. E sobre mesa dava odiencias per boo spaço. E rretrayame aa camera, e logo aas duas oras pos meo

dia os do conselheiro e vedores da fazenda erom com mygo. E aturava com elles ataa IX oras da noite. E desde partiom, com os officiaes de minha casa estava ataa XI oras. Monte, caça, mui pouco husava. E o paaço do dicto senhor vesitava poucas vezes, e aquellas por veer o que el fazia e de mim lhe dar conta. Esta vida contynuey ataa pascoa, quebrando tanto mynha voontade, que ja nom sentya algũu prazer me chegar ao coração daquelle sentido que ante fazia. E pensava que aquello da mudança da hydade me viinha, e que assy era comũu a todos. Porem dello me nom curava, mes tanto me carregou que fylhey por grande pena nom poder no coração sentir algũu direito sentymento de boa folgança. E com esto a tristeza me começou de crecer, nom com certo fundamento, mes de qual quer que aazo se desse, ou dalgũas fantezias sem razom. E quanto mais aos cuidados me dava, tanto com mayores sentidos me seguia, nom podendo entender que dalli me viinha, por que eu trabalhava em aquelles cãrregos por as razões suso dictas tam de boa mente, que nom podia pensar que mal me vehesse por obrar no que me prazia, e tam contente era de o fazer. Em aquesta pena vyvy acerca de dez meses, a tempos e mais, e menos. E por que o dicto Rey, meu senhor, se veo acerca da cidade de Lixboa, onde tal pestellença era, que poucos dias passavom que me nom fallassem em pessoas conhecidas que de tramas adoeciam e morriam, por esto a tristeza, que de tanto tempo em mim se criava, mais se dobrou. E hũu dia me deu grande sentymento em hũa perna, e me fez tal door com queentura, que me pos em grande alteraçom. E fuy logo remediado, que per graça de nosso senhor em breve spaço recobrei saude, mas filhei hũu tam ryjo pensamento com receo de morte, que nom soomente temy aquella, mes a que todos scusar nom podemos, penssando na breveza da vida presente. E aquel penssamento entrou em meu coração, que per seis meses hũu pequeno spaço nunca o del pude afastar, tirandome todo prazer e acrecentandome a mayor tristeza segundo meu juyzo que aver podia. Este me trazia tantas novas penas que seria largo descrever, e comparar nom as poderia, por que todallas doores pera esta me pareceria saude, da qual nom avya speranza de guarecer. E sse com ffe e conciencia me queria confortar, per o demudamento da tristeza muyto era torvado, assy que a todo mal da alma e do corpo me derribava. E por tal temor se pode bem dizer o dicto do Gatom: «Quem teme a morte, perde quanto vyve». E em outro logar: «Quem teme a morte, perde o prazer da vida». E de feito nom ouvera conselheiro, remedio nem esforço que me valera, segundo entendo, por que com fisicos, confessores e amygos fallava, e nom prestava cousa. Ca dos remedios, das curas, nom sentia vantajem. E confortos recebia tam poucos como aquel que, per enfermidade mortal dos fisacos desesperado, recebe das pallavras que lhe dizem, ou que per justiça he julgado que logo morra, ca nom menos aquel temor, segundo entendia, era pera mym sempre lembrado e sentido.

Mes a graça do senhor deos e de nossa senhora santa Maria me outorgou conhecimento que era infirmitade e tentaçom do inmiigo todo cuydado errado que me viinha. E determyney nom sayr em cousa fora da pratica de meu vyver que eu avya por boa e assy sabia, mercees ao senhor, que per dignos doutoridade era aprovada. E sse morte, vida, saude ou enfermidade me vehesse, naquella quis que me achasse. Em esta teençom fuy assy forte, que os conselhos dalgũus fisicos, que me diziam que bevesse vynho pouco auguado, dormisse com molher, e leixasse grandes cuidados, todos desprezei, avendo toda minha speranza em no senhor e sua muy santa madre. E esto per parte da razom e da ffe sollamente, ca o ssentido e desejo do coração todo era derribado a mal fazer. Em esta grande doença durey o tempo suso scripto callandome com ella, por que a poucos e pessoas certas doutoridade fallava. E de fora em toda minha maneira de viver fazia pequena mudança, nem mostramento do que sentia. E estando em tal estado, a muy virtuosa Raynha, mynha senhora e madre, que deos aja, de pestellencia se finou, do que eu filhey assy grande sentymento que perdi todo receo, a ella em sa infirmydade sempre me cheguey e a sservy

sem algũu empacho, como se tal door nom sentisse. E aqesto foy começo de minha cura, por que sentindo ella, leixei de ssentir a mym [...]

(*Ibidem*)

Capitulo XX — Dos aazos per que se acrecenta o ssentido do humor menencorico, e dos remedios contra elles.

Os principaaes aazos da minha saude foy trabalharme de ssentir per quantas partes me viinha e acrecentava o dicto sentimento. E achey que principalmente das duas que foram o começo, scilicet: estar em lugar de pestellença, ou acerca, e me dar sobejamente aos aficados e grandes cuidados per tempo perlongado. De todo outro nojo, desprazer e sanha de que ouvesse ryjo sentido me tornava aquella lembrança da morte com seu receo, tristeza e tramento de toda folgança. Doutra qual quer doença, destemperamento da compreissom, mingua de dormir, sobejos trabalhos do corpo e de gejúus, specialmente de pam e augua, de fruta ou semelhantes. E esso medes de rreteer as obras da necessidade per qual quer guisa, dos tempos bruscos e contrairos ao que desejava sentia empecimento de me apartar soo, por estar penssando achava muy contrairo, posto que a voontade per vezes me demandava. Das viandas per meu costume fuy assy regido, que nunca dellas achey grande mudamento. E per vezes comya daquellas que os fisicos chamam manencoricas, e nom me faziam força, porem muyto nom as husava. E o beber daugua senti que faz pera tal door empecimento, mas o vynho bem auguado entendo que he melhor que o ssem augua, posto que os fisicos sobresto mais louvem, nom conhecendo que per el nunca vyrám a perfeita cura, mas por embargar o entender faz o coração nom sentir tam ryjo aquel cuydado que o mais atormenta. E a outros, que com a bevedice som do conto daquelles que per ledice se tornam bugios ou caães, por que acidentalmente recebem tal prazer ou abetamento dos sentydos pera nom padecer tanta tristeza, como pera pequeno spaço logo tornam a ssentir tanta myngua daquel vinho, que como costringidos tornam a el de tal guisa que, onde se cuydam curar de hũa infirmitade, caem na servydõoe da bevedice, per que se perdem muytos das almas, e corpos, e fazendas. Porem de fazer tal cousa que seja digna de rreprehenssom a quem tem desejo de bem vyver, nom menos que cada hũa das cousas principaaes em este caso traz empecimento. E porem, segundo meu juyzo, de toda cousa mal feita que ouve tal sentimento se deve guardar, e nunca per conselhos de fisicos ou doutra pessoa, nem desejo que aja, queyra fazer pecado, nem se vezar a maaõ costume por pensar que pera esto lhe sera remedio, por que do vyver bem e virtuosamente em geeral boa maneira se rrecebem grandes dous bẽes. Primeiro, que nosso senhor aos semelhantes provee mais de sua graça. Segundo, que sempre vivem em melhor sperança, que pera todos casos de tristezas e nojos muyto presta [...]

Contra todos estes acontecymentos eu me trabalhava de saber seus contrairos e remedios, com os quaaes per graça de nosso senhor me ajudava o mylhor que podia desta guisa. Da pestellença me afastava, e aprendi remedios pera a curar e persservatyvos os mylhores que pude saber. Quando dos cuydados sentia que me tornava, como bem podia por filhar boas folganças o rremediava E sse era de muytos aficamentos de desembargos, per monte e caça que fora per dias andasse, onde me nom requerissem, achava grande melhoramento. Pera os nojos meezynha muy proveitosa sentia falla de boos e sages amygos, leer per boos livros de virtuosas enssynanças que fallem a proposito do que bem for tocado. Destar soo me guardava, salvo pouco tempo per algũa

necessydade. E ssempre achei muy proveitosa boa occupaçom de honestos e razoados trabalhos do corpo e do entender pera taaes sentidos, e a ociosidade muyto contraira. Se o corpo sentia destemperado, trabalhava por me reduzir a boa temperança. E ssobre todas estas cousas avya esta pratica, que quando tornava a aquella muy malleciosa renembrança, com gastamento de coração, logo lhe conssiirava o fundamento. E sse podia sentir donde era, com remedios contrairos lhe proviia. E sse o nom entendia, penssava que era destemperança natural do corpo, a qual enmendada, aquel penssamento e tristeza me leixaria. E filhava por ello em mym spaço com menos afrontamento. A myngua do dormyr curava per sono razoado que depois filhava. No beber pus regra geeral de grande temperança em quantidade, e bem auguado. O trabalho sobejo com folgança razoada enmendava. E a temperança dos trabalhos e do entender, voontade e do corpo, pera boo regimento do prazer e boa desposiçom dam grande vantagem, por que toda governança sem esto nom muyto presta. Porem cadahũu guardandosse da fraqueza, preguyça, seguimento de voontade ou vãa gloria, que som fundamentos de fallecerem em amballas partes, em todas cousas a sseu poder com a graça do senhor se guarde dos erros per sobejo ou fallecimento. Ca posto que delles algũa cousa senty, nom sey quaaes som peores, nem mais periigosos. Porem em esto mui specialmente deve reguardar quem bem regido, saõ e ledos per mercee do senhor deseja vyver. E jejũar nunca leixey, segundo meu custume, por que o padecimento de hũu dia per outros recebia corregimento. A husança das pírollas comũus pera esto achey muyto proveitosa, e em todo caso que me a tristeza recrecia, a ellas me tornava, tomandoas em razoada maneira, segundo eu sentia que conviinha a desposiçom em que eu estava. E ssempre dellas me achey pera esto de grande vantagem, porem o que bem estiver de saude, purgar, sangrias e vomytos deve muyto scusar quando sse bem pode fazer. Contra o tempo contrairo penssava que viinha per ordenança de deos, e que porem com paciencia o devia sofrer. [...]

(*Ibidem*)

Capitulo XXVIII — Do consselho que sobr' esto dey ao Iffante dom Pedro.

Conselho pera vós sobejo me parece screver, por que a vossa grande bondade e discreçom me faz nom saber que avysamento vos possa dar, per que vos melhor nom sejaes avisado. Mas por algũu pouco comprir o que vos disse, em breve esto vos screvo. E ainda que muyto conviinha seer enmendado e corregido na sustancia e modo descrever, por o pequeno tempo e a pressa que avya de outros feitos, e por que som certo que aa entençom principalmente olharees, nom quis sobr'elo mais trabalhar. Temperaae as afeiçoões assy que per ellas nom desejees nem façaes algũa cousa contra razom e dereito. Nem ponhaes tam ryjo a voontade no que vos por alguem parece que devaaes requerer, que, nom se compryndo o que bem e dereitamente cuidaaes que requerees, muyto empeece a vosso stado e repouso de vosso boo coração. Mas todo fazendo e requerendo com razoada deligencia e boa discliçom, ordenaae assy a voontade que, as fiis dos feitos viindo de qual quer guysa, estê prestes e aparelhada nom filhar tal torvaçom que vos empeecymento possa trazer. Na sanha esso medês vos compre avysamento em tal guysa, que compraes o que diz o apostollo: Assanhadevos, e nom queiraes pecar. E farees esto dando spaço aas execuçoões de feito e dicto quando a com vosco sentirdes, salvo em os casos que nom recebem trespasso, e naquellas obraae temperadamente, conhecendo que a voontade com ella quer obrar sobejo. Da tristeza vos avisaae quanto com a graça de nosso senhor poderdes. E desto el soo he de todo

meestre. Mas fallando do que a nos perteece d'obrar, a mym parece que com sua mercee cada hũu pode receber grande ajuda, sguardando aos tres poderes que som em nos, de ssuas ordenadas folganças. E estes som: primeiro, de creer e governar o corpo; segundo, do sentir; terceiro, do entender e razom. E devees de ssaber que per desfalecymto de boo stado de cadahũu destes a tristeza vem, algũas vezes conhecendo donde, e outras nom, salvo aquelles que de ssy teem hũa grande industria per muyto special graça, ou per muyta grande pratica de coraçom repousado, que se examyne sem afeiçom por o que el sente, e a outros dignos de autoridade ouvio e teem aprendido. E pera esto he de ssaber que o poderio de crescer e governar requiere comer, beber, dormyr e, lançando fora toda sobegidoõe daquello em que se sstem, de sse ja manteer o corpo em saude, e necessario lhe convem trabalho e folgança. E o ssentir demanda cousas lygeiras de passar com prazer, com toda deleitaçom da voontade, sem reguardando seer bem feito segundo razom e ley do senhor deos. E o do entender requiere bem fazer com folgança em cuidar de compoer em obra, e em obrando, e desque o tem feito, nembrandolhe que o fez, seendo obra em ssy boa e bem feita, ou lhe pareça que he tal, ainda que o nom seja. E a cadahũa destas partes compre reger muyto bem e discretamente aquel que de tristeza se quer afastar, e com a graça do senhor traz seu coraçom em boo assessego, por que em elle som estes tres poderes. E per aazo de cadahũu recebemos cada dia folgança, segundo per speriencia sentymos. E assy nos entra a tristeza, posto que o nom conheçamos, e por termos afeiçom a hũa das partes, nom sentymos o que da outra nos vem nacendo, assy como hũu devoto sem discreçom, sentyndo em sy grande folgança de vigilia ou de jejũu, cuidando muyto per aquelo prazer a deos, que perteece ao poder da rrazom, correndo per seu camynho muyto desordenadamente, nom proveendo ao que lhe demandam os outros poderes, se per sua special graça nom fosse guardado, de que se nom fazia merecedor, pois a discreçom desemparava, nem se scusaria de cair em tristeza, e perder a folgança que pensava daver? E assi hũu que, desejando vyver em folgança e fora de tristeza, por satisfazer ao que requiere aquel poderio de crecer toda sua vyda despendesse em largo comer, beber e dormyr, falleceria sem duvyda da fim que per aquel camynho percalçar entende, por que, teendo femença a aquel sentido, desemparou os outros dous, que no coraçom teem seu quynhom e, ssentyndosse fallecidos de lhe darem o que devem aver, convem que tragam tristeza ou myngua de boa ledice que aver podera se cadahũu proveesse como devya. E esto dando mais ao melhor, e assy cadahũu o que per necessydade requiere, e conhecendo que a nos he dado vyver per razom em vantagem sobre todallas outras potencias, a este poder daremos a mayor parte da nossa folgança. E por que a filha principalmente fazendo bem, em esto despenderemos a mayor parte de toda nossa vyda. Do sobrepojamento dalgũus humores que desgovernam o corpo, que a este poder de ssua governança perteece, convem resguardar, por que algũas vezes vem por el a tristeza, mais nom sempre, porem errom muytos querendosse logo purgar ou sangrar como som tristes. E a tristeza nom he sempre dally, mas vem da myngua de nom dar a cada hũu destes poderes o que bem requiere, ca se mal deseja, nom lhe he de outorgar, mas com discreçom e boo consselho vos trabalhae em quanto poderdes de conhecerdes vossos desfalecymtos. E onde os poderdes forçar, forçayos, e onde nom, com temperança e industria vos fazee scorregar, por vos tornardes a aquel geito que vos boo parecer e louvarom os boos que som em vyda e aquelles que enssynanças em livros aprovados leixarom [...]

(Ibidem)

Capitulo LXXXVIII — Do enxemplo do spelho, manta e pandeiro.

Pera se mostrar como per o inmiigo somos tentados a filhar mayor sentido dalgũas cousas que convem, e doutras menos que he razom, se conta hũu enxemplo per fegura, como per hũu spelho, manta e pandeiro muytos engana. Dizem que tenta com spelho, pera sse filhar tam ryjo sentido dalgũa cousa per que nos quer enduzer, quando continuadamente nos apresenta, posto que nom queiramos, renembrancha: a hũus de molher que ama ou deseja, a outros riqueza que cobiça, ou de pessoa que lhe fez tal erro que mostra razom de sse vyngar, e de cousas que muyto teme ou recea, pera enduzer a tristeza. Com taaes nembramentos se diz tentarmos com spelho, por que sempre parece que nos traz ante os olhos ou lembrança do coraçom a figura daquella cousa que com desejo sentido nos faz amar, desejar, temer ou avorrecer. Por quanto tal sentido errado nom se correge sem outro virtuoso, nembrandosse os malles que se podem seguir das cousas mal feitas na presente vida e na que speramos, todo esto com a manta se trabalha de cobrir, mostrando que nom he mal, ou nom tanto que se deve leixar, e que se nom sabera nem dos senhores por ello recebera pena, e doutros menos-preço e vergonha. E de nosso senhor, com myngua de ffe, nom faz conta, ou diz que he tam mysericordioso que por tam pouco o nom perderá, e que tempo avera pera se enmendar. E assy cegos com tal cobertura lhes faz que nom vejam, entendam nem syntam os malles que obram, e o que por ello se pode e deve seguyr. Com pandeiro se mostra tentar quando as cousas que prometia seerem muyto encubertas, com mal e perda dos que as fazem faz descobrir, e os que de penas nom som atormentados, em desesperaçom de todo bem os derruba, mostrandolhes que todos sabem o mal que fez, e, posto que morem em logar apartado, os de todo o mundo pensa que o sabem, os quaaes sollamente em o rreyno, donde he nunca, ho ouvrom nomear. O qual assy faz acrecentar o ssentido como ante per maginaçom apouquentava, por tal que, desesperado de todo bem spritual e corporal, filhe por conselheo matarsse, ou tome algũa vyda catyva fora de todo bem e virtude. E porem com estas tres joyas se diz per razoada figura seermos tentados e muytos enganados, do que nos devemos guardar, com a graça de nosso senhor, per ordem contraira afigurando as perfeições das virtudes no spelho que sempre seja em nosso coraçom, e cobrindo a folgança dos malles com a manta, desprezando o ssoom das vozes daquelles que nom querem nem seguem as obras virtuosas, e soando continuadamente nas orelhas de nosso coraçom as pallavras que leermos e ouvirmos, per que, do mal filhando devida contriçom, com satisfaçom e corregimento nos esforcemos com grande sperança pera vyvermos sempre bem e ledamente [...]

(Ibidem)

Capitulo LRV — Das duas barcas, convem a ssaber da saã e da rrota.

Ainda que deos por sua grande, abssoluta, infiinda e segreda voontade algũas vezes scolha e chame algũus de stados vyciosos e culpados, assy como scolheo sam Matheu do stado pecador dos publicanos husureiros, e Maria Magdanella do stado pecador das molheres, e o ladrom do stado dos malfeitores e danadores, e assy permitia danar e perder outros de stados perfeitos e virtuosos, assy como Judas do estado dos apostollos, e Nycollao do estado dos dicipullos, por isso tam grande sandice he em atrevimento da boa voontade de deos desprezar o estado das virtudes, e

escolher o estado dos pecados, como seria se algũu quisesse passar algũu ryo periigoso e tormentoso, e achasse duas barcas: hũa forte e segura e muy bem aparelhada, e em que raramente algũu se perde e por a mayor parte todos em ella se salvam, e outra velha, fraca, podre, rota, em que todos se perdem, e algũus poucos se salvam. A barca firme e segura e forte e bem aparelhada, o estado das virtudes he, e de boo e sancto vyver honesto, e sem querella de deos e do prouxyimo, em que muy poucos perecem e a mayor parte se salva, em tal estado assy como em a barca segura podem navegar seguramente e passar sem perigoo per as ondas da tormenta deste mundo a porto seguro e divinal prazer que he a gloria. A barca fraca, podre, rota, o estado dos pecados he, e da maa e corrupta e dessoluta vyda, em tal estado assy como em barca podre nom pode com segurança e sem perigoo as tormentas da presente vyda passar, nem a porto de folgança e desejado aportar. E que algũus se salvem, isto he de veentuirea, ou por algũu segredo juyzo de deos acerca dalgũa syngullar pessoa, que nom quer que seja a muytos consequencia, por que pryvylegio de poucos nom he subsidio e defesa aos muytos. Deste enssynamento com seu exempro podees entender que cousa perigoosa he darsse o homem a destemperança, e cousa segura aa temperança. Ca a temperança salva muytos, e destrue poucos, e a destemperança corrompe e destrue muytos, e salva muy poucos. Outro enssynamento: cousa periigosa he scoller homem estar no lugar onde morrem de pestellença, e cousa mais segura partirse, ca mais morrem dos que ficam, e poucos dos que se partem.

(*Ibidem*)

Capitulo quarto — que falla do nome daquesta obra.

ConsyRANDO os antigos que o nome de cada hũa cousa he o primeyro conhecimento que sse della pode aver. E per elle devem seer as propriedades do seu significado mostradas. Trabalharomsse de poher nomes aas cousas, perque ellas em algũa guisa fossem declaradas. E aquesto começou de fazer o nosso primeyro geerador adam. O quall segundo dizem os douctores percalçou antre os puros homeẽs oryiginalmente mayor e mais perfeyto saber em aqueste mundo. Em cuja provaçom se lee no livro genesi que elle pos nome a todallas cousas segundo suas naturezas. E segundo aqueste caminho, os Judeus que depois ell veherom, todos se trabalharom de poer nomes aos filhos e aos logares que fossem acordados com as suas propriedades em algũa parte. Segundo leemos que a muito santa dona antiga chamada Sarra, quando sem speranza de geerar, recebeo per graça de deus o seu herdeiro ffilho poselhe nome ysaac, que quer dizer riso. Dizendo prazer me outorgou deus. Por o quall se ryrom de mym as gentes. E desto achara muytos exenplos per toda a brivia quem filhar prazer de os buscar. Nem som os nomes postos por mostrar soomente o que foy, que per vezes elles representam as obras, que ham de fazer as perssoas, a que elles som apropriados, segundo se mostra per algũas artes particulares, per as quaaes sguardando os nomes, se conhecem as venturas per congenturamentos. E a nosso senhor chamarom Jhesu que quer dizer salvador, porque nos salvou dos nossos pecados. E elle mudou o nome de symom em pedro, por mostrar a firmeza que devya de vyr a cabeça da christandade. E seneca que antre os moraaes philosophos tem o prinçipado, nom se quis desto desvyar, e chamou a obra em que çompos muytas cousas compridoyras ao bem fazer, livro dos beneficios. E eu querendo seguir as peegadas dos outros em a morall douctrina, consyRANDO como esta composiçom tem muytas reglas spirituaaes e de natureza por concluir as partes ambas, pareceme que deve seer intitulada livro de virtuosa

bemfeytura, em o quall nom se mostra cousa que a esto nom seja em algũa guisa compridoyra. E por avermos deste nome mayor conhecimento, saybhamos que alguũs vocabullos significam as cousas, segundo as essências que ellas teem, assy como estes nomes deus, homem, arvor, pedra, que significam deidade e devyndade e humanidade. E a natureza das arvorea e das pedras, aas quaaes nom teemos segundo nosso linguagem vocabullos apropriados. Outros nomes significam as cousas segundo os auctos naturaes e as moraaes obras que com ellas som feitas. Assy como padre que aalem da substância, significa o aucto de gerar, que he de natureza. E aqueste nome senhor com a perssoa que elle representa, significca senhorio que he cousa moral. Semelhavelmente este nome virtuosa bemfeytura nom significa specialmente hũa cousa geeral nem singular. Mais rrepresenta todo bem que he feyto por alguũ, com boa ordenança. E esto mostra a sua composiçom, que he de tres palavras em latim. E a primeyra he aqueste vocabulo, moralis, que quer dizer virtuosa. E outra he bene, que quer dizer bem. E a terceira he facere, que quer dizer fazer. Das quaaes todas tres se juntam moralis benefiçencia, que significca virtuosa bemfeytura, a que os antigos philosophos chamarom benefiçio. E eu screpvido nom farey deferença antre estes nomes, mas entenderey per cada huũ delles senpre hũa cousa, segundo se mostra pella obra seguinte.

(*O Livro da Virtuosa Bemfeitoria*, leitura segundo ed. cit.)

Capitulo primeiro que falla das razões per que os cavalleiros e scudeiros devem de seer boos cavalgadores por o bem e honrra que se de tal manha segue.

Por que todollos homẽes naturalmente desejam sua honrra, proveito e boo prazer, me parece que todollos senhores cavalleiros e scudeiros esta manha devem muyto desejar, visto em como della estes bẽes veem aos que a bem pratyam. E fallando da honrra e proveito, longo seria de contar quantos em as guerras delrrey, meu senhor e padre, cuja alma deos aja, e em nas outras ham percalçado grandes famas, estados e boas gaanças por serem muyto ajudados desta manha. E nom he contra razom, por que hũa das mais principaaes cousas de que se mais ajudam os que andam em ella, som boos cavallos. E por tanto bem se pode entender a grande vantagem que tẽe os boos cavalgadores nos feitos de guerra, se ouverem as outras bondades razoadamente, dos que som desta manha mynguados, posto que nas outras sejom seus iguaaes; pois he hũa das melhores que os guerreyros devem a aver. E em boos feitos muy pouco pera ssey se aproveitam de boos cavallos aquelles que os bem nom sabem cavalgar, segundo compre pera aquel feito em que delles se ham de sservyr. Ca som algũs boos cavalgadores dhũas sellas, que o nom som doutras. E ainda taaes hy ha que, seendo vystos em roupas sobre cavallos, que sollamente os corressem, per aquelles que o bem conhecem seriam julgados que sabyam pouco de cavalgar, e elles armados de justa, nom poderiam verdadeiramente seer prasmados. E assy de cada hũa cousa que ajom de fazer a cavallo, fazem hũus grande vantagem sobre os outros segundo per seu natural geito foram enclynados e ouverom aazo de grande custume e boa enssynança. Mas o cavalleiro ou scudeiro que dello pouco souber, bem deve seer julgado dos que o por tal conhecerem que lhe myngua hũa das manhas de que muyto ajudados som os que a sabem como devem. Por que ella faz aalem das outras vantagẽes grande acrecentamento em boos corações. E esto he provado pello que vemos dos moços e doutros homẽes de tam fraca desposiçom, que claramente confessam que a pee se nom sentem abastantes pera fazer o que os bõos e vallentes fazem, e de cavallo, se desta manha som bem sabedores e boa voontade tẽe, logo entendem que sse avantejarom sobr'elles, ainda que

boas voontades tenham, se os della mynguados conhecerem. E assy a ssentem verdadeiramente em muytas outras cousas que pera feitos de guerra som necessarias. E fázelhes mais sempre trazer boos cavallos, e esto por se entenderem delles ajudar e bem os conhecer e manteer, e acrecentar em boos costumes e mynguar em grandes tachas, que per outros, que o bem fazer nom souberem, seriam acrecentados. E trazendoos taaes sempre, está em razom de averem honrra e proveito em grande vantagem sobre outros que taaes nom os ouverem. E assy he visto per speriencia claramente as mais das vezes per aquelles que em taaes feitos despendem gram parte de suas vidas. E porem quantas vantagens recebem em nas guerras os que boos cavallos em ellas trazem, e bem os sabem cavalgar, a todollos que em ella andarom e os grandes e boos feitos passados vyrom e ouvyrom, he bem em conhecimento. E por tanto leixo de mais sobr'ello screver, por muyto nom perlongar.

(Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda Sela, leitura segundo ed. cit.)

IV

A. Emissões / B. Leituras Complementares

Prosa

* Esta parte da Antologia corresponde à Unidade 6.

A. Emissões

Como o Mestre tornou a Lisboa e de que guisa matou o Conde João Fernandes. Da Crónica de D. João I de Fernão Lopes, em português moderno por António José Saraiva.

D. João, nomeado como fronteiro em Riba de Odiã, região pertencente ao Mestrado de Avis, partiu de Lisboa, logo após as exéquias do rei seu irmão, D. Fernando. Pernoitou numa aldeia, mas logo na manhã seguinte regressou a Lisboa, com tenção de matar o Conde João Fernandes, favorito da Rainha.

O seu inopinado regresso não deixou de surpreender a Rainha e os que a acompanhavam.

E chegou ao paço à hora de terça, ou pouco mais, sem se deter em outra parte. E quando descavalgou e começaram todos a subir acima, disseram uns aos outros em voz baixa:

— Aprontai-vos todos, que o Mestre quer matar o conde João Fernandes.

A rainha estava na sua sala e havia algumas donas sentadas no estrado. O conde de Barcelos, seu irmão, e o conde D. Álvaro Peres e Fernando Afonso de Samora e Vasco Peres de Camões e outros estavam num banco. O conde João Fernandes, que estivera à cabeceira deles, estava agora diante dela e começava a falar-lhe em voz baixa.

E nisto entrou de maneira que entraram todos os seus com ele. E avançou sem rumor para onde estava a rainha. Levantou-se ela e todos os outros que estavam presentes.

E depois que o Mestre fez reverência à rainha e cortesia a todos, e eles recebimento a ela, disse a rainha que se sentassem, e falou ao Mestre, dizendo:

— E pois, irmão, que é isto? A que tornastes de vosso caminho?

— Tornei, Senhora — disse ele — porque me pareceu que não ia despachado como cumpria.

Vós me ordenastes que tivesse cargo da comarca de Entre Tejo e Guadiana, se porventura el-rei de Castela quisesse vir ao Reino e quebrar o tratado entre vós e ele. E porque aquela fronteira é grossa de gentes e grandes senhores, assim como do mestre de Santiago e do mestre de Alcântara e de outros bons fidalgos, e aqueles que vós designastes para a guardarem comigo me parecem poucos, por isso tornei, para me dardes mais vassalos, para vos eu poder servir como cumpre a minha honra e vosso serviço.

A rainha disse que estava muito bem e mandou logo chamar João Gonçalves, seu escrivão da puridade, que visse o *Livro dos Vassalos* daquela comarca e que lhe desse quantos e quais o Mestre requeresse, e que fosse logo despachado de todo. João Gonçalves foi chamado à pressa e foi-se assentar com seus escrivães a prover os livros para despachar o Mestre.

Nisto, começaram a convidá-lo os condes, cada um por si, incluindo o conde João Fernandes. Este insistia mais que os outros para que o Mestre comesse com ele. O Mestre não quis aceitar convite de nenhum, dando como desculpa que já tinha o comer preparado, que o mandara fazer ao seu vedor. Porém dizem que disse mui escondidamente ao conde de Barcelos, que ninguém o sentiu:

— Conde, ide-vos daqui, porque eu quero matar o conde João Fernandes.

E que ele respondeu que se não iria, mas ficaria ali com ele para o ajudar.

— Não fiquéis — disse o Mestre. — Mas rogo-vos todavia que vos vades daqui e me aguardéis para o jantar, porque eu, Deus querendo, logo que isto estiver feito irei comer convosco.

A Ventura, para melhor azar a morte do conde João Fernandes, incutiu-lhe tal medo por esta vinda do Mestre, que o levou a mandar a todos os seus que se fossem armar e voltassem para ele. Como quer que fosse, os homens do conde João Fernandes, tanto fidalgos que o acompanhavam, como os outros, saíram todos do Paço e foram-se armar para voltarem por ele. E esta foi a razão por que ele ficou desacompanhado de todos eles, e nenhum aí estava quando morreu.

A rainha, também, pôs o sentido nos do Mestre e, vendo-os assim todos armados, não lhe aprouve em seu coração, e disse falando para todos:

— Santa Maria vale! Como os ingleses têm muito bom costume, que quando estão no tempo da paz não trazem armas, nem cuidam de andar armados, mas boas roupas e luvas nas mãos como donzelas. E quando estão na guerra, então trazem as armas e usam delas como todo o mundo sabe!

— Senhora — disse o Mestre — é mui grande verdade. Mas isso fazem eles porque têm mui amiúde guerras, e poucas vezes paz, e podemno mui bem fazer. Mas connosco é o contrário, porque temos mui amiúde paz e poucas vezes guerra, e se no tempo da paz não usássemos as armas, quando viesse a guerra não as poderíamos suportar.

E, falando nisto e noutras cousas, chegavam-se as horas de comer. Despediu-se o conde de Barcelos, e depois os outros, porque os mais deles tinham o pressentimento daquilo que depois se fez.

Ficando assim o conde João Fernandes, consumia-se-lhe o coração, e tornou a dizer ao Mestre:

— Senhor, vós todavia comereis comigo.

— Não comerei — disse ele —, porque tenho o comer feito.

— Comereis, sim — disse ele —, e enquanto vós falais, irei eu mandar aprontar.

— Não vades — disse o Mestre —, porque vos hei-de falar numa cousa antes que me vá; e logo me quero ir, que já são horas de comer.

Então despediu-se da rainha e tomou o conde pela mão, e saíram ambos da sala para uma casa

grande que estava em frente. Acompanhavam-nos os homens do Mestre, indo mais chegados a este Rui Pereira e Lourenço Martins.

E chegando-se o Mestre com o conde junto de uma janela, sentiram os outros que o Mestre lhe começava a falar em voz baixa. Todos pararam. E as palavras entre eles foram tão poucas e ditas tão baixo que ninguém por então percebeu quais eram. Mas dizem que foram desta maneira:

— Conde, eu me maravilho muito de serdes homem a quem eu queria bem e preparardes minha desonra e morte.

— Eu, senhor! — disse ele. — Quem tal cousa vos disse mentiu-vos mui grande mentira.

O Mestre, que mais vontade tinha de o matar que de estar com ele em razões, tirou logo um cutelo comprido e enviou-lhe um golpe à cabeça; porém não foi a ferida tão grande que logo dela morresse, sem mais nada.

Os outros que estavam em redor, quando viram isto, tiraram logo as espadas fora para lhe dar. E, movendo-se ele para se acolher à sala da rainha com aquele ferimento, Rui Pereira, que estava mais perto, trespassou-o com um estoque de armas com que logo caiu em terra morto.

Do que a Rainha disse pela morte do Conde e de outras cousas que aí sucederam. Da Crónica de D. João I de Fernão Lopes, em português moderno por António José Saraiva.

Na emissão anterior ouvimos como o Mestre de Avis, inesperadamente regressado ao Paço, matou o Conde João Fernandes, favorito da Rainha.

Vejamos como, dotada de versatilidade, coragem e duplicidade, ela reage agora, na primeira hora do seu crepúsculo político.

Do que a Rainha disse pela morte do Conde e de outras cousas que aí sucederam.

Deixemos o pajem ir onde lhe mandaram, e vejamos entretanto o que se fez no paço da rainha.

O estrondo e o reboliço que todos fizeram quando o conde foi morto soaram rijamente na câmara onde ela estava, que era muito perto dali; e houve quem pensasse que eram alguns que não tinham vindo às exéquias e acabavam de chegar e faziam o seu dó.

A rainha espantada do reboliço que ouvia pôs-se em pé sem saber o que pensar, e disse aos seus que vissem o que era aquilo. Os outros à pressa olharam por entre as portas e disseram que o conde João Fernandes fora morto.

A rainha quando isto ouviu teve grande medo, porém disse:

— Oh Santa Maria vale! Como me mataram nele um muito bom servidor! E morre mártir, que o mataram muito sem porquê! Mas eu prometo a Deus ir-me amanhã a S. Francisco, e mandar fazer

uma grande fogueira, e farei tais salvas como nunca mulher fez por cousas destas!

(O que ela tinha muito pouca vontade de fazer.)

Os outros que aí estavam, tanto homens como mulheres, quando isto viram, cuidando naquela hora serem todos mortos, não ousavam sair pelas portas, mas fugiam pelas janelas e alguns pelos telhados, outros por degraus não contados, e assim cada um por onde melhor podia. João Gonçalves, escrivão da rainha, que estava vendo o *Livro dos Vassalos*, quando isto viu começou a fugir, e os seus também, cada um por onde melhor saída achava.

O Mestre dirigiu-se dali para um grande eirado, logo ali perto. A rainha começou a dizer:

— Vão perguntar ao Mestre se eu hei-de morrer.

E ele respondeu muito mansamente:

— Dizei à rainha minha senhora que Deus me guarde de mal! Que esteja sossegada na sua câmara e não tenha medo algum, porque eu não vim aqui para lhe fazer mal a ela, mas para fazer isto a este homem, que mo tinha bem merecido.

Foram-lhe com esta resposta, e ela disse:

— Pois se assim é dizei-lhe que desocupe os meus paços.

Porque ela não via a hora em que o Mestre se partisse, pois não estava segura da vida enquanto ele ali estivesse.

Nisto, voltando Lourenço Martins de aonde fora fechar as portas, viu estar uma porção de prata numa mesa ante a cozinha. Tomou-a toda deitando-a na aba; e levou-a ao Mestre, e disse:

— Digo, senhor, que vós aqui tendes para a despesa de hoje.

O Mestre lhe respondeu à speramente que tornasse a pôr a prata onde a achara, porque ele não viera ali para aquilo, mas para fazer o que tinha feito. E Lourenço Martins assim o fez.

Os fidalgos do séquito do conde João Fernandes, os que o acompanhavam, não sabendo do que o Mestre tinha feito, vinham já todos armados para o paço da rainha. Mas já muito perto dos paços começava a ferver o tumulto da gente, e alguns que de dentro tinham saído lhes disseram que não fossem lá, que o conde já estava morto e as portas fechadas; e que eram tantas as gentes que vinham contra os paços, segundo diziam, que se lá fossem nenhum deles escaparia, antes teriam fim desastroso.

Tornaram-se eles então para donde tinham vindo, e cada um tratou de se pôr a salvo, temendo que todos os que eram do partido da rainha e do conde fossem mortos naquela hora.

B. Leituras Complementares

Das manhas e condições do iffante dom Joham de Portugall

Cessando dos feitos d'el-rrei dom Fernando com el-rrei dom Henrique e isso meesmo com el-rrei d'Aragom, pois cousa nẽhũa mais achar não podemos que d'estoriar necessaria seja, convem que digamos d'outras cousas perteentes a nosso fallamento, segundo aquello que prometido teemos no rreinado d'el-rrei dom Pedro, onde dissemos que fallariamos dos iffantes dom Joham e dom Denis quando convesse rrazoar de seus feitos: mas por abreviar, leixando de todo o iffante dom Denis, que ja he em Castella, digamos quall foi o aazo por que sse o iffante dom Joham depois partio de Portugall e se foi pera lá; e ante que d'isto façamos meençom, nom se agravem vossas orelhas d'ouvir em breve rrecontamento algũu pouco de seus geitos e manhas, sequer por honrra de sua pessoa. Este iffante dom Joham era muito iguall homem em corpo e em geesto, bem composto em parecer e feiçoões e comprido de muitas boas manhas, muito mesurado e paação, agasalhador de muitos fidalgos do rreino e estrangeiros, e muito graado e prestador a quallquer que em elle catasse cobro, dando-lhes cavallos e mullas e armas e vestidos e dinheiros e aves e alaãos e quaaesquer outras cousas que em seu poder fosse de dar [...]

Elle foi homem de toda a Espanha que melhor e mais aposto desenvolvia hũu cavallo, de guisa que suas manhas maas nem braveza lhe prestar podia que o nom amansasse; grande justador e torneador, e lançava muito a tavolado. Era muito husado de saltar e correr e rremessar a cavallo e a pee, soffredor de grandes trabalhos e monte e a caça e semelhantes desenfadamentos, ca el per dias e noites nunca perdia afam, levantando-sse duas e tres horas ante manhã, aprazando de noites per invernos e calmas; desi cavalgar e correr fragas e montes espessos e saltar rregatos e corregos de grandes cajoões, caindo em elles, e os cavallos sobr'elle. Em tanto era querençoso de montes que nunca rreceava porco nem husso com que sse encontrasse a pee nem a cavallo: e de muitos periigos em semelhantes feitos o quise Deus guardar, que contados per meudo seriam asaz saborosos d'ouvir; mas rreceando de vos fazer fastio, nom ousaremos de contar mais d'hũu ou dous de taes aquecimentos.

(*Crónica de D. Fernando*, cap. CVIII, leitura segundo ed. cit.)

Como sse o iffante dom Joham namorou de dona Maria, irmã da rrainha e como casou com ella escondidamente

Vivendo o iffante d'esta guisa led e a seu prazer, veo a poer sua voontade em hũa dona, que chamavom dona Maria, irmã da rrainha dona Lionor. Esta dona Maria fora molher d'Alvoro Diaz de Sousa, gram fidalgo de linhagem dos rreis e boom cavaleiro e muito honrrado; e segundo algũus afirmam em suas estorias, el-rrei dom Pedro de Portugall avia afazimento com hũa dona com a quall Alvoro Diaz foi culpado que dormia; e rreceando-sse que a gram sanha que el-rrei dom Pedro por esta rrazom avia quisesse dar algũa desonrrada e periigosa execuçom, foi-sse fora do rreino, e andando assi per tempo, morreo de sua naturall morte; e ficou dona Maria viuva, asaz em boa hidade de mancebia, fremosa e aposta e muito graciosa, achegador de muitos fidalgos seus parentes e de quaaesquer outros que bõos fossem, honrrando-os muito segundo cada hũu

merecia, dando-lhe de ssi grande gasalhado. Era de gram casa de donas e donzellas e camareiras e outra gente meuda, desi d'escudeiros e muitos officiaes, e graada e prestador a todos: avia coraçom e abastança pera o fazer, porque o meestrado de Christus lhe fora dado pera dom Lopo Diaz seu filho e as rrendas eram postas em seu poder, afora muitos herdamentos moviis e de rraiz e muito bem-fazer da rrainha sua irmãa. O iffante que a viia ameude, femençando sua fremosura e estado, e assi graciosa que a juizo de todos enhadia muito em ella, começou de a amar muy de voontade; e rrevolvendo-sse ameude em este penssamento, secretariamente lhe enviou descobrir seu amor: mas a comprir seu desejo como el queria lhe eram muitas cousas contrairas, porque a dona era muito sesuda e corda e discreta e bem guardada, e enviou-sse-lhe defender com boas e mesuradas rrazoões. O iffante, que sua voontade gastava per continuada maginaçom de tall bem-querença, foi-lhe forçado de a seguir ameude, em tanto que ella, afficada d'elle, cuidou de lhe rrequerir cousa que em outra guisa nom fora ousada de lhe cometer; e enviou-lhe dizer per hũa Margarida Lourenço, sua camareira do iffante, que pois el dizia que a amava tanto, que ella lhe enviaria hũu tall embaxador quall conviinha seer meheiro antre elles, e que elle o creesse d'o que lhe da sua parte dissesse, e assi podia comprir sua voontade, mas d'outra guisa nom. Estonce fallou ella com hũu boom fidalgo que chamavam Alvaro Pereira, a que o iffante queria grande bem e isso meesimo era mui chegado a dona Maria, e contou-lhe todo o que lhe o iffante per vezes mandara dizer, e todo o que sse até ali passara em aquell feito, dizendo que lhe dissesse da sua parte que pois que a tanto amava de pallavra, que o possesse assi em obra: que casasse com ella e a rrecebesse por molher e que leda era de fazer todo seu mandado; ca bem sabia elle que mais em rrazom estava de el casar com ella que el-rrei dom Fernando com sua irmãa; e que sse outro modo com ella queria teer, que alhur buscasse sua ventuyra, nem lhe fallasse nẽhũu mais em tall estoria, que lh'o nom consenteria nem lhe tornaria a ello rreposta que boa fosse. E sem mais perlonga, dizem algũus que ouviindo aquisto o iffante, que foram em gram segredo rrecebidos escusamente.

Mas hũu outro autor, cujas rrazoões nom som d'enjeitar, emhade em esto dizendo assi: que dona Maria, sendo bem sesuda, pella comum rregra per que os homẽes em semelhantes feitos caem entendeo que escorregaria o iffante dom Joham, e que encaminhar per aquella estrada per que el-rrei dom Fernando encaminhara com sua irmãa era muito aazado e pequena maravilha; e guisou como hũa noite a fosse veer o iffante escondidamente, nom levando consigo mais d'hũu escudeiro; e aalem de ella seer asaz de fremosa e pera cobiiçar, ella corregeo si e sua camara assi nobremente pera tall tempo que a nẽhũu homem seeria ligeiro postar com seu siso que sse partisse d'alli cedo. E aas horas que o iffante veeo, foi rrecebido per hũa molher de sua casa e levado escusamente honde dona Maria estava: e el, quando entrou, vio ella e seus corregimentos assi despostos pera o rreceber por ospede que parecia que cada hũu corregimento o rrogava que ficasse alli aquella noite: a quall cousa emadeo aaquella hora dobrado aazo em sua bem-querença e amor. E depois das primeiras rrazoões, como ell chegou, fallou ella estonce e disse: «Senhor, eu me maravilho muito de vós mandardes-me cometer vossa bem-querença e amor do geito que mandastes; o quall devera seer pera casar comigo, e d'outra guisa nom; que bem veedes vós que eu som irmãa da rrainha de padre e de madre, e de seermos filhas d'algo bem sabees quanto o somos, tam bem da parte do padre come da madre, assi dos Tellos como dos Meneses, que vem do linhagem dos rreis; desi sabees que fui casada com Alvaro Diaz de Sousa, que foi mui honrrado cavalleiro e do linhagem dos rreis, de que tenho hũu filho que he mestre de Christus, como veedes, que he hũu dos honrrados senhores de Portugall. Pois, senhor, rrazom vos parecia a vós hũa dona tall como eu quererde-lla vós desonrrar d'esta guisa, como se fosse hũa molher refece? Em verdade, senhor, parece-me que soamente pollo divedo que eu ei com a iffante vossa sobrinha

o nom deveeres vós de cometer: e sabe que eu soom de vós muito queixosa por isto. E portanto vos fiz aqui vñir por vo-llo dizer aa minha voontade; ca me parece, se vo-llo per outrem mandara dizer, que nom fora minha voontade desabafada; ca asaz d'empacho ouverees vós d'aver, mandardes-me demandar como se eu fosse hũa dona de mui maa fama». E em rrazoando esto mostrava queixume e que quiria chorar, que aas molheres he ligeiro de fazer, dizendo que sse fosse muito em boa ora per hu vehera, que pero lhe parecesse que estava soo, que acompanhada siia mais preto d'o que el cuidava. O iffante, cercado de querer e voontade d'aquel desejo que todo siso e estado poõe adeparte, outorgava quanto ella dizia, escusando-sse porém que demandada per elle nom era a ella nẽhũa desonrra; e querendo com ella entrar em rrazoões outras mais chegadas a seu proposito, ella disse que mais pallavras lhe nom escuitaria, mas que lhe pedia por mercee que sse fosse à boa ventura. A molher que o posera dentro, acabadas estas rrazoões, disse estonce ao iffante: «Senhor, bem vos diz minha senhora, rrecebe-a vós, pois aqui estaaes, ca vos nom he prasmu nẽhũu: ca bem veedes vós que el-rrei vosso irmaão tomou sua irmãa por molher, e a fez rrainha, e tem d'ella filhos que entendem de herdar o rreino. Pois quem vos há de teer a mall casardes vós com ella, que está bem manceba e molher de proll e vem de tall linhagem como todos sabem? Demais que a rrainha sua irmãa vos fará tanto acrecentar em terras e estado per que podees viver mui honrradamente; e vosso padre el-rrei dom Pedro d'esta guisa tomou dona Enes vossa madre e a rrecebeo a furto, e depois de sua morte jurou que era sua molher por vós ficardes lidemo e vosso irmaão; pois nom vejo rrazom por que o leixees de fazer, salvo por nom aver voontade». O iffante, preso per maginaçom e posto mui firme so jugo do amor, per congeitura das cousas que viia tiinha em gram preço e desejava muito as que nom pareciam; em tanto que o fogo da bem-querença, aceso em dobrada quantidade, lhe fazia semelhar aquel pouco d'espaco que fallavom hũa mui perlongada noite. Entom, querendo acabar o aazo o que a voontade começara, concordarom seus prazivees desejos, outorgando el que a rreceberia e avia por sua molher; e foi assi de feito que a rrecebeo logo presente Alvaro d'Antes e outros de que muito fiavom; os quaaes se logo foram e el ficou hi: e satisfazendo hũu ao desejo do outro, el se partio ledo, sem ella ficar triste, muito cedo ante manhãa, o mais afastado de fama que se fazer pôde.

(*Ibidem*, cap. C)

Como a rrainha fallou com o conde dom Joham Affonso sua fazenda e das rrazoões que o conde disse ao iffante dom Joham

Andou esta cousa muito encuberta, e o huso ameude per tempo, porque a puridade passava de dous, foi forçado que nacesse voz e fama que o iffante dormia com dona Maria e que era sua molher rrecebida; a quall se alargou tanto d'hũa pessoa em outra que o ouve de saber el-rrei e a rrainha: e desprougue muito d'ello a ambos, espicialmente aa rrainha, dizendo que ante a quisera veer casada com hũu simprez cavalleiro que com elle. E el-rrei disse que pois se elles contentavom ambos, que nom pesasse a ella, ca el pouco lhe pesava. E o aazo por que aa rrainha desprazia d'esto muito era por quanto viia sua irmãa bem-quiste de todos e o iffante dom Joham amado dos poboos e dos fidallgos tanto como el-rrei; e pensava de sse poder aazar per tall guisa que rreinaria o iffante dom Joham e sua irmãa seeria rrainha, e ficaria ella fora do senhorio e rreinado, moormente nom sendo el-rrei bem saão, e mais geitoso pera durar pouco que viver perlongadamente; assi que por estas e outras rrazoões, veendo seu estado aazado pera montar altamente,

nom pode carecer da peçonha da enveja, e começou de mostrar aa irmãa peor tallante d'o que soya, nem o iffante nom avia tall gasalhado d'el-rrei como ante tiinha em costume de lhe fazer; e nom soamente a elles mas ao meestre d'Avis seu irmãoo nom mostrava el-rrei e a rrainha boom sembrante, pollo grande amor e afeiçom que lhe viiam teer com o iffante dom Joham. E durando assi per tempos, a rrainha nom perdia cuidado da fazenda do iffante e de sua irmãa, pensando todavia que per tall casamento se lhe poderia seguir desfazimento de sua honrra e estado; e pera desviar isto de todo ponto, aazou de fazer entender ao iffante que lhe prazeria de o veer casado com a iffante dona Beatriz sua filha; e fallou todo seu cuidado com dom Joham Affonso Tello seu irmãoo, que lhe era muito obediente por muitas mercees que d'ella rrecebia, que encaminhasse como o iffante houvesse d'isto algũu conhecimento. O conde, enduzido assi pella rrainha, começou d'aver moor conversaçom com o iffante d'o que suya e mostrar-sse muito mais seu amigo d'o que ante era; e hũu dia, fallando ambos em cousas de segredo, contou-lhe o conde como era certo da rrainha que desejando seu acrescentamento e honrra cobiiçava muito de o veer casado com a iffante dona Beatriz sua filha [...]

Ouvidas as doces pallavras do conde, que largamente em isto fallou, despostas a geerar danoso fruto, logo o iffante ligeiramente creoo esto que lhe foi mui prazivell, rrepresentando a seu entendimento todallas honrras e grandes vantagens que sse lhe de tall feito podiam seguir: desi, como veedes, que desejo de rreinar he cousa que nom rrecea de cometer obras contra rrazom e dereito, nom podia o iffante pensar em outra cousa salvo como avia de casar com a iffante e seer quite de dona Maria per morte. E andando el em este cuidado, ante que o a outrem dissesse, fallarom mais a rrainha e o conde com Dieg'Afonso de Figueiredo veedor do iffante e com Garcia Affonso do Sobrado comendador d'Elvas, que era entom de seu conselho; e d'antre todos nom se sabe quem, se da parte do iffante, se da parte dos outros, foi levantada hũua mui falssa mentira, que seu coraçom d'ella nunca pensara, dizendo que bem a poderia matar sem prasmu, porque era fama que dormia com outrem, seendo sua molher rrecebida. E per aazo de taaes conselhos, jamais o iffante nom perdeo cuidado de casar com sua sobrinha e descasar-se de dona Maria per morte; e bem se comprio aqui o exempro que dizem, que quem seu cam quer matar, rraiva lhe poem nome; ca tanto que elles tall testemunho antre ssi levantarom, logo o iffante determinou em sua voontade de cedo a privar da presente vida.

(*Ibidem*, cap. CI)

Como o iffante chegou a Coimbra por matar dona Maria, e das rrazões que ouve com ella ante que a matasse

Aquell dia que o iffante de Tomar fez partida, foi dormir a hũu logar que chamam o Espinhal; e como foi mea noite cavalgou com os seus per Ferazouce, desi a Almalagues comarca de Coimbra, e chegou aos olivaaes da cidade e deceo ao Mondego aaquem do moesteiro de Santa Ana, que he junto com a gram ponte; e em aquel logar chamou o iffante todos aquelles que achou consigo, e feze-os estar quedos, e apartou-sse d'elles a fallar com Dieg'Afonso e Garcia Affonso do Sobrado; e acabado de fallar com estes fez chegar os outros a ssi e começou de lhes dizer: «Vós todos assi como estaaes juntos sooes meus vassallos e criados e isso meesmo de meu padre, e hei de vós gram fiança, porque decendees de boa criaçom e linhagões, e nom devo de fazer cousa que vos

nom faça primeiro saber: e ainda que ataa hora vos encobrisse algũuas cousas de minha fazenda, nom me devees poer culpa, porque conveo de sse fazer assi; e hora vos faço saber que a mim he dito que dona Maria irmãa da rrainha nom cessa de pubricar e dizer que he minha molher e eu seu marido, e que tem escripturas e fidallgos por testemunhas d'ello; e esta cousa ou he assi ou nom; e posto que assi fosse, compria seer guardado em gram segredo, por sua honrra e minha; e ora que por parte sua se levantou e descobrio cousa de que sse a mim rrecrecia gram periigo e cajom, e a ella outrossi, eu vou hu ella está, a fallar e fazer com ella o que compre a minha honrra e estado» [...]

Em isto a alva começava d'esclarecer e trigava-sse a manhãa pera viir. Hora assi aveo, como suas tristes fadas mandaram, que o iffante com os seus aa porta, e hũa molher que avia de lavar rroupa destrancou as portas e abrio-as de todo; e assi como forom abertas logo os do iffante sobirom acima a hũa salla onde jaziam algũuas molheres dormindo, e asso a entrada da salla hu sse fazia hũu virgeu de lorangeiras e outras arvores, apartarom o iffante Diego Affonso e Garcia Affonso, e fallando com elle o deteverom per espaço; e des que fallarom veherom-sse pera hu estavom os outros todos, e o iffante preguntou por dona Maria, a quall jazia em sua camara cerrada, segundo lhe mostrarom as que dormiam de fora, e em outra camara trás aquella jazia hũa ama e camareiras com hũu seu filho [...]

O iffante preguntou estonces se avia aaquellas torres algũa outra entrada, e foi-lhe rrespondido que nom; e as portas eram muito fortes e bem trancadas, e o iffante mandou logo que quem mais podesse quebrar que mais quebrasse, e cada hũu se trabalhou com paaos e pedras, de guisa que a pressa forom quebradas. Ella, acordando sopitamente, quando sse vio entrar per aquella maneira, alçou-sse do leito tam espantada e temerosa que aadur se podia teer em ssi: e quando sse levantou, nẽhũu vestido nem manto teve acordo nem tempo pera deitar sobre ssi, nem que lh'o desse, porque as que eram dentro com ella, de sso o leito se nom podiam compoer de medo e temor; e sendo a ella cuidado de cobrir as vergonçosas partes, nom teve outro acorrimento se nom hũa branca collcha, em que envolveo todo seu corpo, e acostou-sse assi a hũa parece acerca do leito. E logo assi como entrou o iffante, ella o conheceo no rrostro e falla; e quando o vio, cobrou ja quanto d'esforço e ousança e disse: «Oo senhor, que viinda he esta tam desacostumada?» «Boa dona, disse elle, agora o saberees: vós andastes dizendo que eu era vosso marido e vós minha molher, e enxemprastes o rreino todo, ataa que o soube el-rrei e a rrainha e toda sua corte, que era aazo de me mandarem matar ou poer em prisom por sempre; e vos deveeres d'encobrir tall rrazom contra todollos do mundo: e se vós minha molher sooes, portanto merecees vós melhor a morte, por me poerdes as cornas dormindo com outrem»; e em dizendo esto, lançou maõ em ella. Dona Maria, veendo taaes rrazoões, rrespondeo ao iffante e disse: «Oo senhor, eu entendo bem que vós viindes mall conselhado, e perdooe Deus a quem vos tall conselho deu: e sse prouguer aa vossa mercee de vos apartardes comigo hũu pouco em esta camara, ou se façam estes afora, eu vos entendo de mostrar mais proveitoso conselho d'o que vos derom contra mim; e por mercee vós ouvii-me, e tempo teendes pera fazer o que vos prouguer». E ell nom lhe quis ouvir suas rrazoões nem lhe dar espaço pera sse escusar do erro que nom fezera, mas disse: «Nom vim eu aqui pera estar convosco em pallavras». Entom deu hũa gram tirada pella ponta da collcha e derribou-a em terra, e parte do seu mui alvo corpo foi descuberto, em vista d'os que eram presentes, em tanto que os mais d'elles em que mesura e boa vergonça avia se alongarom de tall vista que lhes era doorosa de veer, e nom sse podiam teer de lagrimas e salluços, come sse fosse madre de cada hũu d'elles: e em aquell derribar que o iffante fez, lhe deu com o bulhom que lhe

dera seu irmão d'ella per antre ho ombro e os peitos, acerca do coração; e ella deu hūas altas vozes mui dooidas dizendo: «Madre de Deus, acorre-me e ave mercee d'esta minha alma»: e em tirando o bulhom d'ella, lhe deu outra ferida pellas verilhas; e ella levantou outra voz e disse: «Jesu filho da Virgem, acorre-me»: e esta foi sua postumeira pallavra, dando o sprito, e bofando muito sangue d'ella. Oo piedade do mui alto Deus, se entom fora tua mercee de botares aquell cruell cuitello que nom damnara o seu alvo corpo, inocente que tam torpe culpa! Foi a casa loguo chea de braados e choros d'homēes e de molheres depenando-sse sobr'ela, fazendo grande e doorido planto. O soom dos gritos era ouvido per toda a cidade, e foi gram torvaçom em muitos que nom sabiam que cousa era [...]

(*Ibidem*, cap. CIII)

*Como em Santarem levarom o pendom por a rrainha dona Beatriz,
e d'o que hi aconteceo esse dia*

D'esta guisa que sse alvoraçarom as gentes de Lixboa quando alçarom pendom na cidade por a rrainha de Castella se levantou outra oniom em Santarem, e foi per esta maneira. Hūu escudeiro que chamavom Vaasco Rrodriguez Leitom era estonce alcaide de Santarem por Gonçallo Vaasquez d'Azevedo, e hūu dia pella manhã mandou dizer a esses melhores do logar que cavallassem todos depois de comer e se juntassem no adro d'hūa igreja chamada Santa Maria de Marvilla pera trazerem pendom pella villa e chamarem arreall por a rrainha dona Beatriz, herdeira do rregno per morte de seu padre. Como elle esto mandou dizer e foi sabudo pella villa, logo sse todos alvoraçarom, dizendo que a villa se queria alçar por el-rrei de Castella, e que muito em maa hora fosse tall cousa feita, ca nunca elles isto aviam de consentir; e juntavom-sse em assumada hūus com os outros fallando sobr'esto, aguardando quando aviam de viinr com o pendom. Chegou-sse a hora de vespóra, e juntarom-sse no adro d'aquella igreja ataa seseenta de cavallo e nēhūus de pee, salvo por oolhar. Vaasco Rrodriguez estava em hūu fremoso e grande cavallo, e depois que vio que ja alli eram assaz de que podia hir bem acompanhado, meterom-lhe a bandeira na mão aa porta da igreja; e ell, como a teve, deu hūu braado dizendo: «Arreall, arreall, por a rrainha dona Beatriz de Portugall nossa senhora»: e elles, que ouverom todos de rresponder altas vozes dizendo cada hūu per aquella guisa, segundo he de costume, callarom-sse todos, que nēhūu nom fallou; e começou ell de mover deante passamente, e todos em pós elle. E hindo assi quanto seeria hūu lanço de pedra d'hu partira, disse contra aquelles que hiam com elle: «E vós outros nom fallaaes nēhūua cousa? Dizee, dizee arreall por a rrainha dona Beatriz». E tornou ell outra vez alta voz dizendo: «Arreall, arreall», assi como ante dissera. E elles, a que pouco prazia de tall apregoamento, nēhūua cousa rresponderom mais que da primeira, mas tanto que ell acabou de dizer aquello, fallou hūua velha alta voz e disse: «Em maa hora seeria essa; mas arreall por ho iffante dom Joham, que he de dereito herdeiro d'este rregno, mas nom ja por a rrainha de Castella: e como em maa hora sogeitos avemos nós de seer a castellaãos? Nunca Deus queira!» E dizendo ella esto, assi ho começaram a dizer quantos homēes e molheres avia pella rua, e hiam-sse em pós elle dizendo isto e outras maas rrazoēs. E como chegou aa rua dos Mercadores, que he logo acerca, honde sse faz hūua pequena de praça, disse ell outra vez: «Arreall, arreall», como da primeira; e alli se começaram as gentes mais d'alvorçar. E quando passou a rua dos Mercadores e chegou aa praça da villa honde o ja muitos estavom aguardando e levantou outra

vez voz, braadando: «Arreall, arreall», alli foi grande alvoroço nas gentes, dizendo que muito em maa hora fosse tall pregom lançado, que nunca Deus quisesse que outrem rregnasse em Portugall se nom ho iffante dom Joham e nom ja a rrainha de Castella: e eram os braados tantos e ho arroido tam grande, assi d'homêes como de molheres, que sse nom ouviom hūus com outros. Muitas das gentes da villa que estavom em magotes começaram de sse chegar a elle dizendo que muito em maa hora fosse tall pregom lançado, ca agora aviam de seer sogeitos de castellaãos, e como era elle ousado de o dizer, ou quem lhe mandava fazer tall cousa. Estonce hūu pilliteiro, que avia nome Domingu'Eanes, homem rrefece e de pequena conta, disse contra os outros: «Que estamos fazendo, ou que pregom he este?». E em dizendo esto lançou hūua espada fora; e como aquell fez assi fezerom todollos outros, dizendo que matassem o alcaide. Os que com elle viinham nom lhe pesou nada, e começaram de o leixar e hir-sse cada hūu pera honde melhor podia. Elle com temor deu das esporas ao cavallo e sahiu-sse d'antr'elles fogindo; e levando o pendom alto, topou em hūu sobrado aa entrada da rrua, e nom o podendo mais alçar ho levou arrastando ataa o castello que entrou com elle pella porta da traiçom, que he hūu grande espaço d'ali; e todo aquell poboo hia após elle com as espadas fora, braadando que o matassem. E os que estavom nas casas sahiam veer o arroido e hiam-sse com elles de volta; e assi chegarom até as portas do castello, que foram logo a pressa fechadas; e tornando-sse todos viinham dizendo: «Viva o iffante dom Joham, viva: oo quem no-llo hora aqui desse, e veeríamos quem seeria ousado de apregoar arreall por a rrainha de Castella, pera nos tornarmos agora castellaãos!» E foi aquell dia grande alvoroço na villa, o quall se partio per noite, que nom fallarom em outra cousa.

(*Ibidem*, cap. CLXXVI)

Do alvoroço que foi na çidade cuidamdo que matavom o Meestre, e como allo foi Alvoroz Paez e muitas gemtes com elle.

O Page do Meestre que estava aa porta, como lhe disserom que fosse pella villa segumdo ja era perçebido, começou dhir rrijamente a gallope em çima do cavallo em que estava, dizemdo altas vozes, braadamdo pella rrua: *Matom o Meestre! matom ho Meestre nos Paaços da Rainha! Acorree ao Meestre que matam!* E assi chegou a casa dAlvoroz Paez que era dalli gramde espaço.

As gemtes que esto ouviam, sahiam aa rrua veer que cousa era; e começamdo de fallar huūis com os outros, alvoraçavomsse nas voomtades, e começavõ de tomar armas cada huū como melhor e mais asinha podia. Alvoroz Paez que estava prestes e armado cõ huūa coiffa na cabeça segumdo husamça daquell tempo, cavallgou logo a pressa em çima dhuū cavallo que anos aviaa que nom cavallgara; e todos seus aliados com elle, braadamdo a quaaes quer que achava dizemdo:

Acorramos ao Meestre, amigos, acorramos ao Meestre, ca filho he delRei dom Pedro. E assi braadavom ell e o Page himdo pella rrua.

Soarom as vozes do arroido pella çidade ouvimdo todos braadar que matavam o Meestre; e assi como viuva que rei nom tiinha, e como sse lhe este ficara em logo de marido, se moverom todos com mão armada, corremdo a pressa pera hu deziam que sse esto fazia, por lhe darem vida e escusar morte. Alvaro Paez nom quedava dhir pera alla, braadamdo a todos: *Acorramos ao Meestre, amigos, acorramos ao Meestre que matam sem por que.*

A gemte começou de sse juntar a elle, e era tanta que era estranha cousa de veer. Nõ cabiam pellas rruas primçipaaes, e atrevessavom logares escusos, desejando cada huũ de seer o primeiro; e preguntamdo huũs aos outros quem matava o Meestre? nom minguava quem rresponder que o matava o Comde Joham Fernamdez, per mamdado da Rainha.

E per voomtade de Deos todos feitos dhuũ coração com tallente de o vimgar, como forom aas portas do Paaço que eram ja çarradas, amte que chegassem, com espamtosas pallavras começaram de dizer: *Hu matõ ho Meestre? que he do Meestre? quem çarrou estas portas?* Alli eram ouvidos braados de desvairadas maneiras. Taaes hi avia que çerteficavõ que o Meestre era morto, pois as portas estavom çarradas, dizemdo que as britassem pera emtrar demtro, e veeriam que era do Meestre, ou que cousa era aquella.

Delles braadavom por lenha, e que vehesse lume pera poerem fogo aos Paaços, e queimar o treedor e a aleivosa. Outros sse afficavom pedimdo escaadas pera sobir açima, pera veerem que era do Meestre; e em todo isto era ho arroido atam gramde que sse nom emtemdiam huũs com os outros, nem determinavom nehuũa cousa. E nom soamente era isto aa porta dos Paaços, mas ahimda arredor delles per hu homeẽs e molheres podiam estar. Huũas viinham com feixes de lenha, outras tragiã carqueyja pera açemder o fogo cuidamdo queimar o muro dos Paaços com ella, dizemdo muitos doestos contra a Rainha.

De çima nom minguava quem braadar que o Meestre era vivo, e o Comde Joham Fernamdez morto; mas isto nom queria nehuũ creer, dizemdo: *Pois se vivo he, mostraenollo e veelloemos.* Emtom os do Meestre veemdo tam gramde alvoroço como este, e que cada vez se açemdia mais, disserom que fosse sua merçee de sse mostrar aaquellas gemtes, doutra guisa poderiam quebrar as portas, ou lhe poer o fogo, e emtrando assi demtro per força, nom lhe poderiam depois tolher de fazer o que quisessem.

Alli sse mostrou ho Meestre a hũa gramde janella que viinha sobre a rrua omde estava Alvaro Paez e a mais força de gemte, e disse: *Amigos, apaçifiçaae vos, ca eu vivo e são soom a Deos graças.* E tamta era a torvaçam delles, e assi tiinham ja em creemça que o Meestre era morto, que taaes aviã hi que aperfiavõ que nom era aquelle; porem conheçendoo todos claramente, ouverom gram prazer quamdo o virom, e deziã huũs comtra os outros: *Oo que mall fez! pois que matou o treedor do Comde, que nom matou logo e a alleivosa com elle. Creedes em Deos aimda lhe ha de viinr alguũ mall per ella. Oolhaae e veede que malldade tam gramde, mamdaromno chamar omde hia ja de seu caminho, pera o matarem aqui per traiçom. Oo alleivosa! ja nos matou huũ senhor, e agora nos queria matar outro; leixaaea, ca aimda ha mall dacabar por estas cousas que faz.*

E sem duvida se elles emtraram demtro, nom sse escusara a Rainha de morte, e fora maravilha quamtos eram da sua parte e do Comde poderẽ escapar. O Meestre estava na janella, e todos oolhavom comtra elle dizemdo: *Oo Senhor! como vos quiserõ matar per treição, beemto seja Deos que vos guardou desse treedor. Viimdevos, daae ao demo esses Paaços, nom sejaaes la mais.* E em dizemdo esto muitos choravom com prazer de o veer vivo. Veẽdo ell estomçe que nehuũa duvida tiinha em sua seguramça, deçeio afumdo e cavallgou com os seus acompanhado de todollos outros que era maravilha de veer. Os quaaes mui ledos arredor delle, braadavom dizemdo: *Que nos mandaaes fazer, Senhor? que querees que façamos?* E ell lhe rrespomdia, aadur podemdo seer ouvido, que lho gradeçia muito, mas que por estomçe nom avia delles mais mester. E assi emcaminhou pera os Paaços do Almirante hu pousava o Comde dom Joham Affonso irmão da Rainha com que avia de comer. As donas da çidade pella rrua per hu ell hia, sahium todas aas janellas com prazer dizendo altas vozes: *Mamtenhavos Deos, Senhor. Beemto seja Deos que vos guardou de tamanha traiçom, quall vos tiinham bastecida.* Ca nehuũ por estomçe podia outra cousa cuidar.

E himdo assi ataa emtrada do Ressio, e o Comde viinha cõ todollos seus, e outros boõs da çidade que o aguardavom, assi como AffomssEanes Nogueira, e Martim Affonso Vallemte, e Estevam Vaasquez Phillipe, e Alvoro do Rego, e outros fidallos; e quamdo vio o Meestre hir daquella guisa, foyo abraçar com prazer e disse: *Mamtenhavos Deos, Senhor. Sei que nos tirastes de gramde cuidado, mas vos mereçiees esta homrra melhor que nos. Amdaae, vaamos logo comer.* E assi foram pera os Paaços hu pousava o Conde.

E estando elles por sse asseentar aa mesa, disserom ao Meestre como os da çidade queriam matar o Bispo, e que faria bem de lhe hir acorrer; e o Meestre quisera allo hir. Disse estomçe o Comde: *Nom curees disso, Senhor, se o matarem, quer o matem quer nom; ca posto que elle moira, nom minguara outro Bispo portuguees que vos serva melhor que elle [...]*

(*Crónica de D. João I, Parte Primeira, cap. XI, leitura segundo ed. cit.*)

Como el-Rey chegou sobre Coira, e pos seu çerco sobrella.

Partio el-Rey dAlmeida, homde o leixamos, e foy seu caminho preto da Çidade Rodrigo, sem achamdo nenhuum que lhe possesse embargo, posto que boas gemtes em ella estevessem; e desy passou per Gata, que he logar chaão, e roubaram-na e outros logares que som pello pee da serra ataa que chegou a ribeira de Coira. E dally coriam as gemtes comtra Prazemça e Gallisteo e outros logares que per ally ha. E quamdo foy sobreste logar, achou hij o Comdestabre, com o quall jamtou esse dia. E pousarom seu areall açerca de Coira em huuma gram veiga que hi ha; e ficava o rio dAlagom, que vay pello pee da çidade, amtre o areall e ella. E logo como os da hoste chegarom, tomarom huuns sete ou oyto lavradores que amdavom fora [...]

Esta çidade he pequena, e quisera-a el-Rey cobrar, nom por riqueza nem gramde proveito que se lhe dello seguisse, salvo porque era preto de seu regno. E estavom nella por sua defemssam aquell Gomçallo Vermuiz de Coira, que era huum boom cavalleiro natural do logar que se trabalhava de a bem defemder com aquelles que comsigo tinha. E estando el-Rey assy apousemtado, gemtes do areall foram aa foragem, com emtemçam de chegar a huum logar que chamam Hervas, que

eram treze legoas, por quanto deziã que avya hy muytosinhos, de que o areal era muyto mynguado. E himdo com tal vomtade preto de Granadilha, que eram ataa oito legoas do areall, acharom azemellas açerca de sol posto, que vinham caregadas de vinho daquell logar dErvas e hiam pera Prazemça. E os capitães que eram em guarda da forragem ouverom comselho de nom hir por deante, e tornaram-sse ao areall com aquellas azemellas; com que chegarom em outro dia, e com muyto gaado vacarill e porcos.

(*Ibidem*, cap. LXXV)

Como el-Rey combateo a çidade, e das razões que disse Ruy Mendez.

Depois que Martim Vaasquez e aquelles fidalgos, com o comçelho de Lixboa e as outras gemtes, chegarom, tomou el-Rey vomtade de combater a çidade; e porque era no mes de junho e fazia muy grandes calmas e adoeçiam alguuns, el-Rey, vemdo esto, levantou seu arreall, e apousemtou-sse aaquem do rio açerca da çidade, e emtom hordenou o combate. E hordenarom e armarom huuma escalla rasa, nom bem hordenada pera combater, que el-Rey devjsara sobre Chaves; e começarom sua obra E da parte dhu el-Rey combatia, com aquelles que o acompanhavom, era Amtam Vaasquez; o quall por mostrar ardidez, braadamdo com seu apellido: *Çegar, çegar!*, chegou tam preto do muro — que daquella parte nom tinha barbacaã — que deu com a dagaa em elle aquellas vezes que quis, nom por nom teer outra arma com que dar que tam pouco prestava como aquella, mas porque a daga o fazia mais juntar que outra cousa. Isso mesmo o seu alferes açerca delle se juntou ao muro tamto que lhe derom de çima com huuma muy grande pedra, e mataram-no. E alguuns pauesados chegarom ally comtra vomtade dos do muro, nom embargando as muytas pedras que lançassem; e tirarom-no fora, e levaram-no daquell logar. Doutra parte combatia Martym Vaasquez da Cunha com outros fidalgos e o comçelho de Lixboa e outras gemtes. O Comdestabre com os davanguardia poseram-se em armas todos, mas nom combaterom nada, por quamto o Comde nom fora em comselho de combater o logar, nem lhe prouvera dello; dizemdo que *pois nom tinham artefiços com que se ajudar podessem, que tall combato com as paredes mais era morte dhomeens que outra homrra nem proveito, e que el nom queria que lhe matassem a gemte de balde per nenhuuma guissa, salvo dhu se podesse gamçar alguuma homra, o que em tai combato nom sentia.*

A çidade era bem forte de muro e torres e boa gemte, e combato que lhe emtom dessem nom prestava nenhuuma cousa; e fastaram-sse afora, tornamdo pera seu arreall, semdo alguuns delles feridos de viratoões e pedradas, vimdo altas vozes braadamdo Amtam Vaasquez: *Capadoçia, Capadoçia! Façamos el-Rey emperador!*

El-Rey em-na temda, segumdo parece, nom foy bem comtento dalguuns que se nom chegarom como el quisera; desy fallamdo nas cousas que se no combato aqueçerom, veeo a dizer como em sabor: *Gram mjngua nos fezerom oge este dia aquy os boons cavalleiros da Tavolla Redomda, ca çertamente se elles aquy foram, nos tomaremos este logar.* Estas pallavras nom pode ouvjr com paçiemçia Meem Rodriguez de Vascomçellos, que hij era com outros fidalgos, que logo nom respomdeio e disse: *Senhor, nom fezerom aquy myngua os cavalleiros da Tavolla Redomda; ca aquy estaa Martym Vaasquez da Cunha que he tam boom come dom Gallvaam, e Gomçallo Vasquez Coutinho que he tam boom come dom Tristam, e ex aquy Joham Fferrnandez Pacheco que he tam bom*

come Lançarote, — e assy doutros que vio estar açerca, — e ex-me eu aquy que valho tamto como dom Quea; assy que nom fezerom aquy myngua esses cavalleiros que dizees. Mas fez-nos a nos aquy gram myngua o boom Rey Artur, senhor delles, que conheçia os boons servidores, fazemdo-lhes muytas merçees, per que avyam desejo de o bem servir. El-Rey, vemdo que o avyam por emjuria, respomdeo emtom e disse: Nem eu esse nom tirava afora; ca assy era companheiro da Tavolla Redomda come cada huum dos outros. Emtom lamçando a feito a risso daquesto e doutras cousas, leixarom tal razoado, e fallarom nas destemperadas calmas que naquell logar fazia.

(Ibidem, cap. LXXVI)

Como a Rainha deu as espadas aos Iffamtes, e das rrezoões que lhes disse a cada huũ, quando lhe dava a sua espada.

Capitulo XLI

Zello de grande amor mostrou sempre a Rainha aos Iffamtes, espeçialmente açerca deste tempo em que fallamos, a quall cousa per elles foy sempre mujto conhecida, espeçialmente aquelle lenho da cruz, que lhe assy foy dado, o quall elles filharam com muy gram devaçom, e assy trouxeram sempre comsiguo em todollos dias de sua vida. E tamto o trazia continuamente o Iffamte Duarte, que depois de Rey, ao tempo do seu finamento o soterrarom com elle, e depois de muytos dias foy nembrado que o levava comsiguo, e foy neçessario de abrirem a cova em que jazia, pera lhe tirarem o dito lenho, o quall ouve a rainha sua molher. E o Iffamte Dom Pedro nom sabemos que maneyra teve com o sseu, empero bem he de creer, que homem tam catholico como elle era, nom partiria de ssey cousa tam boa nem tam samta. Mas do Iffamte Dom Hamrique podemos nos dar çerto testemunho, porque ao tempo que escprevemos esta estoria, elle avia hidade de çimquoemta e seis annos, ffallamdo açerca desto nos disse, que numca lhe lembrava, depois que lhe o dito lenho fora dado, que o tevesse fora de ssey, soamente huũ dia, que o tirara por esqueçimento em desvestimdo a camisa. E ouvimos depois a Luis de Sousa, claveiro dordem de Christo, seu camareiro moor, e filho de Gomçallo Roiz de Sousa, que quamdo sse o dito Iffamte finou, que lhe tirara o dito lenho da cruz, e o dera a elRey em Evora com o sinete e o seu livro de rrezar. E em acabamdo assy estas cousas, chegou hi Joham Vaasquez dAlmadaã, que trazia feitas e guarneçidas aquellas espadas em que ja fallamos. com as quaaes mujto prouve a Rainha pera com ellas comseguir seu boom proposito. E tamto que as teve em seu poder. fez chegar pera açerca de ssey seus filhos, e tomou a espada mayor, e disse comtra o Iffamte Duarte. Meu filho, porque Deos vos quis escolher amtre vossos irmaãos pera seerdes herdeiro destes rregnos, e tevesse o rregimento e justiça delles, a quall vos ja elRey vosso padre tem cometida, conheçemdo vossas virtudes e boomdades, tam compridamente como sse ja fosse vossa, eu vos dou esta espada, e vos emcomemdo, que vos seja espada de justiça pera rregerdes os grandes e os pequenos destes rregnos, depois que a Deos prouver que sejam em vosso poder, per falleçimento delRey vosso padre, e vos emcomemdo seus povoos. e vos rroguo que com toda a fortalleza sejaes sempre a elles deffensom, nom comssetimdo que lhe seja feito nehuũ desaguizado, mais a todos comprimento de dereito e de justiça. E veedes filho, como diguo justiça, justiça com piedade. ca a justiça, que em alguã parte nom he piedosa, nom he chamada justiça mas cruellidade. E assy vos rroguo e emcomemdo que queiraes seer com ella cavalleyro. E estas espadas mamdei assy fazer pera as dar a vos e vossos jrmaãos ante de vossa partida pera vos elRey meu senhor fazer com ellas

cavalleiros presente mym como ja disse, mas a Deos prouve de nom seer assy. Porem vos rroguo que sem empacho vos queyraes filhar esta de minha mão, a quall vos eu dou com a minha beemço e de vossos avoos, de que eu deçemdo. E como quer que seja cousa empachosa de os cavalleiros tomarem armas de mão das molheres, eu vos rroguo que vos nom queiraaes ter açerqua desta que vos eu dou semelhante embargo. Ca segumdo a linhagem dondo eu deçemdo, e a voomtade que tenho pera acreçentamento de vossas homras, numca emtemdo que vos por ello empeeçimento nem dano possa vijnr, amte creo que a minha beemçam e delles vos fara grande ajuda. E o Iffamte Duarte com grande obediemçia poz os joelhos em terra, e lhe beyjou a mão, dizemdo que elle compriria o que ella assy mamdava com mujto booa voomtade. O que çertamente elle numqua esqueeço em todos os seus dias, amte o comprio muy perfeitamente, como adiamte sera comtado. E a Rainha ouvindolhe assy aquellas palavras prougelhe mujto, e alçou sua mão e lhe lamçou a sua beemçam. E depois tomou a outra espada, e chamou o Iffamte Dom Pedro, e disselhe. Meu filho, porque sempre des o tempo de vossa mininiçe vos vi mujto chegado aa homra e serviço das donas e domzellas, que he huña cousa que especialmente deve seer emcomendada aos cavalleiros, e porque a vosso jrmaão encomemdei os povoos, emcomemdo ellas a vos. as quaaes vos rroguo que sempre ajaaes em vossa emcomemda. E elle lhe rrespondeo que lhe prazia mujto, e que assy o faria sem nehuña duvida. E emtom sse assemtou em joelhos, e lhe beyjou a mão. E ella lhe disse que lhe rrogava que fosse com ella cavaleiro, dizemdolhe outras mujtas rrazoões, como ja dissera ao Iffamte Duarte. e sobre todo lhe lamçou sua beemçam. Mas he de consijrar com quaaes comtenemças os Iffamtes poderam ouvir semelhantes pallavras, ca no trautamento de semelhante rreziado nom podia seer, que escusassem gram de multidom de lagrimas, as quaaes posto que as elles forçosamente rretevessem, suas comtenemças estavam muy tristes ouvindo as pallavras da Rainha, ditas a elles com tamto amor e com tam grande ssiso e conheçimento de sua morte. E ella outrossi veemdo ho grande semtido, que os filhos aviam de seu padeçimento, aalem de sua door, avia por ello grande tristeza. Ajmda nos fica por dizer da terçeira espada, que foi dada ao Iffamte Dom Hamrrique, o quall a Rainha chamou dizemdo.

Meu filho, chegaivos pera ca, vistindo ella sua comtenença de nova lediçe, e emchendo sua boca de rriso muy honestamente, e disse. Bem vistes a rrepartiçom, que fiz das outras espadas que dey a vossos jrmaãos. e esta terçeira guardey pera vos, a qual eu tenho que assy como vos sooes forte, assy he ella. E porque a huñ de vossos jrmaãos emcomemdei os povoos, e a outro as donas e domzellas, a vos quero emcomemdar todollos senhores, cavalleiros fidallgos e escudeiros destes rregnos, os quaaes vos emcomemdo que ajaaes em vosso espiçiall emcarreguo. Ca pero todos sejam delRey, e delles tenha espiçiall cuidado, cada huñ em seu estado, elles porem averam mester vossa ajuda pera seerem mamteudos em direito, e lhe seerem feitas aquellas merçees que estiver em rrezom. ca mujtas vezes acomteçe, que per emformaçoões fallsas e rrequerimentos sobejos dos povoos os rrex fazem comtra elles o que nom devem. Pera o quall emcarreguo vos eu escolhi, conheçemdo de vos quamto amor lhe sempre ouvestes, e vollos emcomemdo, porque aalem de vosa boa voomtade vos seja posto por neçessidade. Eu vos dou esta espada com a minha beemçam; a quall vos emcomemdo e rrogo, que queiraaes seer cavalleiro. Nom poderia bem declarar por escripto a grande tristeza com que o Iffamte Dom Hamrrique estava, porque aalem das boas voomtades de seus jrmaãos, elle avia rrazom de a teer mujto mayor, como no seguimte capitullo sera comtado. Senhora disse o Iffamte, vossa merçee seja mujto çerta, que em quamto me a vida durar, teerey firme nembramça de todo aquello que me ora assy emcomemdaaes, pera comprimento do quall ofereço todo meu poder e boa voomtade. E emtom lhe beyjou a mão, dizemdo que lhe tijnha mujto em merçee aquella espada que lhe assy dava, a quall elle nom sabia

estimar a nehuñ preço. E a Rainha ouvimdo lhe assy aquellas pallavras esforçousselhe a voomtade pera rriyr, e alçou a mão, e lamçoulhe a sua beemçam.

(*Crónica da Tomada de Ceuta*, cap. XLI, leitura segundo ed. cit.)

*Como elRey mamdou chamar ho Iffamte Dom Hamrrique,
e das rrazoões que lhe disse.*

Morto assy Vasco Fernamdez como dito he, logo os mouros começaram de despachar de todo aquella villa primeira. e estamdo assy aquelles senhores, tiveram seu consselho, e começaram daviar as cousas que compriam para o combate do castello, determinamdo que por aquella noute nom se fazessem nehuña cousa, soamente que lhe fossem postas suas guardas ataa ho outro dia, que o combatessem rrealmente. E o Iffamte D. Hamrrique, tamto que foy naquella mezquita, por causa do grande trabalho que tijnha passado, lamçousse allguñ pouco a rrepousar, e todo primcipall camssaço era as feridas que tijnha nas pernas, de que era alguñ tamto semtido, e em jazemdo assy lhe chegou rrecado delRey que o emviava chamar. o quall estava em outra mezquita apartada daquella, omde agora he ho moesteyto de sam Jorge. E bem devees emtemder e consijrar, que omde elle estevesse a semelhamte tempo, quall seria a companha que com êlle fosse. ca dizem os dereitos, que testemunho que elRey der, deve de valler por sete. e esto disserom porque aalem da sua virtude, segumdo rrezam e direito sobre os outros homeês teem exçellemçia, comssijraram que elRey nom poderia estar tam desacompanhado, que ao menos nom estevessem com elle seis mill homeês, aos quaaes departiram çertos officios segumdo em seus livros estaa declarado. Ora sse de neçessidade os homeês ham dacompanhar o rrey, çerto he que com melhor voomtade se chegam a elle no dia da follgamça e lediçe, que quamdo estaa pollo comtrairo. e nom ajmda a elle, que sobre todollos outros homeês teem exçellemçia, mas ajmda a quallquer outro do pouoo sse chegam de boamente no dia de sua lediçe como veemos gerallmente quamdo sse fazem vodas, que aalem dos que pera ello sam comunicados sse chegam outros mujtos. E por tamto compre mais aos rrex, que ham daguasalhar gemte, amostrarem sempre suas caras allegres, mamdamdo aas vezes fazer festas em sua casa, quamdo o tempo o rrequere. ca diz o autor dos feitos delRey Dom Joham de Castella, que foy na batalha de Aljubarrota, que huña das cósas porque elle perdeo mujtos fidallos, quamdo vijnha para este rregno, assy foi por seer homem que sempre em sua comtenemça mostrava tristeza. Todallas pallavras que sse alli dezia amte elRey vijnham a comclusom do louvor da vitoria. e huña fallavam no filhar da terra, outros de como sse o Iffamte Duarte sahira escomdidamente da gallee com desejo de seer com os primeiros, outros de como a Deos prouguera de a villa seer emtrada tam asinha. outros fallavam da discreçam do prioll, que amte doestavam, dizemdo que soubera muy bem emcaminhar todo o que lhe fora mamdado. Bem sabia respomdeo elRey, o prioll o rrecado que me levava. e eu bem conheçi quamdo o primeiramente eu enviey, que sse elle visse que a çidade era despota ou aazada pera a eu poder filhar, que, o saberia conhecer. nem eu nom começara nehuña cousa em este feito, sse me elle o contrairo dissera, conhecemdo quem elle he. ca creio verdadeiramente que sse alguñ homem per siso e emgenho ouvesse de sobir ao çeo vivo em carne, o prioll seria. Certamente diz o autor, nom era pequena homrra aaquelle cavaleiro aquellas pallavras, que elRey assy dezia delle amte aquelle povoo. e sse nos amte dissemos da homrra, que devia ser dada a Joham Affomssso veedor da fazemda, nem o prioll nom fica deste feito em pequena parte. E tornamdo aa nossa estoria, amtre todallas cousas que alli fallavam, primcipallmente se dezia como Deos quisera por sua

merçee em aquelle dia guardar o Iffamte Dom Hamrrique, comtando seus aqueçimentos per a mais fremosa maneira que elles podiam dizer, conheçemdo que nom podiam em ello fallar tamto, com que a seu padre mais nom provesse. ca doçe cousa he a todollos homeês ouvir os louvores de quaaesquer cousas que a elles perteeçem, espeçiallmente dos filhos, aalem dos quaaes nom ha hi moor amor. E queremdo o Iffamte vijn a mamdado de seu padre, achou que furtaram aquelle boom cuytello, com que elle em aquelle dia tamtos e taaes gollpes fezera, por cuja boomdade ho Iffamte ouve queixume que lhe assy seer levado, dizemdo que por nehuã cousa dalli nom partiria, ataa que lho tornassem alli. e posto que alli estevessem mais de çimquo mill homeês, tall diligemçia foi posta em o buscar, que lhe foy tornado aa sua mão. E quamdo o Iffamte chegou homde elRey estava, foi delle rreçebido com grande prazer. Meu filho disse elle, pois que a Deos prouve darvos oje tall aqueçimemto, assy como elle foi avamtejado de todollos, outros feitos, assy praz a mym, que por louvor de vosa fortelleza rrecebaes loguo aqui ordem de cavallaria. Senhor rrespondeu o Iffamte, posto que meu mereçimento non seja tamanho, eu vos tenho mujto em merçee a boã vontade que teemdes pera acreçemtar em minha homrra empero eu vos peço por merçee, que me non queiraaes fazer semelhante, senam ao tempo que o fezerdes a meus jrmaãos, porque assy como nos Deos trouxe a este mundo huũ amte o outro, assy me prazeria que nos a homrra fosse dada hordenafamente. ElRey disse que lho agradeçia muito, e que assy emcaminharia que sse fizesse.

(*Ibidem*, cap. LXXXV)

Prollego, no qual o autor mostra qual sera sua entençom em esta obra

E porque o muyto alto e muyto excellente principe e muyto poderoso senhor el-rey Dom Affonso o quinto, que aa feitura d'este livro, por graça de Deos regnava em Portugal, cujo regnado Deos por sua mercee acrecente em vida e vertudes, viu e soube os grandes e muy notavees feitos do senhor iffante Dom Henrique, duc de Viseu e senhor da Covilhaã, seu muyto preçado e amado tyo, os quais lhe parecerom assy especyaaes antre muytos que alguũs principes xpaãos em este mundo fezerom, pareceo-lhe que serya erro nom averem ante o conhecimento dos homeês autorisada memorya, specialmente pellos grandes serviços que o dicto senhor sempre fazera aos reis passados, e polla grande bemfeitoria que pollo seu aazo receberom seus naturaes. Porem me mandou que com toda deligencia me ocupasse na presente obra, ca, posto que grande parte d'outros feitos seus sejam semeados per as cronicas dos reis, que em seu tempo forom em Portugal, assy como o que elle fez quando el-rey Dom Joham, seu padre, foe tomar Cepta, como quando per sy, acompanhado de seus irmaãos e d'outros muytos e grandes senhores, foe descercar a dicta cidade, e depois, regnando el-rey Dom Eduarte, de gloryosa memorya, per seu mandado foe sobre Tanger, onde se passarom muytas e muy notavees cousas, de que em sua estorya he feita mençam, porque todo o que se segue foe feito per sua ordenança e mandado, nom sem grandes despesas e trabalhos, a elle propriamente pode seer atribuyda, ca sem embargo de se em todollos regnos fazerem geeraaes cronicas dos rex d'elles, nom se leixa porem de screver apartadamente os feitos d'alguũs seus vassallos, quando o grandor d'elles he assy notavel de que se com razom deve fazer apartada scriptura; assy como se fez em França do duc Joham, senhor de Lançam, e em Castella dos feitos do Cide Ruy Dyaz, e ainda no nosso regno dos do conde Nun' Alvarez Pereira, da qual cousa os principes reaaes nom devem seer pouco contentes, ca tanto mais a sua honra he alevantada, quanto elles ham senhoryo sobre mayores e mais excellentes persoas, ca nenhũ

principe nom pode seer grãnde, se elle nom regna sobre grandes, nem rico, se nom senhorea sobre ricos; e por tanto dizia aquelle virtuoso romaão Fabricio que ante querya seer senhor dos que possuyam ouro, que teer ouro; e porque os dictos feitos se tractarom per muytas e desvairadas persoas, desvairadamente som scriptos em muytas partes E, consiirando el-rey nosso senhor que nom conviinha ao processo de hũa soo conquista seer contado per muytas maneyras, posto que todas concorrãem em hũn effeito, porem me mandou sua senhorya que me trabalhasse de as ajuntar e ordenar em este vellume, porque os leedores mais perfeitamente possãam aver d'ellas conhecimento.

(Crónica dos Feitos de Guiné, leitura segundo ed. cit.)

V

A. Emissões / B. Leituras Complementares

Poesia

* Esta parte da Antologia corresponde à Unidade 6.

A. Emissões

O *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende representa, genologicamente, o ponto de partida para o desenvolvimento ulterior da poesia portuguesa. A *Farsa do Alfaiate* é, por si só, um texto que suporta as marcas dramáticas a que as criações de Gil Vicente darão maior expressão. Manuel, o Alfaiate, perdeu um cruzado, caindo por isso no maior desespero. Após várias tentativas de busca — tentativas marcadamente burlescas — acaba por se dirigir ao juiz, Gonçalo da Mota, para que ele lhe preste auxílio. Só que ... os sinais do desconhecido que lhe furtou o cruzado não poderão levar longe ...

[...]

Fala Manuel c'o juys, que era Gonçalo da Mota

Senhor juiz, venho caa
com muyto grande paixam;
estou qua, nam estou laa,
Joam de Belas vos diraa
toda minha concrusam.
Eu nam ssey quem, nem quẽ nã,
hum cruzado me furtou,
ou sse me cahyo no cham;
porem tenho presunçam
que hum homem o achou.

O Juiz

Esse homem d'onde he?
Bem sserá que m'o diguays,
por que, ssem mais bolyr pee,
vos juro por minha fee
que vosso cruzado ajays.

[*Manuel*]

Senhor juiz, bem vivays!
Ysso he o qu' eu espero.
Ora ssus, nam tarde mais!
Esse homem c'acusays
o nome ssaber-lhe quero.

Sinays que Manuel da do homem que lhe achou o cruzado

Eu nam ssey ond' ele vive,
porem he d'ond' ele for;
a par d' ele nam estive,
nem menos nam no rretive,
nem ssey ond' ee morador.
Mas ponho qu' ee lavrador
e foy filho de alguem,
e mays tem na ssua cor,
e tambem tem mor amor
a ssy mesmo qua a ninguem.

E he filho de molher,
traz o rrosto por diante,
ssabera quanto ssouber,
e teraa o que tever,
ou he feo, ou he galante.
He mays bayxo que gyguâte,
e he mayor que pimeu;
ou he fraco, ou he possante,
nam he rrey, nem he yfante,
ou he cristão, ou judeu.

Se mays ssinays demãdardes,
dar-vo-los-ey, sse quereys;
mas porẽ, sse bem julgardes,
em est' omem condenardes
grande merce me fareys.
Bem ssera ja c'acabeys,
nam cureys mays de falar;
e poys vos tanto ssabeys
esperay, e ouvireys
a ssentença qu' ey de dar.

Sentença do juyz

Visto bem por my, juiz,
este feyto e maa auçam
e o qu' eu ssobr' isto fiz
e o qu' este homem diz
em ssua maa concrusam,
Digo, por boa rrezam,

que, ss' ele perde' o cruzado,
as epistolas de Catam,
que quarenta e oyto ssam,
am culpa neste pecado.

Fym

Mas porẽ, por qu' aleguays
ssynays com que m' ĩbaçastes,
por esses mesmos ssinays
eu julguo que vos percays
o cruzado que furtastes,
Por c' assy como o guãhastes
sem temor de Deos nem medo,
a bo fee bem no lograstes,
e nam ssey como o goardastes,
que sse nã perdeo mais çedo.

(Leitura segundo ed. cit.)

O lirismo dos finais do século XV de que o *Cancioneiro Geral* é o maior repositório constitui uma pesquisa, quase experimental, para o encontro de temas e de tópicos, de exploração do eu e de visão do mundo. Entre os poetas representados no Cancioneiro, João Rodrigues ou Ruiz Castelo Branco é autor da que tem sido considerada uma das mais belas composições da época: «Senhora, partem tão tristes». Repare-se no ritmo subtilmente adequado ao nostálgico sentimento expresso, ao reforço por aliteração, isto é insistente repetição dos mesmos fonemas - t-t-t, bem como o sofisticado emprego do mesmo lexema, *tristes*, em categoria gramatical diferente, isto é, como substantivo e adjectivo. A prosopopeia dos *olhos* como representação globalizante do sujeito, a hipérbole («cem mil vezes»), contribuem para a intensificação do sentimento lírico:

Cantiga Partindo-se

Senhora, partem tam tristes
meus olhos por vós, meu ben,
que nunca tam tristes vistes
outros nenhuns por ninguem

Tam tristes, tam saudosos,
tam doentes da partida,
tam cansados, tam chorosos,
da morte mais desejosos
cem mil vezes que da vida.
Partem tam tristes os tristes,

tam fora de esperar bem,
que nunca tam tristes vistes
outros nenhuns por ninguém.

A natureza apresenta-se na poesia desta época não já como confidente do drama lírico, mas quer como cenário adequado ao drama lírico quer como provocadora de estados sentimentais, numa convivência ou cumplicidade com o poeta, e com ele estabelecendo elos de subtil analogia:

Trovas suas a este vilançete

«*Abayx' esta sserra
verey minha terra*»

Oo montes erguidos,
deyxay-vos cahyr,
deyxay-vos somyr
e ser destroydos.
Poys males sentidos
me dam tanta guerra
por ver minha terra.

Ribeyras do mar,
que tendes mudanças,
as minhas lembranças
deyxay-as passar.
Deyxay-m' as tornar
dar novas da terra
que daa tanta guerra.

Cabo

O ssol escureçe,
a noyte sse vem,
meus olhos, meu bem
ja nam apareçe.
Mays çedo anoytece
aaquem desta serra
que na minha terra.

(Francisco de Sousa, leitura segundo ed. cit.)

B. Leituras Complementares

Trovas que Garçia de Rresende fez a morte de Dona Ynes de Castro, que el-rrey Dõ Afonso o quarto de Portugal matou ã Coimbra por o príncipe Dom Pedro seu filho a ter como mulher, e polo bem que lhe queria nam queria casar, enderençadas has damas.

Senhoras, s' algum senhor
vos quiser bem ou servir,
quem tomar tal servidor
eu lhe quero descobrir
o gualardam do amor.
Por sua merçe saber
o que deve de fazer,
vej' o que fez esta dama,
que de ssy vos daraa fama,
s' estas trovas quereis ler.

Fala Dona Ynes.

Qual seraa o coraçam
tam cru, e sem piadade,
que lhe nam cause paixam
hũa tam gram crueldade,
e morte tam sem rrezam?
Triste de mym ynoçente,
que por ter muyto fervente
lealdade, fee, amor
ho príncipe, meu senhor,
me mataram cruamente.

A mynha desaventura
nam contente d' acabar-me,
por me dar mayor tristura,
me foy por em tant' altura,
para d' alto derribar-me.
Que se me matara alguem
antes de ter tanto bem,
em tays chamas nam ardera,
pay, filhos, nam conheçera
nem me chorara ninguem.

Eu era moça menina,
per nome Dona Ynes
de Crasto, e de tal doutrina
e vertudes, qu' era dina
de meu mal ser ho rreues.
Vivia sem me lembrar
que paixam podia dar
nem da-la ninguem a mym:
foy m' o príncepe olhar
por seu nojo, e mynha fym.

Começou-m' a desejar,
trabalhou por me servir;
Fortuna foy ordenar
dous corações conformar
a hũa vontade vyr.
Conheçeo-me, conheci-o,
quys-me bem, e eu a ele,
perdeo-me, tam bem perdi-o;
nunca tee morte foy frio
o bem que triste pus nele.

Dey-lhe minha liberdade,
nam senty perda de fama,
pus nele minha verdade,
quys fazer sua vontade,
sendo muy fremosa dama.
Por m' estas obras pagar
nunca jamais quys casar,
polo qual aconselhado
foy el rrey qu' era forçado,
polo seu, de me matar.

Estava muy acatada,
como prinçesa servida,
em meus paços muy honrada,
de tudo muy abastada,
de meu senhor muy querida.
Estando muy de vaguar,
bem fora de tal cuidar,
en Coymbra d'aseseguo,
polos campos de Mondeguo
cavaleyros vy somar.

Como as cousas qu' ã de ser
loguo dam no coraçam,
começey entrestičer,
e comiguo soo dizer:
estes omeēs d' onde yram?
E tanto que preguntey,
soube loguo qu' eera el rrey:
quando o vy tam apressado,
meu coraçam trespasado
foy, que nunca mays faley.

E quando vy que deçia,
sahy ha porta da sala,
devinhando o que queria;
com gram choro e cortesyã
lhe fiz hũa triste fala.
Meus filhos pus de rredor
de mym cõ gram omildade;
muy cortada de temor,
lhe disse: «Avey, Senhor,
d'esta triste piadade.

Nã possa mais a paixam
que o que deveys fazer;
metey nysoo bem a mam,
qu' ee de fraco coraçam
sem por que matar molher,
Quanto mais a mym, que dam
culpa, nam sendo rrezam,
por ser mãy dos ynoçentes
qu' ante vos estam presentes,
os quaes vossos netos sam.

E tem tam pouca ydade
que, se nam forem criados
de mym, soo com saudade
e sua gram orfyndade,
morreram desamparados.
Olhe bem quanta crueza
faraa nisto Voss' Alteza,
e tam bem, Senhor, olhay,
pois do prinçepe sois pay,
nam lhe deis tanta tristeza.

Lembre-vos o grand' amor
que me vosso filho tem,
e que sentiraa gram dor
morrer-lhe tal servidor
por lhe querer grande bem.
Que s' algũ erro fizera,
fora bem que padeçera,
e qu' estes filhos ficaram
orfaãos tristes, e buscaram
quẽ d' eles paixam ouvera.

Mas poys eu nunca errey,
e sempre mereçy, mais
deveys, poderoso rrey,
nam quebrantar vossa ley,
que, se moyro, quebrantays.
Usay mays de piadade
que de rrigor nem vontade,
avey doo, Senhor, de mym,
nam me deys tam triste fim,
pois que nunca fiz maldade.»

El rrey, vendo como estava,
ouve de mym compaixam,
e vyo o que nam oulhava,
qu' eu a ele nam errava
nem fizera traiçam.
E vendo quam de verdade
tive amor e lealdade
hoo princepe cuja sam,
pode mais a piadade
que a determinaçam.

Que se m' ele defendera
c' a sseu filho nam amasse,
e lhe nam obedecera,
entam com rrezam podera
dar-m' a morte c'ordenasse.
Mas vendo que nenhũ' ora
des que naçy ate 'gora
nunca nisso me falou,
quando sse d'isto lembrou,
foy-se pola porta fora,

Com sseu rrosto lagrimoso,
c' o proposito mudado,
muyto triste, muy cuidadoso,
como rrey muy piadoso,
muy cristam e esforçado.
Hũ d' aqueles que trazia
conssiguo na companhia,
cavaleyro desalmado,
de tras d' ele muy yrado
estas palavras dezia:

«Senhor, vossa piadade
he dina de rreprender,
pois que ssem neçessidade
mudaram vossa vontade
lagrimas d' ùa molher.
E quereys c' abarreguado,
com filhos, como casado,
este, Senhor, vosso filho?
De vos mais me maravilho
que d' ele, qu' ee namorado.

Se a loguo nam matais,
nam sereis nunca temido
nem faram o que mandays,
poys tam cedo vos mudays
do conselho qu' era avido.
Olhay quam justa querela
tendes, pois por amor d' ela
vosso filho quer estar
sem casar, e nos quer dar
muyta guerra com Castela.

Com sua morte escusareis
muytas mortes, muytos danos;
vos, Senhor, descanssareis,
e a vos e a nos dareis
paz para duzentos anos.
O prinçepe casaraa,
filhos de bençam teraa,
seraa fora de pecado:
c' aguora seja anojado,
amenhã lh' esqueçeraa.»

E ouvindo seu dizer,
el rrey ficou muy torvado
por se em tais estremos ver,
e que avya de fazer
ou hũ ou outro forçado.
Desejava dar-me vida,
por lhe nam ter mereçida
a morte nem nenhũ mal;
sentya pena mortal
por ter feyto tal partida.

E vendo que se lhe dava
a ele tod' eesta culpa,
e que tanto o apertava,
disse aaquele que bradava:
«Mynha tençam me desculpa.
Se o vos quereis fazer,
fazey-o sem m'o dizer,
qu' eu nisso nam mando nada,
nem vejo heessa coyada
por que deva de morrer.»

Fim

Dous cavaleyros yrosos,
que tais palavras lh' ouvyrã,
muy crus, e nam piadosos,
perverssos, desamorosos,
contra mym rrijo se vyram.
Com as espadas na mam
m' atreessam o coraçam;
a confissam me tolheram.
Este he o gualardam
que meus amores me deram [...]

(Garcia de Resende, leitura segundo ed. cit.)

Vilancete

Meu bem, sem vos ver
se vyvo huũ dia,
vyver nam queria.

Caland' e soffrendo
meu mal sem medida,
myl mortes na vyda
synto nam vos vendo.
E poys que, vyvendo,
moyro toda vya,
viver nam queria.

(Conde de Vimioso, leitura segundo de A. Crabbé Rocha)

Vylançete

Meu amor, tanto vos amo,
que meu desejo nam ousa
desejar nenhũa cousa.

Porque se a desejasse,
logo a esperaria,
e se eu a esperasse
sey que vos anojaria:
mil vezes a morte chamo,
e meu desejo nam ousa
desejar-me outra cousa.

(*Idem*)

[*Cantiga*]

Poys minha triste vêtura,
nẽ meu mal nã faz mudança,
quem me vyr ter esperança
cuyde qu' ee de mais tristura.

E poys vejo que em morrer
levae groria nom pequena,
antes nam quero vyver
que vyverdes vos em pena:
quero triste sepultura,

quero fym sem mais tardança,
poys nunca tive esperança
que nam fosse de trestura.

(D. João de Meneses, leitura segundo A. Crabbé Rocha)

Partindo de Santarem

Ho câpos de Santarem,
lêbranças tristes de mym,
onde começou sem fym
desesperança sem bem,
Ho gram beldade, por quem
levo chea a memorea
com tal cuydado que tem
a morte volta com grorea!

Ho vida desesperada,
de dores e sentimentos,
ho lembrança de tormentos
qu' em pesares es tornada,
Ho ventura mal fadada,
cabo de toda crueza,
ho memoria rretrocada
em dor de minha tristeza!

Ho desejo sem folgança,
tristura de meu folguar,
ho querer, de meu pesar,
de meu descanso, tardança,
De meus cuydados lembrança,
do meu coração cadea,
ho vida sem esperança
de tristezas toda chea!

Ho coraçam lastimado,
cujo mal nunca se sente,

que tam longe es presente
de quem es tam apartado,
Que te presta ser lembrado
de quem sempre desejar
faz de força teu cuydado
de vontade com chorar?

Como aquele que sentindo
vay a morte quando vem,
que demonstra o mal que tem
com grã dor, e descobrindo,
Assy eu de vos partindo,
desejo de minha vida,
vejo vir apos mym vindo
a morte que me convyda.

Polas muy asperas vias
de tristezas caminhando,
vy meu mal meu bẽ matando,
dar fym minhas alegrias.
Todas minhas fantesias
minhas penas rrefrescando,
o triste fym de meus dias
sem vos ver m'o vã mostrando.

Vy as serras descubertas
de meus males com tresturas,
vy todas minhas folguras
de tristeza ser cubertas.
D'esperança vy desertas
minhas groreas sem vytorea,
com sospiros muy espertas
as lembranças da memoria.

Vy meu triste pensamento
d'esperar desesperado,
com sospiros meu cuydado,
com lagrimas meu tormento,
Meu rrayvoso sentimento,
que calando encobria,
mil vezes com desalento
meu chorar o descobria.

Polas muy grãdes môtãnhas
caminho de meu pesar,
nam çessando caminhar,
com dor de dores tamanhas,
Todas minhas entradanhas
sem fogo s' yam queymando,
e nas terras muy estranhas
a morte indo buscando.

Com lagrimas de trestura
de minhas coytas rrayvosas,
vy as frores e as rrosas
perder todas sas frescuras.
Os câpos com as verduras,
com as sombras graçiosas,
se tornavam amarguras
de myl rrayvas espantosas.

Por ver morrer meus espantos,
feras bestas me seguiam,
e os matos rretenyam
com as vozes de seus prantos.
Davam aves grytos tantos,
minhas querelas dobravam,
onde todos meus quebrantos
em lagrimas se banhavam.

Meu caminho se seguya,
minha dor nunca minguava,
minha pena s' esforçava
contra mym mays cada dia.
Com meus cabelos cobria
a mym todo com pesar;
em ver-me sem vos, me via
mays de vontade chorar.

Com meu mal assy andãdo,
de me ver assy perdydo,
como cousa sem sentido
andava sempre chorando.
A morte menosprezando,
mays que vyda desejava,
meu desejo vigiando,
sospirar me confortava.

Assy me levando ventura
com desatyno perdido,
neste caminho vestido,
cuberto de gram trestura,
Meu chorar com amargura,
com voz triste muy cansada,
chorarey em quanto dura
minha cativa jornada.

Fym.

Poys que meu bem, como vêto
traspassando assy por mym,
e meu mal dura sem fym
em meu triste pensamento,
A memorea por tormento
fycara d' esta lembrança
em mym, triste, porque sento
ser meu mal sem esperança.

(Duarte de Brito, leitura segundo A. Crabbé Rocha)

Cantiga

S'obedecera a rezam
e resestira a vontade,
eu vivera em liberdade
e não tivera paixam.

Mas quando já quis olhar
s'em algum êrro caíra,
achei ser tudo mentira
s'a isto chamam errar:
que seguir sempre razam
e nam mil vezes vontade,
é negar sensualidade,
cujo é o coraçam.

(Duarte de Resende, leitura segundo A. Crabbé Rocha)

Em hũ caminho

Os lugares em c' andey
com vosco ledó e oufano,
nesta tristeza os busquey,
mas o que neles achey
foy a meu dano moor dano.
Começey-lh' a preguntar
que fora d' aquela grorea
qu' aly me vyram passar:
rresponderam ssem falar
qu' estarya na memorya.

Em qual memorya, pregũto,
pode tal lembrança sser?
Rresponderam: tudo junto,
o proprio e o transunto
na vossa podereys ver.
Na rreposta que senty
vy meu mal camanho era,
vy o que loguo me vy
partyr d' eles e de my
para d' onde nam quysera.

Comecey de caminhar
hũ caminho povoado
por hũ muy craro lũar,
que me fazya parar
a cada passo pasmado.
Pus os olhos nas estrelas,
por nã ver por d' onde andava:
olhando por todas elas,
lagrimas tristes, querelas,
escuro tudo tornava.

Cõ lãbranças ledas, tristes,
vym assy fantesyando;
fantesyas, que nam vistes,
sentydos, que nam sentyestes
como nos vynham matando?
Mas quem soubera morrer
a tam tempo e tal ora,
para nam tornar a ver
vyda tam maa de soffrer
com' esta triste d' aguora!

Oo vyda de mynha vyda,
oo triste grorya passada,
oo memorya entresteçyda,
poys soys tam desconheçyda,
para que me lembrays nada?
Esqueçey vossas lembrâças,
deyxay-me vyver assy,
ssem vossas vaãs esperanças,
por que com vossas mudanças
vyvo ssem vos e ssem mym.

Cantigua e fym.

Lembranças, nã persyguais
a quem ja nam tem poder
mays que quãto vos lhe days
para sospiros e ays,
para chorar e gemer.

Oo minha tryste memoria,
oo minha dor nam fengida,
se lembrar fosse vytorea,
a quem daryes mays grorya
c' a quem days tam triste vida?
Mas estas lembranças tays
devyes ja d' esquecer,
que, sse lembram, acordays
os meus sospiros e ays,
e meu chorar e gemer.

(Francisco de Sousa, leitura segundo A. Crabbé Rocha)

*De Dyoguo Brandam estãdo aussente de sua dama,
enderençadas a Anrrique de Saa*

Depoys, senhor, que forçado
me trouxeram caa catyvo,
ando tam desesperado,
que nam vyvo.
E sabes bem que conforto
se m' ordena,
que, por ser mor minha pena,
nam sam morto.

Se o fosse, acabaryam
minhas dores mays que fortes,
e meus olhos nom veryam
tantas mortas.
Mas, poys d' este bem careço,
sem ventura,
veres nestas a trestura
que padeço.

Mas naqueste triste canto
tende vos certo por fee
que nam posso dizer tanto
como he.
E poys terço do que sento
nam dirya,
julgue vossa fantesya
meu tormento.

Que nêhū nã foe tamanho,
de passado nem presente;
he hū grande mal estranho
ser ausente.
Que com este qu' em myn jaz
me comporya,
se eu vysse cada dia
quem m' o faz.

E com este apartamento,
sem s' apartar minha vida,
he o meu padeçymento
sem medyda.
E aquesta dor presente
que m' aqueyxa
ja mays viver nam me deyxa
antre jente.

E vou-me por esses mōtes
desastrado sospirando,
os meus olhos coma fontes
vam chorando.
Das lagrimas desmedidas
verdadeyras
vam as agoas das rybeyras
muy creçydas.

Depoys me desço nos vales
com tençam que me descanssem,
mas ante creçẽ meus males
que s' amanssem.
Os doçes cantos das aves,
muy saudosos,
assy me sam amargosos
como graves.

Os frescos prados e rryos,
que mil vydas a my ventam,
muyto mays meus desvarios
acreçentam.
Que minhas desaventuras
lastymeyras
nam se curam com frescuras
das rrybeyras.

Nẽ as tristezas os pares,
que meu vyver desajudam,
por mudar muytos lugares
nam se mudam.
Por qu' amor qu' assy me trata
vay comygo,
que m' ee tam cruel jmygo,
que me mata.

Bosques, que se vam oo çeo
em grandeza e creçymẽto,
me causam beber hũ veo
por tormento.
Poys as fontes que manavã
dos rroquedos
minhas sospeytas e medos
mays dobravam.

Arvoredas, qu' eyxçedyam
grandes alturas e costas,
de d'onde os deoses soyam
daar repostas,
Sendo muyto graçyosas
e prazentes,
em as ver vejo serpentes
espantosas.

Par' os desertos fugya,
bradando com meus cuydados,
e eu soo me rrespondya
a meus brados.
O quem das leteas agoas
se fartara,
por que mays se nam lenbrara
d'estas magoas!

Dos olhos e coraçam
gram demanda nõ se parte,
ambos bem culpados sam
que lhes farte.
Quem foy d'isto ocasyam
bem se vyo;
pene, pues que consentio,
com rrazam.

Mil desatinos nam dygo
que neste tempo fazya;
s' alguem topava comygo,
m' avoreçya.
Symulava, em nos vendo,
meu morrer,
e fyngia ter prazer,
nam no tendo.

Mas era bem conheçyda
minha dor, que nam tem cura,
que nunca cousa fengida
muyto dura.
E nos synaes que fazya
de mortal
vyam bem o grande mal
que padeçya.

Grãde compayxam e doo
avyam de my aqueles,
mas eu folgava mays soo
que co' eles.
Em seus conselhos prudentes,
e nam vaãos,
vy que bem conselham saãos
os doentes.

E querem que coma bem
com confortos que me dam,
mas muy mal come ningũe
com payxam,
E pior dorme syntindo
tantos danos:
parecem m' as noytes anos,
nam dormindo.

Trabalho nestes casays
por dormyr de quebraantado,
e jsto tenho de mays:
vylar canssado.
Desvelado de tal sorte
ando assy,
que s' espantam mays de my
que da morte.

Esta nam me satisfaz,
por ser tam desordenada,
que toda cousa que faz
vay errada,
Que mata com mal sobejo
quem a nom quer,
e a mym deyx a viver
que a desejo.

Por aquy podes julguar
a vyda que tenho agora,
bẽ m' a podia mudar
minha senhora.
Ajuday-me polo amor
qu' ẽ vos fyca,
poys sabes bem como pica
esta dor.

E poys a tenho creçyda,
algũ rremedeo se cate:
este seja dar-m' a vyda,
ou me mate.
E se mays com morte dar
se contenta,
outra vyda m' acreçenta
em me matar.

Fym

E, d' esta sorte, de caa
me parto sem meus sentydos,
que todos me fycam laa
bem perdydos.
Ajam de vos gasalhado,
poys sam vosso,
mays do que dizer nam posso
de penado.

(Diogo Brandão, leitura segundo A. Crabbé Rocha)

Glossário Básico

Encontram-se registados os vocábulos constantes dos textos apresentados ou indicados cujo valor semântico é distinto do actual, cuja forma é arcaica e não se encontra no português de hoje ou cujas modificações gráficas, fonéticas ou morfológicas podem tornar difícil a sua interpretação ou reconhecimento pelo aluno.

Não se registam formas que, pela sua semelhança com o português actual ou pela sua transparência contextual são facilmente interpretáveis. Não se registam também arcaísmos que o aluno sem dificuldade reconhecerá como tal: *geeral, famiinto*, etc.

A

Acá, aqua, adv., cá.

Acaecer, v. intr., acontecer, suceder.

Acordar, v. intr., concordar, assentar; — se, lembrar-se, recordar-se.

Acordo, s.m., ser em, concordar.

Açoute, s.m., bofetada, golpe.

Adestrar, v. tr., pensar, cuidar.

Adubar, v. tr., conseguir, obter, alcançar.

Aduga, *as*, etc., pres. do conj. de aduzer.

Aduro, adur, adv., dificilmente.

Adusse, etc., perf. do indicativo de aduzer.

Aduzer, v. tr., trazer.

Advir, v. intr., acontecer, suceder.

Afan, s.m., fadiga, trabalho, pena, desgosto, ansiedade.

Aficado, a, adj.; tomado, preso.

Aficamento, s.m., necessidade, aperto.

Aficar, v. intr., teimar, insistir, pressionar.

Agardecer, v. tr., agradecer.

Aguisado, adj., apropriado, razoável.

Aguisar, v. tr., dispor, determinar, permitir.

Al, pron.; outra coisa ou pessoa; non a i — certamente, sem dúvida.

Alá, adv., *acá*.

Alba, s.f., o mesmo que alva.

Algur, adv., em algum lugar.

Alhur, adv., noutra parte, noutro lugar.

Aló, adv., lá.

Alongado, adj., afastado, distante.

Alto, s.m., alto mar.

Alva, s.f., o amanhecer, madrugada.

Amaestramento, s.m., ensino, adestramento.

Amaro, adj., amargo, duro, difícil.

Amestrar, v. tr., ensinar, adestrar.

Anafil, s.m., variedade de trombeta.

Andar, v. intr., ir, ir-se embora, — por alguém, ser de ou servir alguém.

Angio, ou *angeo*, s.m., anjo.

Anojado, adj., desgostoso, triste.

Anojar, v. tr., desgostar, causar tristeza, aborrecimento.

Antano, adv., o ano de além, o passado. **Ante**, adv., antes, ou antes de; os que foram — que el, os seus antecessores.

Antre, prep., entre.

Apostar-se, v. refl., enfeitar-se, adornar-se.

Aposto, adj., adornado, bem vestido.

Aprazer, v. tr., agradar.

Apressurado, adj., desgostoso, dominado pela dor.

Aprouguer, fut. do conj. de aprazer.

Aquí, o mesmo que acá.

Aque, adv., eis ou eis que.

Aqueecer, v. tr., acontecer.

Aqueste, *aquesta*, *aquesto*, pron., este, esta, isto.

Ar, **Er**, adv., outra vez de novo.

Aravia, s.f., per —, em língua arábica.

Ardido, adj., corajoso, valente.

Armada, s.f., armadilha.

Armiral, s.m., almirante.

Arreigar, v. tr., arrancar de ou pela raiz.

Arrepeecer, v. intr., arrepender.

Arrepeesco, 1.^a pes. do sing. do pres. do indic. de *arrepeecer*.

Asconder, v. tr., esconder.

Ascondudo, part. arc., de asconder.

Ascuitar, v. tr., escutar.

Asinha, adv., rapidamente, depressa.

Assessego, s.m., sossego.

Assi, adv., assim.

Assolver, v. tr., absolver: — a cabeça, poupar a vida.

Assuar, v. tr., reunir.

Atal, adj., tal.

Atam, adv., tão.

Atanto, pron., tanto.

Atender, v. tr., esperar, satisfazer.

Atrevudo, adj. part. arc. de atrever.

Augua, s.f., água.

Austeer, v. tr., abster.

Avan, adv., adiante, fronteiro.

Aveir, *avêir*, *aviir*, *avir*, v. intr., acontecer.

Avelana, s.f., avelã.

Avelanal, **avelanedo**, s.m., lugar plantado de avelas.

Avelaneira, s.f., avelas.

Aven, 3.^a pessoa do sing. do pres. do indic. de *aveir* ou *avir* (ver supra).

Avento, s.m., advento, chegada, inverno.

Aventura, s.f., situação perigosa, arriscada, aventura.

Aventura, s.f., ventura.

Averrá, fut. de *aveir*, *avir* ou *aviir*.

Averria, condicional de *aveir*, *avir* ou *aviir*.

Avodo, **avudo**, adj.; part. arc. de *aver*.

Avondoso, adj., abundante.

Avuitor, s.m., abutre.

B

Bacinete, s.m., parte da armadura, por baixo do capacete.

Bailar, **balhar**, v. intr., dançar.

Bailar, s.m., baile.

Bailia, s.f., baile.

Baldon, **baldão**, s.m., afronta, injúria.

Baldosamente, adv., imediatamente, espontaneamente.

Baratar, v. intr., mal-, proceder mal, desbaratar.

Bãecom, s.f., bênção.

Bãeiga, etc., pres. conj. arc. de *beenzer*.

Bãeito, **beento**, adj., bento.

Beenzer, v. tr., benzer.

Bel, adj., belo.

Bevedice, s.f., bebedice ou bebedeira.

Bever, v. tr., beber.

Bevudo, part. arc. de *bever*.

Boosco, s.m., bosque.

Braceiro, adj., forte, ágil de braços.

Brial, s.m., vestido ou espécie de manto de trazer por cima, usado na Idade Média por homens e mulheres.

Brolar, broslar, v. intr., bordar.

C

Ca, conj. comp., do que ou que; conj. causal, porque, pois.

Cabidoo, s.m., cabido, capítulo (termo eclesiástico).

Cabo, s.m., come de —, outra vez, de novo; termo, fim.

Cada, pron., — que, todas as vezes que.

Caentura, s.f., quentura.

Caladamente, adv., consigo próprio, em silêncio.

Cam ou **cã**, adv., *quam*.

Cam ou **cã**, s.m., cão; adj., branco, de cabelos ou barbas brancas.

Cambar, cambhar ou **cambear**, v. tr., trocar.

Campaa, campãa, s.f., campanha, sineta.

Cando, conj. temp., quando.

Canto, adv., quanto.

Cão, cãa, adj. ver supra **cam**.

Carniça, s.f., abundância de carne.

Çarrar, v. tr., cerrar ou fechar.

Carrego, s.m., cargo, encargo.

Carreira, s.f., caminho, via.

Cas, s.f., casa.

Castelão, adj., castelhano.

Castigar, v. tr., aconselhar, avisar.

Castigo, s.m., conselho, aviso.

Catar, v. tr., contemplar, olhar, buscar.

Cativo, adj., desgraçado, infeliz, prisioneiro, escravo.

Cento, num., cem.

Cerdeira, s.f., cerejeira.

Certão, adj., certo, seguro.

Certas, adv., certamente, por minha fé.

Certidõe, s.f., certidão, certeza.

Certo, ad., adv., certamente.

Chão, adj., liso, correio; s.m., planura, campo.

Che, pron., te.

Chus, adv., de plus, mais.

Cima, s.f., remate, fim, dignificante, elevado.

Cinger, v. tr., cingir.

Cinto, adj., cingido.

Citola, s.f., cítara, instrumento de cordas.

Citolon, s.m., aumentativo, em sentido pejorativo, de *citola*: cítara desafinada.

Cobra, s.f., copla, conjunto de versos, estrofe.

Cobro, s.m., paga, recompensa, salário.

Coinha, s.f., cunha: az de — táctica militar em que os soldados eram dispostos em coluna triangular.

Coita, cuita, s.f., cuidado, trabalho, pena, desgosto de amor, paixão.

Coitado, cuitado, adj., apaixonado, aflito, desejoso.

Coitar, cuitar, v. tr., ter receio, afligir-se, sofrer (por amor).

Comego, pron., comigo.

Cometer, v. tr., intentar, acometer, fazer, praticar.

Comezar, v. tr., começar.

Companha, s.f., companhia, gente de armas.

Compidamente, adv., complidamente, completamente, amplamente.

Comprido, adj., *complido*, completo, amplo, cumulado.

Concebudo, adj., concebido.

Confonder, v. tr., confundir.

Conhosco, 1ª pes. do pres. do indic. do verbo *conhocer* (= conhecer).

Conigo, cooigo, coonigo, s.m., cónego.

Conselhar-se, v. refl., tomar conselho, resolver, decidir.

Conselho, s.m., conselho, reflexão, arbítrio.

Consiirar, v. tr., considerar.

Consoar, v. intr., rimar.

Contecer, v. intr., acontecer.

Contego, pron., contigo.

Contenente, s.m., aspecto, postura.

Contra, prep., em direcção a, para.

Convenhável, adj., conveniente.

Convenria, converria, condicional de convir.

Conversação, s.f., modo de vida, convívio.

Convir, v. intr., convir ou ser forçoso.

Convusco, pron., o mesmo que convosco.

Coobra, s.m., cobra.

Coomia, s.f., coima.

Copa, s.f., taça, servir de —, ser escanção.

Cor, s.m., coração.

Corredoira, s.f., corrida, pressa.

Correger, v. tr., compor, concertar.

Cortesia, s.f., comportamento requintado, próprio da corte.

Cos, s.m., em —, em corpo, i. é, sem manto, em trajo caseiro ou íntimo.

Costrenger, v. tr., constringer.

Cousir, v. tr., ver, contemplar, admirar.

Craro, adj., claro; adv., certamente.

Crerigo, s.m., clérigo.

Crescas, 2ª pessoa do sing. do pres. do conj. de crescer ou crescer.

Creudo, part. de crer.

Crux, s.f., cruz.

Cuidar, v. tr., a meu —, segundo penso, julgo.

Cuitelo, s.m., cutelo.

Cum, prep., com.

D

Dante, prep., antes ou antes de.

Dapnamento, dapno, damno, s.m., dano.

Defender, v. tr., proibir, defender.

Daga, s.f., adaga, arma branca.

Deitar, v. tr., expulsar, lançar fora, vencer.

Delgada, s.f., camisa, peça de roupa íntima.

Demanda, s.f., pergunta, pesquisa, busca.

Demandar, v. tr., perguntar, pedir, procurar, buscar.

Departimento, s.m., partida, separação.

Departir, v. tr., afastar, alongar, evitar, separar, distinguir, diferenciar, demarcar.

Depos, prep., através de.

Dereitamente, adv., directamente, rectamente, justamente.

Derribar, v. tr., deixar cair, derrubar.

Des, prep., desde, — ali, desde então; — aqui, — oje mais, desde hoje; quando, desde que.

Desbaratado, adj., desconsolado, desiludido.

Desaguisado, adj., inconveniente, impróprio.

Desapostado, adj., sem enfeite, desataviado, mal vestido.

Desguisado, adj., inconveniente; s.m., ofensa.

Desi, deshy, adv., depois, além disso.

Desmentido, adv., mentiroso, perjurado.

Desmesurado, adj., desapiedado; sem medida, excessivo; descortês, descortesia.

Desmesura, s.f., falta de senso, acção insensata.

Despagar, v. tr., desagradar.

Desperecer, v. intr., perecer, morrer.

Desplazer, v. tr., desprazer.
Dessinar, v. tr., designar, indicar.
Determinar, v. tr., determinar, terminar, resolver.
Devinhar, v. tr., adivinhar.
Dezema, s.f., dízima.
Dezemar, v. intr., pagar o dízimo ou dízima.
Dezemo, num., décimo.
Di, imperativo arc. do verbo dizer, *dezer*.
Dileitoso, adj., deleitoso.
Divedo, dívido, s.m., ligação ou deveres provenientes de parentesco.
Dixe, dixer, dixi, dixo, disso, dixeste, formas do verbo dizer, *dezer*.
Dôa ou doa, s.f., oferta, presente, dádiva.
Dobrez, adj., duplo ou dúplice.
Dões, s.m., plural de dom, dádiva.
Doestar, v. intr., ofender, injuriar.
Doesto, s.m., insulto, ofensa.
Doito, a, adj., douto.
Dona, s.f., — d'algo, fidalga, senhora de haveres, — virgo, donzela.
Doo, s.m., pranto; compaixão; luto.
Dórmio, 1.^a pessoa do sing. do pres. do indic. de dormir.
Dulda, s.f., dúvida.
Dultar, v. intr., duvidar, temer, recear.
Durar, v. intr., aturar, suportar, persistir, continuar.

E

Eigreja, ygreja, s.f., igreja.
Eimigo, imigo, adj., inimigo.
Eire, adv., ontem.
Eixempro, enxempro, s.m., exemplo.

Elo, pron., *ello* ou isso.
Elos, pron., eles.
Embargando, do verbo embargar: nom —, apesar de, não obstante, ainda que, embora.
Embora, adv., em boa hora, com bom augúrio.
Empacho, s.m., embaraço, impedimento.
Empeçoar, v. tr., empeçonhar, envenenar.
Empeecer, v. tr., impedir.
Empeescas, conj. do verbo *empeecer*.
Empero, conj., mas: — que, ainda que, embora.
Empresso, adj., impresso.
En, pron., isso, disto, a respeito disto, disso, dali, por, por isso.
Enader, v. tr., acrescentar, ajuntar.
Encenso, s.m., incenso.
Encontra, prep., contra.
Encuberto, adj. e adv., encobertamente, secretamente.
Ende, adv., por, por isso.
Endoado, adj., endoado, doado, proveniente de dádiva.
Endurar, v. tr., sofrer, padecer.
Enduzimento, s.m., acção de induzir, tentação.
Enfingar, v. intr., fingir, manter secreto (o amor).
Engratidão, engratidom, s. tr., ingratidão.
Emmentar, ementar, v. tr., fazer menção, mencionar, pensar, ter em mente.
Enojado, adj., triste.
Enojo, Nojo, s.m., tristeza, luto.
Enquerer, v. tr., inquirir.
Ensandecer, v. intr., endoidecer, perder o siso.
Ensandesco, 1.^a pes. do sing. do pres. do indic. do verbo *ensandecer*.
Ensenhar, v. tr., o mesmo que ensinar.
Enteiramente, adv., inteiramente.

Entençar, v. intr., altercar, disputar, acometer, questionar.

Entençom, s.f., intenção; tenção, tipo de composição poética dialogada.

Entendedor, s.m. ou f., namorado, amante; grau de comportamento amoroso.

Entender, v. tr., ouvir, tencionar, pensar, deliberar.

Entonce, adv., então.

Envorilhar-se, v. refl., embrulhar-se, envolver-se.

Enxerdado, adj., deserdado, pobre.

Enxerdar, v. tr., deserdar.

Er, ver supra *ar*.

Ergas, adv., excepto.

Escacesa ou escacessa, s.f., escassez, avareza.

Escaecer, v. tr., esquecer.

Escarnho, s.m., escárnio, escarnir.

Escoso, a, adj., escuso, escondido, oculto.

Escusar, v. tr., substituir, passar sem, evitar.

Escuso, adj., escondido, pouco frequentado.

Espartidura, s.f., linha a dividir ou partir.

Espedimento, s.m., despedimento, despedida.

Espedir, v. tr., despedir.

Esperital, esprital, sprital, adj., espiritual.

Esperito, esprito, sprito, s.m., espírito.

Espitaleiro, s.m., frade da ordem do Hospital, Hospitalário.

Esposar, v. tr., prometer em casamento, desposar.

Esso, pron., isso.

Esterrar, v. tr., desterrar.

Esto, pron., isto.

Estormento, estromento, s.m., instrumento.

Estremadamente, adv., principalmente.

Estremado, adj., assinalado, distinto, demarcado.

Estrolego ou estrollogo, s.m., o mesmo que *astrolego* ou *astrollogo*.

F

Faca, s.f., égua.

Fal, 3ª pes. do sing. do pres. do indic. de falir ou faltar.

Falecer, v. tr., privar, evitar, escapar, livrar-se de, falhar.

Falha, s.f., falta: meter em —, faltar, enganar; sem —, certamente.

Falimento, s.m., falta, defeito, falha.

Falir, v. tr. ou intr., faltar, enganar, acontecer.

Fazenda, s.f., negócio, feito, obrigação, dever, dispor os seus negócios; combate, peleja, vir á —, ir combater; entrar na —, tomar parte no combate.

Feira, pres. do conj. ferir.

Felon, adj., rebelde, revoltado.

Feramente, adv., estranhamente, muitíssimo, excessivamente.

Ferida, s.f., pancada, golpe.

Ferido, s.m., expedição militar.

Ferir, v. tr., andar a bater às portas, vaguear, bater, espancar.

Fero, adj., custoso, excessivo.

Fiança, s.f., confiança.

Filhar, v. tr., tomar, começar; — guerra, guerrear.

Finger, v. tr., fingir.

Fiuza, s.f., confiança, fé.

Fol, adj., louco.

Folgança, s.f., alegria, descanso, divertimento.

Folgar, v. int., descansar, divertir-se.

Folia, s.f., loucura, divertimento, dança.

Fontana, s.f., fonte.

Fora, adj., tirar a —, separar, excepto.

Foresta, s.f., floresta.

Fossado, veja-se supra ferido.

Frol, Fror, s.f., flor.

Frolido, adj., florido, em flor.

G

Gajas, s.f. pl., soldada, penhor.

Gaar, Gaanhar, v. tr., ganhar.

Garceta, s.f., poupa ou penteado alto.

Gasalhado, s.m., consolação, prazer, companhia, festa, boa recepção.

Gasta, adj., deserta (Foresta —).

Gastar-se, v. refl., o coração, consumir-se, afligir-se.

Goioso, adj., gozoso, alegre.

Golosice, s.f., o mesmo que gulodice.

Gornimento, s.m., adorno, enfeite.

Graça, s.f., vénia, licença.

Gradecer, v. tr., agradecer.

Gradesca, pres. do conj. do verbo agradecer.

Gradeza, s.f., generosidade.

Gradoar, v. intr., agradar, ser feliz.

Grado, s.m., gosto, boa vontade, gratidão.

Grado, adj., amável, generoso.

Gram, grã, adj., grande, de valor.

Grave, adj., aziago, desgraçado, fatal, funesto, penoso, custoso.

Greu, adj., penoso, custoso, pesado.

Guardar, v. tr., obstar, impedir, proibir.

Guarecer, v. tr., sarar, curar, evitar, viver, progredir.

Guarida, s.f., consolação.

Guarir, v. intr., viver, progredir.

Guarnimento, s.m., guarnição, ornamento.

Guarrei, etc., futuro do verbo *guarir*.

Guarria, etc., condicional do verbo *guarir*.

Guirlanda, s.f., grinalda.

Guisa, s.f., maneira, modo.

Guisado, aguisado, adj., justo conveniente, preparado.

Guisar, v. tr., preparar, ordenar, dispor, fazer, proceder.

H

Home, homêe, s.m., homem.

Honde, adv., onde.

Hu, adv., onde; conj. temp., quando.

Hũa, art. indef. f., uma.

Hũu, art. indef. m., um.

I

Igal, adj., igual.

Impunar, v. tr., combater.

Infançon, infançoa, s.m. e f., fidalgo de segunda ordem ou de categoria inferior a rico-homem, na hierarquia medieval.

Ingres, adj. e s.m., inglês.

Irmana, s.f., irmã.

Irmida, s.f., ermida.

J

Jaço, 1ª pes. do sing. do pres. do indic. do verbo *jazer*.

Jasca, etc., pres. do conj. do verbo *jazer*.

Jazer, v. intr., estar, estar empenhado, *u non jaz al*, certamente.

Jogo, s.m., em —, por brincadeira.

Joguetar, v. intr., brincar, gracejar.

Joguete, s.m., sátira, poema jocoso, gracejo.

Jograr, s.m., o mesmo que jogral.

Jograria, s.f., profissão de jogral.
Jograron, s.m., mau jogral.
Jouve, perf. do verbo *jazer*.
Jouvera, mais-que-perf. do verbo *jazer*.
Judgar, v. tr., julgar.
Juração, juraçom, s.f., juramento.

L

Laido, adj., feio.
Lais, s.m., espécie de composição poética de carácter narrativo ou lírico de origem bretã.
Lançar, v. tr., expulsar, esfacelar, deitar abaixo, alancear.
Latinado, adj., alatinado.
Lazerar, v. intr., andar penado, aflito, padecer, sofrer em paga do mal que se fez.
Lecto, s.m., leito.
Ledece, ledice, lidice, s.f., alegria, contentamento.
Ledo, adj., alegre, feliz.
Legar, v. tr., liar.
Leixar, v. tr., deixar.
Ler, s.m., praia, beira-mar.
Levantar, v. tr., instituir, criar, aclamar.
Levar, v. tr., passar, sofrer, levantar.
Lezer, s.m., vagar, descanso.
Liança, s.f., aliança.
Liar, v. tr., ligar.
Lidimamente, adv., legitimamente.
Lídimo, adj., legítimo.
Ligeiro, adj., leve, fácil.
Ligeirice, s.f., leviandade, precipitação de palavras.
Loado, adj., louvado, formoso, venerado.
Loar, v. tr., louvar, engrandecer.

Logo, s.m., lugar, agora, já, imediatamente.
Longado, adj., longo, grande.
Loor, s.m., louvor, engrandecimento.
Louçana, adj. f., de belo aspecto, formosa, louçã.

M

Madre, s.f., mãe.
Maestre, s.m., mestre.
Maestria, s.f., habilidade poética, obra de mestre, perfeição, fazer —, mostrar engenho.
Maginamento, s.m., imaginação, pensamento.
Mai, s.f., mãe.
Maior, adj., falando do mar: oceano, alto mar.
Malamente, adv., de má mente, muito.
Malaventura, s.f., desgraça, má ventura.
Maltreito, adj., part., maltratado, ferido, tolhido dos membros.
Man', Manh', formas do verbo *maner*, permanecer.
Manceba, s.f., criada.
Mandadeiro, s.m., o que leva ou traz recado, mensageiro.
Mandado, s.m., recado, novas, notícia, ordem, andar — d'alguém, obedecer-lhe.
Mandar, v. tr., — mandar chamar ou buscar, fazer vir.
Manha, s.f., arte, engenho.
Manso, adj., gracioso, sereno, grave.
Manselinho, adj., manso, doce, vagaroso.
Mantenente, adv., logo, imediatamente, inesperadamente.
Manterrá, futuro do indic. de *manteer*.
Manterria, condicional do verbo *manteer*.
Manzela, mazela, s.f., aflição, desgosto.
Manzelado, mazelado, a, adj., queixoso, afrontado.
Manzelar, mazelar, v. tr., magoar, afrontar.

Marfil, s.m., marfim.
Marter, s.m., mártir.
Masesse, conj. do verbo *maner*, permanecer.
Medês, pron., mesmo.
Membrar-se, v. refl., lembrar-se.
Mença, pres. do conj. do verbo mentir.
Mengar, v. intr., minguar, faltar.
Meninho, a, **miño**, s.m. e f., menino, a.
Mentireiro, adj., mentiroso.
Mentre, adv., enquanto.
Meor, adj., menor.
Mãos ou meos, adv., menos.
Mes, conj., mas.
Meselo, a, adj., triste.
Mesura, s.f., medida, moderação, compaixão, bondade, cortesia, comportamento cortês, acção justa, moderação.
Mensurado, **mesurado**, adj., cortês, comedido, prudente.
Mezcrar, **mizcrar**, v. tr., malquistar, enredar.
Mezquinho, **mizquinho**, adj., infeliz, desgraçado.
Migo, pron., comigo.
Milgranada, s.f., romã.
Mister, s.m., necessidade.
Mõesteiro, **moesteiro**, s.m., mosteiro.
Mogote, s.m., magote, grupo.
Moira, pres. conj. do verbo morrer.
Moiro, 1ª pes. do sing. do pres. do indic. do verbo morrer.
Morrei, 1ª pes. do fut. do verbo morrer.
Multidõe, **multidom**, s.f., multidão.

N

Nado, adj., nascido.

Natura, s.f., qualidade, espécie, natureza.
Negar, v. tr., renegar, atraiçoar.
Nembrar, v. tr., lembrar.
Nengũu, pron., nenhum, ninguém.
Nulho, pron., nenhum, cousa nenhuma, nada.

O

Obridar, v. tr., esquecer, olvidar.
Oferi, 1ª pes. do perf. do verbo *oferir*.
Ogerir, v. tr., oferecer.
Oi, 1ª pes. do perf. do verbo *oir*, ouvir.
Oir, v. tr., ouvir.
Oisse, imperf. do conj. do verbo *oir*.
Omagem, s.f., imagem.
Ome, **omees**, **omêe**, **omê**, **omêes**, homem, homens; com valor indefinido: se, alguém.
Onta, s.f., vergonha, ofensa.
Orde, **ordê**, s.f., ordem religiosa, meter-se em — ou filhar —, entrar em alguma congregação religiosa, fazer-se monge ou monja.
Ordinar, **ordinhar**, s. tr., ordenar.
Osmar, v. intr., pasmar, estranhar.
Ousança, s.f., ousadia, atrevimento.

P

Paação, **pação**, adj., palaciano.
Padesco, 1ª pes. do pres. do indic. do verbo padecer.
Padron, s.m., patrono.
Pagado, adj., vosso — seja, que fique gostando de vós, ficar — (d'alguém), agradar-se, ser seduzido.
Pagar, v. tr., — se de, gostar, agradar-se, ter prazer.
Page, s.m., pajem.
Paravoa, **paravra**, s.f., palavra.

Parecer, s.m., rosto, aspecto.
Parescer, v. intr., parecer, ter aparência.
Partir, v. tr., poupar, evitar, afastar, separar, apartar, dividir.
Passado, a, adj., morto, finado.
Passarinha, s.f., passarinho, pequena ave.
Passo, adv., devagar.
Pastorela, s.f., espécie de composição poética na qual falam pastoras.
Pãa, s.f., pena, castigo.
Peado, adj., penado, castigado, triste.
Peça, s.f., pedaço.
Pecado, s.m., mau —, infelizmente, em má hora.
Peçoento, adj., peçonhento.
Penado, adj., coitado, triste.
Pensar, v. tr., tratar, cuidar.
Precalçar, v. tr., alcançar, obter.
Perceber, v. tr., preparar, prevenir.
Perdudo, a, adj., perdido.
Perfia, s.f., porfia, intento em que se insiste; tomar ou filhar —, importar-se com, porfiar em.
Pero, conj., ainda que, embora, todavia, mas; — que, ainda que; nom — que, sem que.
Pessoa, **peessoa**, s.f., pessoa.
Pes, 3.^a pessoa do sing. do pres. do conj. do verbo pesar.
Pesar, v. intr., causar ou sentir pena, desgosto.
Pinho, s.m., pinheiro.
Plazer, s.m., prazer.
Poblado, s.m., povoado.
Poblar, v. tr., povoar.
Põer, **poer**, v. tr., pôr, supor, calcular, combinar.
Pois, adv., depois, depois que, ainda que.
Pojar, v. intr., elevar-se, subir, crescer.

Poma, s.f., pomo.
Porende, **poren**, conj., por isso.
Poridade, **puridade**, s.f., secretismo, mistério.
Porrei, **porria**, formas de fut. e cond. do verbo *poer*.
Possissom, s.f., possessão, bens de raiz.
Postar, v. tr., dispor, preparar.
Postremeiro, a, adj., último.
Pousar, v. tr., assentar, hospedar-se.
Prasmar, v. tr., censurar, culpar.
Preçar, v. tr., prezar, apreciar, gabar, estimar.
Predicar, v. tr., prègar.
Preito, s.m., contenda, pacto, combinação, promessa; pôr —, fazer contrato.
Prender, v. tr., tomar.
Prez, s.m., qualidade ou honra; dignidade, grau social.
Probe, adj., pobre.
Prol, s.m., proveito; teer —, aproveitar.
Prougue, **prouguer**, **prouguera**, **prouguesse**, **prouve**, formas do verbo *prazer*, *aprazer*.
Proveza, s.f., pobreza.
Pruvicamente, adv., publicamente.
Punhar, v. intr., esforçar-se, propor-se.

Q

Quaentura, s.f., o mesmo que *caentura* e *queentura*.
Quedar, v. intr., cessar, deixar.
Querria, **quige**, **quigi**, **quiria**, **quise**, **quiso**, formas do verbo querer.
Quitar, v. tr., fazer quite, pagar, tirar, separar, deixar.
Quite, adj., livre.

R

Razõado, adj., ajuizado, prudente, raciocinado.

Razon, s.f., justiça direita; fazer gram —, proceder com razão, em bõa —, com razão, rectamente.

Recado, s.m., resposta.

Reconhecimento, s.m., reconhecimento.

Recoste, s.m., ladeira, encosta.

Recudir, v. intr., sair, recuar.

Regla, s.f., regra.

Regrado, adj., regular ou regrante, que segue uma ordem religiosa regrante.

Ren, s.f., coisa, alguma coisa, coisa nenhuma ou nada; non valer —, não valer nada, ser inútil; teer em —, importar-se; non dar —, não se importar, não fazer caso; per ou por — que seja, por coisa nenhuma, por nada deste mundo.

Renembrancha, s.f., lembrança, registo escrito; crónica.

Rependido, adj., arrependido.

Reprehendido, adj., arrependido.

Retraer, v. tr., contar.

Riba, s.f., margem.

Ribeira, s.f., o mesmo que *riba*.

Ruga, enrugadura, s.f., ruga.

Rocim, s.m., cavalo de raça pequena.

S

Sabudo, adj., sabido.

Sabujo, s.m., cão de caça.

Sacar, v. tr., tirar, conseguir.

Sageza, s.f., sabedoria, prudência.

Sagramento, s.m., sacramento.

Salido, adj., saído, terminado.

Salrrei, futuro do verbo sair.

Salteiro, s.m., psaltério ou saltério.

Salvar-se, v. refl., desculpar-se, absolver-se; v. tr., saudar.

Sam, 1.ª pes. do pres. do indic. do verbo ser.

Sandece, **sandice**, s.f., loucura, insensatez.

Sandeu, **sandia** adj., louco, sem senso.

Sanhudo, adj., zangado, irado.

Sano, **a**, **são**, **sãa**, adj., são, sã.

Santificar-se, v. refl., benzer-se, persignar-se.

Sazom, **sazão**, s.f., tempo, ocasião, estação (do ano).

Sedia, o mesmo que *sia* (do verbo *ser*), estar sentado.

Segre, s.m., século, mundo, por oposição à vida monástica.

Segrel, **segrer**, s.m., escudeiro que cavalgava de corte em corte, aceitando paga da sua arte como músico cantor, ou praticando outras artes de entretenimento.

Seguir, v. tr., procurar.

Segun, num., segundo.

Segurar, v. tr., assegurar, afirmar, certificar, assossegurar.

Semelhar, s.m., parecer, aspecto, rosto; bom —, belo, formoso rosto.

Semelhavel, adj., semelhável, semelhante.

Sen, s.m., juízo, pensar, opinião, modo de sentir.

Senaladamente, adv., assinaladamente, especialmente.

Seneficança, **sinificança**, s.f., significação, simbolismo.

Seneficar, v. tr., significar.

Senlheiro, adj., solteiro, solitário.

Sesmaria, s.f., terra inculta.

Sestro, **a**, adj., esquerdo.

Seve, esteve, 3.ª pess. do pret. perf. de *seer*.

Sigo, etc., pron., consigo.

Signa, s.f., insígnia, bandeira.

Sinar-se, v. refl., persignar-se.

Sirgo, s.m., fio ou fita destinado a trabalho de tear.

Sirventês, s.m., composição poética do género satírico, oriunda da poesia provençal.

Soar, v. intr., tocar um instrumento musical.

Sobejo, adj., grande, excessivo.
Sodes, forma do verbo ser: sois.
Soedade, s.f., soidade, saudade, solidão.
Soer, v. intr., costumar.
Sogigar, v. tr., sujeitar, subjugar.
Sol, 1ª pes. do sing. do pres. do ind. de soer.
Suidade, s.f., saudade.

T

Talhado, adj., feito; bem —, formoso, donairoso.
Talho, s.m., corte, forma, corpo esbelto, moda, costume.
Tençom, teençom, s.f., o mesmo que entençom.
Temudo, part. arc. do verbo temer.
Tender, v. tr., estender.
Tendudo, part. arc. do verbo tender.
Terrei, Terria, futuro e condicional do verbo *teer*.
Teúdo, adj., obrigado, constrangido.
Tiia, tiinha, formas do verbo *teer*, tinha.
Tolher, v. tr., tirar, tomar, impedir.
Tormenta, s.f., tormento.
Torto, s.m., mal, injustiça, ofensa, injúria corporal ou moral.
Trager, v. tr., trazer.
Tralladar, v. tr., tresladar; traduzir.
Trameter, v. intr., meter-se em, intervir.
Tras, prep., atrás de, depois de.
Trastornar, v. tr., andar, percorrer.
Trauto, s.m., tratado, acordo.
Travar, v. tr., censurar.
Trazer, v. tr., — se, apresentar-se, vestir-se.
Trebelhos, s.m.pl., jogos, festas.

Treedor, s.m., traidor.
Treides ou treide, 2ª pes. do pl. do pres. do indic. com valor de imperativo, de *trager* ou trazer.
Treito, adj., mal —, maltratado, impossibilitado de andar por doença ou feridas, cf. *maltreito*.
Trigar-se, v. refl., apressar-se.
Trigoso, adj., apressado, ligeiro.
Trobador, s.m., o que trova ou compõe versos, principalmente em harmonia com os preceitos da escola provençal.
Trobar, v. tr., trovar, compor trovas.
Trouve, trouvera, trouvesse, formas do verbo trazer.

U

U, adv., onde, quando.
Unde, adv., onde.
Uso, s.m., urso.
Uu, ùa, num., ou art. indef., um, uma.

V

Val, imperativo do verbo valer, com valor interjectivo: valha-me.
Vegada, s.f., vez.
Velado, adj., marido, esposa ou casada.
Velido, adj., formoso, lindo.
Vençudo, adj., vencido.
Vendudo, a, adj., vendido.
Venerabil, adj., venerável.
Vengar, v. int., vingar.
Ventura, ventura, s.f., sorte, desgraça: sen —, desgraçado, infeliz.
Verrei, verria, fut. e condic. do verbo vir.
Vezinho, vizio, adj. ou s.m., morador, habitante num povoado.

Via, s.f., caminhada jornada, ir sa —, ir-se embora.

Viço, s.m., beleza, entusiasmo, juventude.

Virgeu, s.m., vergel, pomar.

Virgo, s.f., donzela.

Vivenda, s.f., modo de vida.

Vosco, pron., convosco.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A Bibliografia a seguir apresentada deve ser tomada como um instrumento de trabalho e um apoio complementar em relação à **Bibliografia Geral e de Consulta**, e às **Bibliografias Sugeridas** referentes a cada Unidade. Algumas espécies bibliográficas de referência encontram-se indicadas nas notas do texto, sempre que este implique remissões quer por citação, quer por conteúdo. A **Bibliografia Complementar** respeita à INTRODUÇÃO e à matéria das UNIDADES tratadas e apresenta-se em ordem alfabética. Assim, o aluno encontrará obras seleccionadas segundo critérios combinatórios de valor científico e de acessibilidade, cobrindo as áreas de saber envolvidas na matéria exposta ao longo deste livro.

- BASTO, Artur de Magalhães, *Estudos. Cronistas e Crónicas Antigas. Fernão Lopes e a Crónica de 1419*, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1959.
- BELCHIOR, Maria de Lourdes, «Estilística e Ciência da Literatura», in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XVII, Lisboa, 1951.
- BRAGA, Teófilo, *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Pública Portuguesa*, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1892, 1898.
- BRANDÃO, Mário; d'ALMEIDA, M. Lopes *A Universidade de Coimbra — Esboço da sua História*, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1937.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de, «As edições e as traduções da 'Crônica dos feitos da Guiné', in *Revista de História*, tomo XVI, n.º 61, São Paulo, 1965, pp. 181-190.
- CHAVES, Maria Adelaide Godinho Arala, *Formas de Pensamento em Portugal no século XV*, Horizonte, Lisboa, [1969].
- CIDADE, Hernâni, *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, Coimbra, 4.ª ed., 1959.
- COELHO, Eduardo Prado, *A Letra Litoral, ensaios sobre a literatura e o seu ensino*, Moraes ed., Lisboa, 1979.
- «Novas propostas de tratamento didáctico da Literatura Portuguesa», in *Anais do VII Encontro Nacional de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa*, Belo Horizonte, 1979, pp. 93-123.
- Os Universos da Crítica. Paradigmas nos estudos literários*, Edições 70, Lisboa, 1982.
- COELHO, Jacinto do Prado, *Problemática da História Literária*, Ática, Lisboa, 1961.
- CORREIA, João David Pinto, «A dimensão espacial ou a paisagem nas cantigas de amigo: registo discursivo de uma espacialização tópica ou/e da realidade extra-contextual», in *Boletim de Filologia*, tomo XXX, 1985, pp. 17-32.
- COSTA, D. António da, *História da Instrução Popular em Portugal (1900)*, 2.ª ed., Ed. Educação Nacional, Porto, 1935.
- D'HEUR, Jean-Marie, «L'Art de Trouver du chansonnier Colocci-Brancuti», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, IX, Paris, 1975, pp. 321-398.
- DIAS, Aida Fernandes, *O Cancioneiro Geral e a Poesia Peninsular de Quatrocentos — contactos e sobrevivência*, Almedina, Coimbra, 1978.
- FEBVRE, Lucien, *L'apparition du livre*, Albin Michel, Paris, 1971.

-
- FERRO, Maria José Pimenta, *Os Judeus em Portugal no século XIV*, Guimarães ed., Lisboa, 1979.
- GENETTE, Gérard, *Introduction à l'Architexte*, Seuil, Paris, 1979.
- GODINHO, Helder, *Prosa Medieval Portuguesa*, ed. Comunicação, Lisboa, 1986.
- GONÇALVES, Elsa; RAMOS, Maria Ana, *A Lírica Galego-Portuguesa*, ed. Comunicação, Lisboa, 1983.
- HUIZINGA, Johan, *O Declínio da Idade Média*, Ulisseia, Lisboa, 1985 (1.ª ed., 1924).
- LAPA, Manuel Rodrigues, *Das Origens da Poesia Lírica em Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1929.
- Lições de Literatura Portuguesa, (Época Medieval)*, Coimbra, 1981.
- Estilística da Língua Portuguesa*, 11.ª ed., Coimbra ed., Coimbra, 1984.
- LE GOFF, Jacques, *Os Intelectuais da Idade Média*, Estúdios Cor, Lisboa, 1973.
- MARQUES, António H. Oliveira, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Sá da Costa, Lisboa, 1981.
- MARTINS, Mário, *O riso, o sorriso e a paródia na literatura portuguesa de Quatrocentos*, ICALP, Biblioteca Breve, Lisboa, 1978.
- MATTOSO, José, «Os Livros de Linhagens portugueses e a literatura genealógica europeia da Idade Média», in *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*, Estampa, Lisboa, 1981, pp. 35-53.
- Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, Guimarães ed., Lisboa, 1982.
- Identificação de um País*, 2 vols., ed. Estampa, Lisboa, 1985.
- MENDES, João, *Estética Literária*, Verbo, Lisboa, 1982.
- MONTEIRO, João Gouveia, *Fernão Lopes. Texto e contexto*, Minerva, Coimbra, 1988.
- NUNES, José Joaquim, *Crestomatia Arcaica*, 3.ª ed., Clássica ed., Lisboa, 1943.
- OLIVEIRA, Corrêa; MACHADO, Saavedra, *Textos Portugueses Medievais*, Coimbra, 1959.
- PAGNINI, Marcello, *Estructura Literaria y Metodo Critico*, Catedra, Madrid, 1978.
- PICCHIO, Luciana Stegagno, *La Méthode Philologique II. La Prose et le Théâtre*, Centro Cultural Português, Paris, 1982.
- A Lição do Texto. Filologia e Literatura I. Idade Média*, Edições 70, Lisboa, 1979.
- PIMPÃO, Álvaro J. da Costa, *História de Literatura Portuguesa. Idade Média*, Coimbra, 1959.
- REIS, Carlos, *Técnicas de análise textual*, Almedina, Coimbra, 1978.
- Comentario de Textos. Metodologia y diccionario de terminos literarios*, Almar Universidad, Salamanca, 1979.
- RICHE, Pierre, *Education et Culture dans l'Occident barbare*, Seuil, Paris, 1967.
- ROCHA, André Crabbé, *Aspectos do Cancioneiro Geral*, Coimbra ed., Coimbra, 1949.
- Esboços dramáticos no Cancioneiro Geral (Anrique da Mota)*, Coimbra ed., Coimbra, 1951.
- Garcia de Resende e o Cancioneiro Geral*, ICALP, Biblioteca Breve, Lisboa, 1987.
- SARAIVA, António José, «Fernão Lopes», in *Para a História da Cultura em Portugal*, vol. II, 5.ª ed., Bertrand, Lisboa, pp. 209-234.

As Crónicas de Fernão Lopes, col. Antologias Universais, Portugália ed., Lisboa, 1969.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*, vol. I (séculos XII-XVI) Verbo, Lisboa, 1972.

Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.

SILVA, Vitor Manuel Aguiar e, *Teoria da Literatura*, Almedina, Coimbra, 1981.

TAVANI, Giuseppe, *Poesia del Duecento nella Penisola Iberica*, Ateneo, Roma, 1969.

TEYSSIER, Paul, *História da Língua Portuguesa*, Sá da Costa, Lisboa, 1982.

VASQUEZ-CUESTA, Pilar, *Gramática da Língua Portuguesa*, Sá da Costa, Lisboa, 1983.

WELLEK, René; WARREN, Austin, *Teoria da Literatura*, Europa-América, Lisboa, 1979.